



Comité das Regiões
Europeu

Relatório anual da UE

2023



Estado das Regiões e dos Municípios



#SOTEULocal

Autoria das fotografias da capa

© Xavier Lorenzo / stokkete / JackF / creativenature.nl / TTstudio / Tymoshchuk / michaeljung / Eugenio Marongiu / Patryk Kosmider / Nicolas Dieppedalle / Vladimir Arndt / JackF / C.Castilla / aapsky - stock.adobe.com

Declaração de exoneração de responsabilidade: Esta publicação foi traduzida por máquina utilizando o sistema eTranslation da Comissão Europeia e não por um tradutor humano profissional.

Relatório Anual 2023 da UE sobre o estado das regiões e dos municípios

GERIR CRISES, TRAZER SOLUÇÕES, CONSTRUIR O FUTURO

Declaração de exoneração de responsabilidade:

O presente relatório foi elaborado pelo pessoal da administração do Comité das Regiões Europeu e os pontos de vista expressos não representam necessariamente os do Comité das Regiões Europeu. Foram envidados todos os esforços para fornecer informações exatas e completas, mas o Comité das Regiões Europeu não pode garantir essa exatidão e não assume a responsabilidade pelo conteúdo do presente relatório. Além disso, alguns dos dados, incluindo gráficos e mapas, não abrangem todos os Estados-Membros ou todas as regiões da União Europeia.

Tabela de Conteúdos

Prefácio	3
Destaques e recomendações	5
Capítulo I — Regiões e municípios que gerem crises	16
A. Ucrânia: Pessoas deslocadas, reconstrução sustentável, caminho para a integração na UE	17
B. Crise energética	27
C. Catástrofes climáticas	35
D. Segurança alimentar.....	46
E. Desigualdades sociais e alterações demográficas.....	52
Capítulo II — Regiões e municípios enquanto intervenientes no desenvolvimento sustentável e na coesão	62
A. O Pacto Ecológico Europeu e os ODS	63
B. Transformação digital e resiliência.....	73
C. O valor da coesão.....	79
D. Execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência	88
E. Mercado único e transformação industrial.....	94
F. Agenda rural — não deixar lugar para trás.....	106
G. Competências das pessoas — não deixar ninguém para trás.....	119
Capítulo III — Regiões e municípios que moldam o futuro da Europa	131
A. Democracia europeia	132
B. Futuras parcerias para o alargamento e a vizinhança	140
Anexos	144
A. Lista de abreviaturas	144
B. Quadro de figuras	146

Prefácio

2023 foi um ano de desafios e crises para as regiões e os municípios de toda a União Europeia, mas também um ano de empenho total de mais de um milhão de representantes eleitos nas assembleias municipais e regionais para apresentar soluções concretas e tangíveis aos cidadãos. Tendo em vista as próximas eleições europeias, este relatório apresenta aos leitores os temas que serão importantes nos municípios e regiões, onde os cidadãos votarão. 2023 mostrou que a nossa União Europeia precisa de encontrar respostas comuns, soluções mais eficazes e domínios em que a nossa cooperação deve ser reforçada.

A guerra da Rússia contra a Ucrânia continua a arrasar, a destruir e a forçar milhões de pessoas a abandonarem as suas casas. Desde o primeiro dia, as regiões e os municípios europeus abriram as suas portas, oferecendo proteção aos ucranianos e prestando-lhes serviços essenciais. As mesmas regiões e municípios estão também a preparar-se para apoiar os esforços de reconstrução, acompanhando os órgãos de poder local e regional ucranianos na via da paz e da adesão à UE, juntamente com os demais países candidatos.

As consequências sociais e económicas da guerra, combinadas com as múltiplas crises em curso, têm representado um pesado fardo sobre os ombros das famílias europeias. Omnipresente, a crise climática ceifa vidas diariamente devido às catástrofes naturais e exerce pressão sobre as nossas economias. Garantir o nosso abastecimento energético e a segurança alimentar tem sido uma missão fundamental, uma vez que milhões de europeus se viram e ainda veem confrontados com a incapacidade de manter o seu lar aquecido ou de pôr comida na mesa.

Independentemente da magnitude dos desafios que enfrentamos, estamos empenhados em não deixar ninguém para trás e em manter o nosso tecido social forte.

Só conseguiremos sair mais fortes desta crise, com o compromisso de garantir o progresso e o bem-estar dos nossos cidadãos. É por esta razão que as regiões e os municípios abraçaram plenamente as transições ecológica e digital, transformando as nossas sociedades enquanto intervenientes fundamentais da agenda de desenvolvimento sustentável.

No centro dessa transformação estrutural e a longo prazo está a política de coesão, a principal política de investimento da UE para ajudar as regiões e os municípios a garantir um futuro melhor, explorando o seu potencial, independentemente de se tratarem de centros industriais, urbanos ou rurais, centrais ou periféricos, ou mesmo regiões ultraperiféricas, como a minha região natal dos Açores. Mais uma vez, enquanto desenhamos as políticas e os investimentos para o futuro, não deixando ninguém nem nenhum lugar para trás, a coesão continua a ser a nossa bússola.

Finalmente, qualquer transformação orientada para as pessoas requer o envolvimento das pessoas. Os líderes locais e regionais gozam do maior grau de confiança dos seus cidadãos, e é por isso que, ao olharmos para o futuro da nossa União Europeia, devemos reforçar o papel legítimo das regiões e dos municípios na arquitetura da UE para que esta se torne mais eficiente, mais legitimada e mais próxima dos cidadãos.

O Relatório Anual da UE de 2023 sobre o estado das regiões e dos municípios é uma publicação emblemática do Comité das Regiões Europeu, incluindo o seu Barómetro Regional e Local anual, elaborado em parceria com o IPSOS. O Relatório apresenta exemplos da incrível força e empenho dos órgãos de poder local e regional na Europa.

Gostaria de agradecer a todos os colaboradores deste relatório, sobretudo a todos os líderes regionais e locais que asseguram uma Europa de todos e para todos.

Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Comité das Regiões Europeu

Destaques e recomendações

Regiões e municípios que gerem crises

Solidariedade com a Ucrânia

- I. *Continuar e reforçar o apoio à Ucrânia através da parceria com as regiões e os municípios da UE para a reconstrução e a reforma.*

A guerra russa contra a Ucrânia provocou um afluxo sem precedentes de pessoas deslocadas, afetando de forma desigual os municípios e as regiões da UE. As regiões e os municípios da UE estão a prestar ajuda humanitária direta aos municípios e regiões ucranianos e a desenvolver projetos e parcerias para ajudar na sua futura reconstrução. Apesar dos recursos escassos, as autoridades locais concentraram-se não só em medidas de emergência (como centros de acolhimento, habitação e cuidados médicos para as pessoas deslocadas), mas também estão agora a voltar a sua atenção para estratégias a longo prazo para a inclusão socioeconómica de quatro milhões de refugiados ucranianos (como o bem-estar social, a formação linguística e a inserção profissional).

A UE deve utilizar o potencial, as capacidades e os conhecimentos especializados das suas regiões e municípios para ancorar a reconstrução, a reforma e a integração europeia da Ucrânia a nível local e continuar a apoiar a descentralização. O Mecanismo para a Ucrânia disponibilizará recursos e financiamento para o efeito.

A UE deve aumentar o apoio direto aos seus municípios e regiões para gerir a integração local dos refugiados ucranianos e prestar serviços, principalmente em termos de cuidados médicos, educação e emprego. A componente local e regional do Mecanismo para a Ucrânia deve ser desenvolvida em conformidade com os princípios de governação da política regional da UE.

A Aliança Europeia dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia, coordenada pelo CR, está a ajudar a reforçar as capacidades locais e regionais na Ucrânia, a reforçar a cooperação entre pares, a ajudar os órgãos de poder local na Ucrânia a familiarizarem-se com o acervo e a prestar aconselhamento sobre a implementação do processo de descentralização.

[Inquérito Ipsos: para 45 % dos inquiridos, as regiões e os municípios podem contribuir para a reconstrução da Ucrânia]

Transição energética

- II. *Assegurar uma abordagem de governação a vários níveis da transição energética. Só com o aumento dos fundos da UE é que os projetos locais e regionais podem aumentar e melhorar o*

seu impacto para cumprir a ambição climática da UE no terreno e reforçar a aceitação da transição ecológica nas comunidades locais.

A crise energética atingiu duramente todos os territórios da Europa, mas tem sido ainda mais difícil para as regiões e os municípios com uma percentagem mais elevada de pessoas vulneráveis em situação de pobreza ou em risco de pobreza: 40 milhões de pessoas não conseguiram manter a casa quente em 2022. Os objetivos ambiciosos do Pacto Ecológico Europeu exigem mudanças sem precedentes a um ritmo sem precedentes nos próximos anos, o que tem de acontecer, em grande medida, a nível local e regional. As regiões que acolhem instalações industriais com utilização intensiva de energia, tais como metais de base, produtos químicos, minerais não metálicos e papel, foram também fortemente afetadas, com uma forte perspetiva de desindustrialização e futura deslocalização de indústrias para regiões que proporcionam preços mais baixos da energia. Apesar do aumento dos preços da energia e da elevada inflação, os governos locais e regionais continuaram a prestar serviços essenciais (como escolas, hospitais, lares e transportes públicos) através de poupanças significativas de energia no aquecimento e iluminação de edifícios públicos, uma implantação mais rápida de fontes renováveis, mas também através de cortes orçamentais noutros serviços comunitários.

A UE deve adaptar a sua transição energética às necessidades, aos condicionalismos e às oportunidades locais. Só adotando uma abordagem da base para o topo é que a UE pode passar da crise energética para a independência energética e fornecer uma visão a longo prazo para os territórios da UE.

Com base na iniciativa REPowerEU, a UE deve proporcionar às regiões e aos municípios apoio e investimentos adicionais para melhorar a eficiência energética, implantar energias renováveis, economia circular e redes inteligentes, promovendo assim a produção local de energia e reforçando a autonomia energética da UE.

O CR está a facilitar a transição energética local através da sua iniciativa «Pacto Ecológico a Nível Local» e de várias campanhas, como a iniciativa de poupança energética das cidades da UE, lançada em conjunto com o Pacto de Autarcas da UE e a Comissão Europeia.

[Inquérito Ipsos: para 62 % dos inquiridos, a sua cidade e região tomaram medidas para reduzir o consumo de energia]

Ação climática

- III. *Investir significativamente na adaptação e atenuação das alterações climáticas com uma estratégia de base local para preservar a coesão e a resiliência em todas as regiões e*

municípios e face aos efeitos disruptivos e assimétricos das alterações climáticas, bem como à perda de biodiversidade.

As regiões e os municípios europeus estão a pagar uma portagem crescente a ondas de calor disruptivas, correntes de ar, inundações repentinas e incêndios florestais. As alterações climáticas aprofundarão as desigualdades existentes: A Europa Meridional e Oriental, as cidades europeias, as ilhas, as regiões costeiras e periféricas serão as mais afetadas em termos de baixas entre as populações, danos em infraestruturas críticas e perturbação do turismo, dos agrupamentos industriais e da produção agrícola. Para proteger as suas regiões dos impactos nocivos das alterações climáticas, a UE teria de investir cerca de 40 mil milhões de euros por ano, se a temperatura mundial se mantiver num aumento de 1,5 °C. Este montante aumentaria para 120 mil milhões de euros e 200 mil milhões de euros por ano para se adaptar a um aumento da temperatura de 2 °C ou 3.º-4 °C. Só investimentos mais fortes na adaptação às alterações climáticas e na atenuação das alterações climáticas podem preservar a coesão entre a UE e nos Estados-Membros.

A UE deve reforçar a sua solidariedade. Os mecanismos de coesão permitirão às suas regiões e municípios aumentar os investimentos para a adaptação às alterações climáticas e a resiliência às mesmas e evitar que os territórios mais vulneráveis e os grupos sociais vulneráveis sejam os mais afetados.

O Pacto Ecológico Europeu deve envolver fortemente as regiões e os municípios na consecução da neutralidade climática e na resiliência às alterações climáticas.

O CR está em parceria com o Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia para promover a utilização do seu painel de controlo da vulnerabilidade, que define vulnerabilidades e capacidades regionais para fazer face a catástrofes, incluindo os riscos das alterações climáticas.

[Inquérito Ipsos: para 51 % dos inquiridos, as regiões e os municípios devem ter uma maior participação na elaboração das políticas da UE no que diz respeito à crise climática e ao ambiente]

Segurança alimentar

IV. *Apoiar a agricultura local sustentável e estabelecer parcerias com os órgãos de poder local e regional para ajudar a tornar os sistemas alimentares europeus mais resilientes e sustentáveis.*

A guerra russa contra a Ucrânia afetou substancialmente a agricultura europeia em geral, com o maior impacto sentido nas regiões da Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia, e aumentou os preços nas prateleiras para todos os que vivem na Europa. Além disso, as secas, a escassez de água e outros fenómenos climáticos extremos estão a reduzir gravemente os rendimentos agrícolas em muitas regiões, estendendo-se por toda a UE. Os órgãos de poder local e regional são confrontados com a emergência social da pobreza alimentar nas suas comunidades locais: mais de 32,5 milhões de europeus não podem pagar uma refeição adequada em dias alternados.

A UE deve investir na produção agrícola local sustentável e encurtar as suas cadeias de abastecimento. Deve favorecer a produção local, a aquisição sustentável e a transição para sistemas alimentares sustentáveis.

A UE deve também intensificar a sua coordenação e os seus investimentos para ajudar as regiões a combater as correntes de ar e a gerir a escassez de água, tirando partido das experiências regionais existentes na redução do consumo, no aumento da reutilização e na luta contra as águas residuais.

O CR lançou o Prémio Biológico da UE, juntamente com a Comissão Europeia, para promover a produção local sustentável entre as regiões da UE.

As regiões e os municípios enquanto intervenientes no desenvolvimento sustentável e na coesão

O Pacto Ecológico Europeu e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

V. *Assegurar um maior apoio à aplicação do Pacto Ecológico Europeu e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a nível local e regional.*

Sem o compromisso das regiões e dos municípios europeus, 105 dos 169 objetivos estabelecidos pelos ODS não serão alcançados até 2030, como a redução da pobreza e a ecologização das infraestruturas locais. As regiões e os municípios acompanham cada vez mais os seus progressos através da realização de análises locais voluntárias e unem esforços em iniciativas como a rede URBACT Cities for Sustainable Governance e o Pacto Europeu de Autarcas. No entanto, muitas vezes carecem dos recursos financeiros e das capacidades técnicas para executar os ODS e planear investimentos em medidas do Pacto Ecológico. Esta situação ameaça aprofundar os fossos existentes entre as regiões ou cidades «antecipadas» e as que já enfrentam desafios económicos devido às transições tecnológicas e demográficas.

A UE deve dotar as regiões e os municípios de um quadro coerente e consolidado para o desenvolvimento sustentável que esteja em consonância com as agendas mundiais em matéria de clima e sustentabilidade. Deve ter em conta os desafios transformadores que as regiões e os municípios enfrentam para tornar a execução mais reflexiva das realidades locais.

As instituições da UE devem juntar-se a todos os níveis de governo para colmatar as lacunas financeiras, fornecendo financiamento direto e orientações concretas, introduzindo uma orçamentação ecológica e uma melhor ligação do Pacto Ecológico da UE à governação económica da UE.

A iniciativa do CR para o Pacto Ecológico a Nível Local inclui um conjunto de instrumentos de comunicação e de participação para acelerar a transição ecológica a nível local e regional. Permite que as regiões e os municípios procedam ao intercâmbio de boas práticas em matéria de aplicação do Pacto Ecológico e forneçam informações de peritos sobre a mesma.

[O futuro do Pacto Ecológico: balanço e análise prospetiva do inquérito do CR: 45 % dos inquiridos afirmam que o seu município ou região estabeleceu um objetivo de neutralidade climática até 2050, demonstrando a sua ambição de exceder o objetivo mais vasto da UE]

As transições ecológica e digital

VI. *Desbloquear investimentos para as transições ecológica e digital, apoiando as pessoas e reduzindo as desigualdades, promovendo simultaneamente a competitividade industrial das regiões europeias.*

As transições ecológica e digital aumentam os custos e os riscos e colocam desafios existenciais a muitas regiões europeias. O aumento dos preços da energia e as políticas industriais estrangeiras de base local ameaçam agravar a situação. Ao mesmo tempo, as famílias enfrentam o impacto da inflação e persistem fortes desigualdades em toda a Europa. Cerca de 50 % das regiões e municípios tiveram de criar bancos alimentares e programas de distribuição de alimentos. Uma vez que a dupla transição está em curso, é fundamental que os objetivos do Pilar Europeu dos Direitos Sociais relacionados com o emprego, a formação e a luta contra a pobreza e a exclusão social continuem a ser centrais. Os governos infranacionais são responsáveis por uma parte fundamental da despesa global em educação e competências. Por conseguinte, têm um papel fundamental a desempenhar na resposta aos desafios socioeconómicos, prestando especial atenção à questão das armadilhas de desenvolvimento. Além disso, uma vez que 41 regiões são, de facto, consideradas as mais vulneráveis devido às transições ecológica e digital, as regiões e os municípios estão a procurar formas de assegurar a sua resiliência e competitividade através da adoção de novas estratégias, do desenvolvimento de conhecimentos especializados, da criação de meios para melhorar as competências e da formação de alianças para fazer ouvir a sua voz. As regiões e os municípios europeus também sentem cada vez mais diretamente as consequências das ameaças digitais: são alvos primários de ciberataques e enfrentam paralisações temporárias de serviços públicos cruciais. No entanto, muitos deles carecem de recursos financeiros e de capacidades organizacionais suficientes para reforçar a resiliência digital e atualizar os seus ecossistemas económicos.

A UE deve continuar a promover a perspetiva local no que diz respeito ao desenvolvimento de competências.

O Comité das Regiões deve ser convidado como membro dos órgãos diretivos e de acompanhamento criados pela Lei das Matérias-Primas Críticas e pela Lei da Indústria Net-Zero, uma vez que as regiões e os municípios têm um papel importante a desempenhar para garantir a aceitação social dos projetos estratégicos e identificar alavancas para a mudança e o investimento.

A UE tem de intensificar os seus esforços através da realização de campanhas de sensibilização para as ciberameaças dirigidas contra as infraestruturas locais e regionais.

[Inquérito Ipsos: para 52 % dos inquiridos, as regiões e os municípios devem ter uma maior participação na elaboração de políticas da UE no que diz respeito ao reforço da economia, da justiça social e do emprego]

O futuro da política de coesão

VII. *Reformar a política de coesão com uma abordagem de missão e de base local, aplicando o princípio de «não prejudicar a coesão» em todas as políticas.*

Graças ao mercado único, o PIB da UE é 9 % superior ao que seria sem ele. O comércio interno da UE apoiou a criação de 56 milhões de postos de trabalho nos últimos trinta anos. No entanto, a prosperidade não é distribuída equitativamente entre as regiões centrais da UE e a periferia. A pandemia de COVID-19 e a guerra russa contra a Ucrânia tornaram ainda mais difícil para as regiões periféricas recuperar o atraso em relação ao resto da UE. A política de coesão, uma vez que o investimento a longo prazo contribui para um melhor desempenho do mercado único, colmatando o fosso de desenvolvimento entre as regiões, dotando-as de recursos e infraestruturas sociais. No entanto, as diferenças regionais continuam a ser grandes. O futuro da política de coesão deve ser concebido como uma estratégia inclusiva que envolva todas as pessoas e partes interessadas a todos os níveis, abordando a atual fragmentação e complexidade das políticas em vários fundos.

A UE tem de continuar a desenvolver uma política de coesão forte de base local, com uma abordagem missionária que possa ajudar todos os locais e pessoas da UE. Deve aplicar o princípio de «não prejudicar a coesão» em todas as políticas e iniciativas da UE através da realização de avaliações exaustivas do impacto territorial.

A Aliança da Coesão, criada pelo CR, servirá de plataforma de debate e intercâmbio, envolvendo as instituições da UE com os municípios e as regiões.

[Inquérito Ipsos: 59 % dos inquiridos têm conhecimento dos fundos da política de coesão]

A agenda rural

VIII. *Uma abordagem a longo prazo das zonas rurais deve dotá-las de investimentos nas suas transições ecológica e digital para combater eficazmente o despovoamento e atrair jovens talentos.*

Até 2033, estima-se que 30 milhões de pessoas tenham deixado as zonas rurais da Europa. Isto é igual à população combinada da Roménia, Bulgária e Lituânia. As regiões rurais enfrentam obstáculos que ameaçam o seu crescimento, bem como os objetivos da UE de alcançar a neutralidade climática. Os jovens e as famílias abandonam as zonas rurais devido à falta de serviços, como escolas, hospitais, transportes públicos e conectividade digital. Este fluxo constante de jovens conduz a uma diminuição da mão de obra, ao envelhecimento das populações locais, bem como ao empobrecimento e à exclusão social. 16 % da população da UE vive nas chamadas «regiões armadilhadas para o desenvolvimento de talentos». As oportunidades de educação de adultos são muito mais baixas nas regiões que enfrentam uma armadilha para o desenvolvimento de talentos (5,6 %, em comparação com a média da UE de 10 %). Os governos regionais e locais estão ativamente envolvidos na formulação e execução de iniciativas de desenvolvimento rural integrado, tais como projetos de ensino local específicos, bem

como conceitos de mobilidade para aldeias rurais e programas de empreendedorismo verde para as mulheres.

A UE deve investir mais nas zonas rurais, uma vez que estas contribuem de forma significativa para a sua transição ecológica em domínios como a produção de energias renováveis, a alimentação sustentável e a preservação da natureza.

A próxima geração de programas da política de coesão e os planos de recuperação e resiliência devem impulsionar os investimentos e as reformas para reduzir as armadilhas de desenvolvimento de talentos nas regiões da UE, diversificar as perspetivas económicas para os jovens e assegurar o bem-estar económico e social das comunidades rurais.

O CR participa ativamente no Pacto Rural, que proporciona uma plataforma para que todos os níveis de governo e da sociedade civil possam trocar informações sobre as necessidades e o potencial das zonas rurais.

Regiões e municípios que moldam o futuro da Europa

Democracia europeia

IX. A UE deve tirar partido da confiança dos cidadãos nos representantes regionais e locais para reforçar melhor e em maior medida a democracia europeia.

Na União Europeia, 1,2 milhões de cidadãos são titulares de um mandato eleitoral a nível local ou regional. São as bases da democracia europeia. Os órgãos de poder local e regional dos Estados-Membros têm mais confiança do que os governos nacionais e, na maioria dos países, são mais fiáveis do que as instituições da UE. O crescente descontentamento nas regiões e nos municípios ameaça a coesão social global na UE. Isto torna ainda mais crucial adaptar os programas da UE para os municípios e as regiões às necessidades específicas dos diversos territórios da UE e às suas necessidades. Para o efeito, os órgãos de poder local e regional devem ter uma maior participação na definição das políticas da UE. Uma maior participação dos níveis infranacionais de governo ajudaria a tornar as políticas da UE melhor compreendidas e aceites pelos cidadãos.

A UE deve promover a dimensão a vários níveis da democracia e da governação europeias e incluir sistematicamente os políticos locais e regionais no processo legislativo da UE, dando assim seguimento aos resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa.

As eleições europeias de junho de 2024 serão um teste à democracia europeia. Neste contexto, as instituições da UE devem reforçar a sua cooperação com as regiões e os municípios, a fim de reforçar a confiança e aumentar a participação nas urnas, assegurando simultaneamente que a sua voz seja ouvida na definição das próximas prioridades políticas.

O programa Jovens Políticos Eleitos e a Rede de Conselheiros Locais e Regionais — ambos criados pelo CR — podem continuar a apoiar os representantes eleitos locais e regionais, reforçando a ponte entre a UE e as comunidades locais. Os órgãos de poder local e regional são também parceiros fundamentais para reforçar o sentimento de pertença ao projeto europeu, com base nos princípios e valores da UE.

[Inquérito Ipsos: para 91 % dos inquiridos, é importante aumentar a influência das regiões e das autoridades locais na elaboração das políticas nacionais]

O alargamento da União Europeia

X. Associem os órgãos de poder local e regional, com a sua experiência e as suas redes, a prepararem-se para a próxima vaga de alargamento.

A guerra russa contra a Ucrânia colocou a política de alargamento da UE no topo da agenda política e salientou a importância de garantir a estabilidade na vizinhança da UE, tanto nas suas fronteiras orientais como meridionais, através de uma cooperação transfronteiriça reforçada. As regiões e os

municípios dos países candidatos têm um papel fundamental a desempenhar na participação dos cidadãos no processo de adesão, na consolidação dos valores europeus e na promoção da integração europeia.

As regiões e os municípios europeus podem partilhar as suas próprias experiências de adesão e apoiar o reforço das capacidades dos potenciais recém-chegados através de vários formatos, como os comités consultivos mistos (CCM), os grupos de trabalho (GT), a Conferência dos Órgãos de Poder Local e Regional para a Parceria Oriental (CORLEAP), a Assembleia Regional e Local Euro-Mediterrânica (ARLEM) ou o instrumento «Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações» (TAIEX). A CORLEAP prossegue atualmente os dois objetivos de continuar a proporcionar um formato para a cooperação multilateral a nível local e regional no quadro da Parceria Oriental e de ajudar os novos países candidatos à adesão à UE, e continuará a fazê-lo num futuro próximo.

Além disso, os programas de cooperação transfronteiriça com os países vizinhos (em especial através dos programas Interreg IPA de cooperação transfronteiriça) têm sido cruciais para reforçar a confiança e desenvolver conhecimentos especializados nos órgãos de poder local e regional vizinhos, ao mesmo tempo que se preparam para aderir à UE.

O que facilita o reforço das capacidades e aumenta a compreensão das políticas e da legislação da UE.

As regiões e os municípios europeus podem fazer parte integrante do processo de alargamento da UE, defendendo os formatos de cooperação multilateral e prestando apoio prático aos órgãos de poder local e regional dos países candidatos à adesão à UE.

As anteriores rondas de alargamento mostraram que a descentralização e a participação dos órgãos de poder local e regional na preparação para a adesão à UE são fundamentais para o êxito.

O CR defende o reforço da cooperação transfronteiriça com os órgãos de poder local e regional vizinhos e contribui para promover o TAIEX através dos CCM e dos grupos de trabalho, bem como através da ARLEM e da CORLEAP, e tem um papel especial a desempenhar na assistência aos órgãos de poder local e regional dos países do alargamento na preparação para a aplicação do acervo da UE. O CR está a centrar o seu trabalho de alargamento no reforço das capacidades práticas e, nomeadamente, alargou o seu Programa Jovens Políticos Eleitos aos países candidatos.

1

Prosseguir e reforçar o apoio à Ucrânia através de parcerias com as regiões e os municípios da UE para a reconstrução e a reforma.

2

Assegurar uma abordagem de governação a vários níveis para a transição energética. Só com um aumento dos fundos da UE é que os projetos locais e regionais podem dar um contributo maior e melhor para cumprir a ambição climática da UE no terreno e reforçar a aceitação da transição ecológica nas comunidades locais.

3

Investir significativamente na adaptação e atenuação das alterações climáticas com uma estratégia de base local para preservar a coesão e a resiliência em todas as regiões e municípios e face aos efeitos disruptivos e assimétricos das alterações climáticas, bem como à perda de biodiversidade.

4

Apoiar a agricultura local sustentável e estabelecer parcerias com os órgãos de poder local e regional para ajudar a tornar os sistemas alimentares europeus mais resilientes e sustentáveis.

5

Garantir mais apoio à aplicação do Pacto Ecológico Europeu e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a nível local e regional.

6

Desbloquear investimentos para as transições ecológica e digital, apoiar as pessoas e reduzir as desigualdades, promovendo simultaneamente a competitividade industrial das regiões europeias.

7

Reforma da política de coesão com uma missão e uma abordagem de base local, aplicando o princípio de «não prejudicar a coesão» em todas as políticas.

8

Uma abordagem a longo prazo para as zonas rurais deve dotá-las de investimentos nas suas transições ecológica e digital, a fim de combater eficazmente o despovoamento e atrair jovens talentos.

9

A UE deve tirar partido da confiança dos cidadãos nos representantes regionais e locais para reforçar melhor e em maior medida a democracia europeia.

10

Associar os órgãos de poder local e regional, com a sua experiência e as suas redes, à preparação da próxima vaga de alargamento.

Capítulo I — Regiões e municípios que gerem crises

Um conjunto multifacetado de crises está a afetar a União Europeia. Desde a guerra russa contra a Ucrânia e as suas consequências até às crises energética, climática e alimentar, às desigualdades sociais e às consequências duradouras da pandemia de COVID-19, as regiões e os municípios estão na vanguarda, dando resposta aos numerosos desafios enfrentados pelos cidadãos.

A União Europeia está a ser posta à prova e resistirá enquanto continuar a desenvolver novos instrumentos comuns de solidariedade e resiliência, a fim de apoiar os seus territórios e os seus cidadãos.

A. Ucrânia: Pessoas deslocadas, reconstrução sustentável, caminho para a integração na UE

A guerra russa contra a Ucrânia provocou um afluxo sem precedentes de pessoas deslocadas, afetando de forma desigual as regiões e os municípios da UE. Apesar de muitas dificuldades, os governos locais e regionais tomaram medidas bem-sucedidas para acolher os ucranianos deslocados, ao mesmo tempo que catalisam a solidariedade das populações locais. A tônica está agora a passar de medidas de emergência para estratégias a mais longo prazo de inclusão socioeconómica. Que regiões estão na linha da frente para ajudar os ucranianos deslocados a integrarem-se localmente? Como pode a solidariedade dos governos locais ajudar a Ucrânia a recuperar da guerra e a construir um futuro melhor para o seu povo?

As regiões e os municípios da UE e da Ucrânia estão convencidos de que têm um papel ativo a desempenhar na reconstrução da Ucrânia. Estão já a desenvolver a estrutura, os princípios e os planos para o efeito no contexto de redes como a Aliança Europeia dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia, criada pelo Comité das Regiões (CR), que reúne os órgãos de poder local e regional da UE e da Ucrânia.

A integração da Ucrânia na UE será acompanhada da sua reconstrução. Os órgãos de poder local e regional da Ucrânia devem estar preparados para a adesão à UE e necessitar do apoio dos seus homólogos da UE. O CR está a fazer a sua parte através de iniciativas de reforço das capacidades.

Depois do que foi provavelmente, historicamente, a migração mais intensiva para a UE induzida por conflitos,¹ muitas regiões e municípios estão agora a passar do modo de crise para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis de integração dos cidadãos ucranianos que beneficiam de proteção da UE. A maioria dos ucranianos que beneficiam de proteção temporária² na União Europeia (3,5 milhões³ do total da UE de 4 milhões)⁴ chegou e registou-se nos primeiros três meses após a invasão russa em 24 de fevereiro de 2022. No segundo semestre de 2022 e ao longo de 2023, os municípios e as regiões começaram a passar do modo de resposta a emergências para o desenvolvimento de estratégias de integração estruturadas e sustentáveis destinadas a melhorar a inclusão socioeconómica dos ucranianos deslocados.⁵

88 % das regiões e dos municípios tomaram medidas concretas para responder à emergência criada pela guerra contra a Ucrânia na sua cidade ou região e, juntamente com as comunidades locais, continuam a desempenhar um papel crucial no apoio aos ucranianos deslocados. Cerca de metade das autoridades das regiões e dos municípios criaram centros de acolhimento e proporcionaram habitação às pessoas deslocadas e mais de um terço garantiram o acesso à assistência social e a cuidados médicos (33 %). 21 % criaram oportunidades e instalações especificamente para as crianças deslocadas,

¹ Para mais informações, consultar Wilfred Martens Centre for European Studies, [Cross-Border Movements Compared: Migração de e para a Ucrânia em Comparação Histórica com Outras Situações Induzidas por Conflitos](https://www.oecd.org/newsroom/russia-s-war-of-aggression-against-ukraine-generates-historic-migration-flows.htm), fevereiro de 2023 e <https://www.oecd.org/newsroom/russia-s-war-of-aggression-against-ukraine-generates-historic-migration-flows.htm>.

² As subvenções de proteção temporária com base na [Decisão de Execução 2022/382 do Conselho](#), Mach 2022. Os beneficiários desta proteção são posteriormente referidos no presente documento pelo termo geral «refugiados».

³ Situação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, [Ucrânia: Atualização Flash #18](#), 24 de junho de 2022.

⁴ Eurostat, Proteção [temporária das pessoas que fogem da Ucrânia](#), agosto de 2023.

⁵ Ver, por exemplo, as atividades dos [Municípios e Regiões para a Integração dos Migrantes](#), uma rede criada pelo Comité das Regiões, como as conferências sobre o acesso [dos migrantes aos cuidados de saúde: de Respostas de Emergência a Soluções Sustentáveis e Empoderamento das Regiões e Cidades na Governação da Integração Migrante](#).

enquanto 13 % tomaram medidas para atenuar o impacto económico e social da guerra nos mais vulneráveis, bem como atenuar o impacto do aumento dos preços da energia para os cidadãos e as empresas. Mais de um terço (35 %) também participou em ações simbólicas de apoio à Ucrânia. Para além de apoiarem plenamente a Ucrânia contra o agressor russo, a maioria das regiões e dos municípios (60 %) está também convencida de que a presença dos ucranianos traria consequências demográficas e económicas positivas (54 %).⁶

Uma vez que a maioria dos beneficiários ucranianos registados de proteção temporária são mulheres e crianças,⁷ muitas regiões e municípios também prestam serviços de apoio, educação e integração adaptados. Mais de 56 % das regiões e dos municípios prestam apoio específico às mulheres da Ucrânia sob a forma de estruturas de acolhimento de crianças, seguidas da habitação (55 %), da formação profissional (52 %), da assistência psicológica (quase 48 %), dos cuidados de saúde (46 %) e dos transportes (45%).⁸ No entanto, cerca de 44 % não prestam qualquer apoio específico adaptado às mulheres ucranianas deslocadas, que é uma questão que deve ser abordada para as apoiar e para assegurar condições adequadas para a sua integração-socioeconómica⁹. Um exemplo de integração rápida e um testemunho da força e determinação das mulheres ucranianas vem da Polónia, onde os números do governo confirmam que 60-70 % tinham encontrado um emprego regular até o final do ano passado.¹⁰

Embora a solidariedade para com o povo ucraniano tenha sido inequívoca em toda a UE, o impacto territorial desta crise sem precedentes afeta predominantemente as regiões e os municípios de apenas três Estados-Membros. Tal deve-se a vários fatores, como as concentrações nas áreas urbanas e metropolitanas, as grandes diásporas preexistentes em algumas regiões, a isenção de¹¹ visto para os ucranianos para a UE e a rápida proteção ao abrigo da Diretiva Proteção Temporária (DPT), que contribuiu para um processo altamente descentralizado de acolhimento.

A maioria dos ucranianos registados ao abrigo da DPT reside em regiões da Alemanha, Polónia e Chéquia,¹² e é nestes países que se situam as 10 principais regiões com o maior número de registos: Nordrhein-Westfalen (Alemanha), Mazowieckie (Polónia), Bayern (Alemanha), Baden-Württemberg (Alemanha), Niedersachsen (Alemanha), Dolnośląskie (Polónia), Śląskie (Polónia), Małopolskie (Polónia), Wielkopolskie (Polónia) e Praha (Czequia). A Roménia, a Espanha, a Itália, a Eslováquia e a Áustria também têm regiões em que o número de registos é superior a 20000 por região (ver mapa infra). No entanto, o rácio de ucranianos em relação às populações locais é mais elevado na Chéquia, Polónia e Estónia.¹³

⁶ Comité das Regiões, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, resultados do inquérito Eurochambres apresentados na [reunião da Comissão CIVEX de 18.4.2023](#) e no [seminário da Semana das Regiões da UE](#).

⁷ [30 de abril de 2023: quase 4 milhões com proteção temporária da UE — Produtos Eurostat Notícias — Eurostat \(europa.eu\)](#)

⁸ Comité das Regiões, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, resultados do inquérito Eurochambres apresentados na [reunião da Comissão CIVEX de 18.4.2023](#) e no [seminário da Semana das Regiões da UE](#).

⁹ *Ibid.*

¹⁰ <https://www.ft.com/content/f7ab2cf3-ac3a-4d90-93b4-10ef51c07159>.

¹¹ De acordo como [Eurostat](#), no final de 2021, a cidadania ucraniana era a terceira cidadania fora da UE mais comum para o número total de autorizações de residência na UE e para autorizações de residência, atrás de nacionais marroquinos e turcos.

¹² A nível nacional, o maior número de ucranianos registados ao abrigo da DPT situa-se na Alemanha (1090235), na Polónia (995035) e na Chéquia (331850); ver <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20230609-1>.

¹³ Em comparação com a população de cada membro da UE, o número mais elevado de beneficiários totais de proteção temporária por mil pessoas foi observado na Chéquia (31,6 por 1000 pessoas), na Polónia e na Estónia (ambos com 26,4), na Lituânia (24,5), na Bulgária (22,7) e na Letónia (21,2); ver <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20230609-1>.

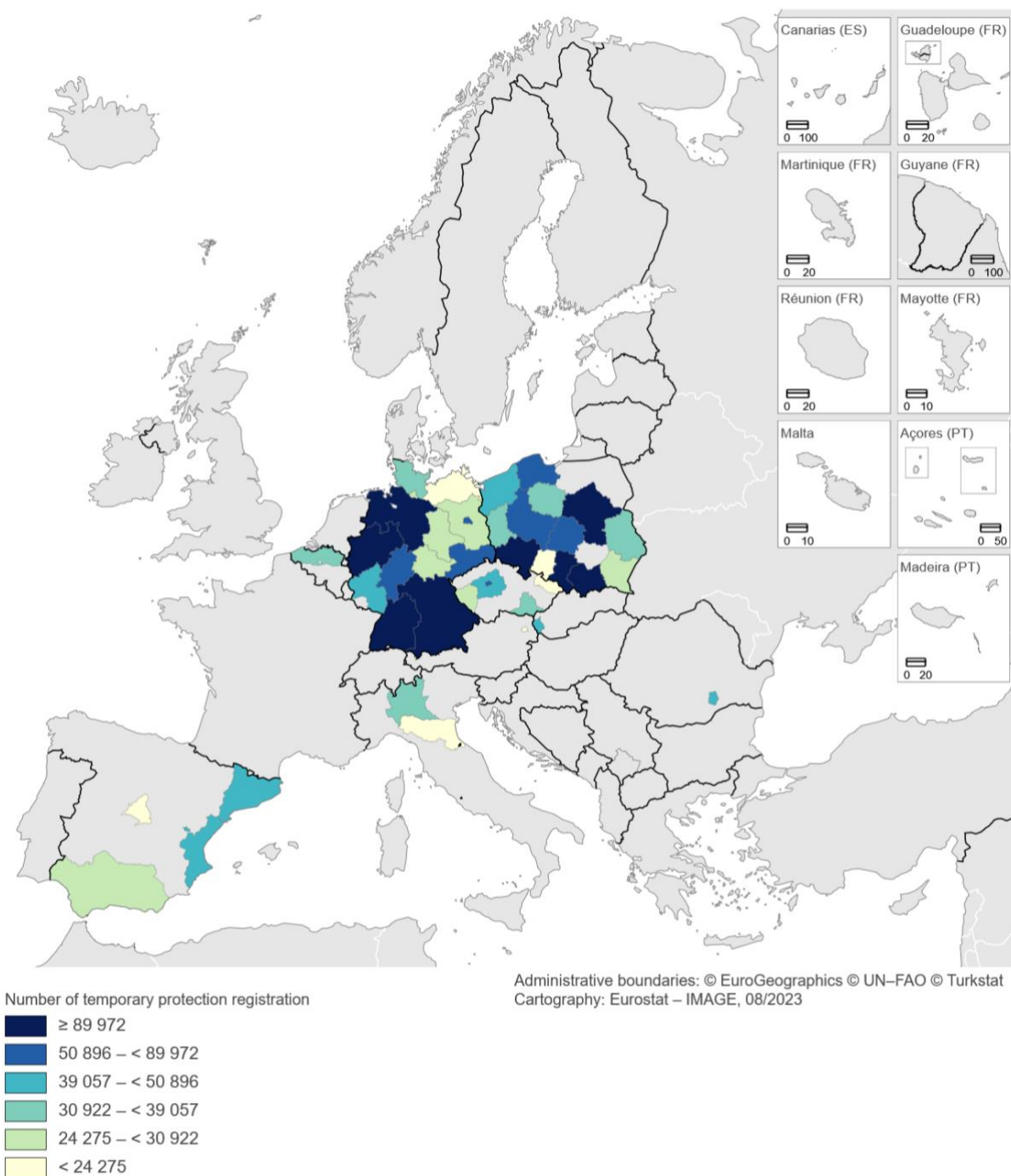


Figura 1 — Regiões NUTS 2 com mais de 20000 registos ativos para proteção temporária (cidadãos ucranianos)

Fonte — compilação do CR baseada no ACNUR, Mediendienst Integration, ibz, Minv, La Moncloa, Österreichischer Integrationsfonds¹⁴

Nota — Este mapa mostra intencionalmente apenas as regiões selecionadas

¹⁴ Fontes de dados: de acordo com os dados disponíveis (e com datas de validade variáveis) no momento da redação em <https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine>, <https://dofi.ibz.be/fr/news/accueil-en-belgique-des-personnes-en-provence-dukraine-bilan-apres-un-de-conflit>; <https://www.minv.sk/?docasne-utocisko>; https://www.lamoncloa.gob.es/lang/en/gobierno/news/Paginas/2023/20230310_ukrainian-refugees.aspx; <https://www.integrationsfonds.at/>.

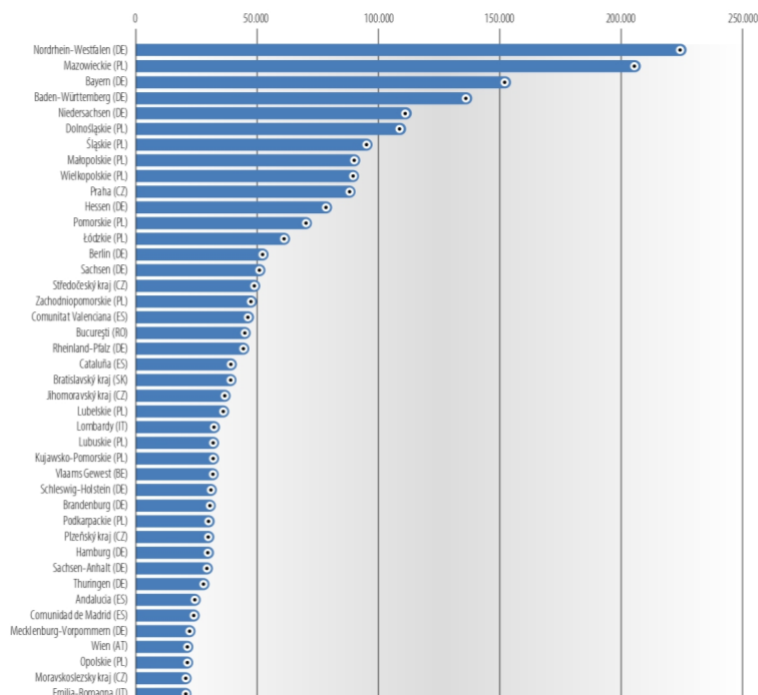


Figura 2 — Regiões da UE com o maior número de ucranianos ativamente registrados para proteção temporária
 Fonte — compilação do CR15

Muitas regiões e municípios continuam a enfrentar desafios, uma vez que as suas capacidades de prestação de serviços aos locais, bem como aos refugiados, como o alojamento, os meios de subsistência, os cuidados médicos, a educação e o emprego, são ampliadas e, muitas vezes, não otimizadas.¹⁶

Na Polónia, a distribuição territorial dos ucranianos é caracterizada pela concentração em voivodatos com grandes aglomerações urbanas. Dois terços dos ucranianos na Polónia vivem nas 12 maiores áreas metropolitanas¹⁷ e a maioria fica em Varsóvia (mais de 100000), Wrocław, Cracóvia e Poznań.¹⁸

Na Alemanha, a proporção de cidadãos ucranianos na população total foi mais elevada em Berlim e Hamburgo. Devido ao elevado número de chegadas, algumas autoridades regionais manifestaram preocupação quanto ao cumprimento dos seus limites e à necessidade de mais escolas, infantários e locais de alojamento.¹⁹

Na Chéquia, a cidade de Praga teve dificuldades em acolher quase um quarto de todos os ucranianos,²⁰ mas, no final de outubro de 2022, a capital aprovou o seu quadro estratégico para o apoio aos refugiados ucranianos e fez uma parceria com a UNICEF na criação e gestão de um novo centro para o apoio subsequente às pessoas deslocadas da Ucrânia.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ Dobiás, K., e Homem, F., [EU cities and regions welcome Ukraine Refugee — mapear a coordenação](#) a vários níveis, estudo encomendado pelo Comité das Regiões, 2022.

¹⁷ <https://www.gov.pl/web/udsc/obywatele-ukrainy-w-polsce--aktualne-dane-migracyjny>.

¹⁸ <https://www.portalsamorzadowy.pl/polityka-i-spolaczenstwo/w-tych-polskich-miastach-uchodzcy-z-ukrainy-osiedlaja-sie-najchetniej.442844.html>.

¹⁹ <https://www.schengenvisainfo.com/news/germany-calls-on-eu-countries-for-fairer-distribution-of-ukrainian-refugees/> e [S.](#)

²⁰ <https://www.mvcr.cz/clanek/v-ceske-republice-je-aktualne-325-tisic-uprchliku-z-ukrajiny.aspx>.

Os recursos insuficientes e os condicionalismos de financiamento têm sido uma das questões mais prementes para todas as regiões e municípios na prestação de serviços essenciais aos ucranianos e na concretização de objetivos de integração a longo prazo. Os fundos destinados às regiões e aos municípios para apoiar os ucranianos provieram principalmente de níveis mais elevados de governo do Estado (51 %, um aumento positivo de 20 % antes do início da guerra), seguidos do setor privado (10 %), ao passo que o financiamento direto ao abrigo da UE foi significativamente limitado ou não está disponível para aplicação direta aos governos locais.

No que diz respeito ao apoio às pessoas deslocadas da Ucrânia, apenas cerca de 5 % das regiões e dos municípios utilizaram financiamento do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), 9 % do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) e apenas 1 % do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Em relação aos refugiados em geral, a utilização desses fundos é mais elevada, com 13 % dos governos regionais e locais a beneficiarem geralmente dos fundos do FAMI, 10 % dos fundos do FSE+ e 2 % dos fundos do FEDER.²¹

Por conseguinte, é necessário um **maior apoio direto às regiões e aos municípios para que continuem a prestar efetivamente serviços públicos em todos os domínios da sua competência, integrando simultaneamente os ucranianos nas comunidades locais. Deve ser dada especial atenção à garantia de medidas específicas que tenham mais em conta as necessidades e os direitos específicos da maioria das mulheres, crianças e outras pessoas deslocadas.**

CENTROS DE CONSULTA UCRANIANOS

PRAGA, BERLIM E GDANSK AJUDAM OS UCRANIANOS NA SUA LÍNGUA

As cidades de Praga (Czequia), Berlim (Alemanha) e Gdansk (Polónia) criaram centros de consulta ucranianos para proporcionar aos cidadãos ucranianos, principalmente mulheres com crianças menores ou idosos, consultas presenciais na sua língua materna. 22

UMA AGÊNCIA DE BALCÃO ÚNICO COM PORTAS ABERTAS

RIGA CENTRALIZA A SUA AJUDA AOS UCRANIANOS

A cidade de Riga (Letónia) tem uma política de portas abertas e ajuda os ucranianos de várias formas, como a exploração de um centro de apoio aos refugiados transformado numa agência de balcão único onde estão localizados todos os serviços governamentais, municipais e não governamentais, alugando salas de aula extra para manter as crianças ucranianas nas escolas e iniciando vistos digitais nómadas e patrocínios de talentos.23

O processo de reconstrução sustentável da Ucrânia já começou e as regiões e os municípios da UE já estão envolvidos. Mesmo que a guerra de agressão da Rússia continue a causar danos civis

²¹ Comité das Regiões, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, resultados do inquérito Eurochambres apresentados na [reunião da Comissão CIVEX de 18.4.2023](#) e no [seminário da Semana das Regiões da UE](#).

²² O projeto é financiado pelo Ministério do Interior da Alemanha e pelo Ministério do Interior da República Checa e executado pelo Centro Internacional para o Desenvolvimento das Políticas Migratórias; ver <https://www.icmpd.org/news/ukraine-consultation-centres-supporting-ukrainian-citizens-abroad>.

²³ Eurocities, [In Riga, ajudar os ucranianos de uma forma incontável](#), janeiro de 2023.

extremos e danos às infraestruturas, as²⁴ regiões e os municípios de toda a UE já se comprometeram a empreender vários esforços de reconstrução que não podem esperar pelo fim da guerra, uma vez que são cruciais para restaurar os serviços necessários ao funcionamento quotidiano das comunidades locais. Muitos municípios e regiões da UE prestaram ajuda humanitária direta e apoio financeiro às suas cidades gémeas na Ucrânia, doaram a organizações humanitárias e contribuíram com material de reparação, geradores de energia, ambulâncias, autocarros e outros elementos úteis²⁵.

A reconstrução e a reforma acontecem em conjunto, respondendo simultaneamente aos desafios que variam de acordo com a escala da destruição na Ucrânia. Tal como difere consoante as regiões e os municípios, consoante a sua localização geográfica e a sua proximidade com a linha da frente,²⁶ os desafios e as necessidades também variam. À medida que os combates e as hostilidades implacáveis continuam a agravar a terrível situação humanitária em certas áreas da Ucrânia,²⁷ muitas regiões e cidades precisam de se concentrar em garantir o acesso à água, ao saneamento, à alimentação, aos serviços de saúde e a materiais para reparar casas. No entanto, há também aqueles que são cada vez mais capazes de se concentrar nos esforços de recuperação e reconstrução em vez de necessidades humanitárias de emergência e, para o efeito, procuram parceiros internacionais numa série de áreas — da desminagem ao redesenvolvimento urbano e à cooperação económica — a fim de se concentrarem simultaneamente nos planos de reconstrução e reforma.²⁸

83 % dos municípios e regiões da UE estão convencidos de que existe uma forma de contribuir para a reconstrução da Ucrânia. Quase metade (45 %) de todos os municípios e regiões da UE consideram que podem ajudar ao participarem num plano europeu mais vasto para a reconstrução da Ucrânia, enquanto cerca de um terço dos municípios e regiões da UE veem o seu potencial contributo para a reconstrução da Ucrânia na prestação de ajuda material e financeira (31 %) e em programas de geminação para reforçar a capacidade técnica e institucional e trocar boas práticas (30 %). 27 % dos municípios e regiões da UE estão dispostos a ajudar através da promoção da boa governação a nível local e regional e 16 % consideram que as administrações públicas poderiam ser apoiadas através de programas de formação organizados por universidades e centros de formação para funcionários (incluindo cursos em linha).

A estrutura de financiamento da UE proposta de 50 mil milhões de euros para a reconstrução da Ucrânia reconhece igualmente que as regiões e os municípios devem ser envolvidos em todas as fases. O apoio direto às regiões e aos municípios é fundamental para a abordagem da UE, tal como demonstrado pelo facto de a sua capacitação constituir uma condição prévia do Mecanismo para a Ucrânia²⁹ estabelecido pela Comissão Europeia³⁰ na sua proposta de revisão do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027. Uma vez que o orçamento da UE não foi concebido para fazer face às consequências da guerra contra a Ucrânia e as chamadas «flexibilidades»,³¹ que foram utilizadas desde

²⁴ Banco Mundial, Governo da Ucrânia, União Europeia, Nações Unidas, [Ucrânia: avaliação rápida dos danos e das necessidades, fevereiro de 2022 — fevereiro de 2023](#), março de 2023.

²⁵ Para mais exemplos de ações de apoio por regiões e municípios da UE, ver <https://cor.europa.eu/en/our-work/Pages/help-for-ukraine.aspx>.

²⁶ Banco Mundial, Governo da Ucrânia, União Europeia, Nações Unidas, [Ucrânia: avaliação rápida dos danos e das necessidades, fevereiro de 2022 — fevereiro de 2023](#), março de 2023.

²⁷ Estima-se que 17,6 milhões de pessoas necessitarão de assistência humanitária em 2023 e a proteção das populações mais vulneráveis deve ser a prioridade, antes de mais um inverno difícil; ver: Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários, resposta humanitária da [Ucrânia em 2023: relatório sobre a situação](#), agosto de 2023.

²⁸ <https://cor.europa.eu/en/news/Pages/CP-84-Ukraine-cities-regions-stepping-up-search-for-international-partnerships.aspx>.

²⁹ Comissão Europeia, [Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Mecanismo para a Ucrânia](#), junho de 2023.

³⁰ <https://cor.europa.eu/en/news/Pages/regions-and-cities-crucial-role-in-Ukraine-reconstruction.aspx> e [S](#).

³¹ Reorientação de fundos ao abrigo dos programas existentes, reafetação de fundos não utilizados e reservas para a Ucrânia.

o início da guerra, atingiram o seu limite, a criação de um novo mecanismo para a Ucrânia é oportuna e bem-vinda, assim como a atenção prestada na proposta à participação das regiões e dos municípios no processo de tomada de decisões e ao seu reforço das capacidades³².

O número de parcerias bilaterais entre as regiões e os municípios da UE e da Ucrânia aumentou, mas mais de metade das cidades mais pequenas da Ucrânia ainda não têm parceiros formais da UE. A colaboração subnacional,³³ como a colaboração entre Gdansk (Polónia) e Lviv (Ucrânia)³⁴ e os esforços de reconstrução entre pares, envolvendo, por exemplo, cidades ucranianas na missão «cidades inteligentes e com impacto neutro no clima», bem³⁵ como os vários acordos de geminação,³⁶ constituem uma parte importante do processo de reconstrução e de aproximação da Ucrânia às normas da UE.³⁷ Embora a maioria dos acordos existentes seja assinado com regiões e municípios da Polónia e de países da UE mais próximos da Ucrânia,³⁸ muitos mais novos acordos com as autoridades³⁹ locais alemãs⁴⁰ e francesas apontam para uma tendência pan-europeia mais ampla.

As cidades da UE têm muito a oferecer aos seus parceiros ucranianos⁴¹ em termos de conhecimentos especializados e boas práticas em questões como o desenvolvimento sustentável das cidades, a proteção do património, a educação, os serviços sociais, os direitos fundamentais e a boa governação. Embora as capitais regionais sejam mais propensas do que outras cidades a estabelecer uma cooperação económica e empresarial com cidades no estrangeiro,⁴² mais de metade das cidades mais pequenas da Ucrânia, na sua maioria na parte oriental da Ucrânia, ainda não formalizaram a cooperação internacional, existindo ainda uma margem considerável para intensificar a cooperação UE-UA a nível subnacional.⁴³

A Aliança dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia⁴⁴, criada pelo CR, está a ajudar a colmatar a lacuna existente na cooperação subnacional UE-UA e a interligar as duas partes. A plataforma pan-europeia com potencial para ligar milhares de líderes locais e regionais na UE e na Europa em geral contribuiu significativamente para intensificar os esforços de cooperação e

³² Para mais informações, consultar https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_3355.

³³ <https://cor.europa.eu/en/engage/Documents/Ukraine-Alliance-Insight.pdf>.

³⁴ <https://cor.europa.eu/fr/events/pages/4th-meeting-of-cor-working-group-ukraine-.aspx>.

³⁵ <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/opportunities/topic-details/horizon-miss-2023-cit-02-01>

³⁶ Os acordos de geminação na Ucrânia são celebrados tanto a nível local (principalmente a nível da cidade) como a nível regional (oblast) e sub-regional/distrito (raios).

³⁷ Para uma boa panorâmica destas dificuldades e recomendações para as superar, ver Smętkowski, M., Kniazevych, A., Olechnicka, A., Orchowska, J., e Przekop-Wiszniewska, E., [Cooperação entre os municípios e as regiões da UE com os seus parceiros ucranianos](#), estudo encomendado pela Comissão REGI no Parlamento Europeu, 2023.

³⁸ *Ibid.* em 2022, as cidades ucranianas celebraram mais de 1000 acordos de geminação com parceiros estrangeiros, enquanto as autoridades a nível regional e distrital assinaram quase 350 acordos desse tipo — mais de dois terços foram celebrados com os homólogos da UE.

³⁹ Por exemplo, entre a região francesa de Bourgogne-Franche-Comté e o Oblast ucraniano de Vinnytsia, ver [https://www.infos-dijon.com/news/bourgogne-franche-comte/bourgogne-franche-comte/relations-internationales-la-region-bourgogne-franche-comte-prepare-un-partenariat-avec-l-oblast-ukrainien-de-vinnytsia.html](https://www.infos-dijon.com/news/bourgogne-franche-comte/bourgogne-franche-comte/rerelations-internationales-la-region-bourgogne-franche-comte-prepare-un-partenariat-avec-l-oblast-ukrainien-de-vinnytsia.html).

⁴⁰ Em fevereiro de 2022, existiam 80 parcerias entre municípios alemães e ucranianos, ver [Karte: 80 deutsch-ukrainische Städtepartnerschaften | BMZ](#); atualmente, existem 120 parcerias, ver <https://www.bertelsmann-stiftung.de/de/unsere-projekte/kommunen-in-der-ukrainekrise-staerken/projektnachrichten/staedtepartnerschaften>; ver também <https://cities4cities.eu/14-ukrainian-communities-started-cooperation-with-17-german-municipalities/>.

⁴¹ <https://cor.europa.eu/en/engage/Documents/Ukraine-Alliance-Insight.pdf>.

⁴² Ver, por exemplo, o estudo elaborado pelo programa Cidades Transparentes disponível em [Cooperação entre cidades-irmãs: áreas onde municípios estrangeiros apoiam cidades ucranianas](#).

⁴³ Smętkowski, M., Kniazevych, A., Olechnicka, A., Orchowska, J., e Przekop-Wiszniewska, E., [Cooperação entre os municípios e as regiões da UE com os seus parceiros ucranianos](#), estudo encomendado pela Comissão REGI no Parlamento Europeu, 2023.

⁴⁴ <https://cor.europa.eu/en/engage/Pages/European-Alliance-of-Cities-and-Regions-for-the-reconstruction-of-Ukraine.aspx>.

reconstrução internacionais através das suas atividades⁴⁵ e recomendações estratégicas, envolvendo um número cada vez maior de representantes, incluindo os membros do CR, o Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, associações europeias como o CMRE, a CRPM, a EUROCITIES, a CALRE, a AER, o Pacto de Autarcas, os Municípios da Energia, bem como todas as associações ucranianas de órgãos de poder local e regional e muitos parceiros associados.⁴⁶

As recomendações do CR para o reforço do papel dos órgãos de poder local e regional no processo de recuperação e reconstrução da Ucrânia e no seu caminho para a adesão à UE apoiaram⁴⁷ o debate sobre a descentralização na Conferência sobre a Recuperação da Ucrânia,⁴⁸ reiterando o requisito de participação direta das regiões e dos municípios como fundamental para o êxito da recuperação, da reconstrução (incluindo a definição de prioridades, o planeamento e a seleção dos projetos) e dos preparativos para a adesão à UE.

UMA ALIANÇA EUROPEIA PARA A RECONSTRUÇÃO

UMA INICIATIVA DO CR PARA COORDENAR A AJUDA E APOIAR AS REGIÕES UCRANIANAS

A Aliança Europeia dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia está a proporcionar uma plataforma para coordenar os esforços de ajuda e manifestar um forte apoio político e simbólico por parte das regiões e dos municípios da UE aos seus homólogos ucranianos, a⁴⁹ fim de assegurar a sua participação significativa no processo de reconstrução, conforme orientado pelas suas recomendações estratégicas⁵⁰.

Estão em curso trabalhos para preparar as regiões e os municípios da Ucrânia para o processo de adesão à UE e o CR está a apoiar os seus parceiros na realização das reformas mandatadas pela UE. Depois de confirmar simbolicamente a sua solidariedade com a Ucrânia, premiando Vitaliy Klitschko, presidente da Associação das Cidades da Ucrânia e presidente do município de Kiev, membro honorário,⁵¹ o CR abriu caminho para apoiar a Ucrânia num plano concreto de apoio de 10 pontos.⁵²

Aplicando o plano sem demora, o CR disponibilizou espaço de gabinete para os órgãos de poder local e regional ucranianos,⁵³ incluindo funcionários eleitos ucranianos locais no seu programa para jovens políticos eleitos,⁵⁴ abriu oportunidades de formação e recrutamento para peritos destacados das regiões e municípios ucranianos, revitalizará a cooperação entre pares com o apoio da Iniciativa Anticorrupção

⁴⁵ <https://cor.europa.eu/en/events/Pages/putting-lugano-principles-into-action.aspx>.

⁴⁶ Para a lista completa dos parceiros e parceiros associados da Aliança Europeia dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia, ver <https://cor.europa.eu/en/engage/pages/european-alliance-of-cities-and-regions-for-the-reconstruction-of-ukraine.aspx#Partners>.

⁴⁷ Apresentado pelo CR em nome da Aliança Europeia dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia, no seminário [tendo em vista a Conferência de Londres sobre a Recuperação da Ucrânia](#), realizada em 25 de maio de 2023.

⁴⁸ <https://www.urc-international.com/road-to-london-event>.

⁴⁹ <https://cor.europa.eu/en/engage/Pages/European-Alliance-of-Cities-and-Regions-for-the-reconstruction-of-Ukraine.aspx>.

⁵⁰ [https://cor.europa.eu/en/events/Documents/Recommendations para reforçar o papel dos órgãos de poder local e regional na Ucrânia.pdf](https://cor.europa.eu/en/events/Documents/Recommendations%20para%20refor%C3%A7ar%20o%20papel%20dos%20%C3%B3rg%C3%A3os%20de%20poder%20local%20e%20regional%20na%20Ucr%C3%A2nia.pdf).

⁵¹ <https://cor.europa.eu/en/news/Pages/Bureau-Ukraine.aspx>.

⁵² [https://cor.europa.eu/en/events/Documents/CoR pacote de apoio de 10 pontos à Ucrânia.pdf](https://cor.europa.eu/en/events/Documents/CoR_pacote_de_apoio_de_10_pontos_%C3%A0_Ucr%C3%A2nia.pdf).

⁵³ Atualmente, o gabinete de Lviv, que também funciona como «front office» para outras autoridades subnacionais ucranianas; ver <https://cor.europa.eu/en/news/Pages/Ukraines-regions-and-cities-take-further-steps-towards-EU.aspx>.

⁵⁴ https://www.eeas.europa.eu/delegations/ukraine/join-yep-community-young-elected-politician-programme-2023_en?s=232.

da União Europeia e do seu conceito de «Cidades Integridade»,⁵⁵ e alargou o seu grupo de trabalho para a Ucrânia, a fim de prestar apoio político e técnico específico aos parceiros ucranianos para os ajudar a alcançar uma boa governação a todos os níveis, reforçar a democracia local e promover a reforma da descentralização.⁵⁶

A solidariedade com a Ucrânia também depende da solidariedade intergeracional. É por esta razão que o CR e a Associação de Cidades Ucranianas lançaram a «Iniciativa Campos de verão»⁵⁷ e muitos municípios e regiões organizaram programas de férias para crianças e jovens ucranianos.⁵⁸ Cerca de 20 cidades e regiões de 12 Estados-Membros patrocinaram estadias divertidas cheias de atividades, desportos e eventos culturais e proporcionaram uma pausa e um sentido de normalidade muito necessários a cerca de 1800 crianças e jovens ucranianos.

UMA PAUSA DA GUERRA

FÉRIAS DE VERÃO PARA CRIANÇAS UCRANIANAS

As férias de verão para crianças ucranianas ⁵⁹ deram a muitas crianças ucranianas a oportunidade de desfrutar de programas de férias de verão para jovens em diversas cidades e regiões, como Nimes (França), Atenas (Grécia), Roma (Itália), Tampere (Finlândia), Gdansk (Polónia), Portimão (Portugal), Preiúcio (Letónia), Wielkopolska (Polónia), Lubelskie (Polónia), Maramureş (Roménia), Podkarpackie (Polónia), Pomorskie (Polónia), Baviera (Alemanha), Lodzkie (Polónia), bem⁶⁰ como Miskolc e Sátoraljajhely (Hungária).⁶¹

As recomendações expressas pelos membros do CR e pelos parceiros da Aliança tornaram-se relevantes, em consonância com as ambições da Ucrânia em matéria de adesão à UE. Tal como preconizado no parecer do CR sobre « *O papel dos municípios e das regiões da UE na reconstrução da Ucrânia*», a reforma da descentralização deve ser integrada na arquitetura global dos processos de recuperação e reconstrução da Ucrânia, e os órgãos de poder local ucranianos devem ter um papel proeminente na tomada de decisões sobre os projetos de reconstrução. A fim de ajudar as regiões e os municípios ucranianos a conseguirem atrair e gerir eficazmente os fundos e investimentos internacionais necessários, em conformidade com os princípios do Estado de direito, da governação a

⁵⁵ <https://euaci.eu/>.

⁵⁶ <https://cor.europa.eu/en/news/Pages/Local-and-regional-authorities-will-be-key-to-Ukraine's-reconstruction.aspx>.

⁵⁷ Apresentado no pacote de apoio de 10 pontos do CR à Ucrânia, disponível em https://cor.europa.eu/en/events/Documents/CoR_pacote_de_apoio_de_10_pontos_a_Ucrania.pdf.

⁵⁸ No momento da redação e de acordo com as informações conhecidas do CR, os seguintes municípios organizaram ou tencionam organizar férias para crianças ucranianas: Dunquerque (FR), Budapeste (HU), Łódzkie (PL), Athitos (EL), Essen (DE), Pontevedra (ES), Palanga, Wielkopolska (PL), Burgenland (AT), Maramures (RO), Grand Fort Philippe (FR), Tampere (FI), Gdansk (PL), Pomorskie (PL), Berlim (DE), Tukums, município distrital de Tauragė, Andrychow (PL), Bourron-Marlotte (FR), Podkarpackie (PL), Ronneby, Klaipėda, região de Warmia e Mazury (PL), ilha de Gozo (MT), Ličko-Senjska županija (HR), Freguesia de Väike-Maarja, distrito de Bielany em Varsóvia (PL), Cascais (PT), Estocolmo (SE), região de Mazovia (PL), Keila, Tallin (EE), Tartu (EE), Mustvee vald (EE), Jõgevamaa (EE), Saarde vald (EE), Rakvere Vald (EE), Trencin (SK) Lund (SE); ver <https://www.euractiv.com/section/politics/news/eu-cities-and-regions-to-host-summer-camps-for-ukrainian-children/>.

⁵⁹ Uma iniciativa especial centrada nas crianças das forças armadas ucranianas e dos principais trabalhadores sediados na Ucrânia, lançada pelo Comité das Regiões Europeu e pela Associação dos Municípios ucranianos.

⁶⁰ <https://www.euractiv.com/section/politics/news/eu-cities-and-regions-to-host-summer-camps-for-ukrainian-children/>.

⁶¹ <https://hungarytoday.hu/hundreds-of-ukrainian-children-to-enjoy-camps-in-hungary/>.

⁶² Para mais informações, consultar o parecer do Comité das Regiões intitulado « *O papel dos municípios e regiões da UE na reconstrução da Ucrânia*», CIVEX-VII/018, 10-12 de outubro de 2022, relator Dario Nardella (PSE-IT), presidente do município de Florença.

vários níveis e da tolerância zero em relação à corrupção,⁶³o CR retomou a sua proposta de programa Erasmus para os funcionários locais e criou uma escola europeia para a administração local.

É importante ajudar as regiões e os municípios da Ucrânia a desenvolver as capacidades necessárias para cumprir os critérios de adesão⁶⁴ e o CR incentiva vivamente todas as regiões e municípios a participarem através de parcerias individuais e da Aliança dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia. A UE e os seus Estados-Membros devem aumentar o seu apoio à Ucrânia na via da adesão à UE, nomeadamente em termos de conhecimentos técnicos, reforço das capacidades e reformas institucionais, a fim de permitir que as regiões e os municípios do país identifiquem as necessidades dos objetivos de reconstrução a curto prazo, mas também implementem as estratégias a longo prazo das transições digital e ecológica, a fim de satisfazer e criar condições para uma maior resiliência e um melhor bem-estar dos cidadãos.⁶⁵ Um bom exemplo a este respeito é o projeto « **Pacto de Autarcas — Leste**» financiado pela UE, que visa introduzir a iniciativa da UE em matéria de clima e energia nos países da Parceria Oriental e conta com 198 municípios signatários da Ucrânia, com 158 planos de ação locais desenvolvidos.⁶⁶

⁶³ O seminário sobre o reforço do papel dos órgãos de poder local e regional no processo de recuperação e reconstrução da Ucrânia e no seu caminho para a adesão à UE, organizado conjuntamente pelo Comité das Regiões em nome da Aliança Europeia dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia com a Comissão Europeia, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, bem como os governos da Ucrânia, do Reino Unido e da Suíça, em 25 de maio de 2023, apresentou recomendações concretas sobre o caminho a seguir; ver: [https://cor.europa.eu/en/events/Documents/Recommendations para reforçar o papel dos órgãos de poder local e regional na Ucrânia.pdf](https://cor.europa.eu/en/events/Documents/Recommendations%20para%20reforçar%20o%20papel%20dos%20órgãos%20de%20poder%20local%20e%20regional%20na%20Ucrânia.pdf). [§para reforçar o papel dos órgãos de poder local e regional na Ucrânia.pdf](#)

⁶⁴ Parlamento Europeu, [Resolução sobre a reconstrução sustentável e a integração da Ucrânia na comunidade euro-atlântica](#), junho de 2023.

⁶⁵ Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos, [Rebuilding Ukraine by Reinforcecing Regional and Municipal Governance](#), novembro de 2022.

⁶⁶ <https://www.com-east.eu/en/>.

B. Crise energética

A crise energética teve um impacto significativo em todas as comunidades em toda a Europa. Não obstante o aumento dos preços da energia e a elevada inflação, os governos locais e regionais continuaram, no entanto, a prestar serviços essenciais nas 90000 cidades e aldeias europeias, 900 cidades e 280 regiões. Tomaram medidas para assegurar a poupança de energia, a continuidade das atividades energéticas e planos de contingência com o objetivo de reforçar a resiliência energética. Proporcionaram igualmente assistência económica e social aos agregados familiares vulneráveis e às pequenas e médias empresas. No entanto, a crise também ampliou as questões estruturais relativas aos investimentos futuros: como combater a pobreza energética nas nossas comunidades? Como podemos apoiar a transição energética dos nossos negócios locais para manter a competitividade global?

Em 2022, a UE teve de acrescentar à agenda «Objetivo 55», que já estava ocupada, medidas e ações adicionais significativas para fazer face à crise energética, como o REPowerEU. A invasão da Ucrânia pela Rússia e a subsequente redução das exportações russas de gás para a UE empurraram os preços para níveis anteriormente inimagináveis, causando dor aos agregados familiares e às empresas. Neste contexto difícil, as regiões e os municípios enfrentaram o desafio e reagiram de forma decisiva.

Embora as realizações atuais em toda a UE sejam louváveis, existe uma vasta margem para novos progressos. **Na sua resolução urgente, os municípios e as regiões respondem à crise energética: rumo a uma verdadeira União Europeia da Energia,⁶⁷ adotada em fevereiro de 2023, o Comité das Regiões (CR) sublinhou o papel crucial das regiões e dos municípios no apoio às pessoas afetadas pela crise energética e na aplicação de medidas para assegurar a poupança de energia e a continuidade das atividades energéticas.**

No entanto, para acelerar ainda mais a transição para as energias limpas, os municípios e as regiões devem participar nas reformas energéticas em curso para garantir investimentos estratégicos. Através da criação de sinergias entre os instrumentos de financiamento da UE, os projetos no domínio da energia sustentável podem ser acelerados a nível local. Só assim se conseguirá uma verdadeira União da Energia e do Clima.

Trata-se de um apelo urgente à ação. O aumento dos preços da energia afeta todos os europeus, em especial os mais vulneráveis. Entre 2019 e 2022, a percentagem média das despesas de energia num orçamento doméstico aumentou mais de 1/3 e quase duplicou em alguns Estados-Membros da UE. Os preços da eletricidade aumentaram 35 % ao longo do último ano⁶⁸ e avaliações recentes estimam que os agregados familiares mais pobres terão de pagar pelo menos mais 25 % das suas despesas totais em faturas de energia.⁶⁹

Cerca de 40 milhões de cidadãos da UE (9,3 % da população) não conseguiram manter as suas casas adequadamente aquecidas em 2022.⁷⁰ A crise energética, exacerbada pela guerra, agravou-se

⁶⁷ Comité das Regiões, [Resolução sobre os municípios e as regiões em resposta à crise energética: rumo a uma verdadeira União Europeia da Energia](#), fevereiro de 2023.

⁶⁸ Conselho Europeu, [Infografia — Crise energética: Três medidas coordenadas pela UE para reduzir as faturas, outubro de 2022](#) — com base nos dados do Eurostat de setembro de 2022.

⁶⁹ Mercator Research Institute on Global Commons and Climate Change ([Efeitos da crise dos preços da energia nos agregados familiares europeus: Desafios sociopolíticos e opções políticas](#), maio de 2022.

⁷⁰ Eurostat, [Incapacidade de manter o lar adequadamente aquecido — inquérito EU-SILC](#), Código de dados em linha: ILC_MDES01.

já em situações difíceis, o que representa um risco de aumento da pobreza energética e da mobilidade. As economias locais estão a ser fortemente afetadas, com muitas empresas familiares e pequenas e médias empresas obrigadas a reduzir as suas atividades e mão de obra.⁷¹ Além disso, a crise contribui ainda mais para as desigualdades de género, sendo as mulheres e os agregados familiares liderados por mulheres mais suscetíveis de serem afetados pela pobreza energética e por escolhas drásticas de poupança de energia devido às desigualdades estruturais na distribuição dos rendimentos, ao estatuto socioeconómico e às disparidades entre homens e mulheres na prestação de cuidados.⁷² Em 2022, a Eurofound constatou que 44 % das mães solteiras e 31 % das mulheres solteiras lutavam para pagar as suas faturas de energia⁷³.

O CR realizou recentemente um inquérito junto da sua Rede de Polos Regionais (RegHub)⁷⁴ sobre o *futuro do Pacto Ecológico: fazer um balanço e olhar para o futuro*. De acordo com os resultados do inquérito, uma **maioria significativa dos inquiridos (75 %) afirma que as ações climáticas das respetivas regiões ou municípios foram afetadas pela atual crise energética**. Quando questionadas sobre os principais desafios que impedem o progresso na produção de energia limpa, uma parte substancial dos participantes (90 %) aponta para a necessidade de mecanismos de financiamento específicos. Além disso, 80 % dos inquiridos salientam a importância do apoio à inovação, enquanto 50 % enfatizam a importância do reforço das capacidades.

As regiões e os municípios têm vindo a tomar medidas corajosas e imediatas para reduzir o seu próprio consumo de energia, na sequência da invasão russa da Ucrânia. O⁷⁵ inquérito ao *Barómetro Regional e Local* do CR realizado pela Ipsos nos Assuntos Públicos Europeus revelou que a maioria dos inquiridos (63 %) confirmou que a sua cidade ou região tomou medidas para reduzir o consumo de energia, enquanto cerca de um quarto (27 %) respondeu que a sua cidade ou região aplicou medidas para introduzir transportes mais sustentáveis na sua região.

Estes esforços incluem diversas iniciativas, como a redução da temperatura ambiente nos edifícios públicos, o desligamento das luzes de Natal, a aceleração da implantação de lâmpadas LED (Varsóvia, Polónia), a instalação de sistemas dinâmicos de iluminação das ruas (Jena, Alemanha) e a realização de campanhas públicas de sensibilização e ação no trabalho (Graz, Áustria) e nas escolas (Cesena, Itália). As regiões e os municípios têm trabalhado diretamente com os cidadãos e as empresas, demonstrando a coragem e a determinação dos cidadãos, tanto nas zonas urbanas como rurais.

O Plano de **Poupança Energética das Cidades da UE**, lançado⁷⁶ conjuntamente pelo CR, o Pacto de Autarcas Europa e a Comissão Europeia, tem sido uma atividade central destinada a salientar que ações simples, como a fixação de um termóstato a 19 °C (como visto em cidades como Leipzig (Alemanha),

⁷¹ Comissão Europeia, [Relatório sobre o estado da União da Energia, outubro de 2022](#).

⁷² Para mais informações, ver o parecer do Comité das Regiões sobre a igualdade [de género e as alterações climáticas: rumo à integração da perspetiva de género no Pacto Ecológico Europeu](#). ENVE-VII/018, 26-27 de janeiro de 2022, relatora Kata Tüttő (HU-PSE), [membro da Assembleia Geral Local de Budapeste, Hungria](#) e Nações Unidas, [Relatório sobre o impacto mundial em termos de género da crise ucraniana no acesso à energia e na segurança alimentar e nutrição](#), 2022.

⁷³ <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20230224STO76403/international-women-s-day-the-gender-aspects-of-energy-poverty>.

⁷⁴ A [Rede de Polos Regionais do CR \(RegHub\)](#) é constituída por um grupo de partes interessadas locais e regionais que acompanham a aplicação das políticas da UE no terreno e garantem que as vozes locais e regionais são tidas em conta aquando da avaliação dessas políticas a nível europeu. Inclui 46 membros, 10 observadores e um órgão associado. A RegHub é também um subgrupo criado da Plataforma Prontos para o Futuro da Comissão Europeia.

⁷⁵ <https://cor.europa.eu/en/our-work/Pages/EURegionalBarometer-Survey-2023.aspx>.

⁷⁶ <https://eu-mayors.ec.europa.eu/en/cities-energy-saving-sprint>.

Bordéus (França) e Ghent (Bélgica)), não só manteriam as faturas de energia sob controlo, mas também contribuiriam para criar uma Europa mais resiliente e respeitadora do ambiente.

A resposta da UE à luta contra a pobreza energética manteve-se resoluta, através da rápida tomada de decisões e da aplicação de medidas de emergência para proteger os consumidores vulneráveis. Em outubro de 2022, o Conselho da União Europeia chegou a acordo sobre um regulamento relativo a uma intervenção de emergência para fazer face aos elevados preços da energia e afetou 140 mil milhões de EUR para apoiar os agregados familiares e as empresas da UE.⁷⁷

No entanto, as medidas tomadas para combater a pobreza energética são, em grande medida, locais, como demonstrado pela iniciativa da Plataforma de Aconselhamento sobre Pobreza Energética da UE.⁷⁸ Os projetos específicos que abordam a pobreza energética com uma perspetiva de inclusão social foram igualmente apoiados pelo programa Interreg Europa 2014-2020⁷⁹ e por ações urbanas inovadoras, como o projeto da Unidade de Informação sobre a Pobreza Energética em Getafe (Espanha).⁸⁰ As regiões e os municípios prestaram serviços e aconselhamento essenciais e canalizaram o apoio social para ajudar os cidadãos e as empresas a enfrentar este período muito difícil.

No entanto, para além de fazer face à crise imediata dos custos energéticos, os objetivos a mais longo prazo de inverter as alterações climáticas e de fazer avançar a transição energética devem ser mantidos e promovidos. A transição da UE dos combustíveis fósseis para fontes de energia renováveis e eficiência energética só pode ser possível com o empenho e a participação ativa das regiões e dos municípios, trabalhando em conjunto com os cidadãos e a sociedade civil. O Pacto Ecológico da UE é a pedra angular deste processo, e a sua aplicação adequada só pode ser alcançada através da participação direta dos cidadãos e dos órgãos de poder local e regional — onde estão a concretizar-se projetos no domínio da energia verde.

A eletricidade produzida a partir de fontes renováveis está na vanguarda desta transformação, substituindo gradualmente os combustíveis fósseis para aquecimento-arrefecimento (por exemplo, com bombas de calor) e transporte (automóveis elétricos, comboios elétricos, etc.). O gráfico que se segue demonstra a dimensão desta mudança marítima na UE quando o Pacto Ecológico da UE começava a estabelecer-se. O aumento das energias renováveis a tal ponto que substituem os combustíveis fósseis exigirá investimentos substanciais, mas também um apoio significativo da sociedade para novos parques solares, parques eólicos marítimos e outros projetos localizados na UE. Será essencial que o equipamento essencial para a produção de energia renovável seja também produzido na UE. Neste contexto, **as regiões e os municípios podem ser catalisadores e aceleradores da transição, ao mesmo tempo que sensibilizam e mobilizam o apoio público em torno das questões em jogo no terreno.**

⁷⁷ Conselho da União Europeia, [Regulamento \(UE\) 2022/1854](#), outubro de 2022.

⁷⁸ https://energy-poverty.ec.europa.eu/index_en

⁷⁹ Ver, por exemplo, os seguintes projetos europeus, [Powerty — Energias renováveis para grupos desfavorecidos \(2019-2023\)](#) ou [Comact — Ações adaptadas à Comunidade para a atenuação da pobreza energética \(2020-2023\)](#).

⁸⁰ Para mais informações, consultar <https://uia-initiative.eu/en/uia-cities/getafe>.

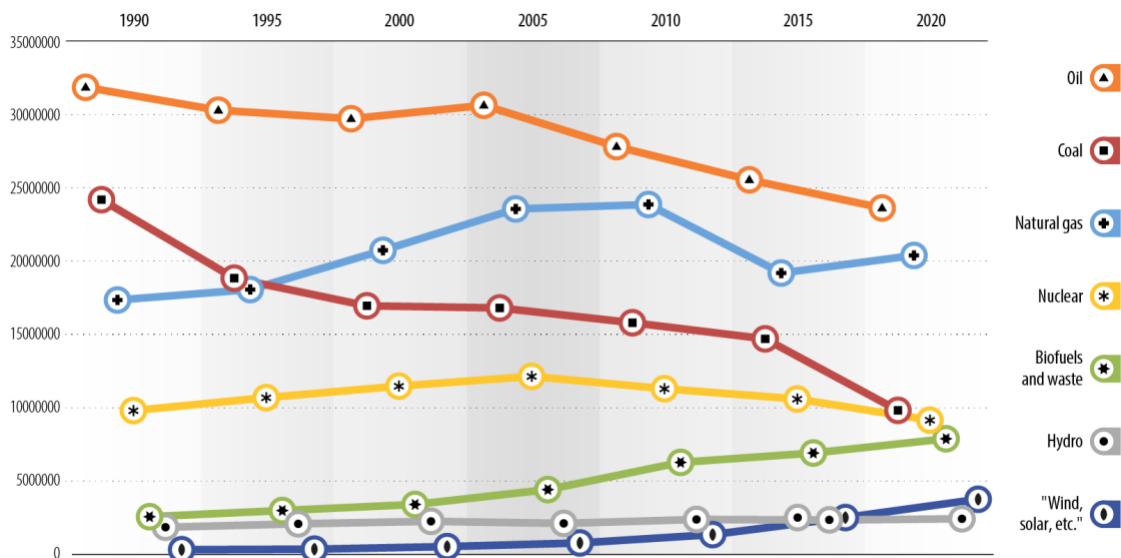


Figura 3 — Produção de eletricidade por fonte, Europa 1990 — 2020

Fonte — compilação do CR com base na Agência Internacional da Energia⁸¹

Nota — O fornecimento total de energia exclui o comércio de eletricidade e calor/o carvão também inclui turfa e xisto betuminoso, se for caso disso

O Pacto Ecológico da UE e o REPowerEU devem ser aplicados de forma mais integrada, que dê prioridade à inovação e à eficiência na forma como a energia é produzida e consumida, sem deixar para trás nenhuma cidade ou região. Neste percurso transformador, as regiões e os municípios estão a assumir a liderança. No inquérito realizado pela RegHub do CR sobre o *futuro do Pacto Ecológico: fazendo o ponto da situação e olhando para o futuro*, 82,45 % dos inquiridos afirmam que o seu município ou região estabeleceu um objetivo de neutralidade climática a alcançar até 2050, demonstrando a sua ambição de exceder o objetivo mais vasto da UE. Outro exemplo brilhante deste compromisso pode ser visto nas mais de 100 cidades que aderiram à Missão da UE sobre Cidades Inteligentes e Neutras Climáticas, comprometendo-se a alcançar a neutralidade climática até 2030.

REGIÕES E MUNICÍPIOS QUE FACILITAM A «INOVAÇÃO PROFUNDA»

BOMBAS DE CALOR SUBSTITUEM GÁS PARA AQUECIMENTO E ARREFECIMENTO

Os agregados familiares da UE estão a comprar e instalar bombas de calor a um ritmo recorde. Tal é possibilitado por incentivos fiscais, como, por exemplo, uma redução da tributação e/ou subsídios de compra por parte da administração central, mas também através da flexibilidade da administração local e de ações de apoio sob a forma de procedimentos simplificados de candidatura à instalação e, em muitos casos, de apoio adicional ao financiamento. Em consequência do que precede, as tendências do mercado sugerem que em 2022 foi vendido um número recorde de instalações de quase 3 milhões de unidades de aquecimento.

Por exemplo, na Polónia, o mercado das bombas de calor cresceu 121 % em termos homólogos nos três primeiros trimestres de 2022. Em 2022, as vendas de bombas de calor cresceram 53 % em

⁸¹ <https://www.iea.org/regions/europe>.

⁸² <https://cor.europa.eu/en/engage/Documents/RegHub/green-deal-taking-stock-looking-ahead.pdf>

termos homólogos na Alemanha. Com pressupostos prudentes, estima-se que a implantação de bombas de calor, por si só, reduzirá o consumo de gás da UE em 2023 em 20 TWh.⁸³

2023 ainda é um ano de adaptação à nova geopolítica do mercado da energia. A economia da UE foi duramente afetada pelo impacto da guerra contra a Ucrânia, mas manteve-se resiliente e os preços elevados da energia foram contrariados por uma intervenção política. Ações específicas a nível regional e local para reduzir o consumo de energia, adotar medidas de poupança de energia nos edifícios públicos, implantar e incentivar a utilização dos transportes públicos e ser mais eficientes em termos de combustível em geral, juntamente com ações profundas de inovação, não só reduziram a dependência energética russa, mas também abriram caminho a uma perspetiva energética mais limpa para a UE.

Embora 2022 tenha marcado uma aceleração da transformação do cabaz energético europeu, foi também um ponto de viragem para muitas regiões cujas economias se baseiam em indústrias com utilização intensiva de energia e cuja produção diminuiu. Estas regiões acolhem importantes instalações industriais para metais de base, produtos químicos, minerais não metálicos e papel, para os quais os custos energéticos representam uma percentagem muito maior dos custos de produção do que para o fabrico com menor intensidade energética. Uma vez que é provável que as oscilações dos preços da energia e a instabilidade sejam a norma num futuro próximo, será essencial que a UE adote uma combinação de políticas para evitar que estas regiões e indústrias percam a concorrência mundial.

A saída do gás russo constitui uma oportunidade para acelerar a proeminência dos combustíveis não fósseis no cabaz energético da UE e para a UE se tornar independente do ponto de vista energético. Mais energia eólica, solar, hidroelétrica, geotérmica e um foco significativo na eficiência energética têm sido os ingredientes escolhidos para esta transição. Esta transição para a produção interna de energia, que está no centro dos esforços do REPowerEU, sublinha **o papel crucial das regiões e dos municípios na facilitação da execução de mais, de maior escala e de projetos de energias limpas relevantes a nível local, dentro dos limites de tempo e de orçamento** — tudo isto respeitando critérios ambientais e sociais rigorosos estabelecidos pela legislação nacional e da UE.⁸⁴

UMA AGÊNCIA DO CLIMA COMO BALCÃO ÚNICO PARA A RENOVAÇÃO BUDAPESTE, HUNGRIA

Budapeste pretende combater o baixo desempenho energético dos edifícios privados e a pobreza energética com a criação da CARES, uma Agência do Clima para a Renovação de habitações.⁸⁵ As atividades-piloto visam dar resposta aos seguintes desafios relacionados com o parque habitacional eficiente do ponto de vista energético:

⁸³ <https://www.chpa.org/poland-spectacular-growth-in-heat-pump-sales-in-the-first-three-quarters-of-2022/>;

<https://www.chpa.org/germanys-impressive-heat-pump-sales-growth-53-in-2022/>.

⁸⁴ A energia comunitária é um conceito fundamental que combina as energias renováveis e a ação a nível municipal; para mais informações, ver <https://www.rescoop.eu/news-and-events/stories/september-success-story-citizens-teaming-up-with-their-municipalities-in-the-energy-transition>.

⁸⁵ Para mais informações, consultar <https://netzerocities.eu/budapests-pilot-city-activity-cares-climate-agency-for-renovation-of-homes/>.

(1) a falta de incentivos para que os proprietários privados renovem suas casas devido à ausência de regimes de financiamento nacionais e limites máximos aos preços da energia das famílias a nível nacional;

(2) acesso parcial aos fundos da UE, limitando a capacidade do município para intervir na habitação mercado sem apoio externo.

O objetivo é criar uma Agência do Clima sob a forma de um modelo de balcão único que desenvolva modelos financeiros em cooperação com bancos comerciais e intervenientes financeiros internacionais. A Agência será responsável por assegurar que os produtos financeiros chegam aos utilizadores finais e que as soluções técnicas inteligentes são implantadas no âmbito das renovações. As áreas de intervenção serão escolhidas com base em resultados científicos e em parâmetros técnicos e socioeconómicos de construção. A Agência do Clima prestará igualmente especial atenção à participação das comunidades e à definição das atitudes públicas, reduzindo simultaneamente a pobreza energética.

UM MODELO INSULAR DE ENERGIA VERDE E AUTÓNOMA HALKI, GRÉCIA

Halki é a primeira ilha a fazer parte do projeto GR-Eco Islands,⁸⁶ uma parceria de empresas gregas e francesas, sob a coordenação do Ministério do Ambiente e da Energia helénico e com a participação da autoridade local, com o objetivo de transformar as ilhas gregas em modelos de economia verde, autonomia energética, inovação digital e mobilidade ecológica.

O projeto inclui várias ações, como o aumento da utilização de fontes de energia renováveis, a criação de infraestruturas digitais, a promoção da eficiência energética, a gestão sustentável dos resíduos e da água, a mobilidade eletrónica e a eletrificação dos transportes e a transformação ecológica da agricultura e do turismo.

Halkion é a primeira comunidade local de energia a possuir e operar uma central fotovoltaica numa ilha grega não interligada. Residentes, empresas e o município de Halki beneficiarão de uma redução de 55 % nas faturas de eletricidade, poupanças anuais de 180000 a 250 000 EUR, autossuficiência energética e uma redução de 1 800 toneladas de emissões de carbono por ano. ⁸⁷

O BALCÃO ÚNICO DE ENERGIA DO PORTO ENVOLVER CIDADÃOS E ENTIDADES LOCAIS NO PORTO, PORTUGAL

A AdePorto coordena o projeto Porto Energy Ascensor (PEER), que visa apoiar entidades públicas e privadas no desenvolvimento de programas de renovação arrojados, integrando novos esquemas financeiros na Área Metropolitana do Porto a norte do rio Douro.

⁸⁶ Para mais informações, ver <https://clean-energy-islands.ec.europa.eu/news/gr-eco-islands-turning-greek-islands-models-green-sustainable-development>, para 2023, os [dados](#).

⁸⁷ <https://greekcitytimes.com/2023/03/29/the-greek-island-of-halki-produces-all-their-energy-needs/>.

O ambicioso programa de renovação da AdePorto resultou na criação de balcões únicos que adotam regimes de financiamento inovadores para renovar 3000 casas e incentivar os cidadãos a envolverem-se na eficiência energética e na produção de energias renováveis. O projeto centra-se em edifícios familiares existentes, especialmente em habitações sociais e de baixos rendimentos, tanto públicas como privadas. O seu principal objetivo é ter 3000 habitações reformadas e 12 MW de capacidade fotovoltaica instaladas até ao final do projeto.⁸⁸

AJUDAR OS CONSUMIDORES DURANTE A CRISE ENERGÉTICA CASTILLA Y LEÓN, ESPANHA

A agência regional de energia de Castilla y León, EREN, planeou e promulga uma série de medidas, desde a energia fotovoltaica a campanhas de rádio, para permitir medidas de poupança de energia e eficiência que apoiem os cidadãos castelhanos em resposta à crise energética em curso.⁸⁹ A Eren está a executar dois programas de subvenções para ajudar os consumidores de Castela e Leão a fazer face aos efeitos da crise energética, com mais de 80 milhões de euros de auxílio do Next Generation EU atribuídos a consumidores e empresas individuais.

O primeiro programa de subvenções (orçamento 71,8 milhões de EUR) foi lançado em janeiro de 2022 com o objetivo de promover investimentos no autoconsumo e armazenamento com fontes de energia renováveis e implementar instalações de energia térmica renovável no setor residencial. O orçamento total é de 340 milhões de euros. O segundo programa de subvenções (8,2 milhões de euros) promove investimentos na implementação de sistemas térmicos renováveis noutros setores que não o setor residencial.

As ações-chave incluem:

- *Novas medidas de poupança de energia e de eficiência energética;*
- *Medidas destinadas a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, como a instalação de painéis solares nos telhados dos edifícios públicos;*
- *Medidas de eficiência energética no parque imobiliário público;*
- *Promoção da utilização de bicicletas, bicicletas elétricas e trotinetas eletrónicas como substituto de veículos particulares;*
- *Campanhas de sensibilização do público na televisão, na rádio e na Internet.*

ELIMINAÇÃO PROGRESSIVA DOS FÓSSEIS UM CAMINHO PARA UM AQUECIMENTO RESIDENCIAL MAIS ECOLÓGICO E EFICIENTE

AEAP, a Agência de Energia da cidade de Plovdiv (Bulgária), apoia a eliminação progressiva da utilização de lenha e carvão para aquecimento doméstico. Há muito que a EAP defende a utilização sustentável da biomassa local para aquecimento e o aumento da eficiência energética dos

⁸⁸ Informações obtidas a partir de [Engaging cidadãos e entidades locais — o balcão único «Porto Energy Hub» — Fedarene.](#)

⁸⁹ Para mais informações, consultar <https://fedarene.org/best-practice/eren-helping-consumers-in-castilla-y-leon-face-the-effects-of-the-energy-crisis/>.

*dispositivos de aquecimento como principal meio de combater a poluição atmosférica. A agência oferece uma subvenção estatal de 100 % a 3500 famílias para substituir seus antigos fogões de aquecimento por alternativas ecológicas. Esta ação mostra como as políticas integradas descarbonizadas e hipocarbônicas podem ser um fator decisivo para enfrentar os desafios energéticos, climáticos e ambientais que as regiões e os municípios enfrentam.*⁹⁰

⁹⁰ [O caminho de Plovdiv para um aquecimento residencial mais eficiente, verde e independente da energia — Fedarene.](#)

C. Catástrofes climáticas

O aquecimento global e as alterações climáticas estão a afetar duramente as regiões europeias. As populações e economias locais sofrem cada vez mais os efeitos de ondas de calor disruptivas, secas, inundações repentinas e incêndios florestais. Embora os governos locais e regionais já estejam na vanguarda na redução das emissões de gases com efeito de estufa, têm cada vez mais de intensificar as medidas para assegurar a adaptação às alterações climáticas e a resiliência das suas comunidades, a fim de proteger vidas, infraestruturas e empresas.

A Europa precisa de investimentos na adaptação às alterações climáticas a uma taxa estimada de 40 mil milhões de euros por ano, a fim de se adaptar a um aumento da temperatura global de 1,5.º acima dos níveis de 1990. Tal aumentaria para 120 mil milhões de euros e 200 mil milhões de euros por ano para se adaptar a um aumento da temperatura de 2.º ou 3.º-4.º, respetivamente.
91 Que regiões europeias são mais vulneráveis aos riscos climáticos? Quais são as necessidades de adaptação a nível local? Como podemos ajudar as regiões a enfrentar esta dupla transição, para a neutralidade climática, mas também para a resiliência às alterações climáticas?

O ano de 2023 amplia a relevância destas questões. Na sequência do mês de junho mais quente registado e de uma série de fenómenos meteorológicos extremos, incluindo ondas de calor e incêndios florestais no sul da Europa, o Serviço de Alterações Climáticas Copernicus confirmou que a temperatura média mundial em julho de 2023 foi a mais alta registada em qualquer mês.⁹² Os acontecimentos críticos de 2023 incluem secas na bacia do rio Sado, no Alentejo (Portugal), e na bacia de Sau, na Catalunha (Espanha), e as inundações devastadoras em Emilia Romagna e Le Marche (Itália).⁹³ Neste último caso, as fortes chuvas provocaram o transbordamento de vinte e três rios em toda a região, causando danos generalizados e deslocando mais de 30000 habitantes. Este acontecimento catastrófico matou 14 pessoas, afetou significativamente quase um milhão de pessoas e resultou em cerca de 5 mil milhões de euros em danos. Inundações catastróficas também devastou vários municípios em dois terços do território da Eslovénia, causando sete baixas e danos materiais graves.⁹⁴ Outra catástrofe climática registada no verão de 2023 foi a ocorrência de cerca de 60 incêndios florestais que ocorreram simultaneamente na Grécia. Notavelmente, na ilha de Corfu, mais de 19000 cidadãos foram evacuados — a maior evacuação deste tipo na história do país.⁹⁵

Em 2022, foram comunicadas mais de 16000 mortes devido a fenómenos meteorológicos e climáticos de elevado impacto, sendo 99,6 % destes casos atribuídos a ondas de calor.⁹⁶ De acordo com a base de dados de eventos de emergência,⁹⁷ houve 40 riscos meteorológicos, hidrológicos e relacionados com o clima na Europa em 2022, o que resultou em 16365 mortes comunicadas e que afetaram diretamente 156000 pessoas. Cerca de 67 % destes eventos foram relacionados com inundações e tempestades. Tal como acima referido, no entanto, as ondas de calor representam o maior número de vítimas — com

⁹¹ Agência Europeia do Ambiente, [Avaliação dos custos e benefícios da adaptação às alterações climáticas](#), 2023

⁹² Copérnico — O olho da Europa na terra, [temperatura do ar de superfície para julho de 2023](#), julho de 2023.

⁹³ Copernicus — O olho da Europa na terra, [inundações históricas atingiram Emília-Romanha, Itália maio de 2023](#).

⁹⁴ Governo da Eslovénia, [Piores inundações atingiram a Eslovénia | GOV.SI](#), 2023

⁹⁵ <https://www.theguardian.com/world/2023/jul/24/greece-wildfires-corfu-evia-rhodes-heatwave-northern-hemisphere-extreme-weather-temperatures-europe>.

⁹⁶ Organização Meteorológica Mundial, [Estado do Clima na Europa](#), 2023.

⁹⁷ *Ibid.*

incêndios florestais que também afetam os sistemas respiratórios e afetam a biodiversidade — e um estudo recente publicado pela *Nature* destaca a vulnerabilidade regional à mortalidade relacionada com o calor, com picos notáveis nas regiões de Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Roménia, bem como no sul de França e em várias regiões da Alemanha.⁹⁸ Para reconhecer esta realidade sombria e sublinhar o seu compromisso de agir contra as alterações climáticas, a UE inaugurou recentemente, em 15 de julho, o Dia Anual da UE para as Vítimas da Crise Climática Global.⁹⁹

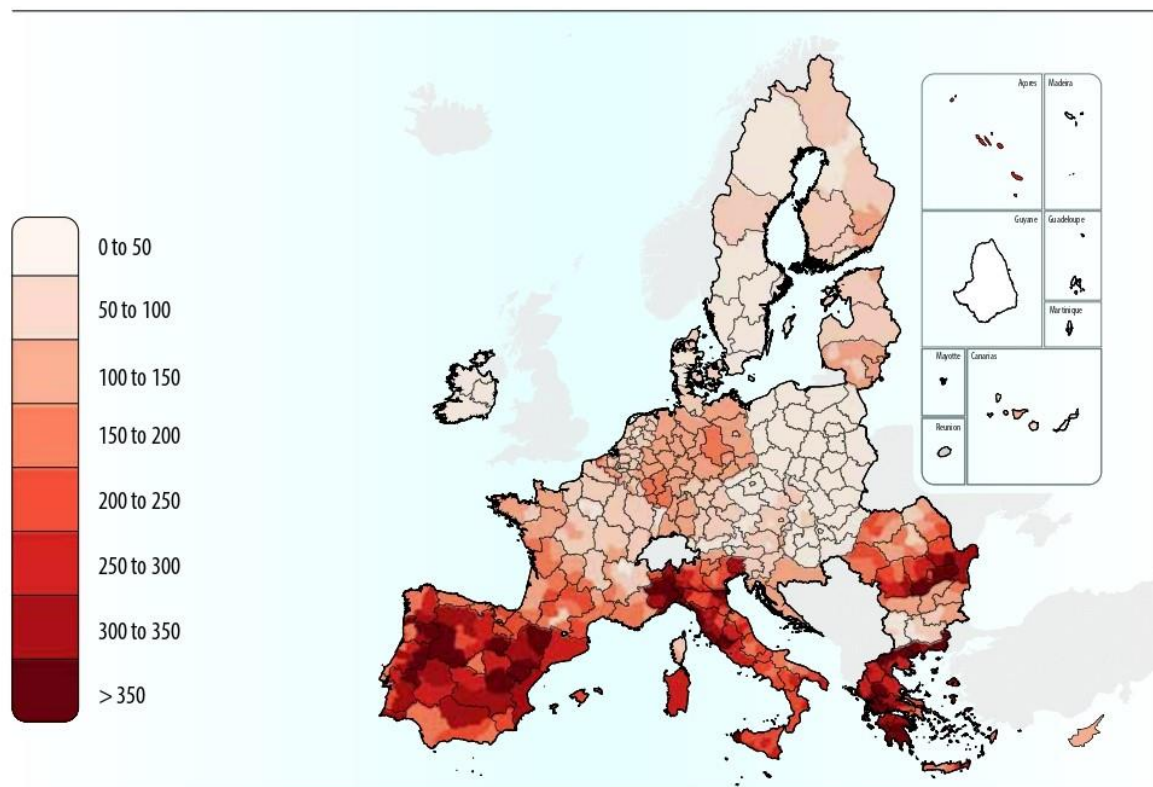


Figura 4 — Número de mortes relacionadas com o calor por milhão de habitantes e por ano (2015-2022)
 Fonte — compilação do CR baseada na natureza¹⁰⁰

Nota — Mortalidade relacionada com o calor na Europa (2015-2022)

Além disso, segundo a Agência Europeia do Ambiente, **estima-se que as emissões de poluentes atmosféricos causem já a morte prematura de 315000 pessoas por ano**, o equivalente a uma cidade inteira de média dimensão, como Nantes (França), Timișoara (Roménia), Bona (Alemanha) ou Bari (Itália). Para além dos gases com efeito de estufa provenientes de grandes instalações industriais na Europa, estima-se que tenha custado à sociedade entre 277 e 433 mil milhões de euros em 2017. Este valor corresponde a cerca de 2-3 % do produto interno bruto (PIB) da UE, ultrapassando a produção económica total de muitos Estados-Membros.¹⁰¹

⁹⁸ Ballester, J., Quijal-Zamorano, M., Méndez Turrubiates, R.F., Pegenaute, F., Herrmann, F.R., Robine J.M., Basagaña, X., Tonne, T., Antó, J.M., e Achebak, H., [mortalidade relacionada com o calor na Europa durante o verão de 2022](#). Medicina da Natureza, 2023.

⁹⁹ https://climate.ec.europa.eu/news-your-voice/news/eu-day-victims-global-climate-crisis-2023-07-13_en.

¹⁰⁰ Ballester, J., Quijal-Zamorano, M., Méndez Turrubiates, R.F., Pegenaute, F., Herrmann, F.R., Robine J.M., Basagaña, X., Tonne, T., Antó, J.M., e Achebak, H., [mortalidade relacionada com o calor na Europa durante o verão de 2022](#). Medicina da Natureza, 2023.

¹⁰¹ Agência Europeia do Ambiente, [«Poluição atmosférica industrial na Europa custa à sociedade 277 — 433 mil milhões de EUR»](#), setembro de 2021.

O Eurostat calcula que os fenómenos meteorológicos extremos causaram mais de 145 mil milhões de euros em perdas económicas na UE ao longo da última década.¹⁰² Além disso, a média móvel de 30 anos das perdas económicas relacionadas com o clima revela uma tendência clara, aumentando quase 2 % ao ano ao longo da última década.

As catástrofes relacionadas com o clima estão também a prejudicar cada vez mais as infraestruturas críticas, como as redes elétricas, a rede de transportes e os sistemas de informação e comunicação. Os prejuízos anuais esperados na Europa Meridional e em grande parte da Europa Ocidental e Central serão devastadores e financeiramente insuportáveis. O gráfico abaixo ilustra as tendências preocupantes se as alterações climáticas não forem revertidas. Esta deterioração agravará as disparidades territoriais entre as regiões da UE, representando um desafio significativo para a sustentabilidade das infraestruturas críticas e o bem-estar social geral. As regiões costeiras, em cenários de emissões elevadas (um aumento de 3,2 a 5,4 graus Celsius até 2100), poderão sofrer perdas económicas de cerca de 39 mil milhões de euros por ano até 2050 e até 960 mil milhões de euros por ano no final do século.¹⁰³

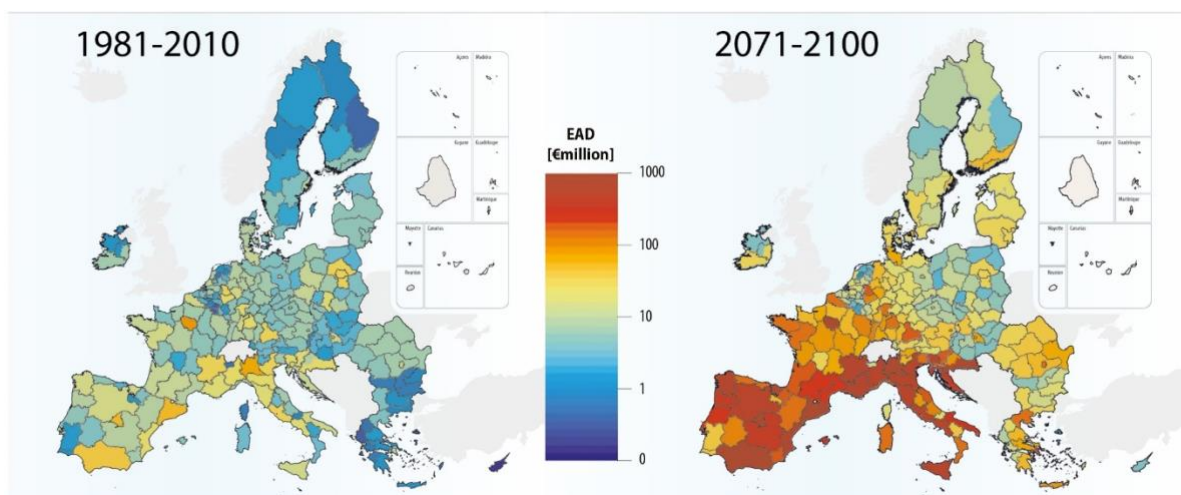


Figura 5 — Previstos danos anuais em infraestruturas críticas nas regiões europeias, devido às alterações climáticas, até ao final do século (milhões de EUR)

Fonte — compilação do CR baseada na Comissão Europeia¹⁰⁴

Os fenómenos meteorológicos extremos e as catástrofes climáticas estão também a reduzir a viabilidade e a produtividade de muitas atividades económicas locais. As regiões com elevados níveis de emprego na agricultura, ou no setor da construção, são significativamente afetadas por ondas de calor mais longas e intensas. A produtividade do trabalho diminuirá, especialmente nas regiões mediterrânicas. As ondas de calor tornarão o trabalho ao ar livre duro e potencialmente mortal.¹⁰⁵ Para dar uma noção de escala, estima-se que as ondas de calor do verão de 2023 custam aos territórios de Espanha, onde os trabalhadores locais estavam mais expostos a temperaturas escaldantes, 1 % do PIB;

¹⁰² Eurostat, [Perdas das alterações climáticas: 145 mil milhões de EUR numa década](#), outubro de 2022.

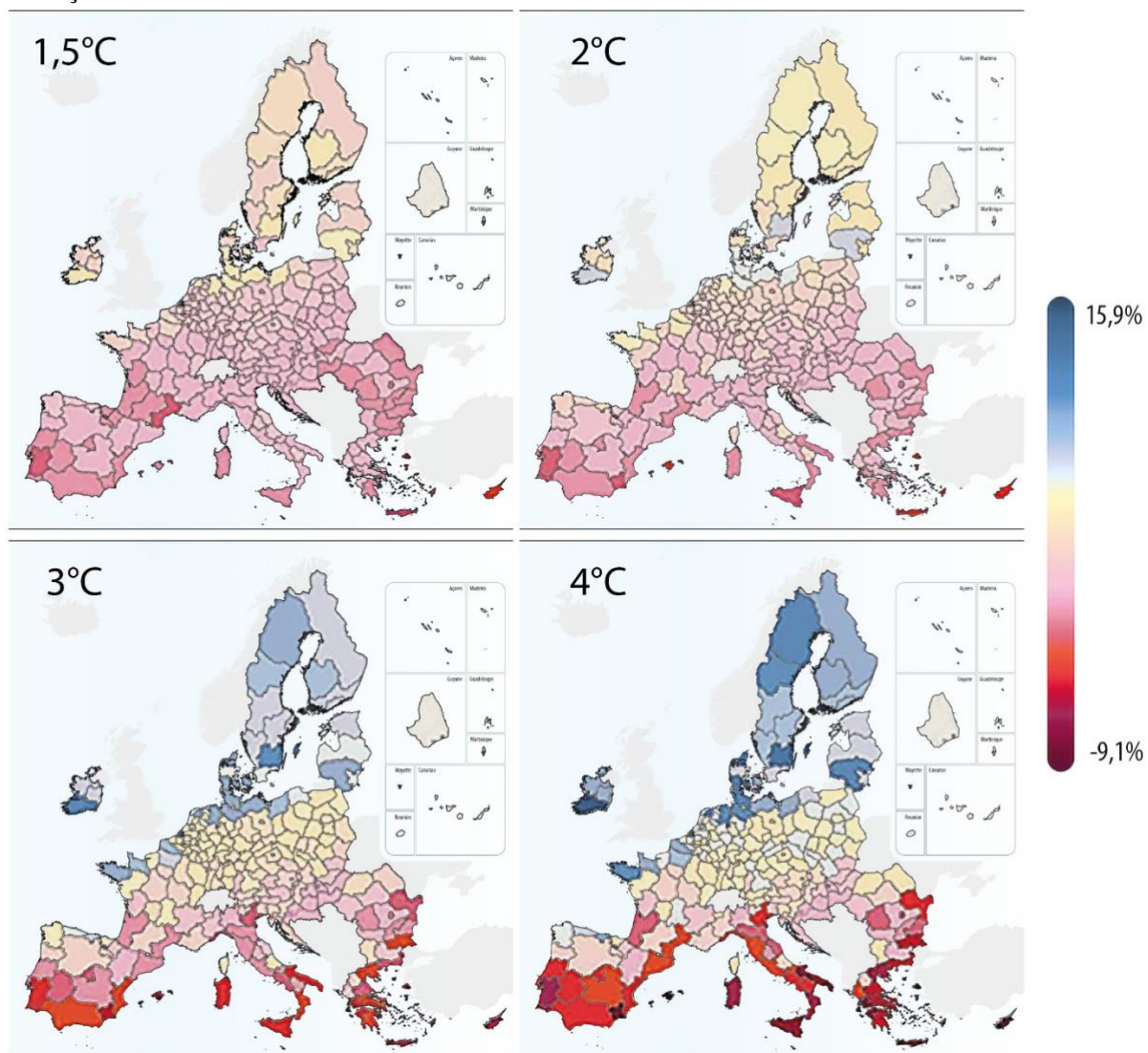
¹⁰³ Comissão Europeia, [Relatório sobre a aplicação da estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas](#), novembro de 2018.

¹⁰⁴ *Ibid.*

¹⁰⁵ Parlamento Europeu, [Compensação das vítimas de catástrofes relacionadas com as alterações climáticas](#), 2023.

e a agricultura sofreu secas prolongadas. Em termos de perda de produtividade, um dia de calor extremo (acima de 32 graus) equivale a meio dia de greve.¹⁰⁶

As consequências das alterações climáticas também correm o risco de perturbar significativamente a indústria do turismo local, não só no que diz respeito aos destinos, mas também à sazonalidade. O turismo é uma importante fonte de receitas para as regiões meridionais da Europa, especialmente devido ao apelo do Mar Mediterrâneo. No entanto, prevê-se que um aumento da temperatura global tenha efeitos devastadores sobre esta atividade económica, que é fundamental em muitas pequenas aldeias, cidades e regiões de Chipre, Grécia, Espanha, Itália, Croácia, Portugal e Malta. O gráfico que se segue apresenta cenários potenciais no que diz respeito à procura de turismo na Europa se não forem tomadas medidas adequadas para combater o impacto das alterações climáticas.¹⁰⁷



¹⁰⁶ Allianz, [Ebulição global: a onda de calor pode custar 0.6 pp do PIB mundial](#), 2023.

¹⁰⁷ Centro Comum de Investigação, [Impacto regional das alterações climáticas na procura de turismo europeu](#), 2023.

Figura 6 — Evolução projetada da procura de turismo regional europeu para todos os cenários de aquecimento global, em comparação com o atual (2019) em termos percentuais

Fonte — compilação do CR com base no Centro Comum de Investigação¹⁰⁸

Nota — Os valores apresentados referem-se ao cenário de emissão RCP8.5

As alterações climáticas agravarão as desigualdades existentes. Prevê-se que a Europa meridional, as cidades europeias e as regiões costeiras sejam as mais afetadas por múltiplos riscos.¹⁰⁹ Tanto a coesão como a competitividade das regiões europeias estão em jogo. As catástrofes naturais têm uma influência negativa na coesão económica, social e territorial da UE, dificultando a execução da política de coesão da União.¹¹⁰ Dados recentes do projeto ESPON CLIMATE, que¹¹¹ combinou os perigos relacionados com o clima com a exposição regional e a vulnerabilidade, revelam que, mesmo que os objetivos do Acordo de Paris sejam atingidos, as regiões europeias ainda enfrentarão numerosos riscos em graus diferentes. Tem em conta a pressão térmica sobre as populações; inundações costeiras nos setores das infraestruturas, da indústria e dos serviços; inundações fluviais nas populações, nas infraestruturas, na indústria e nos serviços; inundações repentinas em setores culturais; incêndios florestais no ambiente; secas no setor primário (ao mesmo tempo que afetam diretamente as comunidades locais e a biodiversidade). Por conseguinte, é necessário prestar especial atenção às realidades socioeconómicas das regiões turísticas, investindo simultaneamente na sua resiliência face às consequências das alterações climáticas.

¹⁰⁸ *Ibid.*

¹⁰⁹ Parlamento Europeu, [Compensação das vítimas de catástrofes relacionadas com as alterações climáticas](#), 2023.

¹¹⁰ Parlamento Europeu, [Consequências da seca, do fogo e de outros fenómenos meteorológicos extremos: intensificar os esforços da UE para combater as alterações climáticas](#), Resolução 2022 (0330).

¹¹¹ ESPON EGTC, [ESPON na COP 27: Distribuição espacial do risco na Europa associado às alterações climáticas](#), novembro de 2022.

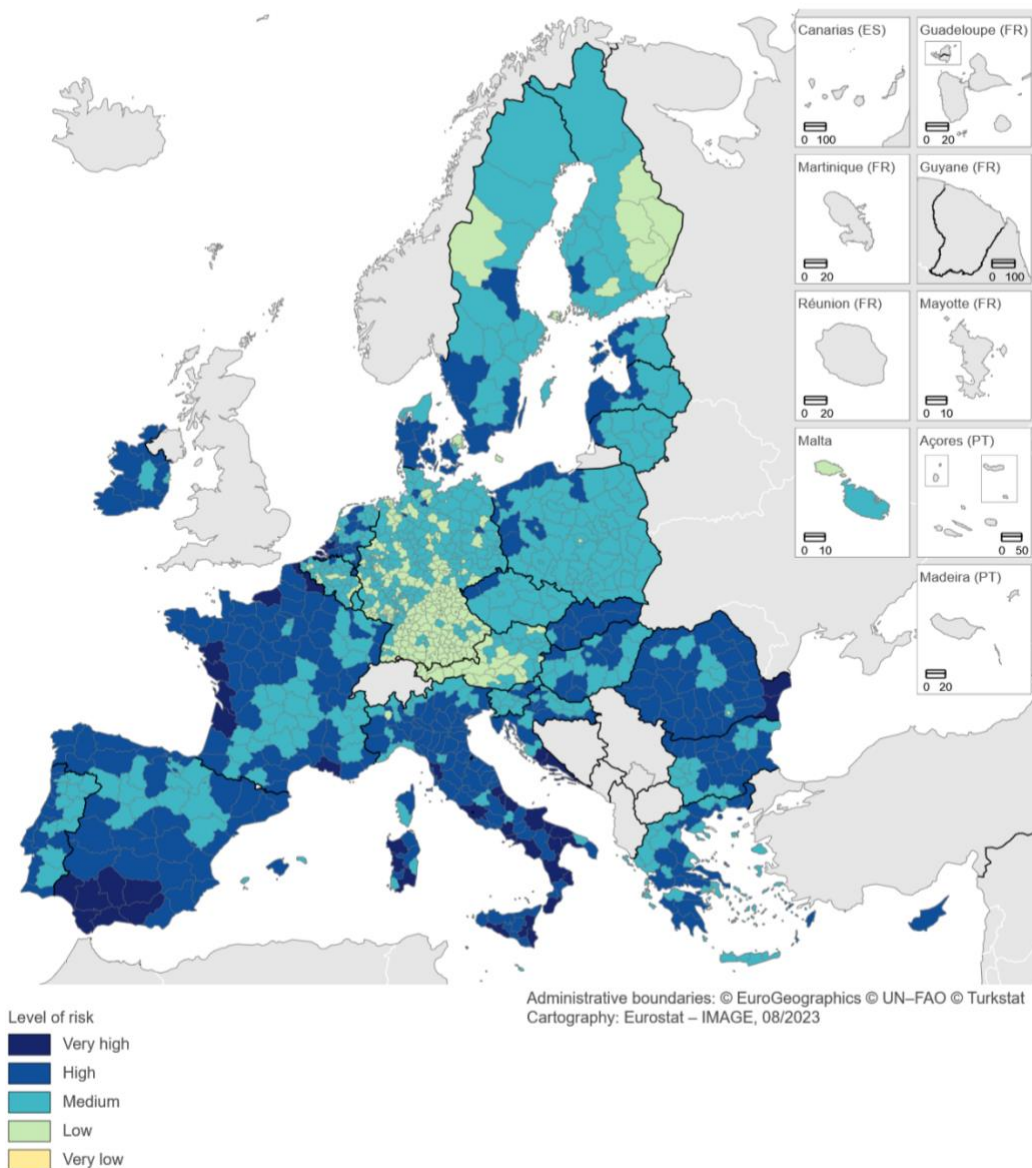


Figura 7 — Risco climático agregado — cenário de emissões muito elevadas com exposição absoluta (2070 — 2100) RCP 8.5

Fonte — compilação do CR com base na ESPON112

Nota — não existem dados disponíveis para as regiões ultraperiféricas. Para efeitos do relatório anual da UE de 2023, o mapa não mostra os países da EFTA/não pertencentes à UE, no entanto, note-se que o projeto ESPON os forneceu.

O Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas¹¹³ informa que estes riscos climáticos são cada vez mais evidentes e mais agudos. O aumento das temperaturas, a rápida mudança dos padrões climáticos, as catástrofes naturais frequentes e intensificadas e os fenómenos meteorológicos extremos afetam direta e fortemente a sociedade, a economia e o ambiente, resultando em mortes, devastação de propriedades, destruição de habitats naturais e perda de biodiversidade.¹¹⁴

¹¹² ESPON, [Atualização e Integração de Conjuntos de Dados e Mapas ESPON CLIMATE. Relatório final](#) de 2022.

¹¹³ IPCC, [Relatório de Síntese AR6: Alterações climáticas 2023](#), 2023.

¹¹⁴ Para uma lista pormenorizada dos fenómenos meteorológicos extremos na Europa e a nível mundial a partir de 2011, incluindo uma análise científica de como as alterações climáticas resultantes de missões de carbono estão a desencadear tais eventos, consulte o mapa interativo em <https://www.carbonbrief.org/mapped-how-climate-change-affects-extreme-weather-around-the-world/>.

Os fenómenos meteorológicos extremos e as respetivas consequências na Europa ao longo dos últimos cinco anos sublinharam a necessidade urgente de agir contra as alterações climáticas (mitigação) e, paralelamente, de aplicar medidas de proteção contra os seus impactos nocivos (adaptação). A adaptação, em particular, desempenha um papel crucial a nível local, uma vez que é aí que as vulnerabilidades associadas às alterações climáticas são mais pronunciadas. É a nível local que as catástrofes climáticas têm um impacto profundo, exigindo esforços concentrados para enfrentar proativamente os riscos ou, uma vez ocorrido uma catástrofe natural, agir rápida e decisivamente para evitar a perda de vidas, salvaguardar os meios de subsistência e proteger o ambiente natural.

As regiões e os municípios desempenham um papel fundamental num vasto leque de medidas de adaptação: desde a modernização das infraestruturas críticas até às inundações, à adaptação das escolas, hospitais e lares locais às ondas de calor; desde a proteção das zonas costeiras dos aumentos do nível do mar até ao investimento na gestão eficiente da água para combater as secas, bem como à renovação dos espaços públicos em geral para proporcionar sombra e zonas de refrigeração e muitos outros exemplos. Com efeito, cerca de metade dos inquiridos (51 %) no inquérito do *Barómetro Regional e Local* do CR realizado pela Ipsos Assuntos Públicos Europeus destacou a «crise climática e o ambiente» como um dos principais domínios em que as regiões e os municípios devem ter uma maior participação na elaboração das políticas da UE.

No entanto, existe um verdadeiro défice de financiamento da adaptação, estimado em cerca de 40 mil milhões de euros por ano, o que é especialmente evidente para níveis mais baixos de governação, tal como reconhecido pela mesma Comissão Europeia.¹¹⁷ No inquérito realizado pela Rede de Polos Regionais (RegHub), no Comité das Regiões (CR), sobre o *futuro do Pacto Ecológico: fazendo o ponto da situação e olhando para o futuro*,¹¹⁸ 40 % dos inquiridos referiram a aplicação ativa das políticas de adaptação às alterações climáticas nas suas regiões ou municípios. No entanto, o inquérito também esclareceu os obstáculos enfrentados por uma parte significativa dos participantes, com 35 % a admitir dificuldades na aplicação efetiva das políticas de adaptação. Os principais obstáculos identificados por estes inquiridos incluem a falta de mecanismos de financiamento específicos, que 75 % destacaram como uma grande preocupação. Além disso, 65 % dos participantes salientaram a necessidade crucial de um maior apoio à inovação e de metas específicas para reforçar o êxito das suas estratégias de adaptação às alterações climáticas.

Encontrar os dados, métricas, indicadores e metodologias certos para acompanhar o progresso na adaptação continua a ser uma barreira significativa. É necessário desenvolver e apoiar o conhecimento dos impactos locais das alterações climáticas, a fim de ajudar as regiões e os municípios a planear e gerir os riscos climáticos, bem como conhecimentos sobre soluções, mobilização e acesso a recursos financeiros e técnicos adequados, cartografia e participação das partes interessadas.

A fim de colmatar esta lacuna de capacidade, o CR elaborou um **Manual do Pacto Ecológico a Nível Local sobre Adaptação**, a fim de permitir a partilha de conhecimentos e criar redes em que as partes interessadas locais possam encontrar parceiros de projeto, minimizar as suas lacunas de conhecimentos

¹¹⁵ <https://cor.europa.eu/en/our-work/Pages/EURegionalBarometer-Survey-2023.aspx>.

¹¹⁶ <https://www.eea.europa.eu/publications/assessing-the-costs-and-benefits-of>.

¹¹⁷ Comissão Europeia, *Orientações sobre estratégias e planos de adaptação dos Estados-Membros*, 2023.

¹¹⁸ <https://cor.europa.eu/en/our-work/pages/reghub-consultation-prospects-green-deal.aspx>.

¹¹⁹ <https://cor.europa.eu/en/engage/pages/green-deal-handbook.aspx>.

internos e procurar ativamente apoio para as suas próprias iniciativas junto de peritos especializados. Por exemplo, um campo promissor de adaptação reside em soluções baseadas na natureza que proporcionam uma ação inovadora com um impacto rápido e forte. Um novo estudo¹²⁰ mostra que aumentar a cobertura das árvores para 30 % reduziria as temperaturas em uma média de 0,4 °C, evitando quase 40 % das mortes atribuíveis aos¹²¹ efeitos da Ilha do Calor Urbano nas cidades europeias.

Além disso, a resiliência contra catástrofes climáticas é uma questão fundamental para as regiões e os municípios, uma vez que um EUR gasto na prevenção e preparação para catástrofes pode poupar até 10 EUR em resposta a catástrofes, de acordo com o Banco Mundial.¹²² Por este motivo, o CR está a trabalhar em conjunto com o Centro Comum de Investigação da Comissão para o desenvolvimento de «painéis de resiliência» regionais,¹²³ definindo capacidades e vulnerabilidades relacionadas com os riscos e a adaptação às alterações climáticas. A este respeito, o CR considera que o desenvolvimento de um painel de avaliação do índice e da vulnerabilidade territorial é crucial para iniciar um debate de orientação sobre a forma de utilizar a futura política de coesão para responder a essas vulnerabilidades.

No período 2021-27, a política de coesão investe 12,5 mil milhões de euros na adaptação às alterações climáticas e na prevenção dos riscos.¹²⁴ Isto corresponde a 3 % do seu orçamento total para 7 anos, enquanto o investimento total na transição ecológica representa cerca de 30 %. Uma vez que as alterações climáticas e as catástrofes terão um impacto cada vez mais desigual nas regiões europeias, sendo os territórios vulneráveis, os agregados familiares pobres e os grupos sociais marginalizados os mais expostos, existe uma urgência crescente para fazer face a estas novas disparidades. A este respeito, é necessário começar a ponderar uma série de soluções, desde a possibilidade de «*Mecanismo para uma Transição Justa poder ser alargado para fazer face aos custos sociais da atenuação e adaptação às alterações climáticas*», tal como referido pela Comissão Europeia,¹²⁵ até à criação de um fundo específico para a adaptação às alterações climáticas, tal como referido pelo Parlamento Europeu¹²⁶.

O Fundo de Adaptação criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas poderia inspirar-se no apoio aos países em desenvolvimento, particularmente vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas.¹²⁷ A este nível mundial, o CR também tem participado ativamente nas negociações climáticas sobre a questão da adaptação às

¹²⁰ Jungman, T., Cirach, M., Marando, F., Pereira Barboza, E., Khomenko, S., Masselot, P., Quijal-Zamorano, M., Mueller, N., Gasparrini, A., Urquiza, J., Heris, M., Meelan, T., e Nieuwenhuijsen, M., Cidades de [Cooling através de infraestruturas verdes urbanas: uma avaliação do impacto na saúde das cidades europeias](#), LANCET, janeiro de 2023.

¹²¹ O efeito de ilha de calor urbano descreve o fenómeno em que as temperaturas nas cidades e áreas cobertas por superfícies impermeáveis são consistentemente mais altas.

¹²² Grupo do Banco Mundial, [Investimento na Gestão do Risco de Catástrofes na Europa faz sentido económico](#), 2021

¹²³ https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/strategic-planning/strategic-foresight/2020-strategic-foresight-report/resilience-dashboards_en.

¹²⁴ Comissão Europeia, [discurso principal da comissária Elisa Ferreira na 8.ª Conferência Internacional sobre Fogos Selvagens](#), 2023.

¹²⁵ Comissão Europeia, « [Coesão na Europa no horizonte de 2050](#)», Oito Relatório sobre a coesão económica, social e territorial, 2023.

¹²⁶ Parlamento Europeu, [eurodeputados do desenvolvimento regional sugerem a criação de um Fundo de Adaptação às Alterações Climáticas](#), 2022.

¹²⁷ <https://unfccc.int/funds-and-financial-entities#:~:text=The%20Adaptation%20Fund%20was%20established.adverse%20effects%20of%20climate%20change>.

alterações climáticas.¹²⁸ Em pareceres recentes, defendeu a criação de um quadro para o Objetivo Global de Adaptação que integre as perspetivas e os conhecimentos especializados das regiões e dos municípios. O CR apelou igualmente a um quadro deste tipo para dar prioridade aos esforços de adaptação a nível local e atenuar eficazmente os riscos e as consequências da «má adaptação»,¹²⁹ em especial entre as mulheres e os mais vulneráveis, incluindo as crianças, os idosos e as pessoas com deficiência.

Neste contexto, é também essencial reconhecer e abordar as dimensões de género das alterações climáticas, uma vez que a capacidade das mulheres para se adaptarem e combaterem as alterações climáticas é frequentemente limitada devido ao seu papel nos seus agregados familiares e na sociedade, às barreiras institucionais e às normas sociais. Para enfrentar este desafio, o CR tem defendido sistematicamente uma mudança de perspetiva, instando a que as mulheres não sejam vistas apenas como beneficiárias vulneráveis, mas como agentes eficazes na atenuação e adaptação às alterações climáticas.¹³⁰ Além disso, o CR defende a igualdade de representação das mulheres nos processos de tomada de decisão, reconhecendo a necessidade de as suas vozes e conhecimentos serem incluídos na definição de políticas climáticas eficazes.

Embora a ciência continue a ajudar a compreender como a ebulição mundial tem um efeito sobre o sistema climático da Terra, as regiões e os municípios da UE enfrentam duas transições relacionadas com o clima. Resumindo, por um lado, investem na consecução da **neutralidade climática** e contribuem para inverter a tendência das alterações climáticas. Por outro lado, devem também investir na **adaptação às alterações climáticas e na resiliência** para enfrentar catástrofes climáticas mais intensas e frequentes e adaptar as sociedades e economias locais a novos padrões climáticos locais.

AJUDAR AS REGIÕES E OS MUNICÍPIOS DA UE A ADAPTAREM-SE MISSÃO DA UE PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas¹³¹ centra-se no apoio às regiões, aos municípios e aos órgãos de poder local da UE nos seus esforços para reforçar a resiliência contra os impactos das alterações climáticas. O objetivo da missão é acompanhar, até 2030, pelo menos 150 regiões e comunidades europeias rumo à resiliência às alterações climáticas. Os projetos patrocinados desenvolvem ferramentas, práticas e redes que podem ser replicadas em toda a Europa, incluindo:

- *Um portal de execução da missão¹³² que fornece conhecimentos, dados e recursos pertinentes às regiões e municípios europeus para preparar e planear a resiliência às alterações climáticas.*

¹²⁸ O CR tem participado ativamente nos recentes diálogos técnicos da CQNUAC centrados na adaptação e assumiu um papel de liderança, juntamente com a Regions4, na [coordenação da terceira reunião do diálogo técnico \(TD1.3\): Contributos para informar o Organismo Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico](#), 2022.

¹²⁹ Quaisquer alterações nos sistemas naturais ou humanos que aumentem inadvertidamente a vulnerabilidade a estímulos climáticos; uma adaptação que não consegue reduzir a vulnerabilidade, mas a aumenta.

¹³⁰ Para mais informações, ver o parecer do Comité das Regiões sobre a igualdade [de género e as alterações climáticas: rumo à integração da perspetiva de género no Pacto Ecológico Europeu](#), ENVE-VII/018, 26-27 de janeiro de 2022, relatora Kata Tüttó (HU-PSE), membro da Assembleia Geral Local de Budapeste, Hungria.

¹³¹ https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe/eu-missions-horizon-europe/adaptation-climate-change_en.

¹³² https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe/eu-missions-horizon-europe/adaptation-climate-change_en.

- *Uma vasta gama de projetos financiados pela UE que¹³³ realizam investigação e desenvolvem abordagens e opções inovadoras para a adaptação às alterações climáticas e orientações, ferramentas, dados e estudos de casos conexos para ajudar os órgãos de poder local e regional a realizar a missão*
- *Um manual de envolvimento dos cidadãos¹³⁴ para orientar as regiões e os municípios sobre a forma de envolver as partes interessadas e os cidadãos ao longo das seis principais etapas do processo de planeamento da adaptação às alterações climáticas.*

APRENDER COM AS INUNDAÇÕES DE 2021 RECONSTRUÇÃO RESILIENTE E APOIO SOCIAL NA VALÓNIA

Em resposta às inundações catastróficas de 2021 na Valónia (Bélgica), as autoridades da Valónia renovaram o seu planeamento territorial e adaptaram-no para fazer face às potenciais consequências das alterações climáticas.

Ao mesmo tempo, o governo regional está a desenvolver o seu Plano Diretor de la Vallée de la Vesdre e programas de vizinhança sustentável, com o objetivo de reconstruir a zona de forma responsável e sustentável. Foram atribuídos orçamentos para permitir que os municípios adquiram imóveis estratégicos. Além disso, 40 milhões de euros serão investidos em novas habitações públicas para os municípios mais afetados.

Além disso, o governo da Valónia prometeu 1,03 mil milhões de euros para cobrir totalmente os cidadãos afetados pelas inundações, que de outra forma teriam recebido apenas cobertura parcial de seguro. Este compromisso financeiro significativo visa ajudar a população afetada, representando cerca de 50 % do total dos créditos. Os cidadãos não segurados estão a ser apoiados por um Fundo de Catástrofes.

SUPER-BLOCO — A CIDADE QUE QUEREMOS ARQUITETURA VERDE EM BARCELONA

A cidade de Barcelona (Espanha) está a integrar ativamente os princípios da arquitetura verde e da acessibilidade no seu planeamento urbano. Esta transformação inclui melhorias na acessibilidade dos transportes públicos, a adição de mais árvores e «manchas verdes» e a incorporação de coletores de água para irrigação. Estas iniciativas visam tornar a cidade mais agradável e sustentável para os seus cidadãos.

PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS RESILIENTES PREPARAÇÃO PARA FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS

¹³³ <https://climate-adapt.eea.europa.eu/en/mission/the-mission/mission-projects>.

¹³⁴ https://research-and-innovation.ec.europa.eu/system/files/2023-06/ec_diy-manual-adaptation-climate-change-mission.pdf.

A cidade de Milão (Itália) e a sua área metropolitana mais vasta enfrentam os impactos de fenómenos meteorológicos extremos relacionados com o clima. Para enfrentar este desafio, a plataforma Territórios Resilientes foi desenvolvida como um serviço digital, adotando uma abordagem de planeamento colaborativo e cocriando soluções de adaptação para combater os efeitos das alterações climáticas.

Esta ferramenta inovadora facilita e divulga o planeamento conjunto em matéria de clima e a conceção conjunta para os profissionais e as autoridades locais. Promove uma abordagem inclusiva baseada em conhecimentos científicos e técnicos sólidos, combinando a análise espacial e climática com o planeamento participativo. Ao fazê-lo, a plataforma permite que as partes interessadas compreendam melhor e combatam os fenómenos resultantes das alterações climáticas, reforçando a resiliência da cidade e assegurando um futuro sustentável e preparado para o clima.

D. Segurança alimentar

A atual instabilidade do sistema alimentar europeu deve ser entendida em ligação com os acontecimentos geopolíticos atuais e o impacto a longo prazo das alterações climáticas. As regiões e os municípios são fundamentais na conceção e na apresentação de soluções adequadas. Qual é o denominador comum entre a diminuição do abastecimento de azeite na Andaluzia (Espanha), a má colheita de cereais em Västergötland (Suécia), uma época difícil para as laranjas na Sicília (Itália), a queda dos preços do trigo em Podkarpacie (Polónia) e a falta de bagas e cogumelos florestais no sul da Estónia? Por que há mais crianças que vêm à escola sem pequeno-almoço?¹³⁵ Os alimentos tradicionais europeus estão ameaçados?

A resiliência do sistema alimentar, durante muito tempo, uma reflexão posterior nas previsões políticas e nas estratégias de perspectivas, entrou plenamente no centro das atenções no ano passado, na sequência da agressão russa contra a Ucrânia. Dentro de semanas, os preços da energia e dos fertilizantes dispararam. Os grãos e óleos ucranianos, presos nos portos do Mar Negro, não conseguiam chegar aos seus destinos. Juntamente com a especulação e a falta de regulamentação do mercado, esta situação impulsionou os preços dos alimentos para consumo humano e animal na Europa e a nível mundial. Hoje, quase um ano e meio desde o início da guerra, a situação continua terrível.

Os países em desenvolvimento do Sael, do Norte de África e do Médio Oriente registaram novos níveis de fome. Entre 2016 e 2021, cerca de 90 % das exportações ucranianas de trigo destinaram-se a África e à Ásia, apoiando a segurança alimentar em algumas das regiões mais desfavorecidas do mundo. O Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas considera «enorme» a atual escala global da fome e da desnutrição¹³⁶ e destaca que o número atual de **345 milhões de pessoas que enfrentam elevados níveis de insegurança alimentar é mais do dobro do número em 2020.**

Os europeus, embora não enfrentem a fome, estão agora a pagar significativamente mais pelos seus alimentos básicos. Durante um ano, os preços médios dos alimentos subiram quase 20%.¹³⁷ Os consumidores europeus pagam agora 30 % mais pelos ovos,¹³⁸ 23 % mais pelo petróleo¹³⁹ e 61 % mais pelo açúcar.¹⁴⁰ Não se trata apenas de uma mudança geral para produtos alimentares mais básicos e mais baratos, mas também entre diferentes tipos de alimentos, por exemplo, mais aves de capoeira e menos carne de bovino.

A acessibilidade dos preços dos alimentos é uma preocupação premente. Mais de 32,5 milhões de europeus não podem pagar uma refeição adequada em dias alternados. A escala vai de 0,4 % da população de Chipre para 22,4 % na Bulgária. Por trás destes números agregados esconde-se uma enorme diferença regional, como ilustrado pelos gráficos abaixo.

¹³⁵ Kellogg's France, [Etude sur la précarité alimentaire](#), março de 2023.

¹³⁶ <https://www.wfp.org/global-hunger-crisis>.

¹³⁷ https://agriculture.ec.europa.eu/news/short-term-outlook-report-war-ukraine-continues-impact-eu-farmers-2023-03-30_en.

¹³⁸ <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20230310-1>.

¹³⁹ <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/DDN-20230508-2>.

¹⁴⁰ <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/DDN-20230428-2>.

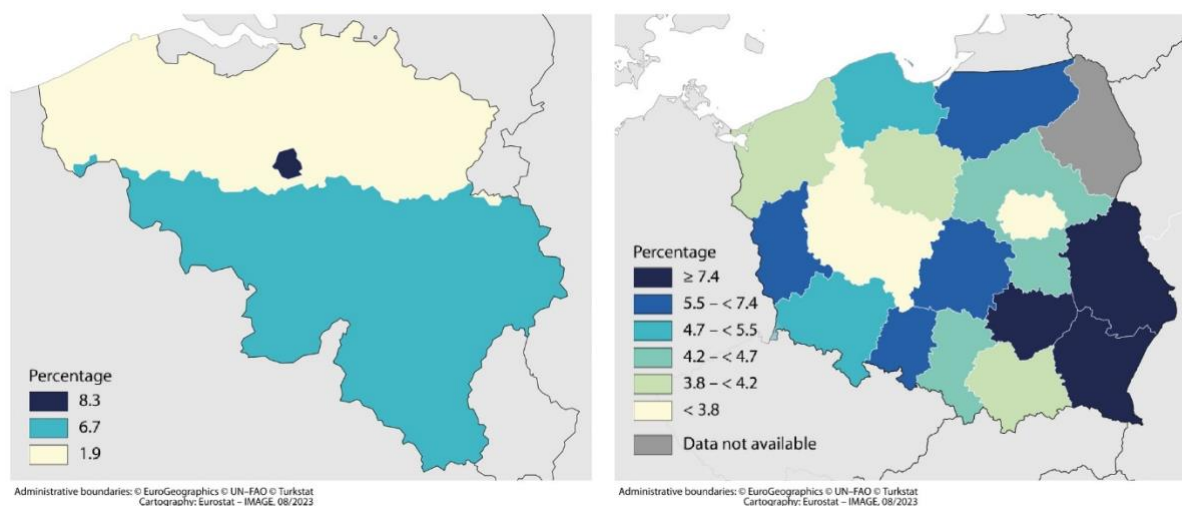


Figura 8 — Incapacidade de pagar uma refeição com carne, frango ou peixe pelo menos de dois em dois dias na Bélgica (por regiões NUTS 1) e na Polónia (por regiões NUTS 2)

Fonte — compilação do CR baseada em Statbel e Główny Urząd Statystyczny 141

Nota — dados não disponíveis de PL84 — Região da Podlaskie

Ao longo de 2023, a vida tornou-se mais dispendiosa, e não apenas para as famílias europeias; os agricultores também sofreram variações significativas nos preços da energia e dos fertilizantes. Estes últimos ainda são significativamente mais caros do que há dois anos. Estas alterações ponderaram fortemente a rentabilidade global da agricultura.

Além disso, em vez de chegar aos países em desenvolvimento, os cereais ucranianos transportados para fora do país através de vias de solidariedade encontraram o seu caminho para os silos nos Estados vizinhos da Ucrânia por várias razões, incluindo especulações. De repente, os agricultores locais viram-se incapazes de vender as suas culturas e os preços caíram, atingindo níveis não observados nos últimos anos: —30 % para o trigo na Polónia¹⁴² e -50 % para as sementes de girassol na Bulgária.¹⁴³ Os governos nacionais introduziram medidas unilaterais no final de abril. A Comissão Europeia afetou fundos extraordinários da reserva agrícola para 2023, incluindo 56,3 milhões de EUR para a¹⁴⁴ Polónia, a Roménia e a Bulgária em março e outros 100 milhões de EUR¹⁴⁵ para a Bulgária, a Hungria, a Polónia, a Roménia e a Eslováquia em maio. A Comissão Europeia aprovou igualmente regimes nacionais de apoio ao pagamento de prémios de seguro pelos produtores agrícolas ao abrigo das regras em matéria de auxílios estatais¹⁴⁶.

Como se isso não bastasse, a UE passou, mais uma vez, por um inverno seco e quente. Após um verão desastrosamente quente em 2022, o equivalente de água de neve nos Alpes está muito abaixo da média histórica e, já na primavera de 2023, vários rios da UE estavam esgotados e havia sinais de que tanto a irrigação como o transporte por água seriam problemáticos.

¹⁴¹ Fontes de dados: <https://statbel.fgov.be/en/themes/households/poverty-and-living-conditions/material-and-social-deprivation> e <https://www.tygodnik-rolniczy.pl/rynki-rolne/analizy-rynkowe/jakie-beda-ceny-zboz-w-tym-roku-w-polsce-2435370>.

¹⁴² <https://www.tygodnik-rolniczy.pl/rynki-rolne/analizy-rynkowe/jakie-beda-ceny-zboz-w-tym-roku-w-polsce-2435370>.

¹⁴³ <https://www.politico.eu/article/grain-ukraine-eu-farmers-pain-eu-member-agriculture-kyiv/>.

¹⁴⁴ https://agriculture.ec.europa.eu/news/commission-presents-support-measure-worth-eu563-million-bulgarian-polish-and-romanian-farmers-2023-03-20_en.

¹⁴⁵ https://agriculture.ec.europa.eu/news/eu100-million-support-farmers-bulgaria-hungary-poland-romania-and-slovakia-2023-05-03_en.

¹⁴⁶ 1,3 mil milhões de euros do regime polaco. Informações adicionais disponíveis em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_23_2727.

Os solos secos e a intensa seca atmosférica e hidrológica estão a afetar uma vasta gama de culturas e a ameaçar aumentar os preços dos alimentos em muitos países da UE. Prevê-se que a colheita de azeite deste ano diminua em 40 % e a do milho em 25 %.¹⁴⁷ Os agricultores da região de Wielkopolska (Polónia) estimam que a colheita de cevada e colza deste ano poderá diminuir em 20 %, enquanto o centeio e o triticale em um terço a meio.¹⁴⁸ A Espanha e a Itália, entretanto, referem uma redução significativa das colheitas de laranja (-16 % e -20 %, respetivamente).

As secas, tradicionalmente associadas à orla meridional da UE, espalharam-se por grande parte do território da União, afetando as terras aráveis e a pecuária. Em junho de 2023, mais de 40 % do território da UE-27 (excluindo a Madeira, os Açores e as Ilhas Canárias) encontrava-se em condições de alerta e 4,3 % em condições de alerta, de acordo com o Observatório Europeu da Seca. O relatório analítico de junho de 2023¹⁴⁹ mostra condições comparáveis às do mesmo período de 2022, quando se desenvolveu uma seca grave a extrema na Europa, afetando os recursos hídricos, a produção alimentar e a energia.

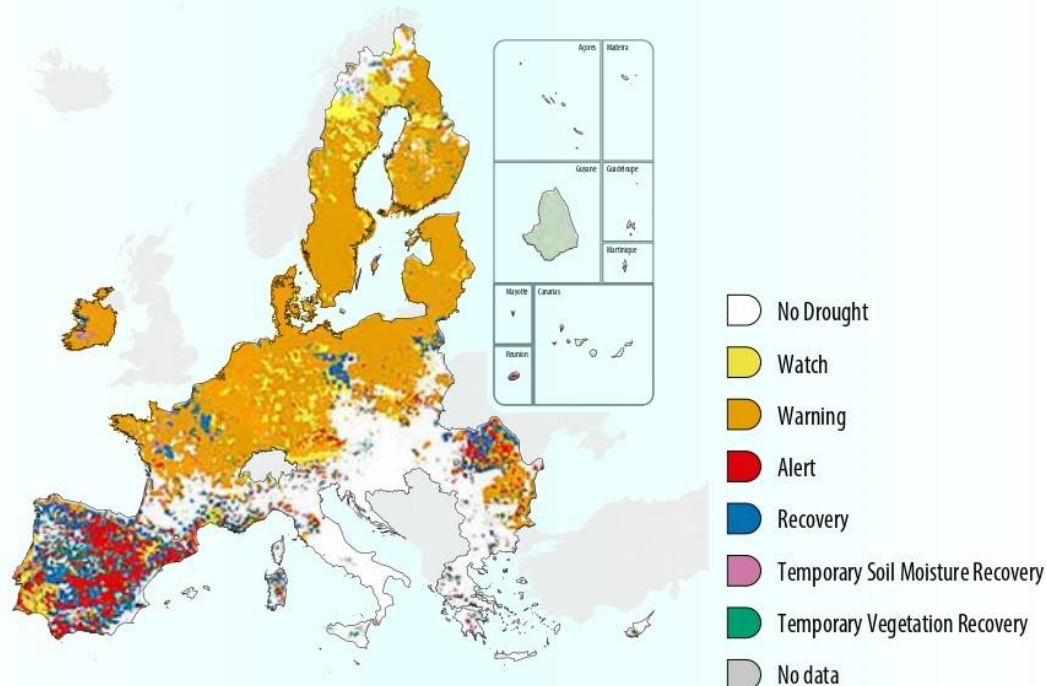


Figura 9 — Indicador de Seca Combinado, baseado numa combinação de indicadores de precipitação, humidade do solo e condições de vegetação, para meados de junho de 2023

Fonte — compilação do CR com base no Centro Comum de Investigação¹⁵⁰

Em muitas regiões, a falta de água é assustadoramente visível e real tanto para os agricultores como para as comunidades locais. O lago de Montbel (Cathar Pyrenees, França) perdeu 80 % da sua água até abril de 2023; enquanto o nível de água do icónico lago Garda (Itália) estava 70 cm abaixo da

¹⁴⁷ https://agriculture.ec.europa.eu/news/short-term-outlook-report-war-ukraine-continues-impact-eu-farmers-2023-03-30_en.

¹⁴⁸ https://wyborcza.biz/biznes/7,177151,29834717,grozi-nam-kleska-zbozowa-rosliny-marnieja-z-dnia-na-dzien.html?_gl=1*xsey09*_gcl_au*MTE5OTY0ODU2My4xNjg0NzQyMTkz&_ga=2.62252076.1686891973.1685962736-332525599.1444034620#S.biz-K.C-B.2-L.5.zw.

Centro¹⁴⁹ Comum de Investigação, [Relatório sobre a seca na Europa](#), junho de 2023.

¹⁵⁰ *Ibid.*

média. Na região do Algarve (Portugal), os níveis das águas subterrâneas em abril de 2023 eram inferiores a 25 %;¹⁵¹ o mesmo valor foi registado nos reservatórios de água da vizinha Andaluzia (Espanha). Em algumas das províncias mais afetadas, como Córdoba (Espanha), os reservatórios de água secaram completamente e os moradores locais dependem exclusivamente de entregas de camiões para água potável, limitada a 5 l por pessoa e por dia. Em abril de 2023, o governo da Catalunha (Espanha) anunciou um estado de excecionalidade devido à seca em curso em um total de 495 cidades e as leis de seca reduziram o uso de água para a agricultura em 40%.¹⁵²

A questão da propriedade e distribuição da água ganhou impulso. O syfoning ilegal de água, bem como as tensões entre a proteção da natureza e a agricultura, como os confrontos em torno das zonas húmidas de Donana¹⁵³ (Andalusia, Espanha) levaram a imprensa em toda a União a anunciar as próximas «guerras da água». Uma vez que a agricultura depende fortemente da água, a diminuição do abastecimento não só desestabilizará os sistemas alimentares europeus, como também poderá pôr em causa a autonomia estratégica europeia.

A Flandres lançou uma extensa estratégia do Pacto Azul, que visa combater as secas recorrentes que assolam a região desde 2016. A estratégia flamenga melhorará gradualmente a retenção de água nos pântanos e prados húmidos, investirá em bacias de filtração e tampão em larga escala e aumentará a utilização circular da água na agricultura e na indústria.

Exacerbada pela guerra na Ucrânia, pela especulação e pelas alterações climáticas, a situação atual — se não for gerida corretamente — poderá desestabilizar os sistemas alimentares europeus e aumentar a nossa vulnerabilidade. O seu impacto total e a sua distribuição territorial exata estão longe de ser conhecidos; no entanto, os governos locais e regionais de toda a União prepararam-se para fazer face aos choques que provoca, minimizar o seu impacto e recuperar mais fortes e mais bem preparados para a próxima ronda.

A fim de reforçar a resiliência da União, nomeadamente em termos de segurança alimentar, é fundamental desenvolver a capacidade das sociedades para enfrentar os desafios das alterações climáticas e da transição ecológica e aumentar a preparação regional e local para combater as vulnerabilidades a riscos, crises e catástrofes.¹⁵⁴

PREPARAR-SE PARA AS SECAS, SALVAGUARDAR O FUTURO

PLANO CATALÃO DE GESTÃO DA ÁGUA 2022-2027

Ciente do impacto devastador das secas na agricultura regional, em maio de 2023 o governo da Catalunha (Espanha) aprovou o seu Plano de Gestão da Água 2022-2027,¹⁵⁵ que prevê investimentos de 2,4 mil milhões de euros para «preparar a região para secas que se tornarão cada vez mais frequentes e mais graves». Ao prever que o padrão de precipitação deverá diminuir 18 %

¹⁵¹ <https://www.theportugalnews.com/news/2023-05-15/low-water-levels-may-increase-water-salinity/77631>.

¹⁵² <https://www.catalannews.com/politics/item/new-drought-law-approved-with-fines-for-councils-that-dont-comply-with-water-restrictions>.

¹⁵³ <https://www.reuters.com/business/environment/water-fight-farms-wildlife-risk-spanish-wetland-shrinks-2023-05-04/>.

¹⁵⁴ Parecer do Comité das Regiões — **Preparar e lidar com crises: reforçar a resiliência da União, das suas regiões e dos seus municípios**, NAT-VII/032, 24-25 de maio de 2023, relator Christophe Clergeau (PSE-FR), membro do Conselho Regional do Pays de la Loire.

¹⁵⁵ <https://aca.gencat.cat/ca/plans-i-programes/pla-de-gestio/>.

nas próximas décadas, o governo pretende priorizar a recuperação da água, a poupança de água e técnicas de irrigação mais eficientes.

MAXIMIZAR A UTILIZAÇÃO CIRCULAR DA ÁGUA

ABORDAGEM DO ACORDO AZUL FLAMENGO

Embora não seja tão dependente da água para a agricultura como a Espanha (80 % contra 10 %), a Flandres (Bélgica) também desenvolveu uma nova abordagem em matéria de gestão da água. As suas prioridades? Retenção de água local, sempre que possível. Utilizar menos, reutilizar mais e combater o desperdício. A estratégia, denominada « Pacto Azul»,¹⁵⁶ é levada a cabo pelo setor privado, ONG, agricultores, universidades, autoridades locais e cidadãos, orientada pelo grupo de trabalho de alto nível de ministros, governadores, decisores políticos e cientistas. As iniciativas do Pacto Azul receberão apoio através do Plano de Recuperação Europeu do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e do Plano de Recuperação flamengo «Resiliência flamenga». Um orçamento total de 343 milhões de euros apoiará iniciativas locais.

Neste contexto, um elemento fundamental da resiliência do sistema alimentar da UE é a agricultura biológica, ¹⁵⁷ uma área em rápido crescimento na agricultura da UE. Tende a ter um impacto ambiental limitado graças a uma utilização mais responsável da energia e dos recursos naturais, a uma maior ênfase na manutenção da qualidade da água e da fertilidade do solo e a uma dependência limitada de fertilizantes sintéticos. Como tal, também reduz a dependência global de fornecedores estrangeiros de pesticidas e fertilizantes.

LIDERAR A MUDANÇA, LIDERAR A TRANSIÇÃO

CONVERSÃO DA AGRICULTURA BIOLÓGICA EM OCCITANIE

A região meridional de Occitanie (França) tem vindo a desenvolver constantemente a agricultura biológica. Atualmente, mais de 13000 explorações agrícolas locais, abrangendo 19 % de todas as terras agrícolas, produzem alimentos biológicos e o objetivo é atingir 30 % nos próximos 7 anos. A estratégia analisa toda a cadeia de valor, desde a produção até ao consumo, e apoia o desenvolvimento sustentável de todos os intervenientes envolvidos. A Occitanie foi galardoada com o primeiro prémio de produção biológica da UE158 no outono passado; o Comité das Regiões Europeu é um dos fundadores deste importante reconhecimento concedido aos melhores municípios, regiões e agricultores individuais em toda a União.

¹⁵⁶ <https://bluedeal.integraalwaterbeleid.be/about-blue-deal>.

¹⁵⁷ Parecer do Comité das Regiões — Plano de ação da UE para a agricultura biológica, NAT-VII/019, 01-02 de dezembro de 2021, relator Uroš Brežan (SI-GREENS), presidente do município de Tolmin.

¹⁵⁸ https://agriculture.ec.europa.eu/news/eu-organic-day-commission-celebrates-winners-first-ever-eu-organic-awards-2022-09-23_en.

COMER DE FORMA SAUDÁVEL E REDUZIR AS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

ESTRATÉGIA ALIMENTAR BIOLÓGICA DE MALMÖ

A agricultura biológica é um começo — certificar-se de que o produto é consumido é o próximo passo. A cidade de Malmö (Suécia) implementou a sua estratégia ambiciosa há vários anos e, hoje, mais de 70 % de todas as refeições preparadas e servidas em pré-escolares, escolas e lares de idosos são orgânicas. Representa cerca de 8 500 toneladas de alimentos por ano (no valor de 24 milhões de euros) ou 65000 almoços por dia. A cidade pretende atingir 90 % num futuro próximo, reduzindo 159 em 40 % as emissões de gases com efeito de estufa relacionadas com a aquisição de alimentos.

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS E SAZONAIS

ABORDAGEM BOLZANO-TIROLO SUL AOS CONTRATOS PÚBLICOS

A aquisição sustentável de produtos alimentares é outra forma de salvaguardar a resiliência dos sistemas alimentares da UE. Este instrumento, poderoso mas ainda não universalmente utilizado, pode ajudar os órgãos de poder local e regional a favorecer alimentos saudáveis, sazonais e locais, bem como cadeias de abastecimento curtas. A província de Bolzano-Sul Tirol (Itália), um dos principais proponentes desta abordagem, introduziu critérios de sustentabilidade na sua prática de contratação pública, a fim de «trazer pratos regionais, saudáveis e saudáveis aos pratos das cantinas, tanto nas escolas como nos hospitais».

É de salientar que estas abordagens pioneiras podem tornar-se parte do direito da UE. Anunciada na Estratégia do Prado ao Prato e prevista para o final de 2023, uma lei-quadro horizontal deve acelerar e facilitar a transição para a sustentabilidade e assegurar que os alimentos colocados no mercado da UE se tornem cada vez mais sustentáveis. Sob reserva de consultas públicas e específicas, o projeto incluía noções de «*requisito geral obrigatório de aquisição sustentável*», bem como a possibilidade de acrescentar de forma flexível critérios e prioridades relacionados, por exemplo, com o desperdício alimentar ou a utilização do solo e da água.¹⁶¹

O Comité das Regiões, no seu parecer de prospetiva sobre esta futura lei,¹⁶² defende que, para garantir a segurança alimentar, a Europa deve investir na produção agrícola local sustentável e encurtar as suas cadeias de abastecimento. Favorecer a produção local, adquirir de forma sustentável e avançar para sistemas alimentares resilientes e com impacto neutro no clima é a única forma de tornar a Europa à prova de crises alimentares.

¹⁵⁹ <https://malmo.se/Bo-och-leva/Utbildning-och-forskola/Skolmat-i-grund--och-gymnasieskolan.html>.

¹⁶⁰ <https://news.provinz.bz.it/de/news/nest-auf-dem-weg-zu-nachhaltiger-ernahrung-in-sudtirol>.

¹⁶¹ https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13174-Sustainable-EU-food-system-new-initiative/public-consultation_en.

¹⁶² Parecer do Comité das Regiões — [Quadro legislativo para sistemas alimentares sustentáveis](#), NAT-VII/033, 24-25 de maio de 2023, relatora Joke Schauvliege (BE-PPE), vice-presidente do Parlamento flamengo.

E. Desigualdades sociais e alterações demográficas

Embora o emprego global melhore e a pobreza diminua ligeiramente, persistem importantes desigualdades a nível local e regional em toda a UE. Tal diz respeito às taxas de emprego e de pobreza, bem como às disparidades salariais entre homens e mulheres e ao desemprego dos jovens. Como podemos reduzir as disparidades entre regiões e garantir que as nossas políticas apoiam os mercados de trabalho regionais? Como podemos garantir que criamos as competências de que necessitamos para a transição ecológica e digital?

O emprego na UE ultrapassou os níveis anteriores à crise. O número total de pessoas que trabalham na UE (164 milhões na área do euro) atingiu 213,4 milhões no segundo trimestre de 2022 e a taxa de emprego (para as pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos) foi de 74,8 %, ou seja, 1,9 pontos percentuais acima dos máximos pré-pandemia; na zona euro, foi de 74,3 %, o que é 1,6pp acima do nível pré-pandemia.¹⁶³

As disparidades de género no emprego continuam a ser significativas em 2022. Em toda a UE, a percentagem de homens em idade ativa no emprego excedeu a das mulheres em 10,8 pontos percentuais. Esta disparidade entre homens e mulheres no emprego varia significativamente entre os Estados-Membros da UE, com a diferença mais baixa registada na Lituânia (1,4 pontos percentuais) e a mais elevada na Roménia (20,1 p.p.).¹⁶⁴

As tendências no mercado de trabalho apresentam fortes sinais positivos. Apesar das consideráveis discrepâncias entre homens e mulheres, a participação das mulheres no mercado de trabalho continua a melhorar. O crescimento dos salários nominais também melhorou, mas manteve-se atrás da inflação na maioria dos Estados-Membros. No entanto, os salários horários brutos das mulheres na UE, em 2021, continuam a ser 14,4 % inferiores aos dos homens, apesar de a eliminação das disparidades salariais entre homens e mulheres continuar a ser um dos principais objetivos da política de género, tanto a nível da UE como a nível nacional.¹⁶⁵

Uma estatística promissora é que as mulheres ocuparam dois em cada três novos postos de trabalho criados na UE nas duas últimas décadas, sendo o aumento maior entre os 30-49 anos e as mulheres mais velhas com mais de 50 anos;¹⁶⁶ no entanto, para alcançar os objetivos em matéria de género e emprego definidos no Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o emprego das mulheres deve aumentar pelo menos três vezes mais depressa do que o dos homens até ao final da década.¹⁶⁷

Astaxas de emprego regionais melhoraram globalmente, mas as desigualdades regionais mantêm-se inalteradas. As taxas de emprego e de desemprego variaram muito entre as regiões muito antes da pandemia. Apesar da recente recuperação económica, algumas regiões enfrentam desafios permanentes. As regiões do sul de Itália (Sicília, Campânia, Calábria e Puglia) registaram melhorias nos últimos cinco anos, mas as suas taxas de emprego continuam a ser inferiores a 50 %. A região de

¹⁶³ Comissão Europeia e Conselho da União Europeia, [Proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego](#), novembro de 2022.

¹⁶⁴ Eurostat, [Gender statistics](#), março de 2023.

¹⁶⁵ *Ibid.*

¹⁶⁶ Eurofound, [European Jobs Monitor](#), maio de 2023.

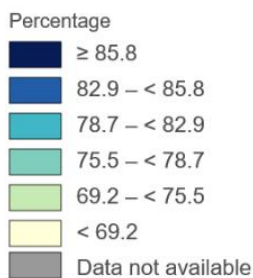
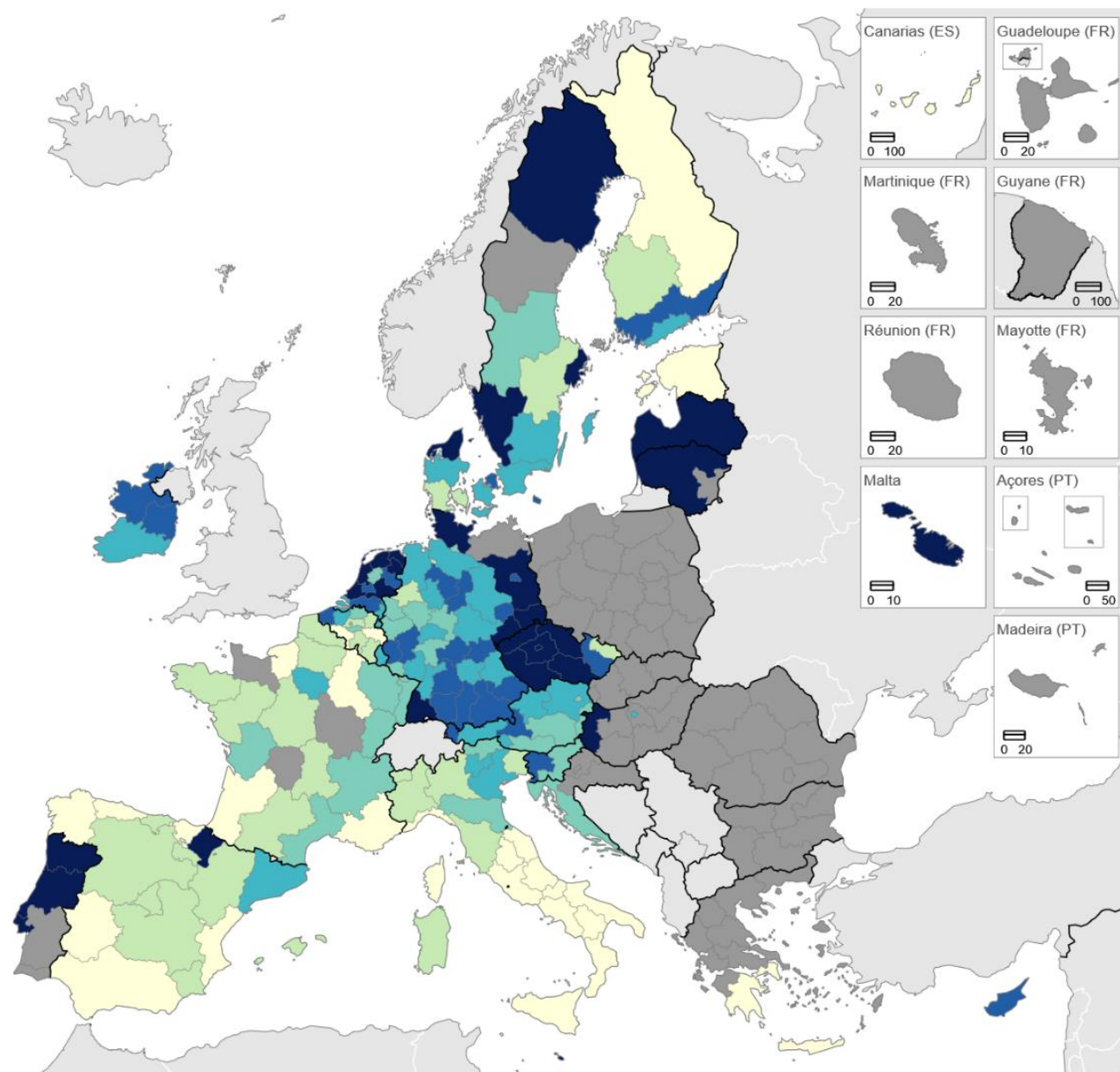
¹⁶⁷ *Ibid.*

Åland (Finlândia) registou a taxa de emprego mais elevada entre os Estados-Membros (84,6 %) — Åland tem estado constantemente entre as 10 principais regiões nos últimos 5 anos.¹⁶⁸

As taxas de emprego aumentaram espetacularmente nas regiões dos Países Baixos — Utrecht, Noord-Brabant, Zeeland, Drenthe, Overijssel, Gelderland e Noord-Holland registaram taxas de emprego superiores a 82 %, enquanto Flevoland, Friesland, Zuid-Holland e Groningen ultrapassaram os 80 %. Estas regiões, juntamente com as de Niederbayern, Oberbayern, Schwaben, Tübingen e Oberpfalz (Alemanha) (e Åland, como acima referido), foram as únicas regiões da UE com uma taxa de emprego superior a 80 %.¹⁶⁹

¹⁶⁸ De acordo com dados da série [regional de emprego do Eurostat](#).

¹⁶⁹ *Ibid.*



Administrative boundaries: © EuroGeographics © UN-FAO © Turkstat
 Cartography: Eurostat – IMAGE, 08/2023

Figura 10 — Taxas de emprego por regiões NUTS 2 (a partir de 2020), 2022

Fonte — compilação do CR com base no Eurostat170

Nota — Todos os níveis CITE 2011, homens e mulheres dos 20 aos 64 anos/Dados não disponíveis para várias regiões da Europa Oriental

As taxas de desemprego melhoraram — mesmo os números de desemprego de longa duração estão a diminuir ligeiramente. A taxa de desemprego da UE (15-74) continuou a sua tendência descendente, atingindo 6,2 % em 2022, face a 6,8 % em 2019. O desemprego de longa duração

¹⁷⁰ Código do conjunto de dados do Eurostat: Ifst_r_lfe2emprtn.

representou 2,4 % da população ativa, o que representa uma melhoria em comparação com 2,7 % em 2019 e 2,8 % em 2021.¹⁷¹

É de salientar que, até maio de 2023, 289000 refugiados da Ucrânia, beneficiários do regime de proteção temporária da UE, estavam registados como desempregados nos 22 países que forneceram esses dados ao Eurostat.

As regiões da Chéquia registaram as taxas de desemprego mais baixas em 2022;¹⁷² a taxa de desemprego mais baixa foi registada nas regiões checas da Boémia Central (1,2 %), seguida da região de Praga (1,6 %), das regiões checas do Sudeste e do Sudoeste e da região da Transdanúbia Central (Hungria) (as três, 7 %).

A análise continua a salientar a forma como as taxas de desemprego se mantiveram elevadas nas regiões de Espanha, Grécia e Itália. As taxas de desemprego mais elevadas registaram-se nas regiões de Ceuta (28,4 %), Melilha (21,6 %) e Andaluzia (19 %) (Espanha); além disso, todas as regiões espanholas e gregas registaram uma taxa de desemprego superior à média da UE (6,2 %), juntamente com as da Finlândia, bem como de Chipre e da Letónia (ambos com uma única região do país). 25 regiões registavam uma taxa de desemprego o dobro da média da UE (12,4 %); destas, nove regiões situavam-se na Grécia e em Espanha, quatro em França e três em Itália.

As desigualdades regionais são muito proeminentes em Espanha, Itália e França, onde a diferença entre as taxas de desemprego mais elevadas e mais baixas em 2022 foi de 19,8, 14,8 e 12,7 pontos percentuais, respetivamente.

Por último, **as taxas de desemprego regionais diferem entre homens e mulheres**. As regiões com as taxas de desemprego mais elevadas e mais baixas variam de acordo com o sexo. Em 2022, as 10 maiores taxas de desemprego masculino foram nas regiões espanhola, francesa (exterior) e italiana e as três regiões com as taxas de desemprego masculina mais elevadas foram as regiões espanholas de Ceuta (23,9 %) e Melilla (17,7 %), bem como a região ultraperiférica francesa da Reunião (19,9 %). As taxas de desemprego feminina mais elevadas foram sobretudo nas regiões espanhola e grega, e as três com as taxas de desemprego feminina mais elevadas foram as regiões espanholas de Ceuta (34,6 %) e Melilla (25,8 %) e a região grega da Macedónia Ocidental (24,4%).¹⁷³

O desemprego dos jovens continua a ser elevado na UE, com diferenças regionais significativas.¹⁷⁴ Em 2022, a taxa média de desemprego dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos na UE foi de 11,3 %, o que representa uma diminuição de 1,7 pontos percentuais em relação a 2021. No entanto, existem acentuadas diferenças regionais nas taxas de desemprego dos jovens, variando entre 1,7 % e 42,4 % em 2022. As taxas de desemprego dos jovens mais baixas registaram-se na Chéquia, nas regiões da Boémia Central (1,7 %), Sudoeste (3,1 %) e Praga (3,2 %), na Alemanha na Alta Baviera (3,3 %) e na Polónia, na região da Transdanúbia Ocidental (3,6 %).

As regiões espanholas e gregas registam o desemprego dos jovens mais elevado, apesar de, em comparação com 2021, o desemprego das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos

¹⁷¹ De acordo com dados das [séries regionais de desemprego do Eurostat](#).

¹⁷² Eurostat, « [Unemployment statistics at regional level](#) » [Estatísticas sobre o desemprego a nível regional], abril de 2022.

¹⁷³ *Ibid.*

¹⁷⁴ Eurostat, taxa [de desemprego na área do euro de 6,5 %: UE a 6,0 %](#), maio de 2023.

em 2022 ter diminuído mais acentuadamente nestas regiões. A taxa de desemprego dos jovens mais elevada foi registada na região de Ceuta (42,4 %) (Espanha), seguida da Tessália (39,8 %), da Grécia Central (36,5 %) (Grécia) e de Melilha (36,1 %) (Espanha). A Macedónia Ocidental (Grécia), bem como a Campânia e a Sicília (Itália), registaram também uma elevada taxa de desemprego juvenil, com 34,3 % cada. Ao mesmo tempo, as cinco principais regiões com as maiores descidas da taxa de desemprego dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos entre 2021 e 2022 situam-se na Grécia e em Espanha: as regiões gregas do Egeu do Sul (-17,9 %) e da Macedónia Oriental, da Trácia (-15,4 %), das regiões espanholas de Ceuta (-13,6 %) e das Ilhas Canárias (-10,3 %) e do Peloponeso grego (-8,4 %).¹⁷⁵

Em 2022, cerca de 95,3 milhões de pessoas na UE, 21,6 % da população total, estavam em risco de pobreza ou exclusão social. As mulheres (22,7 %) eram mais propensas a enfrentar a pobreza do que os homens (20,4 %). Além disso, mais de 24,4 % da população da UE que vive em agregados familiares com filhos dependentes estava em risco.¹⁷⁶ As pessoas que vivem em grande parte da Bulgária, Grécia e Roménia, bem como nas regiões centrais e meridionais de Espanha e nas regiões meridionais de Itália, eram muitas vezes mais propensas a estar em risco de pobreza ou exclusão social. Em 2020,¹⁷⁷ a percentagem mais elevada de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social foi registada na região de Sud-Est, na Roménia (51,9 %); foi a única região da UE em que a maioria da população enfrentava esses riscos. As percentagens mais elevadas seguintes situaram-se na Campânia (47,4 %) (Itália) e em Severozapaden (44,2 %) (Bulgária). As três regiões apresentavam riscos relativamente elevados de pobreza monetária após a transferência social.¹⁷⁸

Osempregos de TI e de prestação de cuidados devem ser o foco da criação de emprego na UE. A tecnologia e a digitalização são os principais motores do crescimento direto do emprego em todo o mundo, mas também contribuem fortemente para o desenvolvimento económico noutros setores. Um estudo entre os países europeus¹⁷⁹ encontrou evidências empíricas que sugerem que o desenvolvimento económico do emprego tecnológico na Europa tem efeitos indiretos noutros setores — o estudo relata que cada emprego adicional no domínio da tecnologia conduz à geração de cerca de cinco postos de trabalho adicionais noutros setores na Europa. Além disso, a Organização Internacional do Trabalho¹⁸⁰ estima que o investimento em cuidados de saúde poderá criar até 299 milhões de postos de trabalho em todo o mundo até 2035, dos quais 78 % estão previstos para serem ocupados por mulheres, e 84 % estão previstos para ser um emprego formal.

A consecução dos grandes objetivos do Pilar Europeu dos Direitos Sociais para 2030 será difícil, mas deve continuar a ser o foco da política social da UE: pelo menos 78 % das pessoas (com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos) empregadas; pelo menos 60 % de todos os adultos que participam em ações de formação todos os anos; e o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão

¹⁷⁵ <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20230530-2>.

¹⁷⁶ Eurostat, [Living conditions in Europe — poverty and social exclusion \[Condições de vida na Europa — pobreza e exclusão social\]](#), junho de 2023.

¹⁷⁷ Eurostat, [Estatísticas regionais](#) — As estatísticas regionais da AROPE estão disponíveis até 2020.

¹⁷⁸ Eurostat, [Living conditions in Europe — poverty and social exclusion \[Condições de vida na Europa — pobreza e exclusão social\]](#), junho de 2023.

¹⁷⁹ GOOS, M., Konings, J., e Vandeweyer, M., [Employment Growth in Europe: The Roles of Innovation, Local Job Multipliers and Institutions \(The Roles of Innovation, Local Job Multipliers and Institutions\)](#), outubro de 2015.

¹⁸⁰ Organização Internacional do Trabalho, [Care at Work Investing in care leave and services for a gender equal world of work](#), 2022.

social reduzido em pelo menos 15 milhões, incluindo pelo menos 5 milhões de crianças, em comparação com 2019.

As regiões e os municípios são fundamentais no apoio às políticas relacionadas com o EPRS. Os níveis de dificuldades financeiras entre as famílias com baixos rendimentos foram comparáveis aos observados no rescaldo da crise financeira. O desafio que se avizinha, em especial se os grandes objetivos do plano de ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais para 2030 tiverem de ser atingidos, consiste em reduzir os encargos financeiros para estes agregados familiares. Os municípios e as regiões podem contribuir para este esforço, através da aplicação de políticas e iniciativas de apoio.

Os sem-abrigo continuam a ser um problema grave, mas as cidades da UE estão a juntar-se para lutar contra esta situação. No entanto, os Estados-Membros comprometem-se (Declaração de Lisboa em junho de 2021) a tentar pôr termo ao fenómeno dos sem-abrigo até 2030, muito provavelmente inatingível nas atuais circunstâncias económicas e sociais. A pandemia, as consequências da guerra contra a Ucrânia, a inflação e o aumento dos preços da energia tiveram um impacto negativo na situação económica, o que explica por que razão ainda há muitas pessoas que enfrentam desafios em matéria de habitação ou mesmo sem-abrigo.

Espera-se, no entanto, que o trabalho da Plataforma Europeia de Luta contra os Sem-Abrigo (EPOCH) conduza a uma redução do número de sem-abrigo na UE. A EPOCH proporciona um instrumento que ajuda a reforçar a prevenção e a aplicar abordagens integradas e orientadas para a habitação, a apoiar a aprendizagem mútua para os decisores políticos e profissionais, a contribuir para aproveitar as possibilidades de financiamento da UE, a reforçar os dados concretos e o acompanhamento dos sem-abrigo e a divulgar e promover boas práticas.

APRENDIZAGEM MÚTUA CONTRA OS SEM-ABRIGO

PLATAFORMA EUROPEIA DE LUTA CONTRA OS SEM-ABRIGO

Em 2022, várias cidades, como Madrid (Espanha), Lyon (França) e Gand (Bélgica), organizaram eventos de aprendizagem mútua sob os auspícios do EPOCH, centrados na promoção do intercâmbio de boas práticas na luta contra os sem-abrigo e na apresentação da abordagem em primeiro lugar no domínio da habitação. A cidade de Tampere (Finlândia) tem uma das estratégias mais bem sucedidas para erradicar os sem-abrigo e obteve resultados espetaculares na redução do número de pessoas sem casa.

As práticas de trabalho emergentes, como o teletrabalho e o trabalho em plataformas digitais, podem trazer benefícios sociais e económicos, mas exigem a adaptação da regulamentação, das políticas e da cultura do trabalho. A recente pandemia levou a um número significativo de pessoas em teletrabalho ou a encontrar emprego em plataformas digitais. No entanto, estes desenvolvimentos devem ser acompanhados de um acompanhamento, regulamentação e execução adequados, a fim de evitar a exploração dos trabalhadores. O direito a desligar deve tornar-se parte integrante do teletrabalho. Além disso, a gestão algorítmica, a má classificação do estatuto profissional e a falta de transparência transfronteiriça constituem desafios que devem ser abordados, a fim de garantir um mercado de trabalho justo para os trabalhadores das plataformas.

Todas as regiões da UE são afetadas por repercussões demográficas, como o envelhecimento da população causado por períodos de vida mais longos e baixas taxas de natalidade, mas algumas regiões, particularmente distantes, rurais, insulares e/ou fronteiriças que enfrentam um grande despovoamento, são afetadas consideravelmente mais severamente do que outras, tal como referido no briefing do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu sobre as *tendências demográficas nas regiões da UE*.¹⁸¹

Além disso, o documento de trabalho dos serviços da Comissão Europeia sobre demografia do ano passado¹⁸² mostra que quase dois terços da população de uma região em rápida contração vive numa região com um baixo produto interno bruto (PIB) per capita, em comparação com 28 % em toda a UE. Nas regiões em rápido crescimento, 83 % da população reside numa região com um PIB per capita elevado, em comparação com 46 % em toda a UE. A relação entre a rápida perda de população e o PIB per capita tem uma componente urbana-rural substancial. Nas regiões empobrecidas com uma rápida diminuição da população, 55 % da população reside numa região rural e apenas 1 % numa região urbana, enquanto para toda a população da UE, 21 % vive numa região rural e 40 % numa zona urbana.

¹⁸¹ Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, [Demographic trends in EU regions \[Tendências demográficas nas regiões da UE\]](#), janeiro de 2019.

¹⁸² Comissão Europeia, documento [de trabalho dos serviços da Comissão sobre dados adicionais, mapas e quadros sobre os principais aspetos das alterações demográficas e o seu impacto](#), junho de 2020.

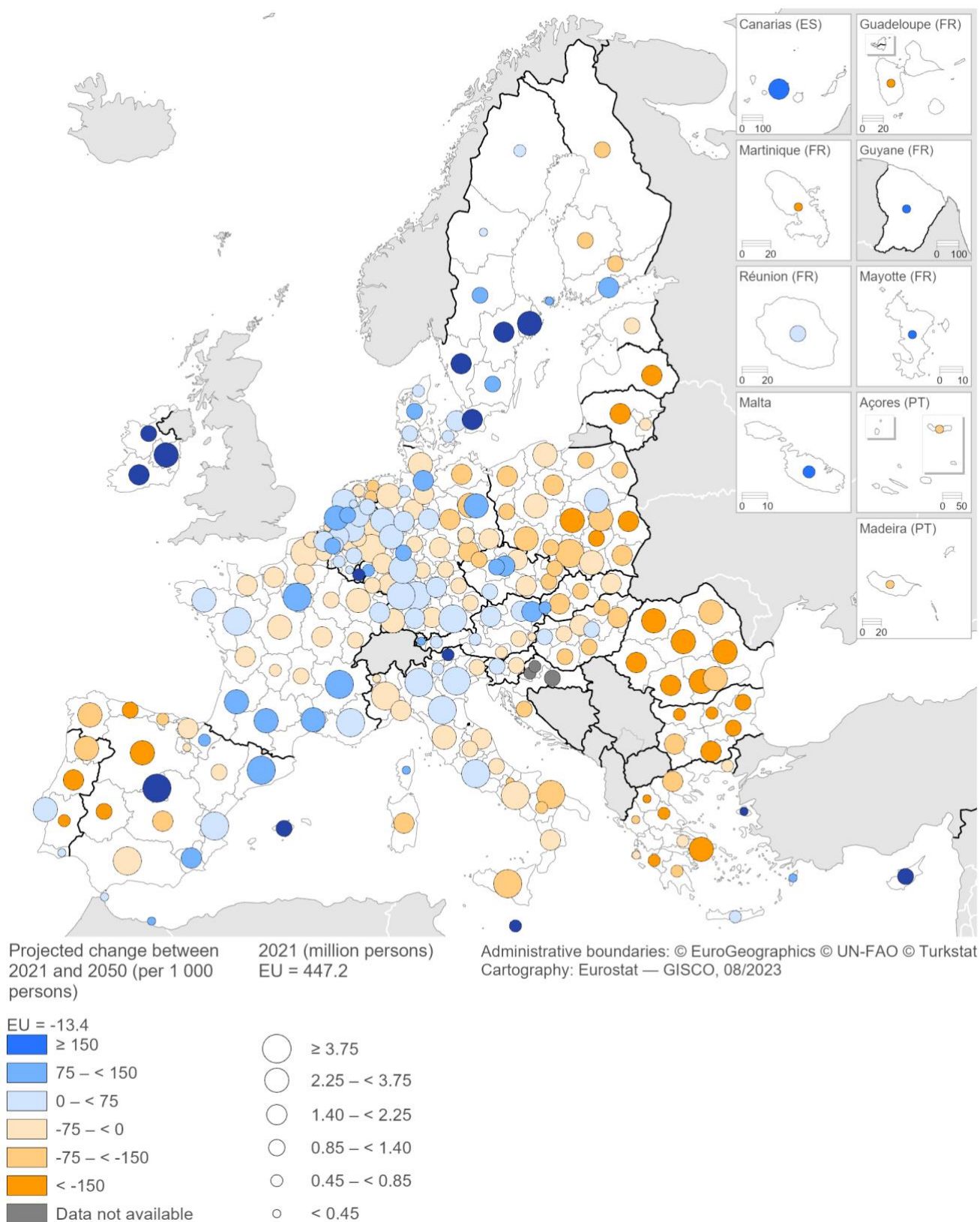


Figura 11 — Evolução da população, 2021-2050 por regiões NUTS 2

Fonte — compilação do CR com base no Eurostat183

¹⁸³ Códigos do conjunto de dados do Eurostat: demo_r_pjangrp3, proj_19rp3 e proj_19np.

Embora a desigualdade entre os Estados-Membros esteja a diminuir, verifica-se também um aumento significativo da desigualdade entre os membros individuais, de acordo com o relatório de prospetiva estratégica de 2023 da Comissão Europeia.¹⁸⁴

Em 2021, os 20 % mais ricos da população auferiram 38,2 % do rendimento total equivalente na UE, enquanto os 20 % mais baixos receberam apenas 7,9 %, com grandes diferenças entre os Estados-Membros. Estes números refletem as atitudes europeias: 81 % dos cidadãos da UE consideram que a desigualdade de rendimentos é excessiva. Muitos europeus que vivem em várias cidades com estagnação e declínio económicos estão cada vez mais insatisfeitos devido às desigualdades na educação ou nas possibilidades de carreira, à mobilidade social, à igualdade, à esperança de vida ou à conectividade.

Ao mesmo tempo, a desigualdade de **rendimentos está a tornar-se mais acentuada devido à concentração da riqueza, impedindo oportunidades justas e a mobilidade social ascendente, ao mesmo tempo que alimentam a polarização política.** O acompanhamento e a recolha de dados continuam a ser um problema quando se trata de medir a pobreza. Os dados sobre as pessoas em risco de pobreza e exclusão social continuam fragmentados e, por vezes, indisponíveis a nível regional. É necessária uma imagem precisa da situação a nível local e regional para alcançar o grande objetivo para 2030 de salvar 15 milhões de pessoas da pobreza, especialmente porque os órgãos de poder local e regional são responsáveis pela execução de uma parte significativa das políticas sociais na UE.

O relatório de prospetiva estratégica refere igualmente que a coesão **social está a deteriorar-se.¹⁸⁵ As alterações climáticas, bem como muitos processos de transição, são suscetíveis de afetar de forma desigual os territórios e as pessoas, com consequências desproporcionadas para os mais pobres e vulneráveis. A transição ecológica da UE só pode ser eficaz se as pessoas nela participarem e beneficiarem.** Caso contrário, a deterioração da coesão social comprometerá a fé nos governos, bem como a viabilidade das transições.

É necessária uma maior ênfase para combater as desigualdades nos Estados-Membros a nível local e regional, reforçando a coesão social e os princípios da parceria e da governação a vários níveis. Tal exige uma forte cooperação entre os órgãos de poder local e regional e os parceiros sociais, bem como a sociedade civil, a fim de desenvolver estratégias de base local para a inclusão social e a coesão.

Há fortes sinais de uma recuperação, mas ela precisa incorporar a conversão para cima e incluir todos. Apesar dos sinais de recuperação, de acordo com a evolução do emprego e da situação social na Europa 2023,¹⁸⁶ os problemas financeiros das famílias aumentaram de 12,5 % em dezembro de 2021 para 15,8 % em dezembro de 2022. O número de pessoas que esperam ter de mergulhar nas suas poupanças para satisfazer os requisitos diários também aumentou, passando de 9,1 % em dezembro de 2021 para 11,8 % em dezembro de 2022.

Várias regiões e municípios da UE tomaram iniciativas para reintegrar os desempregados de longa duração no mercado de trabalho. Estes programas baseiam-se, em grande medida, nos

¹⁸⁴ Comissão Europeia, [Relatório de prospetiva estratégica](#) de 2023, 2023.

¹⁸⁵ *Ibid.*

¹⁸⁶ Comissão Europeia, [Emprego e Desenvolvimento Social na Europa 2023: Colmatar a escassez de mão de obra e as lacunas de competências na UE](#), 2023.

princípios de «desemprego zero de longa duração», «garantia de emprego» e «garantia local de emprego».

Estes projetos foram desenvolvidos com muito pouca ajuda e supervisão da UE; enquanto alguns (projetos *Territoires zéro chômeur de longue durée* em França e na Bélgica) recebem financiamento do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), a maioria dos restantes beneficiam de recursos nacionais ou regionais. Os programas também promovem a transição para empregos mais ecológicos, uma vez que empregam pessoas na reciclagem, jardinagem, reparação de bicicletas, limpeza de zonas poluídas, etc.

Estes projetos revelaram-se muito promissores; no seu parecer sobre «O desemprego de longa duração zero», o CR187 insta a Comissão Europeia a apoiar projetos semelhantes, a apoiar a reprodução de modelos de economia social bem-sucedidos em mais Estados-Membros, a identificar estas iniciativas, nomeadamente através da mobilização da sua Rede Europeia de Serviços Públicos de Emprego, e a propor orientações para a aplicação dessas iniciativas noutros Estados-Membros da UE.

Por último, solicita que alguns fundos do FSE+ sejam afetados a iniciativas locais de «desemprego de longa duração zero», a fim de superar estas dificuldades, nomeadamente sob a forma de apoio ao arranque e desenvolvimento de projetos a nível local. Reitera igualmente a recomendação formulada num parecer anterior no sentido de¹⁸⁸ combater o desemprego de longa duração de forma mais eficaz através de iniciativas extraordinárias, como a criação de um fundo ad hoc para combater o desemprego de longa duração.

ZERO DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO E GARANTIAS DE EMPREGO

CIDADES IMPLEMENTAM PROGRAMAS PARA AUMENTAR O EMPREGO

Em França e na Bélgica (Territoires zéro chômeur de longue durée, TZCLD), não existem programas a longo prazo, ao passo que o Gramatneusiedl (Áustria) e o Groningen (Países Baixos) — denominados «Basisbaan» — se baseiam no princípio da garantia de emprego. Programas semelhantes foram desenvolvidos em Berlim (Alemanha), Roma (Itália) e Konin (Polónia), para citar alguns.

¹⁸⁷ Parecer do Comité das Regiões — [Desemprego de longa duração zero: a perspetiva local e regional](#), SEDEC-VII/037, 24-25 de maio de 2023, relator Yonnc Polet (BE-PSE), 1.º vice-presidente do município de Berchem-Sainte-Agathe.

¹⁸⁸ Parecer do Comité das Regiões sobre « [A integração dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho](#) », SEDEC-VI/006, 10-11 de fevereiro de 2016, relator Enrico Rossi (IT-PSE), presidente da região da Toscana.

Capítulo II — Regiões e municípios enquanto intervenientes no desenvolvimento sustentável e na coesão

As transições ecológica e digital das economias europeias destinadas a melhorar a eficiência e a neutralidade climática são elementos fundamentais da estratégia de longo prazo da UE para o desenvolvimento sustentável. Só através da aplicação de instrumentos novos e existentes do Pacto Ecológico da UE «no terreno» (estratégias que asseguram a coesão social, económica e territorial e previnem novas disparidades em toda a União) é que a transformação das nossas economias pode tornar-se o êxito que a Europa necessita para acompanhar os desafios tecnológicos, geopolíticos e sociais que se avizinham.

Como podemos assegurar o desenvolvimento económico, a digitalização e a transformação industrial, por um lado, e a segurança social, a resiliência digital, a autonomia económica e, por outro, lugares e pessoas prósperos? As regiões e os municípios têm muitas soluções para oferecer que não há lugar nem ninguém para trás, desde pactos climáticos locais até alianças inter-regionais para o hidrogénio e estratégias rurais integradas para combater o despovoamento.

A. O Pacto Ecológico Europeu e os ODS

As regiões e os municípios são intervenientes vitais para assegurar o êxito da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas¹⁸⁹ e do Pacto Ecológico Europeu.¹⁹⁰ No entanto, devem ser apoiados com competências adequadas, capacidade humana, quadros jurídicos e recursos financeiros. O que é necessário fazer para harmonizar o crescimento e a prosperidade com as exigentes medidas sociais e ambientais necessárias para alcançar a neutralidade climática e a sustentabilidade?

A Europa deve aplicar de forma coerente os ODS e o Pacto Ecológico Europeu a todos os níveis de governo, para poder continuar a ser uma economia mundial fundamental e líder em matéria de desenvolvimento sustentável e de bem-estar social e económico.

Os progressos na consecução dos ODS abrandaram desde 2020 em consequência das múltiplas crises e, em alguns casos, os progressos até inverteram-se. São necessários mais progressos em relação a muitos ODS, em especial os relacionados com a ação climática e a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais. Acelerar a implementação dos ODS é agora mais urgente do que nunca, com especial destaque para as pessoas que vivem em situações vulneráveis.¹⁹¹

De acordo com estimativas¹⁹² da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), **sem o envolvimento dos governos locais e regionais, pelo menos 105 dos 169 objetivos derivados dos 17 ODS não serão atingidos.**

Um inquérito sobre o papel dos municípios e das regiões para os ODS num contexto geopolítico incerto ¹⁹³ destaca **os ODS como um quadro fundamental para as regiões e os municípios recuperarem da pandemia de COVID-19 e lidarem com os efeitos da guerra russa contra a Ucrânia.** Esta avaliação da participação das regiões e dos municípios nos ODS em 2023 sugere que as crises recentes não os dissuadiram do seu anterior compromisso para com os ODS, mas sim o reforçaram e posicionaram os ODS como uma solução para enfrentar os desafios atuais. Os resultados indicam ainda que os ODS também serão utilizados para combater incertezas futuras: 39 % dos órgãos de poder local e regional que participaram no inquérito utilizaram os ODS antes da pandemia e continuaram a fazê-lo para fazer face à recuperação. Além disso, 25 % não utilizaram os ODS antes da pandemia, mas tencionavam fazê-lo agora.

O compromisso renovado das regiões e dos municípios para com os ODS é ainda evidenciado pelo número cada vez maior de análises locais voluntárias (VLR) realizadas — a mais elevada qualidade do acompanhamento dos ODS em vigor. Até à data, foram apresentados 129 VLR, com um terço provenientes de regiões e municípios da UE, o que demonstra o seu empenho entusiástico. Mais cidades da UE, como Porto e Estrasburgo, estão atualmente a preparar os seus VLR.

¹⁸⁹ <https://sdgs.un.org/goals>.

¹⁹⁰ https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en.

¹⁹¹ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_3801.

¹⁹² OCDE, *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como quadro para a recuperação da COVID-19 nos municípios e regiões*, 2022.

¹⁹³ <https://www.unsdsn.org/>. O inquérito decorreu de fevereiro a abril de 2023 e recolheu 266 respostas. A OCDE publicará um relatório em novembro de 2023.

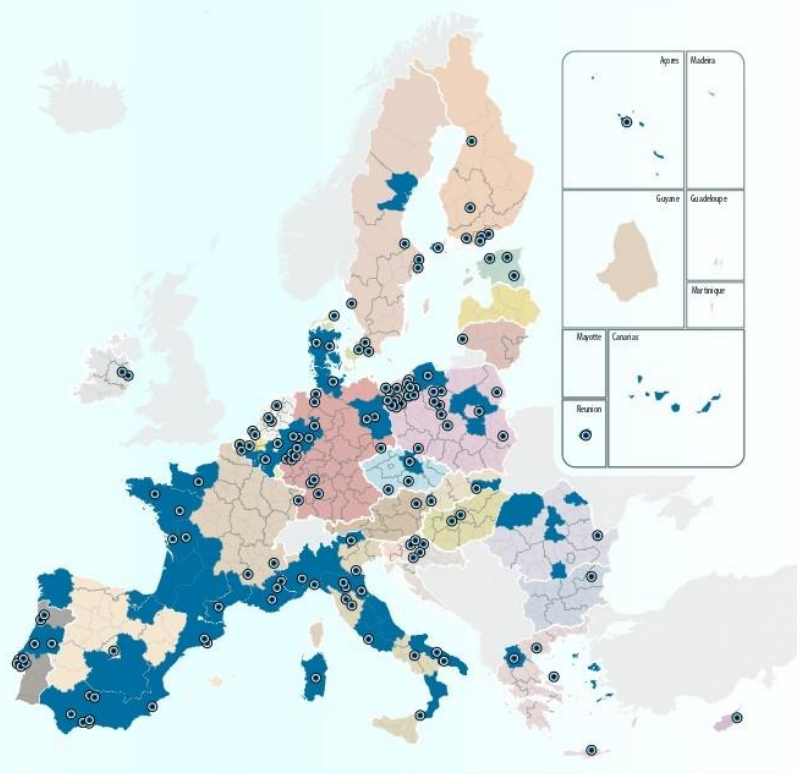


Figura 12 — Regiões e municípios da UE que executam os ODS em 2023

Fonte — compilação do CR com base no CR/UNSDSN/OCDE194

Nota — Este mapa mostra intencionalmente apenas as regiões selecionadas

A utilização dos ODS caracteriza-se por um fosso costeiro-central na UE. A França Ocidental e Meridional, Portugal, a Espanha, a Bélgica, os Países Baixos, a Dinamarca, a Finlândia, os Estados Bálticos, a Polónia, a Roménia e a Itália e, de um modo mais geral, os órgãos de poder local e regional das regiões costeiras, estão fortemente envolvidos na implementação dos ODS, ao passo que os Estados centrais da UE parecem pouco utilizá-los.

Não há clivagem local-regional no que diz respeito à utilização dos ODS. Pelo contrário, existem diferenças em termos de competências e competências dos órgãos de poder local e regional nos Estados-Membros da UE. Por exemplo, na Finlândia e nos Estados bálticos, as cidades têm muita margem de manobra para agir em prol dos ODS, e o seu empenho está a ter um impacto para além dos seus círculos eleitorais. Na Finlândia, onde a densidade populacional é baixa, o envolvimento das seis maiores cidades está a ter um grande impacto em todo o país. Na Estónia, o envolvimento de três cidades estimula a ação a todos os níveis. Do mesmo modo, em Espanha e Itália, as regiões são uma força motriz para a implementação dos ODS nos seus territórios e nas cidades.

O grande número e diversidade de iniciativas a nível nacional, europeu e internacional para apoiar a localização dos ODS também mostra o quão dinâmico é o empenho das regiões e dos

¹⁹⁴ <https://cor.europa.eu/en/news/Pages/survey-sdg.aspx>.

municípios. Os projetos da UE, como a rede URBACT Cities for Sustainable Governance,¹⁹⁵ as estratégias de especialização inteligente,¹⁹⁶ o projeto REGIONS2030 do Centro Comum de Investigação da UE¹⁹⁷ e o *Manual Europeu para as Avaliações Locais Voluntárias dos ODS*,¹⁹⁸ o projeto-piloto da OCDE sobre uma abordagem territorial dos ODS,¹⁹⁹ o novo Secretariado da Coligação Local2030 das Nações Unidas²⁰⁰ em Bilbao e o grupo de trabalho Eurocities sobre os ODS são apenas alguns exemplos de estruturas a todos os níveis que apoiam as regiões e os municípios na consecução dos ODS.

Localização dos ODS

A CIDADE DE BRAGA, PORTUGAL

Braga, a terceira maior cidade de Portugal, embarcou numa viagem para localizar os ODS e utilizá-los para criar empregos inovadores e melhorar o bem-estar e o cuidado com o ambiente. A cidade participou no programa URBACT EU Global Goals for Cities, financiado pela UE, e é agora membro da sua sucessora, a rede URBACT Cities for Sustainable Governance. O prefeito de Braga, Ricardo Rio, é um prefeito campeão da OCDE e presidente do comité executivo do Parlamento Global de Autarcas, reconhecido pelo seu compromisso com a inclusão. A cidade também partilha as melhores práticas no âmbito do grupo de trabalho para os ODS da Eurocities e está atualmente a implementar todos os ODS. No que diz respeito ao ODS 9 relativo à indústria, inovação e infraestruturas, Braga criou a Startup Braga, um polo de inovação para apoiar o empreendedorismo com ambição global. Ajuda os empresários a criar, lançar e acelerar empresas em fase de arranque, principalmente nos domínios da economia digital, das tecnologias da saúde, da nanotecnologia, da biotecnologia e da sustentabilidade. Também dá acesso a um vasto leque de parceiros, mentores e investidores. A comunidade conta atualmente com 190 empresas em fase de arranque, responsáveis pela criação de mais de 1000 postos de trabalho e pela angariação de mais de 375 milhões de euros de investimento.²⁰¹

Promover os ODS em todos os níveis

O PAÍS BASCO, ESPANHA

O País Basco transpôs os ODS e as suas metas ao seu nível e é agora um defensor dos ODS a todos os níveis. Já publicou cinco revisões subnacionais voluntárias para informar sobre os seus esforços e compromissos contínuos no sentido da implementação dos ODS. Além de ter criado uma estratégia

¹⁹⁵ Esta rede é a sucessora da rede URBACT Global Goals for Cities. As cidades desta rede incluem Espoo (FI), Agios Dimitrios (EL), Braga (PT), Gabrovo (BG), Jablonec nad Nisou (CZ), Košice (SK), Mannheim (DE), Taline (EE) e Valência (ES); mais informações disponíveis em: <https://urbact.eu/knowledge-hub/localising-sdgs/2023-crucial-time>.

¹⁹⁶ Ver: <https://s3platform.jrc.ec.europa.eu/sustainable-development-goals> e [S](#).

¹⁹⁷ https://knowledge4policy.ec.europa.eu/projects-activities/regions2030-project-monitoring-sdgs-eu-regions-%E2%80%93-filling-data-gaps_en.

¹⁹⁸ Comissão Europeia, [European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews — 2022 Edition](#), 2022.

¹⁹⁹ <https://www.oecd.org/cfe/territorial-approach-sdgs.htm>.

²⁰⁰ <https://local2030.org/>.

²⁰¹ https://urbact.eu/sites/default/files/2023-01/TFC_IAP%20Braga_0.pdf.

para os ODS e uma plataforma multilateral para os ODS, foi também pioneira no lançamento de obrigações de sustentabilidade e na inclusão dos ODS no seu orçamento. Além disso, está também a trabalhar com as províncias bascas, as cidades e a sociedade civil para cocriar políticas e assegurar a sua aplicação efetiva no terreno. Por último, defende os ODS a todos os níveis, incluindo no CR e na OCDE, bem como a nível internacional. Este compromisso a nível global culminou com a abertura do escritório da ONU Local2030 na cidade de Bilbao este ano.202

No que diz respeito ao Pacto Ecológico Europeu, embora tenham havido esforços legislativos ambiciosos desde o seu lançamento em dezembro de 2019, o verdadeiro teste será agora realizado, com a sua transposição e aplicação a nível nacional, regional e local. A correta aplicação destes atos legislativos melhorados só teve início em 2023 — com os primeiros acordos sobre os atos legislativos do Objetivo 55.

A interação combinada de vários atos legislativos e o seu impacto assimétrico nas regiões e nos municípios com diferentes necessidades e possibilidades territoriais será exigente, tendo igualmente em conta a falta de avaliações de impacto territorial adequadas das legislações. As instituições nacionais e da UE precisam agora, mais do que nunca, de colaborar com os órgãos de poder local e regional para garantir que a legislação relativa ao Pacto Ecológico possa funcionar no terreno.

Não obstante este contexto difícil, as regiões e os municípios têm uma forte vontade de agir, mas a capacidade de execução é insuficiente e subsistem obstáculos significativos. 90 % dos inquiridos no inquérito da Rede de Polos Regionais (RegHub) do Comité das Regiões (CR) sobre o *futuro do Pacto Ecológico: fazendo o balanço e olhando para o futuro203* confirmaram que estavam ativamente envolvidos numa iniciativa nacional ou da UE para aplicar o Pacto Ecológico, indicando um forte compromisso coletivo para com práticas sustentáveis. Além disso, 40 % dos inquiridos afirmaram que já tinham um ou mais planos de desenvolvimento sustentável em vigor.

No entanto, o inquérito revelou igualmente que 35 % dos participantes enfrentavam desafios na execução eficaz destes planos, indicando a necessidade de medidas específicas de apoio e de reforço das capacidades.

A falta de financiamento é o principal desafio para as regiões e os municípios e ameaça a aplicação das políticas do Pacto Ecológico a nível infranacional. Um inquérito do Banco Europeu de Investimento sobre infraestruturas locais²⁰⁴ revelou que a falta de financiamento — a par de processos regulamentares morosos e incertos — continua a representar um fator de dissuasão significativo para os municípios no que diz respeito ao planeamento dos investimentos. Os municípios estão particularmente insatisfeitos, com mais de 60 % a considerar insuficientes os seus investimentos nas alterações climáticas e nas infraestruturas de adaptação ao longo dos últimos três anos. Além disso, a escassez de mão de obra qualificada e os estrangulamentos na cadeia de abastecimento atrasam a execução dos planos de investimento: a escassez de peritos com competências em matéria de avaliação ambiental e climática constitui um problema para 69 % dos municípios da UE.

²⁰² <https://www.local2030.org/event/view/553>.

²⁰³ <https://cor.europa.eu/en/engage/Documents/RegHub/green-deal-taking-stock-looking-ahead.pdf>.

²⁰⁴ Banco Europeu de Investimento, [O estado do investimento em infraestruturas locais na Europa. Inquérito aos Municípios do BEI 2022-2023](#), 2023.

Do mesmo modo, a falta de recursos financeiros é o maior desafio na execução dos ODS para mais de 60 % das regiões e dos municípios.²⁰⁵

É provável que as transições digital e ecológica venham a amplificar padrões de crescimento já divergentes na Europa. De acordo com Bertelsmann Stiftung, as regiões NUTS 2 de elevado rendimento da UE apresentam o maior potencial de crescimento económico na dupla transição, enquanto as regiões de baixos rendimentos apresentam os níveis mais baixos. Assim, existe uma tendência subjacente para divergências económicas em toda a UE. Se esta tendência se mantiver, existe o risco de os progressos, tanto na aplicação do Pacto Ecológico como dos ODS, descerem para um nível inferior e de as desigualdades sociais existentes serem exacerbadas.

Tal é ecoado na avaliação das regiões e dos municípios no que respeita aos desafios mais importantes da pandemia pós-COVID-19: 46 % das regiões e dos municípios consideram que a dimensão das pessoas dos ODS (ODS 1 a 5), que inclui a pobreza e a saúde, constitui, de longe, o maior desafio do período pós-pandemia de COVID-19.²⁰⁷

É inegável que são necessárias capacidades para reforçar as capacidades dos órgãos de poder local e regional.²⁰⁸

Para colmatar o défice de execução, os municípios e as regiões estão a mobilizar múltiplas redes e iniciativas de reforço das capacidades para melhorar e intensificar a sua ação no âmbito do Pacto Ecológico. Ao longo dos últimos anos, foram acrescentadas novas iniciativas à plataforma já existente do Pacto de Autarcas Europeu²⁰⁹ e do Acordo Cidade Verde,²¹⁰ como a 211 iniciativa Pacto Ecológico Local, a Iniciativa Cidades e Regiões Circulares e as missões da UE sobre²¹² a adaptação às alterações climáticas²¹³ e 100 cidades com impacto neutro no clima e inteligentes até 2030.²¹⁴

²⁰⁵ *Ibid.*

²⁰⁶ Bertelsmann Stiftung, [O futuro da coesão da UE: Efeitos da dupla transição nas disparidades entre as regiões europeias](#), 2022.

²⁰⁷ Outros desafios considerados mais problemáticos foram a dimensão planetária (ODS 6, 12, 13, 14 e 15) com 21 %, a dimensão da prosperidade (ODS 7-11) também com 21 %, a dimensão da paz (ODS 16) de 4 % e a dimensão da parceria (ODS 17) de 8 %.

²⁰⁸ Debate sobre o parecer do CR — Promover o potencial e as sinergias das iniciativas da UE em matéria de energia e clima para as regiões e os municípios, durante a 18.ª reunião da Comissão ENVE, realizada em 10 de maio de 2023. Mais informações disponíveis em: [Reunião da Comissão ENVE \(europa.eu\)](#)

²⁰⁹ <https://eu-mayors.ec.europa.eu/en/home>.

²¹⁰ https://environment.ec.europa.eu/topics/urban-environment/green-city-agreement_en.

²¹¹ <https://www.intelligentcitieschallenge.eu/themes/green-economy-and-local-green-deals>.

²¹² <https://circular-cities-and-regions.ec.europa.eu/circular-cities-and-regions-initiative>.

²¹³ https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe/eu-missions-horizon-europe/adaptation-climate-change_en.

²¹⁴ https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe/eu-missions-horizon-europe/climate-neutral-and-smart-cities_en.

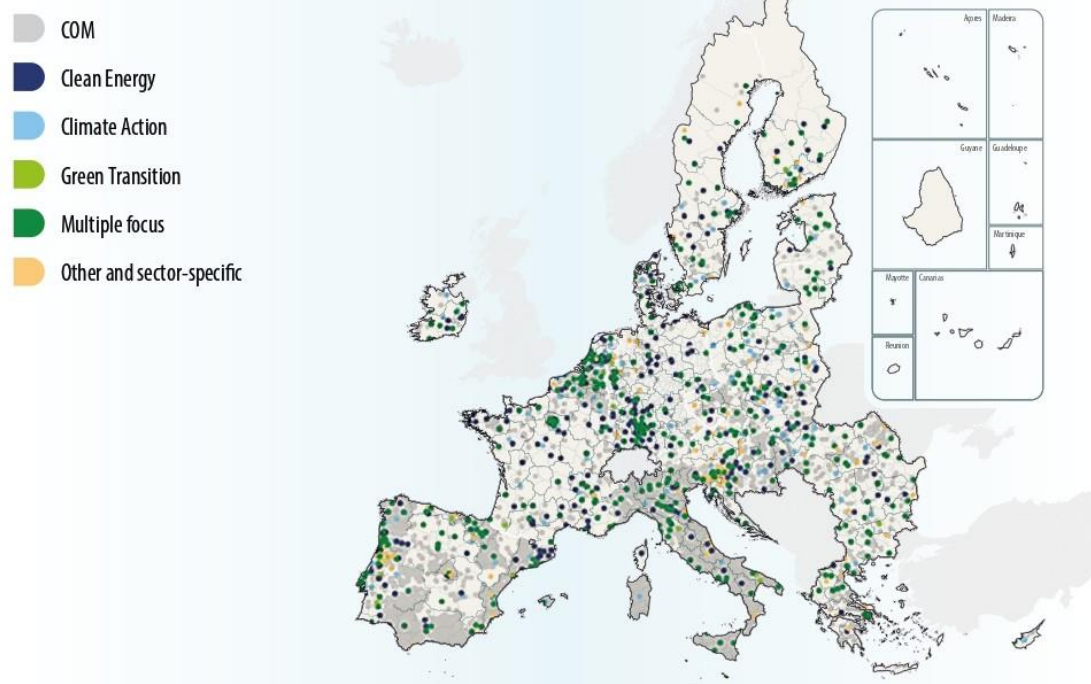


Figura 13 — Cartografia geográfica das iniciativas dos órgãos de poder local e regional por tema
 Fonte — compilação do CR baseada em Gasperini, M., Markowska, S., e Vroom, I.215

As plataformas para o intercâmbio de informações e a procura de parceiros, o apoio e o aconselhamento (especialmente para a obtenção de financiamento e a melhoria da visibilidade das boas práticas) e uma melhor representação dos interesses dos intervenientes regionais e locais são aspetos positivos.

Ao mesmo tempo, subsistem vários obstáculos à execução das iniciativas em matéria de clima, tais como prazos e requisitos contraditórios, encargos administrativos excessivos, flexibilidade insuficiente, diferentes métodos e requisitos de comunicação de informações, falta de apoio ativo e adaptado e uma inalação dos objetivos, conduzindo a sinergias e sobreposições insuficientes.

Neste contexto, a iniciativa «Pacto Ecológico a Nível Local» do CR está a estabelecer parcerias com as iniciativas acima referidas e a criar um local de interesse para os municípios e as regiões dispostas a tomar medidas. No âmbito desta iniciativa, o CR visa promover um maior envolvimento e uma participação ativa dos órgãos de poder local e regional na execução das políticas e iniciativas do Pacto Ecológico. Esta iniciativa reconhece a importância crítica de envolver as entidades infranacionais na consecução dos objetivos climáticos e ambientais, uma vez que são elas que implementam políticas ao nível das bases.

Para ter êxito na transformação desencadeada pelas transições ecológica e digital, é essencial reconhecer as ligações entre as dimensões ambiental, social e económica da sustentabilidade. Esta abordagem é vital para garantir que os municípios e as regiões são capazes de enfrentar a crescente

²¹⁵ Gasperini, M., Markowska, S., e Vroom I., [O impacto das iniciativas da UE em matéria de clima e energia na transição climática das cidades](#), estudo encomendado pelo Comité das Regiões, 2023.

complexidade das tendências mundiais, como ecoou no recente relatório de *prospetiva estratégica de 2023*.²¹⁶

Só reconhecendo os desafios enfrentados a nível local e regional é que a UE pode adaptar medidas adequadas para apoiar a aplicação das políticas do Pacto Ecológico e dos ODS. O que torna o papel do CR cada vez mais essencial para garantir que a aplicação da legislação da UE seja «à prova de tolices». Para este objetivo, é fundamental reforçar a cooperação com as outras instituições da UE, começando por consultas precoces na preparação de novas propostas e por um maior envolvimento do CR na ronda final de negociações.

ENSINO DA SUSTENTABILIDADE

ODS 4, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NAS CIDADES FINLANDESAS

A Finlândia tem sido um dos países mais ambiciosos e inovadores a desenvolver o seu sistema de ensino no sentido de uma maior qualidade e igualdade. As seis maiores cidades da Finlândia (Helsínquia, Espoo, Tampere, Vantaa, Oulu e Turku) são pioneiras no desenvolvimento sustentável e na educação. Por exemplo, Helsínquia criou um modelo para um futuro sustentável na educação precoce chamada Kettu. As crianças recebem educação sobre o clima e o ambiente, a economia circular, a Agenda 2030 e o planeamento do futuro. Do mesmo modo, Tampere colocou uma forte ênfase em transformar as crianças e os jovens numa geração que valoriza a sustentabilidade. Na cidade de Oulu, programas como o «Learning Stream for a Sustainable Future» e o evento «Agenda da Esperança» reforçam as relações dos alunos com a natureza e os seus conhecimentos em matéria de economia circular.

O reforço das capacidades, a prestação de aconselhamento especializado e a promoção de sinergias a nível local e regional emergiram como estratégias fundamentais para a transição climática das cidades.²¹⁷

A coordenação, a flexibilidade, a simplificação, a transparência e uma melhor comunicação (tanto na definição dos objetivos a alcançar como na comunicação escrita da UE e das administrações centrais aos órgãos de poder local e regional) são ingredientes fundamentais para a consecução dos objetivos do Pacto Ecológico da UE e dos ODS a nível regional e local. Por último, o apoio ativo e adaptado às regiões e aos municípios, especialmente durante a execução (e não na fase de planeamento), a oferta de oportunidades de financiamento direto e de orientações concretas para a participação ativa de outras oportunidades de financiamento são aceleradores fundamentais para a execução a nível regional e local.

Tornar os orçamentos públicos adequados à sustentabilidade deve ser uma prioridade para os decisores políticos europeus. As crescentes pressões sobre os aspetos sociais e económicos da sustentabilidade alimentam o debate sobre a necessidade de um novo modelo económico, centrado no bem-estar das pessoas e da natureza. Este modelo pode ser alcançado através da adequação dos

²¹⁶ Comissão Europeia, [Relatório de prospetiva estratégica](#) de 2023, 2023.

²¹⁷ Esta secção baseia-se fortemente no estudo financiado pelo CR, publicado em meados de 2023, com investigação realizada no mesmo ano; o relatório está disponível em: <https://cor.europa.eu/en/engage/studies/Documents/The%20impact%20of%20EU.pdf>.

orçamentos públicos à sustentabilidade. O parecer do CR sobre a «*Aplicação dos orçamentos ecológicos a nível local e regional*»²¹⁸ destaca a importância da orçamentação ecológica enquanto instrumento pragmático para encontrar o equilíbrio certo entre a necessidade de alcançar a neutralidade climática até 2050 e a necessidade urgente de garantir a justiça económica e social.

Assegurar um quadro mais coerente para a sustentabilidade e reforçar os laços entre a aplicação do Pacto Ecológico Europeu e a sustentabilidade é fundamental para acelerar a transição sustentável e reduzir a burocracia em todas as escalas. Na consulta da RegHub sobre o Pacto Ecológico,²¹⁹ todos os inquiridos alegaram que as suas estratégias de desenvolvimento sustentável estavam ligadas ao Pacto Ecológico Europeu, demonstrando como estes quadros tendem a coincidir na fase de execução.

O alinhamento adequado das agendas em matéria de clima e sustentabilidade exige também esforços para estabelecer uma melhor ligação entre quadros a nível mundial, reunindo os ODS, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica. Este aspeto está a ser avaliado pelo grupo de peritos das Nações Unidas que trabalha no relatório *Analysing Climate and SDG Synergies, com o objetivo de maximizar o impacto da ação*,²²⁰ e é o foco da ação do CR à escala mundial. É por esta razão que é crucial que o CR prossiga os seus esforços no sentido de envolver formal e ativamente o nível infranacional nos processos das Nações Unidas. Durante a última Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP15), foi criado um precedente para este efeito. Na COP15, o CR foi explicitamente reconhecido como um dos principais parceiros para a execução do plano de ação global para a biodiversidade.²²¹

O reforço das ligações entre as políticas internas e externas da UE para impulsionar a oferta política e a narrativa da UE na cena mundial é outro fator crucial para a consecução deste novo modelo económico. Os governos locais e regionais demonstraram ser intervenientes pró-ativos e fiáveis, nomeadamente a nível internacional, através da criação de novas iniciativas para combater as alterações climáticas e promover a neutralidade climática e o desenvolvimento sustentável. O CR participa nos esforços mundiais em prol dos ODS, do clima e do ambiente.

Com base nos resultados alcançados a nível da UE, o CR propõe um melhor alinhamento do Pacto Ecológico Europeu com os esforços a nível mundial, no quadro dos ODS, e a participação formal e ativa do nível infranacional no processo. Este alinhamento é vital para promover a cooperação internacional e alcançar uma abordagem mais coesa e coordenada em relação ao desenvolvimento sustentável.

A liderança política a nível regional e local é um fator fundamental para a localização dos ODS, de acordo com 80 % das regiões e municípios que participaram no inquérito de 2023 do CR-OCDE-SDSN. A aprendizagem entre pares com outros municípios e regiões e o financiamento específico para os ODS são outros instrumentos fundamentais para a execução. As campanhas de sensibilização, tanto internas (entre funcionários e departamentos) como externas (destinadas aos

²¹⁸ Parecer do Comité das Regiões sobre «A execução dos orçamentos ecológicos a nível local e regional», ENVE/VII-028, 29-30 de junho de 2022, relator: Vincent Chauvet (FR-RE), presidente do município de Autun.

²¹⁹ <https://cor.europa.eu/en/engage/Documents/RegHub/green-deal-taking-stock-looking-ahead.pdf>.

²²⁰ <https://sdgs.un.org/blog/expert-group-prepare-report-analysing-climate-and-sdg-synergies-aiming-maximize-action-impact>.

²²¹ <https://cor.europa.eu/en/news/Pages/COP15-.aspx>.

cidadãos, à sociedade civil, às empresas e/ou às escolas) são os instrumentos mais utilizados para promover os ODS (60 %), seguidas de estratégias ou planos de ação específicos (54 %) e da utilização de indicadores para acompanhar e estimular os progressos (53 %).

O ODS n.º 2 relativo à fome zero aumentou agora em termos de relevância para as regiões e os municípios devido ao aumento da inflação. Cerca de 50 % das regiões e dos municípios criaram bancos alimentares e programas de distribuição de alimentos para dar resposta às ruturas nas cadeias de abastecimento alimentar. As regiões e os municípios também se empenharam mais na redução do desperdício alimentar através da promoção de uma abordagem da economia circular (60 %), da reutilização dos excedentes alimentares (47 %) e da prevenção do desperdício alimentar ao longo de toda a cadeia de abastecimento (46 %).

O CR tem apelado constantemente a que as considerações de género sejam mais bem integradas nas políticas e programas, uma vez que tal faz parte dos ODS. Por exemplo, a região espanhola de La Rioja tem defendido a igualdade de género não só na região e na sua governação, mas também a nível europeu. O seu trabalho pioneiro foi reconhecido pela Comissão Europeia, que contou com estes esforços na primeira revisão voluntária da UE apresentada à ONU.

A aprendizagem peer-to-peer é fundamental para acelerar a implementação. O mapa interativo das melhores práticas do Pacto Ecológico do CR222 complementa o mapa de localização dos ODS da UE e mostra como as comunidades individuais estão a transformar os seus modos de vida, de trabalho, de produção e de consumo, e como estão a tentar alcançar um crescimento sustentável do ponto de vista ambiental e social e economicamente justo.

AVANÇAR NA AGENDA PARA A IGUALDADE DE GÉNERO

LA RIOJA, ESPANHA

A região de La Rioja, em Espanha, adotou uma lei específica contra a violência baseada no género. Promove a inclusão das vítimas no mercado de trabalho e cria uma rede de prestação de cuidados para garantir que as vítimas recebem os cuidados de que necessitam até à sua recuperação. A região está a trabalhar na educação através de uma campanha de comunicação geral e de ações de formação destinadas a públicos específicos, como sindicatos e futuros profissionais no domínio da saúde, dos serviços sociais e da educação. La Rioja também criou um departamento responsável pela integração da igualdade de género em todas as políticas.

DISPONIBILIZAÇÃO DE CIDADÃOS A BORDO PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

LODZ (POLÓNIA) E OULU (FINLÂNDIA)

²²² <https://cor.europa.eu/EN/regions/Pages/eir-map.aspx?view=stories&type=greendeal>.

Entre as melhores práticas incluídas na base de dados do CR sobre o Pacto Ecológico a nível local, o Ecopacto para Lodz,²²³ na Polónia, inclui uma abordagem municipal abrangente para a sustentabilidade, envolvendo as partes interessadas e abordando o clima, a energia, os resíduos, a circularidade, o planeamento urbano sustentável e a mobilidade e a biodiversidade.

A nível regional, o manual da economia circular destinado às escolas de Oulu,²²⁴ Finlândia, educa e sensibiliza os cidadãos para a proteção do ambiente local, a biodiversidade, a saúde e a qualidade de vida, promovendo simultaneamente a requalificação dos trabalhadores.

²²³ <https://mplus.cor.europa.eu/overview/details/2028478?tab=best-practices>.

²²⁴ <https://mplus.cor.europa.eu/overview/details/2038366?tab=best-practices>.

B. Transformação digital e resiliência

Uma infraestrutura digital de elevada qualidade é uma pedra angular cada vez mais significativa de toda a economia, ocupando o seu lugar a par das redes de eletricidade, gás, água e transportes, mas também nas administrações públicas.²²⁵ A transformação digital é fundamental para o nosso futuro, tal como salientado em edições anteriores do *Relatório Anual sobre o Estado das Regiões e dos Municípios*.²²⁶ A conectividade excelente e segura para todos, em toda a UE, está a tornar-se uma condição prévia para a obtenção de benefícios económicos e sociais sustentáveis com base em serviços em linha modernos e em ligações rápidas à Internet. Uma conectividade melhor e mais ampla, juntamente com as novas tecnologias e competências para as utilizar, ajudará a prevenir as clivagens digitais e a eliminar as zonas social e economicamente. Como pode a UE garantir que a transformação digital e a resiliência digital andam de mãos dadas para que as comunidades e as empresas locais e regionais beneficiem da transição digital e evitem os riscos de ciberameaças?

A maturidade digital das várias regiões e municípios da UE está a progredir a diferentes velocidades. Existe o risco de as clivagens digitais comprometerem a consecução dos objetivos da década digital da UE, que foram fixados para 2030.²²⁷ Ao mesmo tempo, ao longo do último ano, os ciberataques contra entidades públicas e privadas europeias por intervenientes de países terceiros e não estatais colocaram desafios adicionais à utilização das tecnologias digitais.

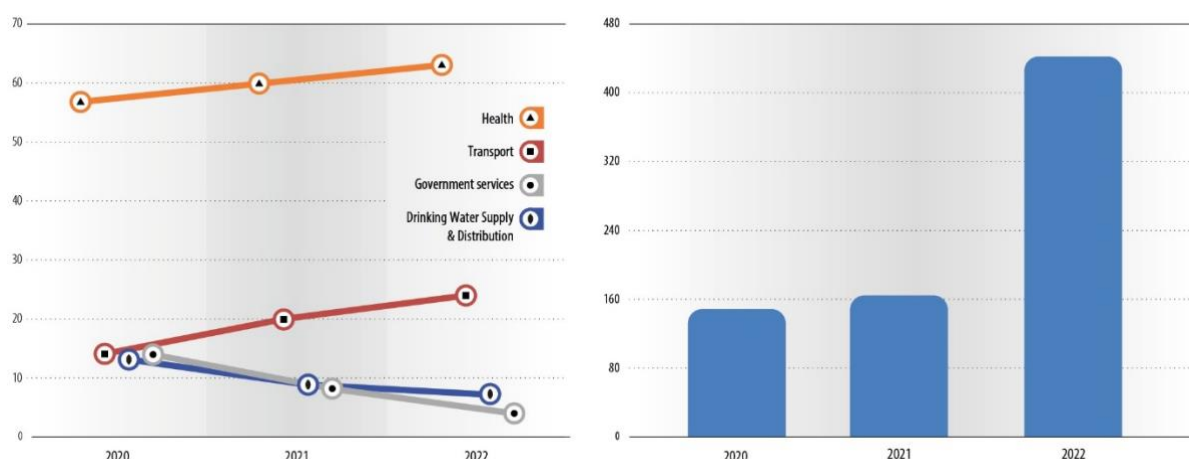


Figura 14 — Número de acidentes por ano e impacto por setores selecionados
Fonte — compilação do CR com base na ENISA228

As autoridades públicas viram-se confrontadas com ataques distribuídos de negação de serviço e ransomware, que tiveram graves consequências nos serviços prestados aos cidadãos. Exemplos típicos de serviços afetados incluem registo, mobilidade/estacionamento, recolha de lixo, pagamentos da segurança social e serviços de saúde, como os serviços de vacinação. O encerramento total de tais

²²⁵ Parecer do Comité das Regiões sobre o « [Regulamento Europa Interoperável](#)», ECON-VII/029, 24-25 de maio de 2023, relator: Michele Pais (IT-CRE), presidente e membro do Conselho Regional da Sardenha.

²²⁶ Comité das Regiões, [Relatório Anual da UE sobre o estado das regiões e dos municípios 2022](#), outubro de 2022; edição anterior do relatório disponível em: <https://cor.europa.eu/en/our-work/Pages/State-of-Regions-and-Cities-2022.aspx>.

²²⁷ As consultas da RegHub sobre interoperabilidade (2022) e sobre o Programa Europa Digital (2023) contribuíram para os respetivos pareceres sobre a [Plataforma Prontos para o Futuro](#).

²²⁸ <https://ciras.enisa.europa.eu/>.

serviços pode ter fortes impactos na confiança dos cidadãos no governo e pode afetar o comportamento dos eleitores. Qualquer autoridade em risco é bem aconselhada a garantir que é resiliente digitalmente contra novos e crescentes tipos de ciberataques.

Por conseguinte, a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA) identificou e classificou²²⁹ as dez principais ameaças à cibersegurança a surgir até 2030, incluindo «ataques direcionados reforçados por dados de dispositivos inteligentes» e o «ascenso de ameaças híbridas avançadas». As ameaças de hoje não serão abordadas, uma vez que terão mudado de caráter. O aumento das dependências e a popularização das novas tecnologias são fatores essenciais que impulsionam as mudanças.²³⁰

A resiliência digital das regiões e dos municípios é definida como «a sua capacidade de resistir, absorver e recuperar da perturbação causada por ameaças digitais externas ou catástrofes naturais através da aplicação da legislação em matéria de cibersegurança e ciber-resiliência, da disponibilidade de infraestruturas críticas sólidas e fiáveis e da utilização de competências digitais e de cibersegurança adequadas».²³¹

A resiliência digital varia muito entre as regiões e os municípios europeus.²³² Algumas autoridades públicas têm vindo a prosseguir ativamente e a consolidar a sua resiliência digital há anos, algumas têm vindo a ficar para trás ou têm tido dificuldades em enveredar por uma via para a resiliência digital devido à falta de fundos e/ou capacidades, enquanto outras ainda desconhecem os perigos e a necessidade de se tornarem resilientes digitalmente.

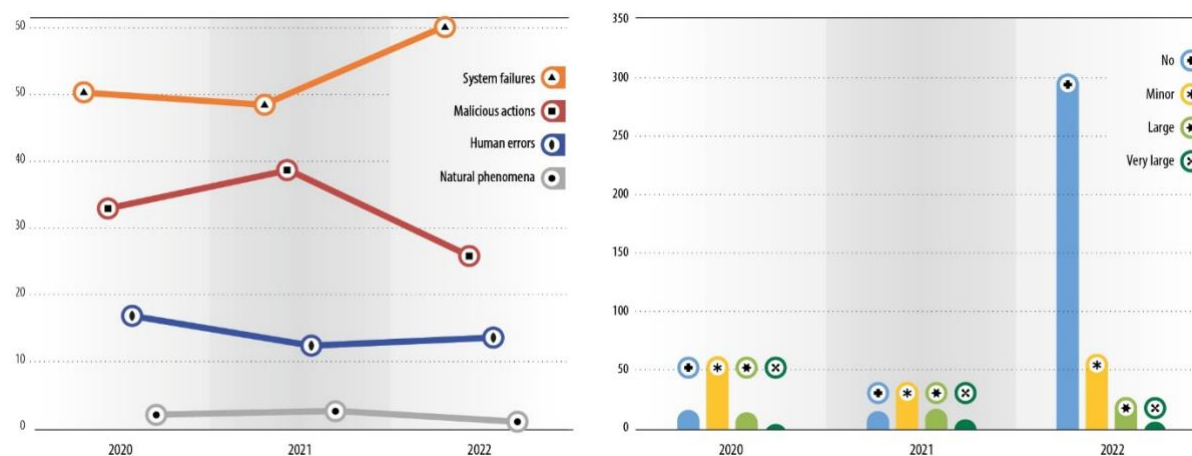


Figura 15 — Causas radiculares dos acidentes e gravidade do impacto por ano
Fonte — compilação do CR com base na ENISA²³³

Disponer de recursos financeiros suficientes é o desafio mais importante ao iniciar qualquer ação política para reforçar a resiliência digital. Mas mesmo nos casos em que existem recursos suficientes, as regiões e os municípios não têm capacidade organizativa para os utilizar de forma

²²⁹ ENISA, *Identifying emergency cyber security threats and challenges for 2030*, 2023.

²³⁰ <https://www.enisa.europa.eu/news/cybersecurity-threats-fast-forward-2030>.

²³¹ Cavallini, S., Soldi, R., Casalini, G., Verdi, G., Grasso, A., *Digital resilience*, estudo encomendado pelo Comité das Regiões Europeu, 2023, p. 1.

²³² *Ibid.*

²³³ <https://ciras.enisa.europa.eu/>.

eficiente. São necessários esforços adicionais para colmatar o déficit de investimento da UE na transição digital, que ascende a, pelo menos, 125 mil milhões de euros por ano.²³⁴

As regiões e os municípios têm frequentemente de abordar prioridades contraditórias com recursos escassos e decidir não dar prioridade aos investimentos em programas de cibersegurança, mesmo após a modernização das suas infraestruturas digitais. Além disso, a falta de competências digitais e TIC nas administrações públicas continua a ser um desafio fundamental a enfrentar.²³⁵

As regiões e os municípios são confrontados com dificuldades no acesso aos fundos da UE para reforçar a resiliência digital. Por conseguinte, foi solicitado às autoridades públicas num estudo a que fundos da UE estavam a aceder a investimentos financeiros em resiliência digital.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) destacou-se como a fonte de financiamento mais importante, com 44 % das autoridades participantes a confirmar a sua utilização em comparação com outras fontes de financiamento da UE.²³⁶

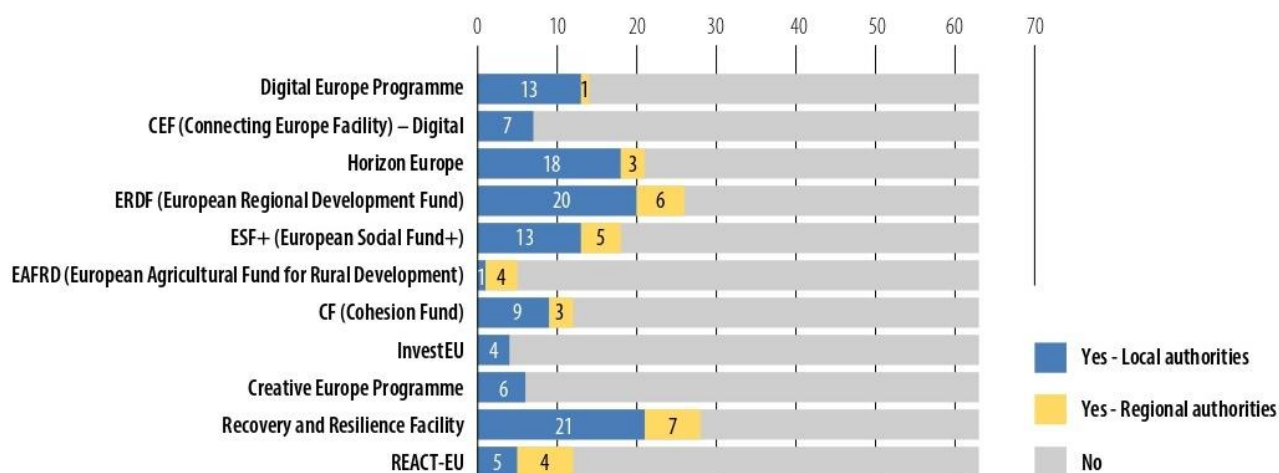


Figura 16 — Acesso aos fundos da UE com o objetivo de reforçar a resiliência digital
Fonte — compilação do CR baseada em Cavallini, S., Soldi, R., Casalini, G., Verdi, G., Grasso, A.²³⁷

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Horizonte Europa foram as segunda e terceira fontes mais utilizadas da UE para investir na resiliência digital. De um modo geral, todas as fontes listadas foram selecionadas em certa medida, o que indica que uma variedade de fundos europeus está a ser utilizada por regiões e municípios. Os órgãos de poder local e regional têm acesso a um leque mais vasto de fontes de financiamento do que os órgãos de poder regional para reforçar a sua resiliência digital, como o Mecanismo Interligar a Europa — Digital, o InvestEU e o Programa Europa Criativa. **Para fazer face a esta diversidade de fundos, devemos assegurar uma abordagem de base local e mecanismos de governação a vários níveis nos programas de financiamento da UE orientados para a resiliência digital, o que permitiria às regiões dar prioridade aos investimentos no setor digital de acordo com as suas necessidades locais.**

²³⁴ Comissão Europeia, [Relatório de prospetiva estratégica](#) de 2023, 2023.

²³⁵ <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/cyber-solidarity>.

²³⁶ <https://www.bruegel.org/dataset/european-union-countries-recovery-and-resilience-plans>.

²³⁷ Cavallini, S., Soldi, R., Casalini, G., Verdi, G., Grasso, A., [Digital resilience](#), estudo encomendado pelo Comité das Regiões Europeu, 2023.

Quase todos (97 %) os órgãos de poder local e regional planeavam investir em infraestruturas, equipamentos e ferramentas digitais quando questionados se tinham planos de investir em domínios relacionados com a resiliência digital em 2023 e 2024. Cerca de 84 % das regiões e municípios que participaram na consulta planeavam investir na segurança/proteção do acesso aos dados; seguidos de sistemas/ferramentas que garantam a continuidade dos serviços públicos; formação/sensibilização do pessoal; Serviços TIC prestados por terceiros; pessoal especializado em TIC; e processos de tomada de decisão.²³⁸

Os estudos de caso de Vílnius (Lituânia) e da região do Lácio (Itália) mostram os diferentes caminhos que os municípios e regiões selecionados optaram por seguir rumo à resiliência digital.

AÇÕES TRANSVERSAIS DE APOIO À RESILIÊNCIA

CONJUNTO ABRANGENTE DE MEDIDAS DA CIDADE DE VÍLNIUS

Na sequência de uma série de ciberataques de impacto («ataques de força bruta») à infraestrutura digital de Vílnius (Lituânia), que perturbaram importantes serviços públicos (como o registo do jardim de infância da cidade) e correram o risco de prejudicar a confiança dos cidadãos nos serviços municipais, a cidade pôs em prática uma estratégia eficaz para combater os ciberataques.²³⁹ A estratégia global consiste em ações transversais e apoio político a níveis superiores de gestão. Concretamente, em 2021, a cidade adotou um ambicioso plano de desenvolvimento estratégico decenal. Além disso, a cidade desenvolveu uma «política responsável de deteção de vulnerabilidades», ou seja, um conjunto de regras que incentivam os hackers éticos a identificar e enviar informações sobre vulnerabilidades de segurança às autoridades responsáveis sem serem processados. Por último, o município começou a oferecer uma melhoria contínua das competências do seu pessoal no domínio das TIC e a implementar um intercâmbio contínuo de dados cibernéticos com as suas empresas públicas e várias empresas privadas que operam na cidade. Todas as atividades são atualmente financiadas através do orçamento municipal, mas a cidade planeia candidatar-se a fundos da UE, como o Programa Europa Digital.

UTILIZAÇÃO ADAPTATIVA DOS FUNDOS

REGIÃO DO LÁCIO UTILIZA FUNDOS DO PNRR PARA COLMATAR O SEU DÉFICE DE RESILIÊNCIA DIGITAL

²³⁸ *Ibid.*

²³⁹ Os ciberataques contra regiões e municípios lituanos são comuns e referenciados na maioria dos relatórios anuais do Centro Nacional de Cibersegurança (sítio Web do NKSC: <https://www.nksc.lt/aktualu.html>).

Um ciberataque grave com software de sequestro em 2021 afetou algumas das infraestruturas digitais essenciais da região do Lácio (Itália) (por exemplo, o seu centro de dados) e o sistema regional de reservas em linha para as vacinas contra a COVID-19, tornando os dados de saúde temporariamente indisponíveis, interrompendo as reservas de vacinação contra a COVID-19 e conduzindo à perda de documentos internos. A LazioCrea S.p.a., onde ocorreu a intrusão, informou que não foi pago nenhum resgate, mas que o custo de recuperação se estendeu para milhões de euros.²⁴⁰ Uma lei nacional sobre «disposições urgentes relacionadas com a cibersegurança» entrou em vigor alguns meses antes, em junho de 2021 (Decreto-Lei n.º 82/2021²⁴¹). Trata-se de um seguimento dos compromissos assumidos pelo país nos planos nacionais de recuperação e resiliência (NRRP) que criam a Agência Nacional para a Cibersegurança²⁴² responsável pela execução da estratégia nacional em matéria de cibersegurança. Em maio de 2022, o Lácio publicou a sua Agenda Digital Regional 2022-2026²⁴³ e, em outubro de 2022, candidatou-se a cerca de 2 milhões de EUR no âmbito de um convite à apresentação de propostas financiado ao abrigo do PNRR lançado pelo governo nacional, que foi financiado com 1,2 milhões de EUR.

Algumas autoridades públicas prosseguem ativamente e consolidam a sua resiliência digital; outros, evidentemente, estão atrasados ou têm dificuldades em iniciar um caminho para a resiliência digital devido à falta de fundos e/ou capacidades, e há outros que têm pouca ou nenhuma consciência da necessidade de se tornarem digitalmente resilientes. Contra este panorama heterogéneo em toda a Europa, foram apresentadas recomendações que fornecem orientações ao longo de uma trajetória teórica rumo a um «nível razoável» de resiliência digital nos municípios e regiões da UE.

Como primeiro passo, é necessária uma maior sensibilização política para promover a resiliência digital. As autoridades públicas precisam de vontade política para alcançar a resiliência digital. Por conseguinte, os Estados-Membros e as instituições da UE devem ponderar a realização de campanhas de sensibilização dirigidas aos representantes políticos dos municípios e das regiões, mostrando, por exemplo, os diferentes impactos que a falta de resiliência digital pode ter nas administrações públicas.

O Comité das Regiões poderia desempenhar um papel importante na facilitação do intercâmbio de experiências entre municípios, possivelmente em parceria com líderes de grandes e pequenas cidades que procuram ativamente a resiliência digital devido à sua visão política ou porque a sua administração já foi alvo de ciberataques. A ENISA, enquanto agência líder da UE no domínio da cibersegurança e em colaboração com a Comissão Europeia e os Estados-Membros, deve definir e sugerir métodos ad hoc para avaliar os riscos cibernéticos, com o objetivo de criar orientações de referência semelhantes às práticas de avaliação de riscos utilizadas pelas companhias de seguros. Por último, a fim de criar um quadro legislativo favorável para prevenir a cibercriminalidade motivada por dinheiro, as instituições e os Estados-Membros poderiam debater a proibição de as autoridades públicas pagarem esses resgates.

Numa segunda fase, os órgãos de poder local e regional devem ser apoiados na definição dos seus próprios modelos de governação para a resiliência digital, com base nas suas capacidades financeiras e/ou pessoais e na dimensão da sua região ou município.

²⁴⁰ <https://www.cybersecurity360.it/nuove-minacce/regione-lazio-vaccini-bloccati-poco-pronta-contro-il-ranwomare-ecco-perche/>.

²⁴¹ <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2021/06/14/21G00098/sg>.

²⁴² <https://www.acn.gov.it/pnrr>.

²⁴³ https://agendadigitalelazio.lazioinnova.it/app/uploads/2022/05/Agenda-Digitale-maggio-2022_WEB.pdf.

Numa terceira fase, uma vez identificados modelos de governação adequados, devem ser identificados os domínios em que investir (infraestruturas digitais e competências digitais/cibersegurança) e os fundos a utilizar para esses investimentos. Quando os investimentos são feitos em infraestruturas digitais, reforça a resiliência digital através da prevenção. As ferramentas digitais inovadoras, como os «caixas de testagem digital» (ambientes seguros em que os ficheiros suspeitos são cuidadosamente examinados antes de aceder à rede principal e ao sistema de informação) oferecem um ambiente seguro entre os intervenientes na cibercriminalidade e o pessoal. A capacidade de preparação e resposta (ou seja, a reação) é aplicada através de investimentos em competências digitais/cibersegurança — o segundo domínio de investimento fundamental para as regiões e os municípios. As melhorias nas regiões e nos municípios podem estar relacionadas com a sensibilização do pessoal, testes sobre as capacidades de reação dos especialistas em TIC ou mecanismos de verificação da prontidão para tomar decisões.

A falta de fundos disponíveis para investir na resiliência digital constitui um obstáculo significativo para as regiões e os municípios. O seu acesso a fundos específicos varia em função dos diferentes fatores. A fim de facilitar a canalização de recursos para níveis administrativos mais baixos (e mais pequenos), poderiam ser adquiridas soluções digitais a nível central e poderiam ser introduzidas tecnologias e serviços. Além disso, os Estados-Membros, apoiados pelos Polos Europeus de Inovação Digital pertinentes, poderão identificar e atualizar periodicamente listas de oportunidades de financiamento disponíveis para as regiões e os municípios, a fim de reforçar a resiliência digital.

Como último quarto passo, as regiões e os municípios devem ter a oportunidade de criar ligações com o ambiente circundante, por exemplo, através do desenvolvimento de ecossistemas de cibersegurança em regiões com uma indústria de cibersegurança em expansão, empresas inovadoras em fase de arranque e centros de investigação e universidades, ou através da congregação de recursos entre municípios para trocar conhecimentos sobre as soluções digitais existentes.

As ligações existentes entre as transições ecológica e digital realçam a forma como se reforçam mutuamente. Em particular, é evidente que as tecnologias digitais avançadas contribuem para proteger as infraestruturas críticas e as entidades críticas. As tecnologias digitais podem também oferecer informações situacionais nos sistemas de alerta e resposta e apoiar a recuperação de catástrofes. A dimensão digital está, portanto, associada ao funcionamento e à continuidade dos sistemas que são vitais para a sociedade. Como tal, a dimensão digital e a sua resiliência contribuem para a segurança territorial e devem ser parte integrante da gestão de emergências.

C. O valor da coesão

Uma política de coesão forte e eficaz é uma preocupação fundamental para todas as regiões e municípios da União Europeia. É a principal política de investimento da UE para a execução de medidas destinadas a alcançar o objetivo do Tratado de reforçar a coesão económica, social e territorial da UE, com um orçamento de 392 mil milhões de EUR²⁴⁴ para o período 2021-2027. Este investimento a longo prazo contribui para reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das várias regiões. Apesar do seu valor, a política de coesão enfrenta hoje muitos desafios que põem em causa a sua eficácia. O que é que a UE tem de fazer para garantir que pode funcionar como uma política de base local e continuar a ajudar todos os locais e pessoas na UE, independentemente do seu ponto de partida?

Com uma maior ênfase numa transição justa e numa UE mais ecológica em comparação com o período de 2014-2020, a consecução das prioridades da UE no período 2021-2027 dependerá fortemente de uma política de coesão bem sucedida.

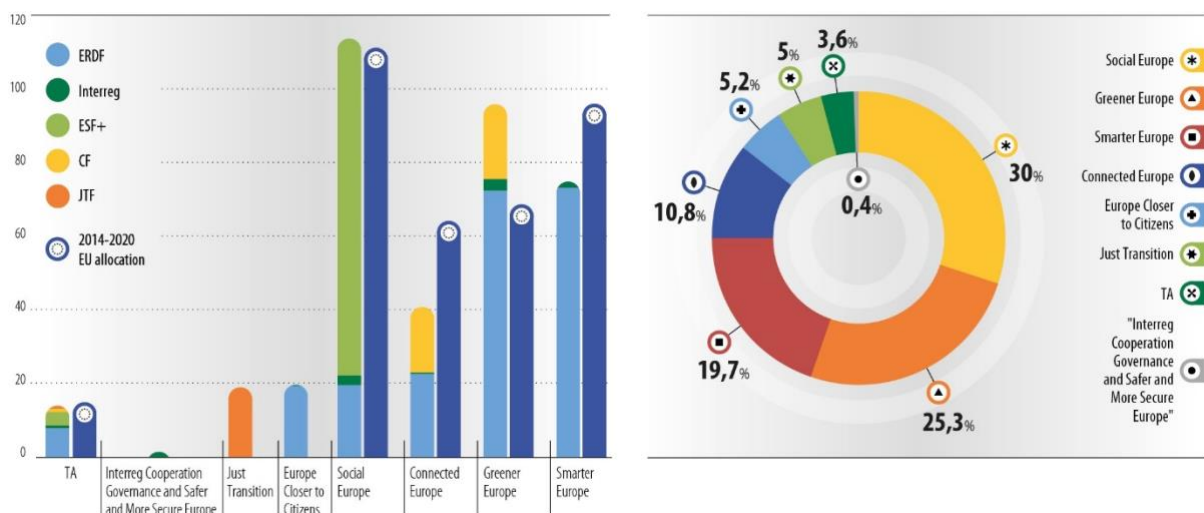
A política de coesão contribuirá significativamente para o Pacto Ecológico Europeu. Serão investidos mais de 92 mil milhões de euros em todas as regiões em energia, adaptação às alterações climáticas e atenuação dos seus efeitos, ambiente e transportes urbanos sustentáveis, no âmbito do objetivo político «Europa mais verde». O crescimento social e inclusivo é também uma prioridade, com uma dotação de 111 mil milhões de euros (167 mil milhões de EUR com cofinanciamento nacional). A promoção de investimentos de base local será apoiada por 24 Estados-Membros, com mais de 19 mil milhões de euros, através de mais de 2150 estratégias integradas de desenvolvimento territorial, com uma maior apropriação e participação das partes interessadas e das comunidades locais.²⁴⁵

A figura que se segue mostra uma forte mudança em comparação com o período de programação anterior, com os fundos de coesão a contribuírem mais para os objetivos ecológicos e sociais.²⁴⁶

²⁴⁴ Dos recursos globais totais da política de coesão de 392 mil milhões de EUR, 11,3 mil milhões de EUR serão transferidos para o Mecanismo Interligar a Europa e 2,5 mil milhões de EUR serão utilizados ao abrigo dos instrumentos geridos pela Comissão e da assistência técnica da UE para apoiar a programação, o que deixa um total de 378 mil milhões de EUR para programas da política de coesão, incluindo o Interreg.

²⁴⁵ *Ibid.*

²⁴⁶ Comissão Europeia, documento de [trabalho dos serviços da Comissão sobre a coesão 2021-2027: forjar uma União cada vez mais forte. Relatório sobre os resultados da programação da política de coesão para 2021-2027](#), parte 1, abril de 2023.



Duas medidas concretas adotadas incluem a Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII)²⁵¹ e, posteriormente, a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Mais (CRII+).²⁵² Além disso, a Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (REACT-EU) apoiou²⁵³ a recuperação após a pandemia. Para a crise dos refugiados ucranianos, houve a Ação de Coesão a favor dos Refugiados na Europa (CARE)²⁵⁴ e, posteriormente, a Assistência Flexível aos Territórios (FAST-CARE).²⁵⁵

Estes mecanismos permitiram canalizar rapidamente o financiamento da política de coesão para onde era mais necessário e demonstraram que a política de coesão pode reagir rapidamente à evolução das circunstâncias e disponibilizar rapidamente recursos para medidas de emergência. No entanto, as disposições CRII/CRII+, juntamente com as sucessivas rondas de flexibilidade introduzidas no âmbito da iniciativa REACT-EU, CARE e FAST-CARE, também levantaram questões quanto à forma como a política de coesão deve ser utilizada para fazer face a situações de emergência, bem como ao seu impacto nos seus objetivos e características fundamentais. A reprogramação repetida em prazos muito curtos exerceu uma pressão adicional sobre as autoridades de gestão e desviou recursos dos preparativos para o encerramento atempado dos programas de 2014-2020. Um inquérito recente²⁵⁶ revelou que a maioria das autoridades de gestão inquiridas não utilizou os mecanismos de flexibilidade introduzidos pelo quadro CARE.

A execução paralela do MRR nos Estados-Membros teve igualmente um impacto direto na execução e programação dos Fundos Estruturais. As autoridades responsáveis pelos Fundos Estruturais e de Investimento também foram frequentemente convidadas a apoiar a programação e a identificação de projetos para o MRR. Os diferentes períodos de elegibilidade estabelecidos para a política de coesão e o MRR (que exigiam uma ação muito mais rápida para identificar projetos e absorver o financiamento) significaram que foi dada prioridade à programação e execução do MRR em relação à política de coesão 2021-2027 em vários Estados-Membros. Embora os investimentos e as reformas do MRR sejam devidos até ao final de 2026 (que tiveram início em fevereiro de 2021, quando o MRR entrou em vigor), as despesas da política de coesão são elegíveis para contribuições dos fundos se forem incorridas por um beneficiário e pagas na execução das operações entre o início de 2021 (e/ou a data de apresentação do programa à Comissão) e o final de 2029.

Além disso, o advento do MRR significou a emergência de um novo importante instrumento de investimento da UE. Como salientou o Tribunal de Contas Europeu,²⁵⁷ 10 Estados-Membros recebem significativamente mais recursos do MRR do que da política de coesão. Além disso, dado que a Comissão descreveu o apoio prestado pelo NextGenerationEU como apoio a prioridades novas e

²⁵¹ Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, [Regulamento \(UE\) 2020/460](#), março de 2020.

²⁵² Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, [Regulamento \(UE\) 2020/558](#), abril de 2020.

²⁵³ https://ec.europa.eu/regional_policy/funding/react-eu_en.

²⁵⁴ https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/factsheet/care_supporting_refugees_en.pdf.

²⁵⁵ https://ec.europa.eu/regional_policy/information-sources/publications/communications/2022/flexible-assistance-to-territories-fast-care_en.

²⁵⁶ Maucorps, A., Moshammer, B., Pindyuk, O., e Tverdostup, M., [A utilização dos fundos da política de coesão para apoiar os refugiados da Ucrânia](#), estudo encomendado pela Comissão REGI no Parlamento Europeu, 2023.

²⁵⁷ Tribunal de Contas Europeu, promoção [da UE através da política de coesão e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência: Uma análise comparativa](#), 2023.

reforçadas, foram levantadas²⁵⁸ questões relativas à aparente reduzida relevância da política de coesão para o orçamento da UE.

Ao mesmo tempo, com o seu princípio de parceria e governação a vários níveis, a política de coesão é a única política emblemática da UE que coloca os níveis local e regional no seu centro. É por esta razão que o debate sobre o futuro da política de coesão é também um debate sobre o futuro dos municípios e das regiões no futuro desenvolvimento da União Europeia.

A coesão na União Europeia melhorou ao longo da última década, em especial devido a melhorias que fizeram com que as regiões de Leste menos desenvolvidas se aproximassem das outras regiões. Registaram-se progressos significativos na melhoria do emprego e da inclusão social, graças, em parte, à política de coesão.²⁵⁹

No entanto, uma série de tendências estão a **colocar desafios** à coesão.

As disparidades regionais continuam a ser elevadas e, em alguns casos, estão mesmo a aumentar.²⁶⁰ Trata-se não só de disparidades em termos de PIB per capita, mas também de assimetrias no acesso aos serviços públicos básicos, às taxas de emprego e desemprego, à competitividade e à produtividade.

As crescentes clivagens económicas, sociais e territoriais na UE representam uma ameaça crescente para o nosso nível de vida e para a nossa democracia. Lugares que se sentem deixados para trás encontram suas populações muitas vezes desligadas e descontentes a longo prazo.

Se a armadilha do desenvolvimento não for abordada, o desinteresse e o descontentamento tornam os cidadãos menos propensos a apoiar uma maior integração europeia.²⁶¹

O avanço das mudanças tecnológicas na economia criou uma concentração de empregos altamente remunerados nas grandes cidades e áreas metropolitanas e criou uma divisão entre os empregos de gestão com salários elevados e os empregos de serviços mal remunerados. Além disso, um relatório recente da Comissão Europeia²⁶² identificou uma variedade crescente de tendências em diferentes regiões. Alguns têm uma concentração de empregos altamente remunerados, outros uma concentração de empregos mal remunerados, um terceiro grupo com um padrão mais polarizado e um quarto com uma tendência mais enviesada.

A produção tecnológica, medida pelas patentes, concentra-se em regiões com uma elevada percentagem de empresas transformadoras e sedes de grandes empresas.²⁶³ A divisão da inovação entre as regiões da Europa Ocidental e do Norte, as da Europa Central e Oriental e as dos países meridionais é ainda bastante acentuada. Algumas das regiões menos inovadoras de Portugal e da Grécia aumentaram as suas contribuições para o total dos pedidos de patentes da UE no período

²⁵⁸ Comissão Europeia, [documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre a revisão intercalar do quadro financeiro plurianual 2021-2027](#), junho de 2023.

²⁵⁹ Comissão Europeia, [Coesão na Europa no horizonte 2050: Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial](#), 2022.

²⁶⁰ Comissão Europeia, documento [de trabalho dos serviços da Comissão sobre as tendências regionais para o crescimento e a convergência na União Europeia](#), junho de 2023.

²⁶¹ Comissão Europeia, [A geografia do descontentamento e a armadilha do desenvolvimento regional](#), março de 2023.

²⁶² Eurofound e Centro Comum de Investigação, alteração [do mercado de trabalho. Observatório Europeu do Emprego 2019: Mudanças na estrutura do emprego a nível regional](#), 2019.

²⁶³ https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13437-A-New-European-Innovation-Agenda_en.

2010-2018, mas as regiões que registaram os maiores aumentos nas suas contribuições para o total de patentes da UE permanecem na Áustria, Bélgica e Alemanha, que já estão entre as principais regiões inovadoras. Os investimentos em tecnologia também tendem a ser geograficamente concentrados.

A aceleração das alterações demográficas fez com que 34 % da população da UE vivesse em regiões em declínio em 2020. Prevê-se que este valor atinja 51 % em 2040. Todas as regiões terão de se adaptar a uma população em crescimento com idade igual ou superior a 65 anos, bem como a uma diminuição da idade ativa e à população mais jovem.²⁶⁴

O fosso urbano-rural está a aumentar, com o envelhecimento e a diminuição das populações nas regiões rurais. As zonas rurais orientais tendem a apresentar riscos mais elevados de pobreza e exclusão social do que as cidades, ao passo que o oposto se verifica no noroeste da UE. As ligações entre as zonas urbanas e rurais são também fundamentais para a aplicação de muitas políticas do Pacto Ecológico, incluindo a produção de energias renováveis. Além disso, a armadilha do desenvolvimento de talentos é multidimensional e representa um risco significativo para a prosperidade a longo prazo das regiões.²⁶⁵

A gestão das transições ecológica e digital colocará também desafios consideráveis para os municípios e as regiões. Para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico e do REpowerEU, a transição ecológica necessitará de despesas suplementares de cerca de 620 mil milhões de EUR por ano (dos quais a grande maioria terá de ser financiada pelo setor privado), ao mesmo tempo que colmatar o défice de investimento da UE para a transição digital custará, pelo menos, 125 mil milhões de EUR por ano.²⁶⁶

A transição para uma economia neutra em carbono afetará, em especial, as regiões com elevadas emissões per capita e elevadas quotas de emprego em, pelo menos, um dos setores industriais especialmente vulneráveis à transição para uma indústria transformadora com impacto neutro no clima até 2050 (como a refinação de petróleo, os produtos químicos, o aço e o alumínio, o cimento, o papel e a pasta de papel e os automóveis).²⁶⁷ **Os municípios tornaram-se também mais apreensivos quanto às consequências económicas da transição para uma economia hipocarbónica.** Em 2022, apenas 17 % dos municípios consideraram que a transição para uma economia hipocarbónica proporcionava sobretudo possibilidades económicas, contra 27 % em 2020. Em contrapartida, a percentagem de municípios que consideraram a transição ecológica como abrangendo, em grande medida, questões económicas aumentou de 21 % para 29 %.²⁶⁸

O aumento da digitalização constitui um desafio para muitas regiões, uma vez que as ligações de banda larga são mais lentas nas regiões menos desenvolvidas e nas zonas rurais e remotas.²⁶⁹ Por exemplo, enquanto dois em cada três residentes da cidade têm acesso a banda larga de muito alta velocidade, o mesmo se aplica a apenas um em cada seis residentes rurais. O fosso digital torna-se um problema adicional, especialmente para os idosos, que têm dificuldade em aceder às ofertas digitais.

²⁶⁴ Comissão Europeia, [Coesão na Europa no horizonte 2050: Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial](#), 2022.

²⁶⁵ Comissão Europeia, [Comunicação — Produzir talentos nas regiões da Europa](#), janeiro de 2023.

²⁶⁶ Comissão Europeia, [Relatório de prospetiva estratégica](#) de 2023, 2023.

²⁶⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, [Transições Industriais Regionais para a Neutralidade Climática](#), 2023.

²⁶⁸ Banco Europeu de Investimento, [O estado do investimento em infraestruturas locais na Europa: Inquérito aos Municípios do BEI 2022-2023](#), 2023.

²⁶⁹ Comissão Europeia, [Coesão na Europa no horizonte 2050: Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial](#), 2022.

As empresas dos Estados-Membros menos desenvolvidos têm menos probabilidades de utilizar tecnologias de comércio eletrónico e de comércio eletrónico. As empresas dos países mais desenvolvidos têm duas vezes mais probabilidades de utilizar a computação em nuvem ou de realizar vendas de comércio eletrónico significativas em comparação com as dos Estados-Membros menos desenvolvidos.

As regiões com condicionalismos geográficos ou demográficos permanentes (como as referidas nos artigos 174.º e 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE) enfrentam desafios específicos que devem ser tidos em conta. A maioria destas regiões enfrenta condicionalismos permanentes ligados ao seu afastamento, pequena dimensão, vulnerabilidade às alterações climáticas e insularidade, que dificultam o seu potencial de crescimento e desenvolvimento. Consequentemente, e apesar do seu potencial em alguns setores específicos (agricultura, turismo, aeroespacial, etc.), todas as regiões ultraperiféricas têm um PIB per capita inferior a 75 % da média da UE (exceto a Martinica, de 76 %). Maiote tem o PIB per capita mais baixo da UE (30 %) e a taxa de desemprego mais elevada (27,8 %). Além disso, algumas das taxas de desemprego dos jovens mais elevadas encontram-se nas regiões ultraperiféricas — Maiote (55,4 %), Guadalupe (41,5 %) e Martinica (38,3 %).²⁷⁰

Com as regiões e os municípios a enfrentarem múltiplos desafios, a coesão territorial, social e económica continua a ser essencial para manter a unidade e a solidariedade em toda a UE. Por conseguinte, é importante que todas as políticas da UE adotem o **princípio de «não prejudicar a coesão»**. Embora o «espírito de coesão»²⁷¹ possa ser amplamente encontrado nos objetivos políticos da UE, está menos integrado nos mecanismos de governação política e cada política tem o seu próprio entendimento em matéria de coesão.

A figura seguinte mostra onde cada política coloca a sua ênfase principal em termos de princípios de coesão, objetivos ou mecanismos de governação. Nos casos em que as políticas detêm vários princípios, objetivos ou mecanismos de governação, todos eles são igualmente sublinhados, por exemplo, o Mecanismo Interligar a Europa, que coloca a mesma ênfase na coesão económica, social, territorial e interpessoal.

A figura mostra também que o princípio da coesão, com maior ênfase na maioria das políticas, é a existência de interdependências mútuas. O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) são as únicas políticas de desenvolvimento regional que destacam a igualdade em relação aos outros princípios. O mercado interno e a política de concorrência são os únicos que enfatizam a equidade em relação aos outros princípios. O Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores é o único que coloca a justiça em detrimento dos outros princípios.

²⁷⁰ Comissão Europeia, documento [de trabalho dos serviços da Comissão sobre as regiões ultraperiféricas em síntese — ativos, desafios e oportunidades](#), maio de 2022.

²⁷¹ Böhme, K., Toptsidou, M., Zillmer, S., Lüer, C., Valenza, A., Amichetti, C., Bettini C., Hrelja, D., Schuh, B., Gaugitsch, R., Gaupp-Berghausen, M., e Hat, K., estudo encomendado pelo Comité das Regiões, 2021.

Cohesion Spirit	Cohesion principles				Cohesion objectives				Governance arrangements			
	mutual interdependencies	equality	equity	justice	economic cohesion	social cohesion	territorial cohesion	interpersonal cohesion	multi-level governance	interdisciplinary	robustness	citizen involvement
<p>The most emphasised cohesion principles, objectives and governance arrangements in a policy document</p> <p>The stars indicate the main emphasis of Cohesion Spirit in the wording of a policy, i.e. they reflect the main aspiration. In case a policy has stars for several cohesion principles, objectives or governance arrangements, no clear focus could be detected.</p>												
Annual Sustainable Growth Strategy 2021	**				**	**		**		**		
Biodiversity strategy	**				**				**			
CAP		**			**		**		**			
Connecting Europe Facility	**				**	**	**	**		**	**	
ERDF Regulation		**			**	**	**		**	**		
ESF+		**	**			**	**		**			
EU Green Deal	**						**	**	**		**	**
EU Single market programme	**	**			**					**		
Europe fit in a Digital Age	**			**		**		**				**
European Health Union	**					**	**		**			
HorizonEU	**					**		**				**
Internal market and competition policy			**			**				**		
Invest EU	**				**					**		
NEXT Generation EU	**				**	**	**	**			**	**
Rights and values Programme				**		**				**		**

Figura 18 — Princípios, objetivos e mecanismos de coesão mais destacados por política

Fonte — Böhme, K., Toptsidou, M., Zillmer, S., Lüer, C., Valenza, A., Amichetti, C., Bettini, C., Hrelja, D., Schuh, B., Gaugitsch, R., Gaupp-Berghausen, M., e Hat, K.272

Uma política de coesão forte, enquanto política de base local, que possa ajudar todos os locais e pessoas da UE, independentemente do seu ponto de partida, é, por conseguinte, mais necessária do que nunca.

É fundamental assegurar sinergias e complementaridades entre a política de coesão e outras políticas da UE desde o início. Por conseguinte, será importante estabelecer objetivos claros para a política de coesão após 2027. As sinergias e a complementaridade não são uma via unidirecional, e a conceção e a execução de outras políticas da UE devem ter devidamente em conta a coesão, mesmo que os seus próprios objetivos sejam formulados a nível macro (por exemplo, internacional, da UE ou nacional) ou numa perspetiva a mais curto prazo (por exemplo, resposta a situações de crise).

A política de coesão deve continuar a centrar-se nos investimentos a longo prazo, com o objetivo de promover a mudança estrutural. No entanto, esta abordagem deve ser acompanhada de flexibilidade suficiente para que as regiões possam utilizar a política de coesão para dar resposta às necessidades emergentes, sem perder de vista a abordagem a longo prazo da política. A prática atual de utilizar a política de coesão como fonte de financiamento para todos os tipos de pedidos de emergência deve ser interrompida.

²⁷² Ibid.

Colmatar o fosso em matéria de inovação continua a ser um objetivo fundamental para o fornecimento de soluções de base local para as transições digital e ecológica e para fazer face às alterações demográficas. Por conseguinte, é necessária uma abordagem conjunta para promover a inovação de base local para criar uma ponte entre a especialização inteligente e outras políticas da UE para impulsionar a transformação territorial impulsionada pela inovação.

É necessário um equilíbrio ótimo entre a aplicação atempada e flexível, a consecução bem sucedida dos objetivos políticos e o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares. No entanto, o sistema de execução da política de coesão tem sido criticado e cada período de sete anos da política de coesão tem sido objeto de repetidas tentativas de simplificação, tanto no início como durante o processo de execução do programa. Ao mesmo tempo, outras vezes salientam que todas as mudanças no sistema — mesmo com a intenção de simplificar — geram perturbações e encargos administrativos.

Os ajustamentos mais regularmente propostos para o futuro da política de coesão parecem ser a simplificação e uma maior visibilidade. De acordo com as conclusões do inquérito do CR sobre o futuro da política de coesão,²⁷³ 41 % e 36 % dos inquiridos, respetivamente, concordaram com essas recomendações. O²⁷⁴ inquérito ao Barómetro Regional e Local do CR realizado pela Ipsos Assuntos Públicos Europeus confirma este facto, revelando que muitos funcionários regionais e locais desconhecem os fundos da política de coesão. Com efeito, 33 % indicaram que não foram informados nem participaram na sua aplicação.

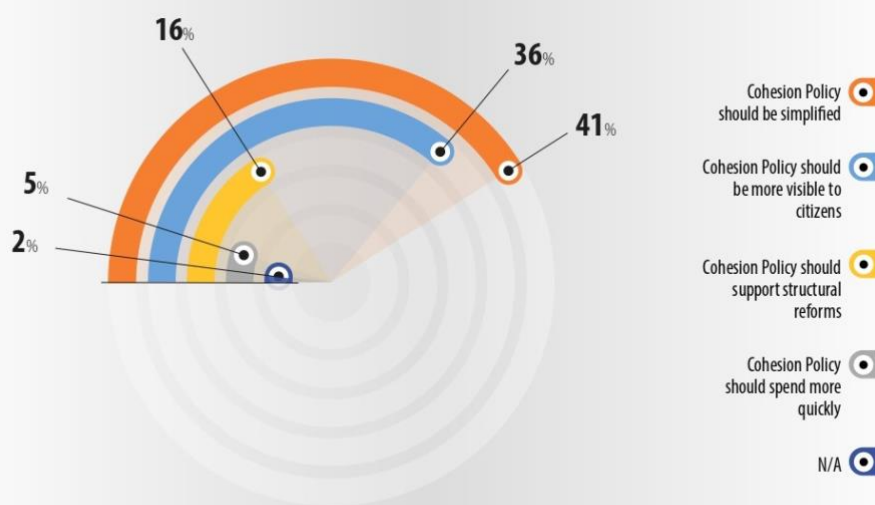


Figura 19 — Qual seria a reforma mais importante a incluir no futuro da política de coesão?
Fonte — compilação do CR275

²⁷³ Em 16 de março de 2023, a Comissão COTER lançou um inquérito sobre o futuro da política de coesão em nome do #CohesionAlliance. Os governos locais e regionais, os Estados-Membros, os parceiros sociais, as organizações da sociedade civil e os cidadãos participaram num amplo exercício de consulta, a fim de elaborar uma proposta sólida sobre o futuro da política de coesão. Os resultados contribuirão para a preparação de uma posição conjunta n.º #CohesionAlliance sobre o futuro da política de coesão, prevista para o início de 2024, antes do 9.º Relatório sobre a Coesão e das eleições europeias. O inquérito deveria inicialmente permanecer aberto até 15 de maio de 2023, mas foi prorrogado até 30 de junho de 2023. Na data de encerramento, houve um total de 284 respostas ao inquérito.

²⁷⁴ <https://cor.europa.eu/en/our-work/Pages/EURegionalBarometer-Survey-2023.aspx>.

²⁷⁵ Ver nota de rodapé 273 para referência.

Os resultados futuros e os ensinamentos retirados da aplicação devem estar no centro dos próximos debates. Esses debates devem analisar atentamente a aplicação conjunta da política de coesão e de outros instrumentos de financiamento da UE, respeitando os princípios fundamentais da parceria e da governação a vários níveis.²⁷⁶

Alcançar a coesão económica, social e territorial é uma missão de longa data da UE. É tempo de pôr a missão em prática. O potencial impacto do quadro orientado para a missão deve ser considerado, não só em termos de revisão do menu temático da política de coesão no sentido de uma configuração orientada para o desafio, o que implica uma mudança na lógica estratégica e de intervenção, mas também como forma de resolver a atual fragmentação política em vários fundos.²⁷⁷

É importante ter em conta que uma eventual adesão dos atuais países candidatos à UE terá um impacto significativo na política de coesão e no seu valor de referência para o PIB per capita. Dado que estes países aumentariam o PIB global da UE muito menos do que aumentariam a sua população, haveria um certo efeito estatístico do futuro alargamento, dependendo do número de países a entrar na UE e do seu desempenho económico nos próximos anos.

O próximo parecer do Comité das Regiões (CR) sobre *O futuro da política de coesão* constituirá uma oportunidade única para o CR apresentar uma primeira proposta abrangente para tornar a política adequada para o futuro e colocar a política no centro da próxima agenda estratégica da UE.

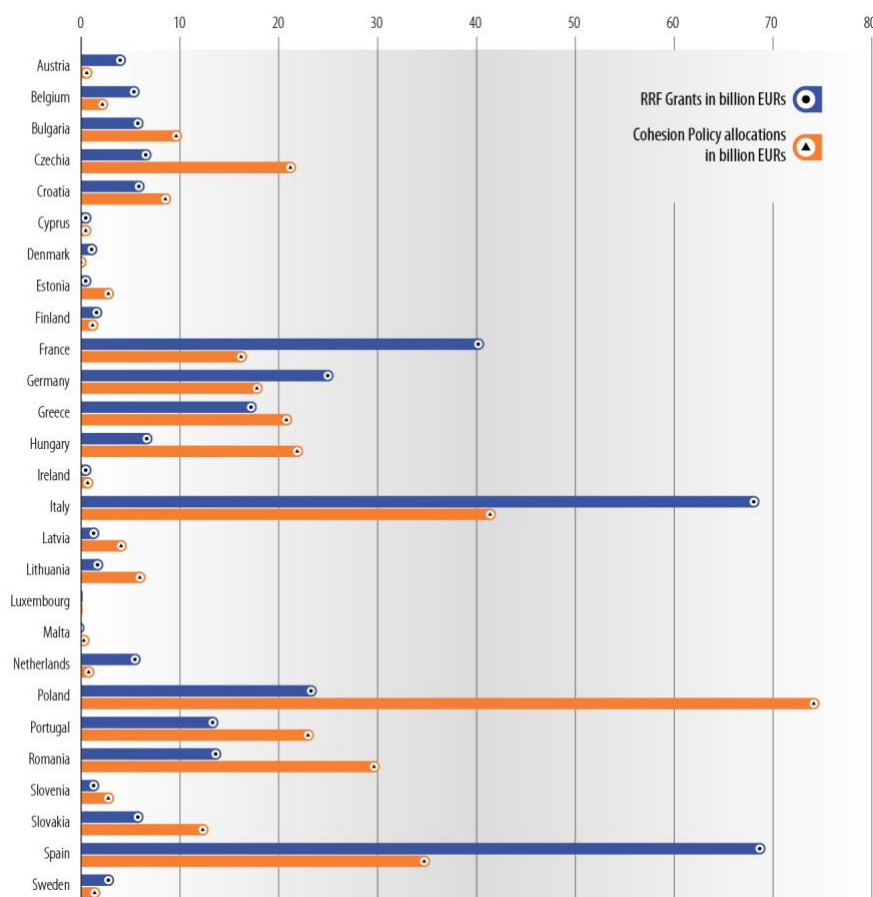
²⁷⁶ *Ibid.*

²⁷⁷ Centro Comum de Investigação, [Missões e Política de Coesão: Viver separados ou dançar juntos?](#), 2023.

D. Execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

A transposição e a execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) têm sido largamente cegas para as necessidades dos governos locais e regionais, pondo em risco a sua relevância e eficiência. Embora as regiões e os municípios tenham estado na linha da frente na luta contra a pandemia de COVID-19 — com grandes impactos nos seus recursos e orçamentos — não são os beneficiários diretos do plano de recuperação. Por que razão isto acontece e quais são as consequências para as regiões e os municípios de não estarem diretamente envolvidos na execução dos fundos do MRR?

O MRR é, de longe, o maior instrumento do NextGenerationEU — o plano de recuperação sem precedentes da Europa após a COVID-19 e, para alguns, prova de que a UE foi capaz de apresentar uma resposta corajosa e inovadora a situações de crise.²⁷⁸ Foi concebido após o início da pandemia de COVID-19 para atenuar os seus impactos económicos e sociais. O MRR desembolsará até 723,8 mil milhões de EUR em subvenções e empréstimos aos Estados-Membros da UE. Estes fundos são atribuídos por país e não por região, com base em critérios diferentes dos da política de coesão, e a contribuição do MRR para a coesão é ambígua.²⁷⁹



²⁷⁸ Rhodes, M. «Failing Forward»: A Critique in Light of COVID-19", Journal of European Public Policy, Volume 28, julho de 2021.

²⁷⁹ Análise económica do Banco Nacional da Bélgica, orçamento [da UE e plano de recuperação Next Generation EU: a game changer?](#), setembro de 2021.

O MRR também introduziu um sistema de execução diferente, ligando os desembolsos de financiamento a objetivos e não a custos, o que põe em causa a forma tradicional de conceder financiamento da UE. Com efeito, para beneficiar dos fundos do MRR, os Estados-Membros tiveram de apresentar planos nacionais de recuperação e resiliência (PNRR) que delineiam as reformas e os investimentos a financiar, que devem ser executados até ao final de 2026, bem como os objetivos intermédios e as metas a cumprir para desbloquear os fundos. Em quase todos os Estados-Membros, a preparação destes planos foi gerida a nível central, muitas vezes pelo Ministério das Finanças, e com pouca participação das regiões e dos municípios. Os 27 PNRR foram agora apresentados, avaliados pela Comissão Europeia e aprovados pelo Conselho da União Europeia,²⁸¹ estando os desembolsos em curso.²⁸²

Em maio de 2022, o plano «REPowerEU» — a resposta da UE à crise energética mundial — introduziu uma alteração significativa do quadro do MRR. Através do REPowerEU, o objetivo é tornar o MRR mais capaz de apoiar as dependências da eliminação progressiva dos combustíveis fósseis russos e a transição para uma energia mais limpa e mais resiliente. Os recursos financeiros apresentados foram enumerados em cerca de 270 mil milhões de euros, mas apenas uma pequena parte deste total (20 mil milhões de euros) consistiu efetivamente em novas subvenções, sendo o restante proveniente de outras fontes.

Para beneficiar destes fundos, os Estados-Membros foram convidados a apresentar PNRR revistos, incluindo novos capítulos REPowerEU, o que a maioria já fez. **O Regulamento que cria o MRR reconhece que as mulheres foram comparativamente mais afetadas pela pandemia de COVID-19 e pelas crises subsequentes, pelo que a atenuação do impacto social e económico desta crise nas mulheres é um dos objetivos centrais do instrumento.** O artigo 18.º, n.º 4, exige que os Estados-Membros tenham em conta a igualdade de género na elaboração dos PNRR. No entanto, ao contrário das prioridades ecológicas e digitais, o regulamento não estabelece uma quota mínima de despesas relacionadas com a igualdade.

Além disso, os impactos na igualdade de género não são explicitamente incluídos nos critérios de avaliação dos planos de recuperação. A Comissão Europeia identificou 131 investimentos e reformas centrados na igualdade de género.²⁸³ Exemplos notáveis de tais medidas incluem uma reforma do sistema de pensões, incluindo um «teste de género» para ajudar a eliminar as disparidades entre homens e mulheres nas pensões (Bélgica); investimentos em centros municipais de acolhimento de crianças destinados a facilitar a participação dos trabalhadores com responsabilidades familiares no mercado de

²⁸⁰ Bachtler, J., e Dozhdeva, V., Fundo [de Recuperação e Resiliência: um estímulo económico à custa da coesão territorial?](#) blogue do Centro de Investigação das Políticas Europeias, 2021.

²⁸¹ O último plano do Estado-Membro a ser aprovado foi o da Hungria no final de 2022. Devido às preocupações da UE quanto ao Estado de direito, a Hungria deve, no entanto, cumprir 27 «super marcos» antes de poderem ser apresentados quaisquer pedidos de pagamento ao abrigo do MRR; ver: <https://www.reuters.com/markets/europe/eu-approves-hungarys-recovery-plan-holds-cash-moves-freeze-other-funds-2022-11-30/>.

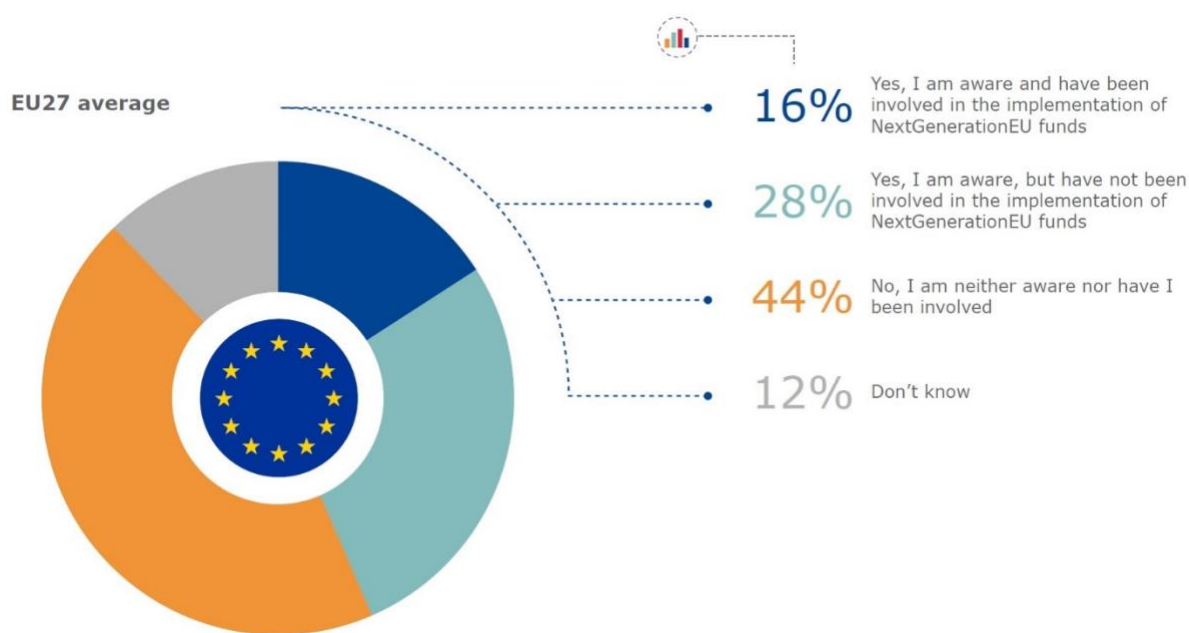
²⁸² As informações atualizadas sobre os desembolsos do MRR estão disponíveis em: https://ec.europa.eu/economy_finance/recovery-and-resilience-scoreboard/disbursements.html?lang=en.

²⁸³ Comissão Europeia, Painel [de avaliação da recuperação e resiliência](#), janeiro de 2023.

trabalho (Chipre); e uma reforma destinada a reforçar o acompanhamento governamental das disparidades salariais entre homens e mulheres no setor privado (Polónia).²⁸⁴

Embora os municípios e as regiões tenham estado, desde o início, na vanguarda da resposta e recuperação à pandemia, o seu papel não foi devidamente reconhecido na conceção do principal instrumento de recuperação da UE. O Regulamento MRR simplesmente solicita aos Estados-Membros que incluam pormenores sobre qualquer processo de consulta das partes interessadas, incluindo com os governos locais e regionais, e a forma como este contributo foi tido em conta.²⁸⁵ Esta disposição foi incluída para incentivar os Estados-Membros a envolver os municípios, as regiões e as partes interessadas na preparação e execução dos planos, mas não o exige. A participação efetiva das partes interessadas foi efetivamente deixada ao critério dos Estados-Membros.²⁸⁶

As consultas realizadas pelo Comité das Regiões Europeu (CR) e pelo CMRE em 2021 e 2022 revelaram uma participação muito limitada dos municípios e das regiões nos planos de recuperação.²⁸⁷ Com efeito, a participação dos órgãos de poder local e regional na preparação dos PNRR foi globalmente reduzida, embora de formas diferentes, dependendo de determinados elementos. O nível mais baixo de participação comunicado pelos inquiridos foi a governação do processo (coordenação, prazos, etc.), com um grande número de organizações inquiridas a reportar que «não estão de todo» envolvidas. Por conseguinte, os governos infranacionais tiveram pouca oportunidade de influenciar os PNRR.



²⁸⁴ *Eulicito*.

²⁸⁵ Tal como referido no artigo 18.º, n.º 4, alínea q), do Regulamento que institui o MRR; ver [Regulamento \(UE\) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia](#), fevereiro de 2021.

²⁸⁶ Bokhorst, D., e Corti, F., "Regero Mecanismo de Recuperação e Resiliência da Europa: Entre Disciplina e Discreção", Governo e Oposição, pp. 1-17, junho de 2023.

²⁸⁷ Comité das Regiões e Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, [A participação dos municípios, municípios e regiões na preparação dos planos nacionais de recuperação e resiliência: Resultados da consulta específica do CR-CMRE](#), janeiro de 2021.

²⁸⁸ Comité das Regiões e Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, [Aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência: A perspetiva dos órgãos de poder local e regional — Resultados da consulta específica do CR-CMRE](#), abril de 2022.

Figura 21 — Tem conhecimento ou esteve envolvido em algum financiamento da UE proveniente do NextGenerationEU recebido pelo seu município ou região nos últimos dois anos?
Fonte — Barómetro Regional e Local289

Esta falta de envolvimento tem consequências: alguns PNRs são mais ou menos cegos no espaço, o que pode comprometer gravemente a sua eficiência e a sua coesão social e territorial, de acordo com um estudo centrado nos planos italiano, português e espanhol. Nesses Estados-Membros, faltavam condições que permitissem uma consulta informada, aberta e ampla das necessidades sociais e territoriais.²⁹⁰

É muito provável que a reduzida participação dos municípios e das regiões (e de outros intervenientes) na preparação e execução dos planos de recuperação esteja estreitamente relacionada com a conceção e o funcionamento do próprio instrumento. O MRR e a sua abordagem baseada no desempenho baseiam-se em marcos e metas predefinidos, com pouca flexibilidade para ajustamentos, o que potencialmente reduz o espaço para outros intervenientes na elaboração de políticas e reforça a centralização.²⁹¹

A falta de tempo e as exigências consideráveis de uma coordenação eficaz criaram desafios para a participação ativa de todos os níveis de governo, em especial nos casos em que ainda não existiam mecanismos de cooperação interinstitucional.²⁹²

A distribuição regional específica do MRR desempenha um papel crucial no seu impacto no produto interno bruto (PIB) e nas disparidades regionais, tornando-o ainda mais preocupante. A investigação sugere que as disparidades regionais poderiam ser reduzidas através da aplicação de critérios de regionalização ao MRR para ajudar as regiões menos desenvolvidas (como na política de coesão) a recuperar o atraso. Por outro lado, a distribuição de fundos de acordo com a dimensão da população provavelmente teria um impacto mais forte no PIB, mas teria um impacto positivo reduzido nas disparidades regionais.²⁹³

A abordagem «financiamento não associado aos custos» no cerne do modelo do MRR está também a ser alvo de críticas relacionadas com a sua eficácia. Tal como salientado pelo Tribunal de Contas Europeu, os objetivos intermédios e as metas incluídas nos PNRs são principalmente indicadores de entrada e de realizações, ao passo que os indicadores de impacto e de resultados foram efetivamente desencorajados pela Comissão, uma vez que estes não são controlados pelo governo.²⁹⁴ Isto pode ser compreensível por motivos pragmáticos, mas pode ainda comprometer seriamente a natureza real do MRR baseada no desempenho.

O facto de o não cumprimento dos marcos e metas acordados ser o critério para justificar o não desembolso de uma parcela do MRR significa que os Estados-Membros têm um incentivo para «jogar o sistema», ou seja, para escolher estrategicamente esses marcos e metas para assegurar o

²⁸⁹ <https://cor.europa.eu/en/our-work/Pages/EURegionalBarometer-Survey-2023.aspx>.

²⁹⁰ Fundação para os Estudos Progressistas Europeus, [How Place-Sensitive are the National Recovery and Resilience Plans?](#), dezembro de 2022.

²⁹¹ Bokhorst, D., e Corti, F., [do Mecanismo de Recuperação e Resiliência da Europa: Entre a disciplina e a discrição](#), Governo e oposição, pp. 1-17, junho de 2023.

²⁹² <https://eprc-strath.org/the-recovery-resilience-fund-an-economic-stimulus-at-the-expense-of-territorial-cohesion/>.

²⁹³ Barbero, J., Conte, A., Crucitti, F., Lazarou, N.J., Sakkas, A., e Solitti, S., [O impacto do fundo de recuperação nas regiões da UE: a space general balance analysis](#), Estudos Regionais, outubro de 2022.

²⁹⁴ Tribunal de Contas Europeu, [A avaliação da Comissão dos planos nacionais de recuperação e resiliência — Em geral, os riscos de execução continuam a ser adequados, mas continuam a existir riscos de execução](#), 2022.

desembolso. Na prática, tal poderia implicar a realização de reformas ou investimentos que têm uma probabilidade muito reduzida de não serem alcançados, ou que já foram planeados há algum tempo (ou já estão em curso), centrando-se assim em «frutos de baixo penduramento».295

O PNRR francês inclui metas que deviam ser alcançadas antes da aprovação integral do plano, no que pode ser um exemplo de «jogar o sistema» a este respeito. Um estudo concluiu que um objetivo de redução das emissões de CO₂ no PNRR francês deveria ser alcançado até ao segundo trimestre de 2021, mas o plano foi apresentado em abril de 2021. Assim, o objetivo deveria ser alcançado nesse mesmo trimestre, antes mesmo de ter sido aprovado pela Comissão Europeia (em junho), ou aprovado pelo Conselho da União Europeia (em julho).296 Na Alemanha, pelo menos 80 % das despesas sociais do PNRR destinavam-se a cobrir projetos já planeados e orçamentados aquando da elaboração do plano.297

Em Itália, alguns objetivos do PNRR são muito menos ambiciosos do que os já existentes e definidos a nível nacional. Por exemplo, o programa nacional para a garantia da empregabilidade, que visa que todos os candidatos a emprego recebam serviços adaptados, como a reconversão profissional para facilitar a sua integração no mercado de trabalho, foi acordado com a Comissão Europeia no PNRR (permitindo assim o desembolso de fundos) a fim de visar 300000 beneficiários até ao final de 2022, o que representa apenas metade do objetivo de 600000 beneficiários fixado a nível nacional.298

Por conseguinte, a realidade do impacto do MRR no terreno pode ser muito mais difícil de avaliar do que a realização formal dos objetivos intermédios e das metas. Tal suscita questões importantes sobre a verdadeira eficácia do modelo de «financiamento não associado aos custos» do MRR.

Os Estados-Membros e a Comissão Europeia devem tomar as medidas necessárias para transformar a atual narrativa centralizada numa abordagem de aplicação a vários níveis, através da criação de plataformas a vários níveis, sessões de informação e eventos numa base estrutural e em conjunto com os municípios e as regiões.

Na sua próxima revisão intercalar, a Comissão Europeia não pode apenas verificar o cumprimento das metas e dos marcos acordados com os Estados-Membros. Deve avaliar o contributo efetivo do MRR para a coesão, bem como o seu verdadeiro valor acrescentado, e examinar a participação local e regional. Além disso, não é possível evitar uma reflexão real sobre os limites do atual sistema baseado no desempenho.299

Os investimentos orientados para o futuro devem ser excluídos dos limites da dívida e do défice da UE, especialmente porque os mercados financeiros podem absorver e os Estados-Membros podem

²⁹⁵ Corti, F., & Ruiz, T., Mecanismo [de Recuperação e Resiliência: O que estamos realmente a monitorizar com uma abordagem baseada no desempenho?](#), CEPS Explainer, janeiro de 2023.

²⁹⁶ Darvas Z., e Welslau L., [Primeiros ensinamentos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para o quadro de governação económica da UE](#), estudo encomendado pela Comissão ECON no Parlamento Europeu, março de 2023.

²⁹⁷ Corti, F., Gors, D., Liscari, A., Ruiz, T., Kiss-Galfalvi, T., Gstrein, D., Herold, H., Dolls, M., Fuest, C., [O valor acrescentado europeu do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), estudo encomendado pela Comissão ECON no Parlamento Europeu, abril de 2022.

²⁹⁸ Corti, F., & Ruiz, T., Mecanismo [de Recuperação e Resiliência: O que estamos realmente a monitorizar com uma abordagem baseada no desempenho?](#), CEPS Explainer, janeiro de 2023.

²⁹⁹ *Ibid.*

pagar a dívida de que precisamos.³⁰⁰ O MRR só pode fornecer uma pequena parte dos investimentos públicos necessários para fornecer soluções locais para as transições ecológica e digital.

Qualquer futuro instrumento da UE destinado a promover a coesão territorial terá de dar resposta às críticas que o MRR enfrenta atualmente. Tal crítica refere-se ao processo de preparação do plano e às suas limitações de tempo, à falta de envolvimento significativo a nível local e regional e à cegueira espacial do instrumento.

As abordagens de financiamento tradicionais baseadas nos custos podem ser mais adequadas para os instrumentos baseados em indicadores de fatores de produção, ao passo que o verdadeiro financiamento baseado no desempenho exigiria a utilização de indicadores de realizações. Tal permitiria igualmente comparar os planos e os resultados entre os países, bem como uma avaliação da relação custo-benefício do instrumento em relação aos fundos da UE.³⁰¹

Por último, deve realizar-se um debate aberto sobre o alargamento do MRR, que passou de um instrumento de resposta a situações de crise para um instrumento de financiamento para apoiar as transições ecológica e digital. Embora o MRR, na sua forma atual, só possa financiar as reformas e os investimentos realizados até ao final de 2026, as transições ecológica e digital continuarão — e requerem um vasto financiamento — muito para além dessa data. Se e como o MRR deve ser alargado, e se outras políticas de investimento, como a coesão, devem ser reforçadas, são questões que não podem ser evitadas.

MUNICÍPIOS QUE EXECUTAM O MRR EM ITÁLIA

40 MIL MILHÕES DE EUROS ATRIBUÍDOS AOS MUNICÍPIOS

De acordo com Antonio Decaro, presidente do município de Bari (Itália) e presidente da Associazione Nazionale Comuni Italiani, os municípios italianos são altamente ativos na execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência. Num discurso de 7 de julho, referiu que os municípios receberam 40 mil milhões de euros de um total de 191,5 mil milhões de euros e já autorizaram 90 % desses fundos — o dobro da taxa média de autorização dos fundos atribuídos a outras entidades. Dos 102000 procedimentos de contratação pública, os municípios já gerem 52000 — mais de metade. De acordo com Decaro, o MRR está a ter um efeito significativo nos investimentos das cidades e das cidades. Os investimentos fixos brutos para os municípios aumentaram 70 % entre 2017 e 2023, explicou. No sul de Itália, o aumento previsto é de 63 % para o mesmo período, dos quais cerca de 40 % derivam do PNRR.

³⁰⁰ Finanças Watch, [As dívidas que precisamos: Reforçar a sustentabilidade da dívida com regras orçamentais orientadas para o futuro](#), julho de 2023.

³⁰¹ Darvas Z., e Welslau L., [Primeiros ensinamentos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para o quadro de governação económica da UE](#), estudo encomendado pela Comissão ECON no Parlamento Europeu, março de 2023.

E. Mercado único e transformação industrial

São necessárias políticas sólidas e coerentes para garantir que o mercado único e a indústria europeia continuem a ser eficazes e beneficiam todas as regiões. Os órgãos de poder local e regional são uma parte essencial deste esforço conjunto e podem também contribuir para transformar o mercado único num instrumento útil para a transformação industrial. Como podemos garantir o nosso bem-estar? Que medidas devem ser tomadas para que a Europa não perca os seus pioneiros industriais, mas também não deixe para trás os pequenos atores e ponha em risco a coesão?

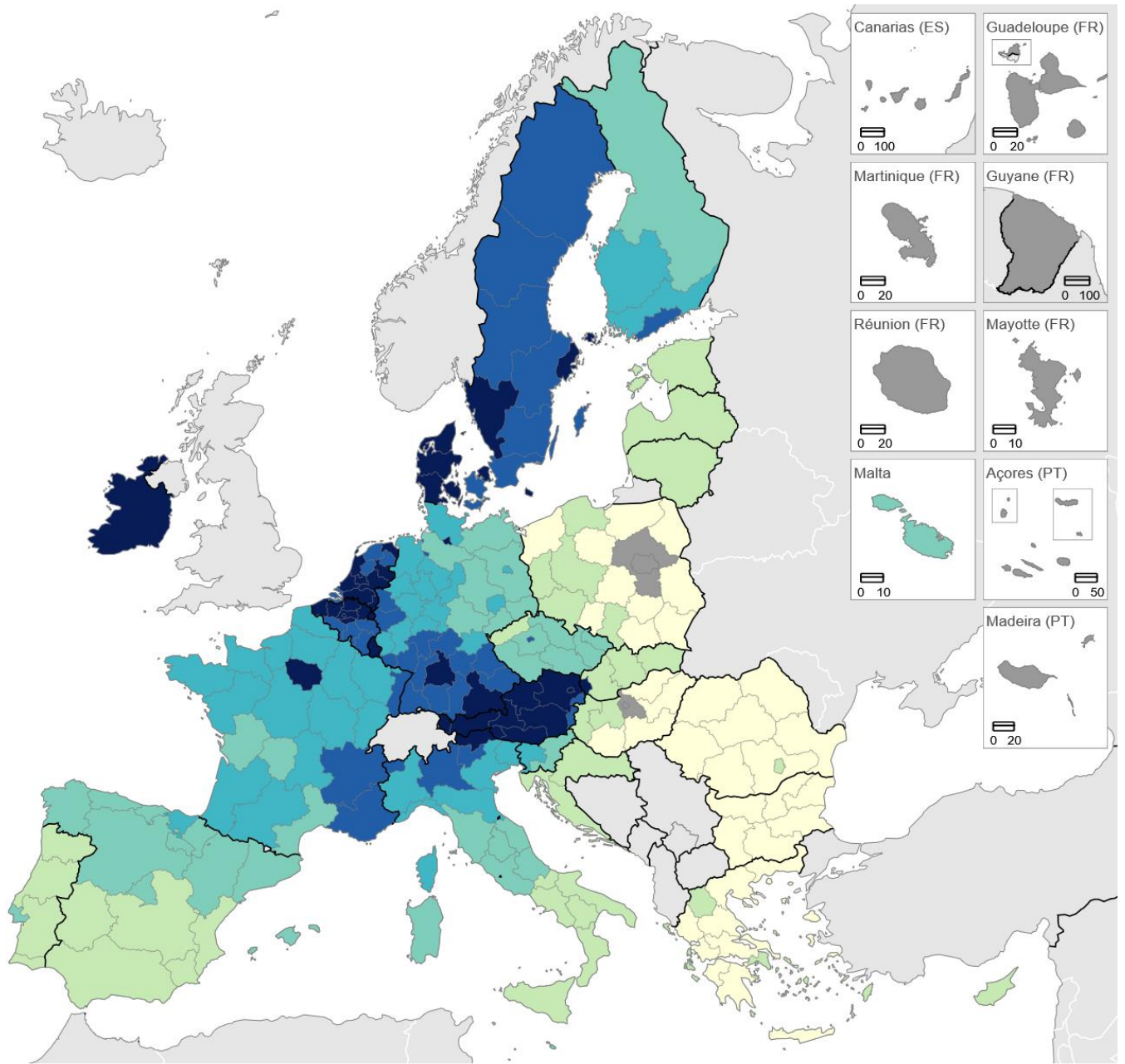
O mercado único é o maior mercado integrado do mundo e conduziu a preços mais baixos e a melhores produtos e serviços para os consumidores, aumentando simultaneamente o bem-estar nas regiões da UE. Ao longo dos últimos 30 anos, impulsionou o comércio da forma mais impressionante e excedeu as expectativas: o produto interno bruto (PIB) da União é 9 % superior ao que teria sido sem o mercado único; o nível de comércio entre os Estados-Membros duplicou em comparação com a dimensão da economia da UE; 56 milhões de postos de trabalho dependem do comércio na UE; e, atualmente, os fluxos do mercado único representam mais de 25 % do valor acrescentado da produção de bens da UE.³⁰²

As suas regras em matéria de contratos públicos ajudam a difundir os benefícios dos investimentos públicos em toda a UE, uma vez que permitem às empresas de todos os Estados-Membros concorrer para contratos públicos financiados com fundos de coesão. Assim, tanto os Estados-Membros dos contratantes como os das entidades adjudicantes beneficiam destes fundos.

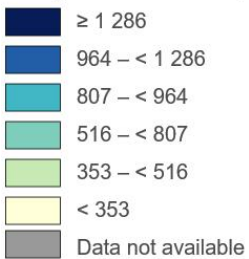
No entanto, as regiões periféricas da União não conseguiram colher tantos frutos do mercado único como as regiões centrais. De facto, a investigação mostra que este bem-estar não está uniformemente espalhado. Em média, o mercado único aumentou fortemente os ganhos de bem-estar dos cidadãos da UE. No entanto, este estudo também revela uma forte variação regional dos ganhos de bem-estar do mercado único, tanto em toda a UE como em cada Estado-Membro. A Bélgica, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Irlanda e a Áustria são claramente pioneiros, enquanto a Roménia, a Bulgária e a Grécia registam um atraso.³⁰³

³⁰² Comissão Europeia, [30 anos de mercado único — fazer o balanço e olhar para o futuro](#), 2022.

³⁰³ Bertelsmann Stiftung, [Estimativa dos benefícios económicos do mercado único para os países e regiões europeus](#), 2019.



Change welfare in Euros per capita



Administrative boundaries: © EuroGeographics © UN-FAO © Turkstat
Cartography: Eurostat – IMAGE, 08/2023

Figura 22 — Ganhos de bem-estar per capita decorrentes do efeito de dinamização do comércio do mercado único por regiões NUTS 2 (código de 2016)

Fonte — compilação do CR baseada em Bertelsmann Stiftung³⁰⁴

Nota — Dados nacionais para a Irlanda e a Lituânia/Não existem dados disponíveis de PL91 (Warszawski Stołeczny), PL92 (Mazowiecki regionalny), HU11 (Budapeste) e HU12 (Pest)

³⁰⁴ Ibid.

Os dados recolhidos após a crise financeira de 2008 mostram que menos crescimento ou recessão conduzem a maiores disparidades entre regiões.³⁰⁵ A crise de 2008 pôs termo à convergência e é provável que a pandemia de COVID-19 e o impacto da guerra contra a Ucrânia tenham consequências semelhantes. Por conseguinte, é mais do que provável que estes choques económicos tornem ainda mais difícil para as regiões periféricas ou aquelas regiões presas numa chamada «armadilha do desenvolvimento» recuperar o atraso com o resto da UE.

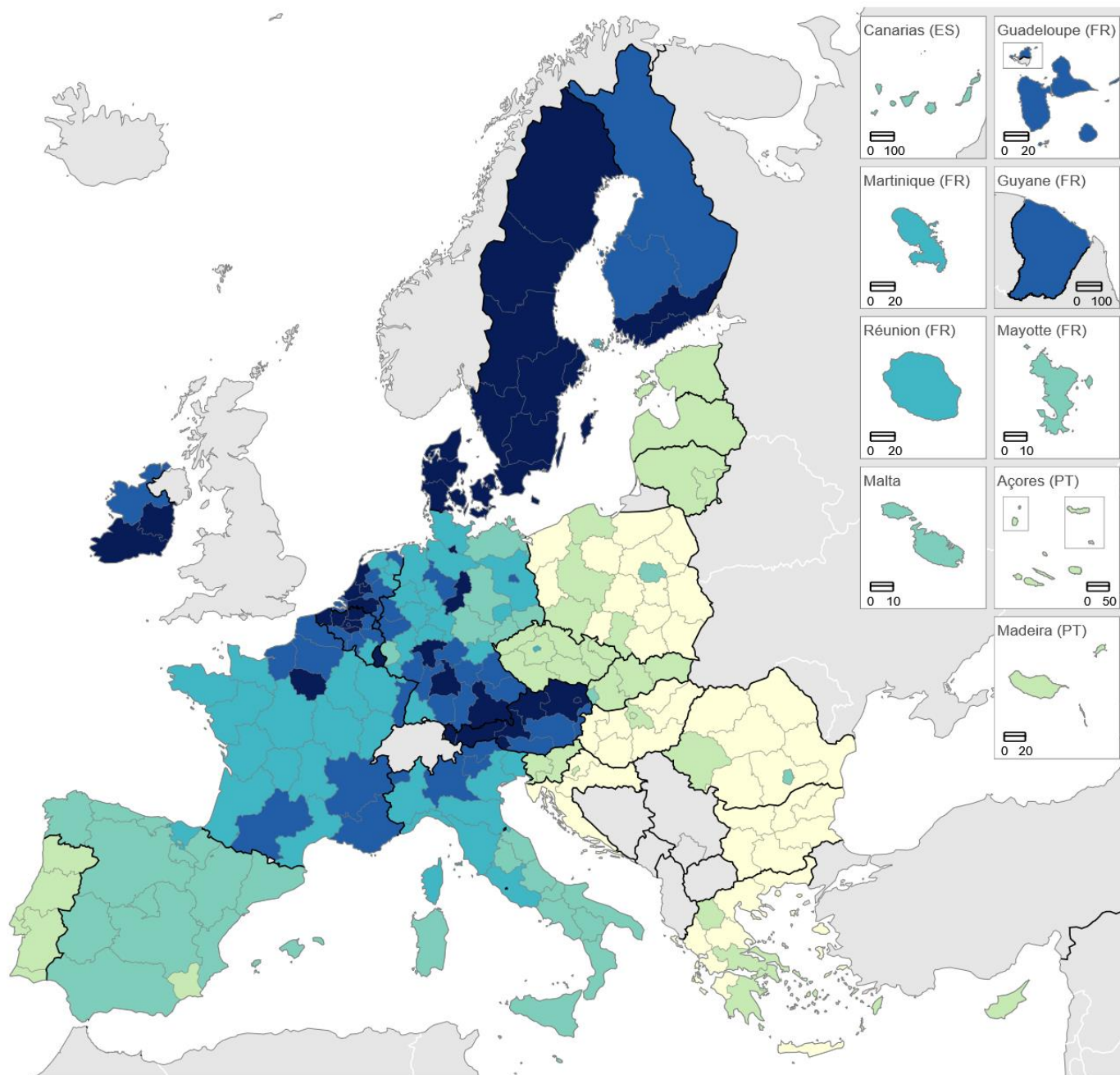
O Índice de Competitividade Regional da Comissão Europeia³⁰⁶ parece confirmar esta hipótese. Antes da pandemia de COVID-19, os indicadores de competitividade regional coincidiram, em certa medida, com os ganhos regionais em matéria de bem-estar decorrentes do mercado único. Dado que os dados mais recentes mostram que as disparidades de competitividade regional persistem após a pandemia de COVID-19, poder-se-ia presumir que o mesmo aconteceria com os ganhos de bem-estar do mercado único.

Recentemente, a Comissão Europeia também delineou as disparidades em termos de produtividade do trabalho entre os Estados-Membros e as regiões, o que mais uma vez indica que existem diferenças no potencial de ganhos com o mercado único. De acordo com a Comissão Europeia, "a produtividade do trabalho na Irlanda é mais de nove vezes superior à da Bulgária. Na região sul da Irlanda, o indicador de produtividade é excepcionalmente elevado, provavelmente relacionado com a aglomeração local de empresas de TI. Em geral, as variações regionais são substanciais, tanto dentro dos Estados-Membros como entre Estados-Membros».³⁰⁷

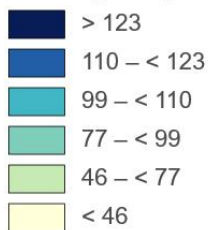
³⁰⁵ Instituto Jacques Delors, [Política de Coesão face à crise: quais os efeitos para as regiões da UE?](#), 2015 e CEPS, [O mercado único continua a ser o poder decisivo da UE](#), 2019.

³⁰⁶ https://ec.europa.eu/regional_policy/assets/regional-competitiveness/index.html#/.

³⁰⁷ Comissão Europeia, documento [de trabalho dos serviços da Comissão sobre as tendências regionais para o crescimento e a convergência na União Europeia](#), junho de 2023.



Percentage compared to EU level = 100



Administrative boundaries: © EuroGeographics © UN-FAO © Turkstat
Cartography: Eurostat – IMAGE, 08/2023

Figura 23 — Produtividade do trabalho por regiões NUTS 2, 2021
Fonte — compilação do CR com base na Comissão Europeia³⁰⁸

³⁰⁸ *Ibid.*

Colmatar o fosso entre as regiões exigirá um mercado único com um desempenho ainda melhor.

O Comité das Regiões (CR) encomendou um estudo intitulado Política de *Coesão e Mercado Único: o custo da não coesão*,³⁰⁹ cuja publicação está prevista para o final deste ano, esclarecerá a interação entre a política de coesão e o mercado único. A coesão económica, social e territorial apoiada pelo financiamento da política de coesão tem repercussões positivas em todos os Estados-Membros e regiões da UE para além dos investimentos, por exemplo, no que diz respeito às relações comerciais e às melhorias tecnológicas. Os recetores líquidos aumentam a sua procura de produtos provenientes de contribuintes líquidos do orçamento da UE, que normalmente acolhem intervenientes industriais muito competitivos e orientados para a exportação, como confirmado em estudos³¹⁰ recentes, entre outros.

Embora o mercado único seja, em grande medida, uma história de sucesso, grande parte do seu potencial ainda não foi aproveitado. Os obstáculos injustificados continuam a impedir muitas regiões de aproveitar as oportunidades que o mercado único tem para oferecer. A livre circulação de bens e serviços enfrenta uma burocracia e, para muitos dos nossos empresários e cidadãos, o mercado único é mais uma ficção do que uma realidade.

Quando as regiões enfrentam tais problemas, reagem. Olham para além da fronteira e associam-se a regiões parceiras para trabalhar em soluções que beneficiem as suas populações. O papel das regiões é absolutamente crucial para superar os obstáculos do mercado único: todos os estudos relevantes indicam que só podemos melhorar o mercado único se todos os níveis de governo estiverem envolvidos.³¹¹ É por esta razão que a UE ganharia com a existência de um mecanismo transfronteiriço eficaz para apoiar os esforços das regiões neste domínio.

As regiões e os municípios intervêm para melhorar as suas condições e tornar-se intervenientes no mercado único.³¹² A integração de bens e serviços no mercado único é conseguida através do comércio e do estabelecimento transfronteiras de empresas e empresários. As regiões e os municípios controlam algumas das alavancas que podem ajudar a eliminar a burocracia neste contexto: podem tornar os seus próprios procedimentos mais rápidos e eficientes e fornecer informações fáceis de encontrar e adaptadas às necessidades dos consumidores, dos trabalhadores e das empresas.

Para abordar as questões mais vastas do ambiente contemporâneo (por exemplo, condições de teletrabalho, ligações de banda larga, acesso à saúde pública e à educação, redes logísticas e produtos de qualidade ambiental e cultural), é necessária uma recolha de dados infranacionais. Esta informação proporciona aos intervenientes regionais e territoriais novas oportunidades de agir e diferenciar-se na globalização, com os governos a apoiarem oportunidades e a favorecerem sinergias em detrimento da rivalidade subnacional. Para o efeito, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) concebeu um método para localizar as zonas no seu contexto global, distinguindo quatro tipos de «conexões» internacionais.³¹³

³⁰⁹ Toptsidou, M., Böhme, K., Aalbu, S., Dallhammer, E., Gorny, H., Gaugitsch, R., Política de [Coesão e Mercado Único: o custo da não coesão](#), estudo encomendado pelo Comité das Regiões, publicação prevista para o final de 2023.

³¹⁰ Christou, T., Crucitti, F., Garcia Rodriguez, A., Lazarou, N., Monfort, P., e Salotti, S., [The RHOMOLO ex ante assessment of 2021-2027 cohesion policy](#), maio de 2023.

³¹¹ Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, [Mecanismo para resolver os obstáculos jurídicos e administrativos num contexto transfronteiriço](#), maio de 2023.

³¹² Pelkmans, J., [The Single Market for Services](#), estudo encomendado pela Comissão IMCO no Parlamento Europeu, fevereiro de 2019.

³¹³ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, [Repensar a Atratividade Regional no Novo Ambiente Global](#), 2023.

GREN[S/Z]LANDAGENDA

A PLATAFORMA DE COLABORAÇÃO DAS REGIÕES NRW E HOLANDESAS

Os cidadãos e os empresários que desenvolvem atividades além da fronteira entre a Renânia do Norte-Vestefália (Alemanha) beneficiam de uma plataforma de colaboração de longa data. A [s/z]landagenda³¹⁴ reúne regiões e municípios de ambos os lados da fronteira germano-neerlandesa. Tal já conduziu a resultados muito concretos, como os balcões de informação nas fronteiras, que aconselham os cidadãos sobre o reconhecimento transfronteiriço das qualificações profissionais. Além disso, o trabalho da [s/z]landagenda de Gren centra-se também em manter as fronteiras abertas em tempos de crise, o que se revelou útil nos últimos tempos.

CONSTRUÇÃO DE MADEIRA NÓRDICA

AS REGIÕES SUECAS E NORUEGUESAS JUNTAM-SE

O Comité de Svinesund³¹⁵ é uma entidade de cooperação transfronteiriça que opera em nome de vários municípios e regiões de ambos os lados da fronteira entre a Suécia e a Noruega. Os empresários demonstraram grande interesse no desenvolvimento de um setor transfronteiriço da construção de madeira. O Comité de Svinesund ajuda a superar os obstáculos decorrentes das diferenças de regras e requisitos na Suécia e na Noruega. Apresenta propostas para unificar as regras de planeamento e construção, bem como instrumentos de informação específicos para os empresários. Estes visam visar as dificuldades que os empresários enfrentam quando atravessam a fronteira para desenvolverem as suas atividades.

AGRICULTORES LOCAIS NO MERCADO ÚNICO

COMO AS REGIÕES CROATAS E HÚNGARAS AS AJUDAM

O território do AECT Pannon³¹⁶ (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial) inclui 60 municípios de ambos os lados da fronteira entre a Hungria e a Croácia. É uma zona rural onde a agricultura desempenha um papel importante na economia regional e é uma importante fonte de emprego. Os agricultores de ambos os lados da fronteira enfrentam obstáculos quando pretendem vender os seus produtos do outro lado da fronteira, tais como diferenças fiscais, procedimentos comerciais não harmonizados, encargos administrativos e barreiras linguísticas. Após uma análise aprofundada da situação, o AECT Pannon apresentou um conjunto de medidas de apoio aos agricultores: um pacote de informação bilingue específico e um conjunto de recomendações políticas.

O mercado único será um motor fundamental das transições digital e ecológica e deverá beneficiar todas as regiões e municípios. As regiões e os municípios enfrentam múltiplos desafios que são exacerbados pelas várias crises que enfrentam. O mercado único ajudá-los-á a fazer face às dependências estratégicas e a reforçar as suas capacidades.

³¹⁴ https://mbei.nrw/sites/default/files/asset/document/grenzlandkonferenz_2022_grenzlandagenda_-_concept_grenslandagenda.pdf.

³¹⁵ <https://www.vgregion.se/en/regional-development/areas/external-relations/european-networks-and-organizations/svinesundskommitten/>.

³¹⁶ <https://www.pannonegtc.eu/>.

Hoje já podemos ver como isso funciona na prática. Para desenvolver o setor da energia eólica e solar, os bens e materiais produzidos ou importados de fora da UE numa região encontram facilmente o seu caminho para outras regiões onde estão a ser implantados.

Com o apoio das regiões e dos municípios, o nosso mercado único pode tornar-se verdadeiramente orientado para a missão e ajudar a concretizar a transformação industrial que a Europa pretende alcançar. Quanto mais eficientemente funcionar, mais poderemos aumentar os fluxos de bens e serviços críticos que estão ligados a eles. Neste processo em curso, as regiões e os municípios podem, por exemplo, tornar os procedimentos de licenciamento para projetos de renovação energética menos complexos e facilitar a colocação de profissionais qualificados no setor da energia verde em regiões onde os seus conhecimentos especializados são necessários.³¹⁷

Há também um desafio crescente de combinar a essência do mercado único e das suas quatro liberdades com a necessidade de alcançar uma autonomia estratégica aberta, incluindo a segurança económica. O recente *relatório de prospetiva estratégica de 2023* da Comissão Europeia³¹⁸ sublinha, em particular, a forma como a UE e os seus Estados-Membros devem alargar o atual processo de análise das dependências estratégicas atuais, a fim de criar instrumentos para analisar futuras dependências em setores cruciais (por exemplo, saúde, alimentação, tecnologias digitais, energia, espaço e água).

A UE deve também utilizar melhor e de forma mais estratégica as medidas de defesa comercial, o controlo das subvenções estrangeiras e os instrumentos de contratação pública. A expansão do mercado único será fundamental para garantir o futuro económico da UE. Um conhecimento estratégico adequado e uma governação antecipatória deverão conduzir à preparação para o futuro de um quadro regulamentar propício ao crescimento, em especial para a UE.

É necessária uma nova ênfase na eliminação dos obstáculos e na aplicação das normas atuais nos ecossistemas com maior potencial de mudança. Isto deve ser acompanhado de regulamentos rigorosos e adequados em matéria de concorrência. Será também fundamental incentivar modelos empresariais sustentáveis e assegurar um apoio suficiente ao rápido desenvolvimento e implementação de tecnologias líquidas nulas.

A UE deve também continuar a proporcionar condições de concorrência equitativas a todos os participantes no mercado, estabelecendo fortes ligações entre o acesso ao mercado e normas ambientais elevadas. Por último, é necessária assistência para a produção rápida de componentes críticos para a transição energética, como as matérias-primas ou o equipamento de tecnologias líquidas nulas.³¹⁹

Cabe às regiões determinar a forma como se encaixam nas cadeias de valor mundiais à medida que mudam. Os efeitos das megatendências nas cadeias de valor mundiais são desiguais e dependem dos pontos fortes e fracos das áreas locais, incluindo as suas indústrias convencionais e doações em termos de capital natural e cultural, transportes e infraestruturas informáticas. Nos Estados-Membros,

³¹⁷ Comissão Europeia, [30 anos de mercado único — fazer o balanço e olhar para o futuro](#), 2022.

³¹⁸ Comissão Europeia, [Relatório de prospetiva estratégica](#) de 2023, 2023.

³¹⁹ *Ibid.*

as diferenças podem ser grandes, influenciando o quão bem estes domínios podem envolver-se na globalização, incluindo a atração de investimento, talentos e turismo, e a expansão das exportações.³²⁰

A indústria europeia é uma das partes mais avançadas e competitivas do mercado único. Para se manter competitiva, iniciou uma jornada para alcançar emissões líquidas nulas até 2050, juntando-se à corrida mundial de tecnologias líquidas nulas e tentando garantir um fluxo estável, mas respeitador do ambiente, de matérias-primas críticas.

Em resposta, a Comissão Europeia apresentou o Plano Industrial do Pacto Ecológico para a Era Zero da Rede,³²¹ seguido de várias propostas legislativas. A dupla transição estabelecida no Pacto Ecológico Europeu exige uma revisão da indústria europeia, uma vez que a indústria é responsável por cerca de 30 % das emissões de gases com efeito de estufa. Esta situação, bem como as recentes crises (a pandemia de COVID-19 e o impacto da guerra contra a Ucrânia) revelaram vulnerabilidades fundamentais na indústria europeia.

É preocupante e motivo de grande preocupação que as propostas da UE para a transição da indústria europeia tenham sido apresentadas sem a realização de avaliações de impacto territorial ex ante exaustivas. Por conseguinte, não é de surpreender que os impactos destas mudanças a nível local e regional e a interação entre as diferentes políticas só se tornem evidentes nos próximos anos. Estas regiões tornar-se-ão sujeitos a testes para verificar se e como a transição industrial será bem sucedida.

Estudos recentes mostram que o choque dos preços da energia, juntamente com a necessidade de acelerar a transição ecológica, conduzirá quase certamente a uma grande migração da indústria no interior da Europa. Alguns locais na Europa onde a energia é ou será mais barata devido a circunstâncias excepcionalmente favoráveis às energias renováveis (por exemplo, a Estremadura (Espanha) ou a Sicília (Itália) para a energia solar, e o mar do Norte para a energia eólica marítima) podem testemunhar a emergência de novos centros industriais para indústrias com utilização intensiva de energia. As operações de produção que requerem hidrogénio podem estar localizadas em zonas europeias onde as taxas de potência são próximas ou inferiores a zero em determinadas alturas do dia.³²²

Será igualmente importante acompanhar a eficácia das políticas industriais de base local noutras partes do mundo (como a Lei de Redução da Inflação dos Estados Unidos (IRA), que mobilizará mais de 360 mil milhões de dólares até 2032) e o que a União Europeia pode aprender com ela na perspetiva de uma futura política industrial de base local da UE.

O Plano Industrial do Pacto Ecológico para a Era Net-Zero estabelece um novo quadro para as mutações industriais em resposta ao IRA dos EUA. Em março de 2023, foram seguidas duas propostas legislativas de grande importância para as regiões e os municípios europeus: a Lei das Matérias-Primas Críticas³²³ e a Lei da Indústria Net-Zero.³²⁴ Ambas as propostas visam racionalizar os processos de licenciamento de projetos estratégicos em domínios relevantes e impulsionar a reciclagem e a longevidade dos produtos tecnológicos limpos. Visa igualmente assegurar a disponibilidade de uma

³²⁰ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, [Repensar a Atratividade Regional no Novo Ambiente Global](#), 2023.

³²¹ Comissão Europeia, [Comunicação: Um plano industrial do Pacto Ecológico para a era da neutralidade líquida](#), 2023.

³²² Bruegel, [Ajustando-se ao choque energético: as políticas certas para a indústria europeia](#), Brief 11/23, maio de 2023.

³²³ Comissão Europeia, [Ficha informativa sobre a Lei Europeia das Matérias-Primas Críticas](#), março de 2023.

³²⁴ Comissão Europeia, [Ficha informativa sobre a Lei da Indústria Net-Zero da UE: tornar a UE o lar das indústrias tecnológicas limpas](#), março de 2023.

mão de obra qualificada, mantendo simultaneamente empregos de qualidade, e criar órgãos de governação e de acompanhamento a nível da UE.

No entanto, estas propostas carecem de um fator importante: financiamento. Embora a Comissão Europeia tenha anunciado a criação de um fundo de soberania, este foi substituído pela Plataforma Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), que está a recolher fundos de várias fontes existentes, incluindo os fundos de coesão, e a superá-las com 10 mil milhões de euros. O CR manifestou a sua preocupação com as propostas, em particular com uma possível concentração de financiamento ao abrigo dos programas reforçados pelo STEP em algumas regiões e Estados-Membros, e com uma possível concentração das tecnologias críticas visadas nos mesmos domínios.

As regiões e os municípios da União Europeia poderiam beneficiar consideravelmente de um processo de reindustrialização, mantendo simultaneamente as normas europeias de proteção do ambiente e de emprego de qualidade. A Europa tem as mais elevadas normas ambientais para a exploração mineira e a transformação de matérias-primas. Em 2022, em Kiruna, na Suécia, os maiores depósitos europeus de terras raras foram encontrados juntamente com o fósforo utilizado como fertilizante na agricultura. Normalmente, levaria 10 a 15 anos para começar a entregar essas matérias-primas ao mercado, mas o sistema simplificado de licenciamento e incentivo estabelecido na Lei das Matérias-Primas Críticas poderia reduzir significativamente esse tempo e assegurar um fluxo constante de matérias-primas essenciais para a indústria europeia, se o projeto for considerado estratégico.

Os órgãos de poder local e regional têm um papel importante a desempenhar para garantir que a sociedade aceita projetos estratégicos, realizar o ordenamento do território e alinhar a educação e a formação com as exigências das tecnologias limpas.

Por conseguinte, o CR deve ser convidado como membro dos órgãos diretivos e de acompanhamento criados pelos atos supramencionados. É igualmente importante mencionar que os pareceres do CR sobre os dois atos apoiam³²⁵ fortemente o aumento da reciclagem de materiais e a reutilização dos componentes dos produtos tecnológicos limpos como fator central para reduzir as dependências para reduzir o consumo. Relatórios recentes mostraram que a regionalização dos processos de reindustrialização é de grande importância a este respeito. As diferentes regiões serão afetadas pelo processo em diferentes graus.

Um estudo de 2023 que analisa a transição de indústrias com utilização intensiva de carbono para uma indústria com emissões líquidas nulas na Europa³²⁶ mostra muitas diferenças que se baseiam não só na importância relativa dessas indústrias para as economias regionais, mas também na sua capacidade de adaptação.

A mudança para uma indústria com emissões líquidas nulas aumenta a vulnerabilidade das regiões com encargos socioeconómicos mais elevados e ameaça agravar as desigualdades económicas. A OCDE apresentou um relatório que³²⁷ identifica as 41 regiões mais vulneráveis da Europa com base nos 7 índices mais relevantes. Estas regiões vulneráveis são mais fracas por vários

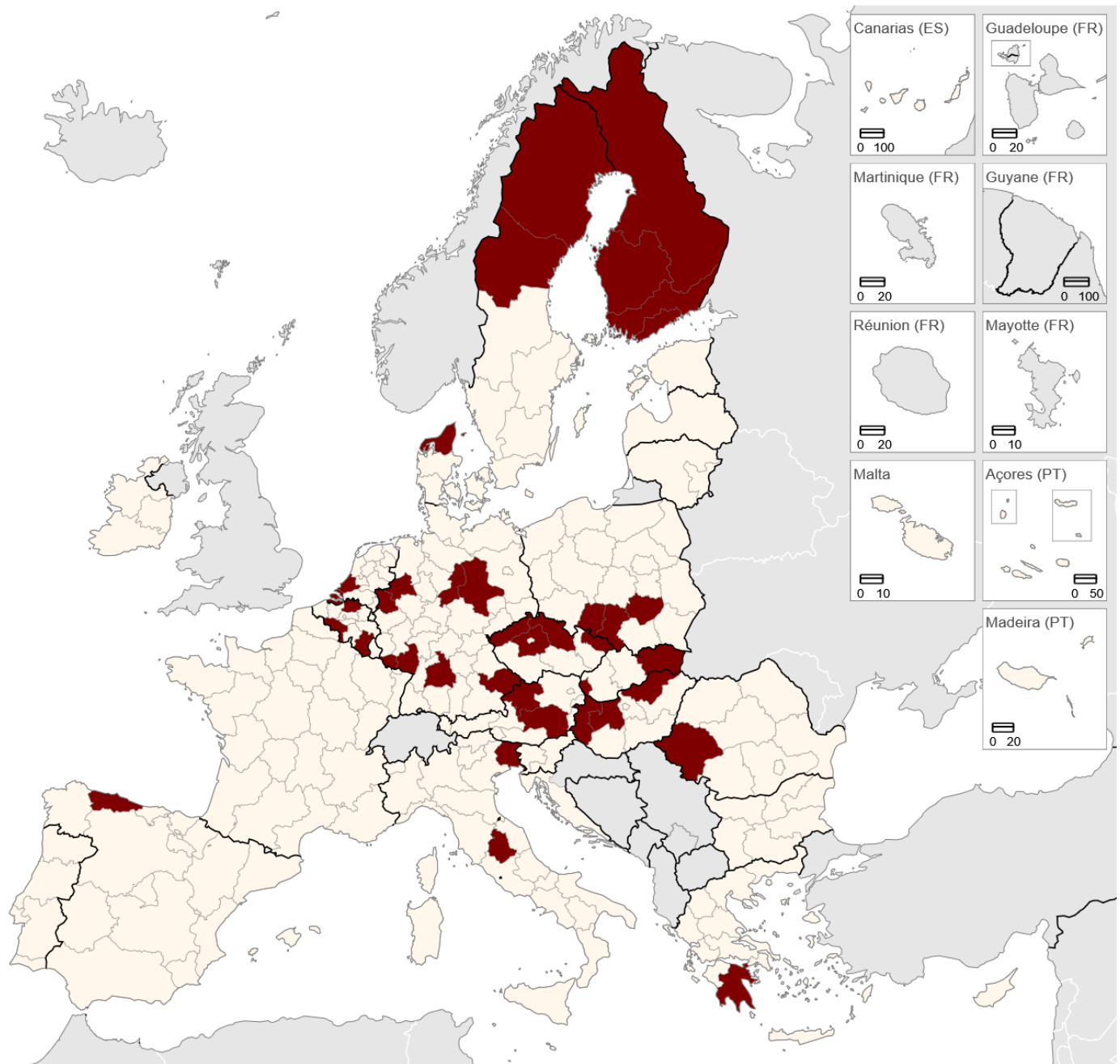
³²⁵ Ver parecer do Comité das Regiões sobre o [pacote «Matérias-primas críticas»](#), ECON-VII/031, 5-6 de julho de 2023, relator: Isolde Ries (DE-PSE), presidente do município de West Saarbrücken; e Comité das Regiões, [Lei da Indústria Net-Zero](#), ECON-VII/032, 5-6 de julho de 2023, relator: Mark Speich (DE-PPE), secretário de Estado dos Assuntos Federais, Europeus e Internacionais e dos Meios de Comunicação Social do Estado da Renânia do Norte-Vestefália.

³²⁶ McDowall, W., Reinauer, T., Fragkos, P., Miedzinski, M., e Cronin, J., [mapear a vulnerabilidade regional na transição energética da Europa: desenvolvimento e aplicação de um indicador para avaliar a diminuição do emprego em quatro indústrias com utilização intensiva de carbono](#), Climatic Change, janeiro de 2023.

³²⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, [Transições Industriais Regionais para a Neutralidade Climática](#), 2023.

motivos socioeconómicos do que a média nacional. Isto é especialmente verdadeiro para o PIB per capita e os salários médios regionais, o que implica que estas regiões podem dispor de menos recursos económicos para absorver os choques e aproveitar as oportunidades. Além disso, as velocidades de descarregamento nestas regiões são particularmente baixas, o que dificulta a sua capacidade de tirar partido das oportunidades de digitalização e das inovações na economia circular.

A maioria das regiões vulneráveis identificadas situa-se na Europa Central e Oriental, incluindo a Chéquia, a Alemanha, a Hungria e a Polónia. Outras regiões particularmente vulneráveis, por exemplo no que diz respeito à indústria química e à refinação de petróleo, situam-se na Europa Ocidental (Bélgica, Alemanha, Países Baixos). Algumas regiões do norte da Europa são vulneráveis em termos de papel e pasta de papel; enquanto o sul da Europa enfrenta vulnerabilidades no fabrico de veículos (Roménia), na refinação de petróleo (Grécia), em minerais não metálicos (Itália) e na produção de metais básicos (Itália e Espanha).



Administrative boundaries: © EuroGeographics © UN-FAO © Turkstat
 Cartography: Eurostat – IMAGE, 08/2023

- Most vulnerable regions to industrial green transition
- Other regions

Figura 24 — 41 regiões mais vulneráveis na transição ecológica industrial

Fonte — compilação do CR com base na OCDE328

Nota — Não existem dados disponíveis para as regiões ultraperiféricas/Para efeitos do relatório anual da UE de 2023, o mapa não apresenta dados relativos a duas regiões NUTS 2 do Reino Unido.

³²⁸ *Ibid.*

Os governos locais e regionais podem facilitar o desenvolvimento de projetos transfronteiriços semelhantes aos mencionados infra, interligando as instalações industriais em toda a Europa.

HIDROGÉNIO DA REGIÃO GRANDE

UMA INICIATIVA DE DESENVOLVIMENTO DE UM ECOSISTEMA DE HIDROGÉNIO VERDE

O hidrogénio verde é visto como o futuro combustível para a indústria. É totalmente livre de carbono e muito eficiente, mas ainda requer muita energia para produzir. O Estado federal do Sarre (Alemanha), a região do Grand-Est em França e o Grão-Ducado do Luxemburgo estão a unir esforços para promover uma economia transfronteiriça do hidrogénio ao longo de toda a cadeia de valor, tirando partido das condições estruturais extremamente adequadas da região.

Neste processo, estão a ser discutidos novos processos tecnológicos e novos domínios e modelos empresariais, que garantirão a mudança económica e o crescimento e criarão emprego.

MUDAR A CIDADE MINEIRA DE KIRUNA NA SUÉCIA

GIGANTE DA CIDADE E INDUSTRIAL MOVE-SE TODA A CIDADE A 3 KM

A cidade mais setentrional sueca de Kiruna está localizada acima da maior mina subterrânea de minério de ferro do mundo. A mina foi fundada juntamente com a cidade de Kiruna no final dos anos 1800. Desde então, a mina e a cidade têm vivido em estreita simbiose.

Em 2004, as medições indicaram que a cidade tinha começado a deformar-se e afundar-se, e assim, juntamente com a cidade de Kiruna, a mineradora iniciou um plano para mover o centro da cidade 3 quilómetros a leste. A LKAB investiu cerca de 1,4 mil milhões de euros para transferir a cidade. Foram necessários mais de 15 anos de planeamento e consultas — um processo que guiou o novo desenho urbano.

F. Agenda rural — não deixar lugar para trás

Uma em cada quatro pessoas na Europa (mais de 110 milhões de cidadãos) vive nas zonas rurais europeias, que, por sua vez, representam cerca de 75 % do território da UE. No entanto, a população rural diminui em cerca de 1 milhão de pessoas por ano.³²⁹ Apesar da sua importância, as zonas rurais enfrentam uma multiplicidade de desafios, que não só correm o risco de dificultar o seu desenvolvimento, mas também as ambições da UE de alcançar a neutralidade climática, o bem-estar social e a democracia. Devido à falta de serviços disponíveis, as zonas rurais perdem atratividade e muitos jovens acabam por sair. Como é que isso afeta estas regiões? Que soluções podem ser tomadas a nível local para inverter esta tendência?

Tanto as zonas rurais como as urbanas têm um papel fundamental a desempenhar na transição para uma Europa verde e sustentável, mas provavelmente assumirão papéis diferentes. As alterações climáticas, a pandemia de COVID-19 e o impacto da guerra contra a Ucrânia salientaram a importância dos produtos e serviços das zonas rurais para a resiliência dos municípios e das regiões e da UE no seu conjunto: a segurança alimentar sustentável não pode ser alcançada sem solos produtivos e comunidades rurais funcionais ligadas ao mercado interno através de transportes limpos e de infraestruturas digitais. O sequestro de carbono depende de florestas e turfeiras bem geridas. A independência de fontes de energia fósseis requer mais espaço para a geração de energia renovável do que as cidades podem oferecer.

O contributo das zonas rurais para os objetivos ambiciosos e vitais da UE é posto em risco por duas razões principais: alterações climáticas e despovoamento. As alterações climáticas estão a ameaçar o potencial produtivo da agricultura e dos recursos naturais, dos solos à energia hídrica. O despovoamento reduz a capacidade das comunidades locais para manter estes recursos, torná-los produtivos e encontrar soluções inovadoras adaptadas às circunstâncias locais.

Todos os anos, a UE perde uma superfície maior do que a área da cidade de Madrid para a ocupação de terras. As superfícies agrícolas são as mais suscetíveis de serem convertidas em superfícies artificiais. A ocupação de terras reduz o poder das zonas rurais para contribuir com êxito para a transição ecológica, a segurança alimentar e a prevenção de catástrofes. De acordo com os dados da Agência Europeia do Ambiente, a ocupação líquida de terras na UE ascendeu a 11 845 km² entre 2000 e 2018, o que equivale a uma ocupação líquida média anual de 658 km². São necessários esforços substanciais para cumprir o objetivo da política de «não ocupação líquida de terras» para 2050.³³⁰

Em junho de 2023, 40 % do território da UE estava a alertar para a seca, afetando gravemente as colheitas regionais. As alterações climáticas e as conversões em superfícies artificiais estão, assim, a reduzir a quantidade de terra disponível para a produção de alimentos para consumo humano e animal.

³²⁹ [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Urban-rural Europe - introduction#Area and population](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Urban-rural_Europe_-_introduction#Area_and_population).

³³⁰ [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=SDG 15 - Life on land#Life on land in the EU: overview and key trends](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=SDG_15_-_Life_on_land#Life_on_land_in_the_EU:_overview_and_key_trends).

Além disso, as zonas artificiais conduzem a um aumento dos riscos de inundação e não podem armazenar carbono nem água.³³¹

A perda de biodiversidade e de serviços ecossistémicos a nível da UE devido à alteração do uso do solo, à fragmentação e à degradação poderá resultar em custos económicos anuais até 50 mil milhões de euros. Ao mesmo tempo, o investimento na restauração da natureza poderia gerar entre 8 e 38 EUR de valor económico por cada euro gasto em serviços ecossistémicos, segurança alimentar, resiliência e atenuação das alterações climáticas e saúde humana.³³²

Estima-se que **30 milhões de pessoas tenham desaparecido das zonas rurais da Europa entre 1993 e 2033. Esta é a dimensão combinada da população da Roménia, Bulgária e Lituânia.**³³³ Embora seja provável que a UE continue a enfrentar o despovoamento nos próximos anos em todo o seu território, tal é particularmente verdade para as regiões predominantemente rurais. Algumas regiões dinâmicas estão a prosperar devido ao afluxo de pessoas mais jovens. Outros estão atrasados, com populações progressivamente mais pequenas e, ao mesmo tempo, envelhecidas. Muitas regiões predominantemente rurais — muitas vezes no extremo norte, sul e leste da UE — sofreram um êxodo de pessoas que se deslocam para as cidades (ou para outros Estados-Membros da UE).

Entre 2015 e 2021, a população nas regiões rurais diminuiu 0,1 %, em média, todos os anos. O número de pessoas com mais de 65 anos aumentou 1,6 % e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos diminuiu 0,6 %. A percentagem de pessoas com mais de 65 anos aumentou 5 % nas zonas rurais, o dobro do que nas zonas urbanas.³³⁴

As projecções do Eurostat mostram que, até 2050, 83,5 % das regiões predominantemente rurais perderão até ou mesmo mais de 10,0 % da sua população. Ao mesmo tempo, prevê-se que a população das regiões predominantemente urbanas da UE continue a crescer (embora a taxa de variação diminua, prevendo-se que diminua a partir de 2047).³³⁵

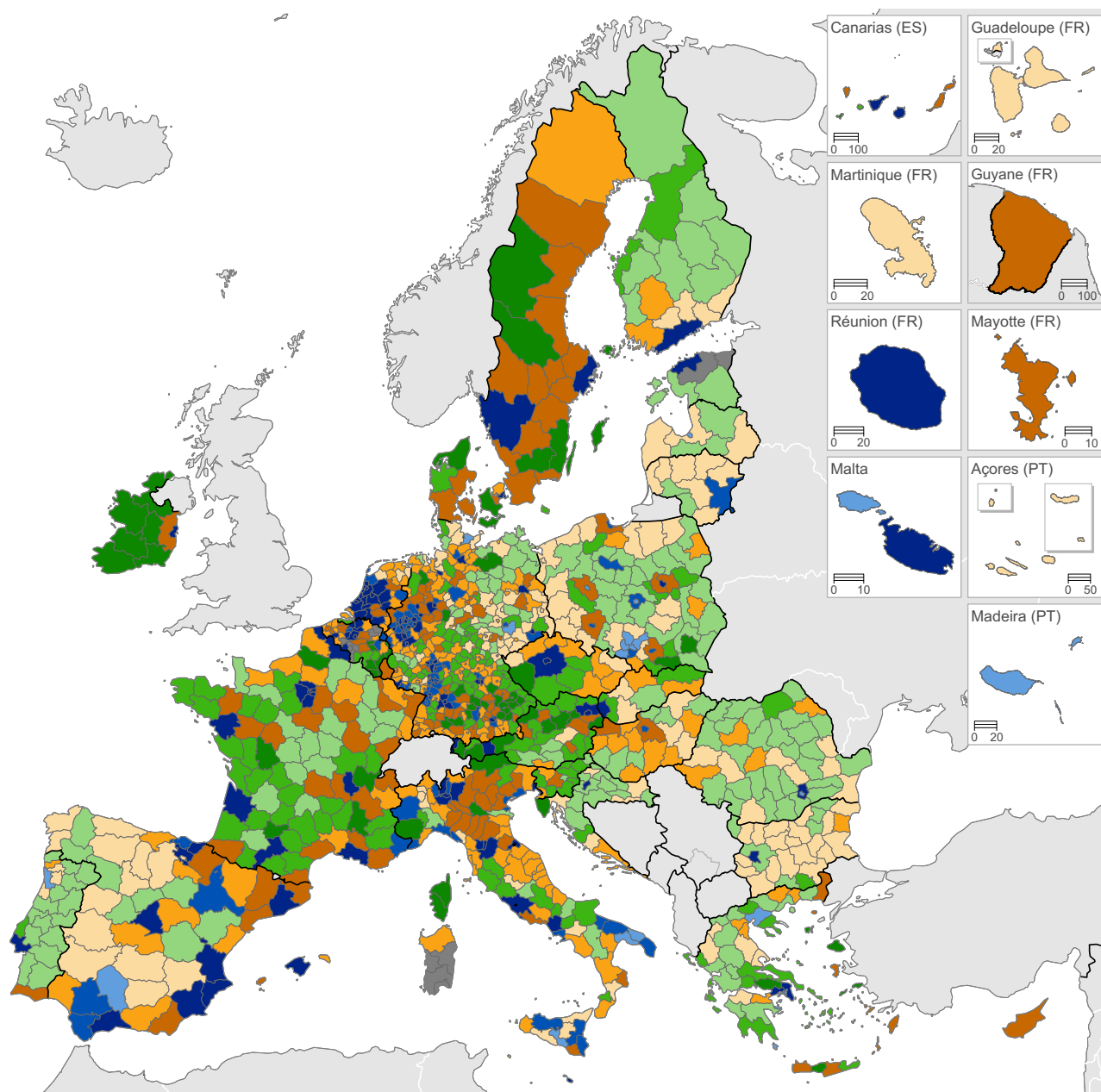
³³¹ Eurostat, [Sustainable Development in the European Union Monitoring Report on progress towards the SDGs in an EU context \(Desenvolvimento sustentável no âmbito da União Europeia — Relatório de acompanhamento sobre os progressos na consecução dos ODS no contexto da UE\)](#), 2023.

³³² https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_3746.

³³³ Dados extraídos da ESPON, [TerritoriALL](#), Edição 3, junho de 2021. A passagem original é a seguinte: «Analisando a evolução demográfica passada e futura, espera-se que a percentagem da população que vive em zonas rurais em declínio diminua de 36,1 % em 1993 para 29,2 % em 2033», p. 13.

³³⁴ Núñez Ferrer, J., Kiss-Gálfalvi, T., Postica D., Marcinkowska, I., e Zubel, K., [O custo da não-ruralidade — Preparação para um melhor equilíbrio urbano-rural no financiamento da UE](#), estudo encomendado pelo Comité das Regiões, 2023.

³³⁵ https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Urban-rural_Europe_-_demographic_developments_in_rural_regions_and_areas#Population_projections.



Administrative boundaries: © EuroGeographics © UN-FAO © Turkstat
 Cartography: Eurostat — GISCO, 10/2023

Urban-rural typology

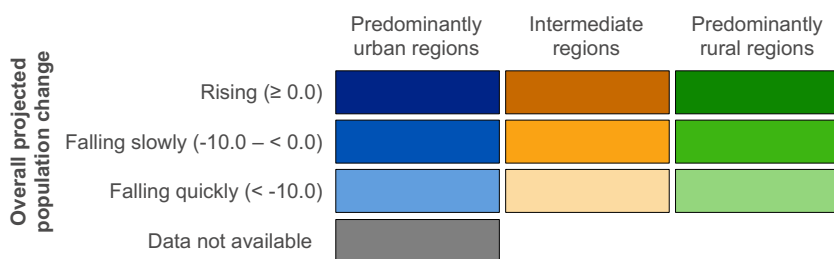


Figura 25 — Variação populacional global prevista por tipologia urbano-rural, de 1 de janeiro de 2021 a 1 de janeiro de 2050 (%)
 Fonte — compilação do CR com base no Eurostat336

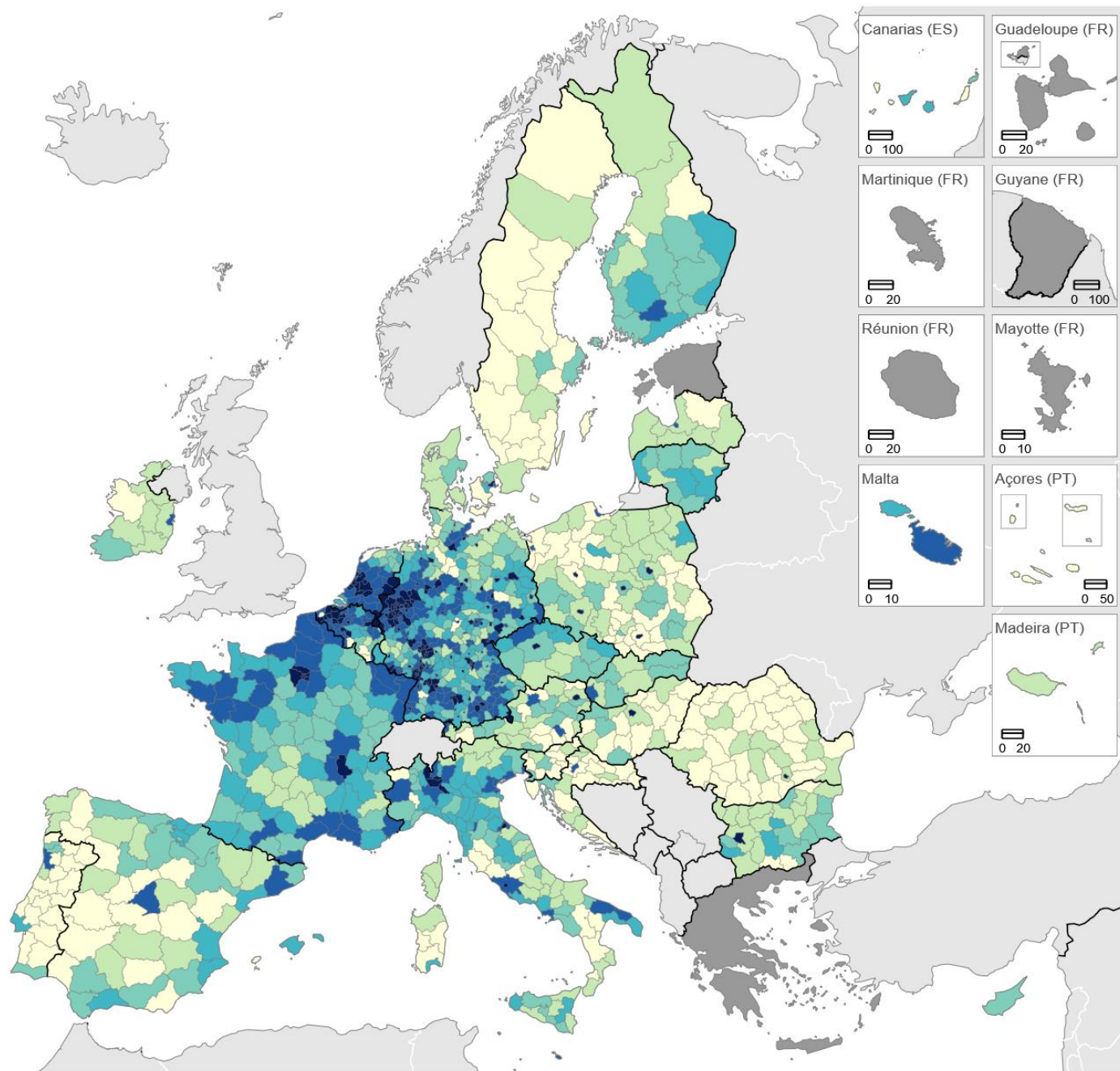
³³⁶ Códigos do conjunto de dados em linha do Eurostat: demo_r_pjangrp3 e proj_19rp3.

O despovoamento e o envelhecimento da população rural estão a conduzir a um ciclo vicioso de menos investimentos em serviços públicos (por exemplo, acolhimento de crianças, cuidados de saúde e cuidados continuados, educação e transportes públicos) e a estagnação ou declínio económico. As zonas rurais onde estes serviços já não estão disponíveis ou são difíceis de alcançar tornam-se cada vez menos atrativas, especialmente para os jovens e as famílias. A saída regular de jovens das zonas rurais, bem como o envelhecimento da população rural, conduzem naturalmente a uma diminuição da mão de obra. A diminuição da mão de obra constitui um obstáculo significativo à atratividade das regiões para as empresas. Esta tendência poderá constituir um risco para a futura atratividade dos mercados de trabalho rurais. Entre 2015 e 2021, o aumento (5 %) da percentagem de pessoas com mais de 65 anos nas zonas rurais foi o dobro do valor observado nas zonas urbanas.³³⁷

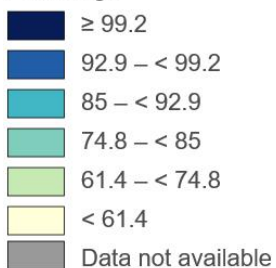
O acesso aos serviços de saúde é mais baixo nas zonas rurais do que nas regiões urbanas. Em 2020, 129 regiões do nível NUTS 3 tinham uma população estimada em 15 minutos de tempo de condução de um hospital — o que equivale a um pouco mais de 1 em cada 10 regiões da UE. A maioria destes eram regiões de capital ou urbanas com densidades populacionais relativamente altas. No outro extremo da escala, 89 regiões tinham menos de metade de sua população a viver dentro de 15 minutos de tempo de condução de um hospital. A maioria destas regiões eram regiões escassamente povoadas, muitas vezes em torno da periferia da UE, por exemplo, nos Estados-Membros meridionais e orientais da UE, em particular nos interiores de Espanha e Portugal e nas regiões rurais da Croácia, Hungria, Polónia, Roménia e Eslovénia. Havia também várias regiões na Suécia onde menos de metade da população vivia dentro de 15 minutos de tempo de condução de um hospital.³³⁸

³³⁷ Núñez Ferrer, J., Kiss-Gálfalvi, T., Postica D., Marcinkowska, I., e Zobel, K., [O custo da não-ruralidade — Preparação para um melhor equilíbrio urbano-rural no financiamento da UE](#), estudo encomendado pelo Comité das Regiões, 2023.

³³⁸ https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Health_statistics_at_regional_level.



Percentage



Administrative boundaries: © EuroGeographics © UN-FAO © Turkstat
Cartography: Eurostat – IMAGE, 08/2023

Figura 26 — População que vive dentro de 15 minutos de tempo de condução de um hospital (2020) por regiões NUTS 3
Fonte — compilação do CR com base no Eurostat339

³³⁹ *Ibid.*

Um maior acesso aos serviços educativos nas zonas urbanas é uma das razões para a emigração dos jovens das zonas rurais. Embora 37 % das pessoas nas cidades tenham um nível de ensino superior, nas zonas rurais esta percentagem é de 21 % a partir de 2021.³⁴⁰ As escolas nas zonas rurais deparam-se frequentemente com problemas pouco frequentes nos centros urbanos, como a dificuldade em recrutar professores qualificados e a falta de infraestruturas adequadas. O elevado custo fixo da manutenção das escolas, devido à menor dimensão das populações rurais, limita a escolha das escolas, dos programas educativos, das atividades pós-escolares e do apoio social. As oportunidades educativas limitadas podem ser um motor crítico da mobilidade das pessoas das zonas rurais para as zonas mais desenvolvidas e densamente povoadas.

Nos Estados-Membros, a participação na educação de adultos varia consideravelmente, com taxas muito mais elevadas nas zonas urbanas do que nas zonas rurais. Em 2021, a taxa de participação de adultos na formação na UE (medida pelo indicador de quatro semanas) foi, em média, de 13,6 % nas cidades, 9,8 % nas cidades e 7,8 % nas zonas rurais. Isto pode estar relacionado com o nível de escolaridade, uma vez que aqueles que são mais qualificados são mais propensos a viver em áreas urbanas. Pode também refletir uma menor disponibilidade de oportunidades de aprendizagem em zonas menos densamente povoadas: menos pessoas nas regiões rurais vivem a 45 minutos de carro da universidade mais próxima em comparação com outras regiões.³⁴¹

O grupo de regiões numa armadilha para o desenvolvimento de talentos representa 16 % da população da UE. Este grupo de regiões é mais rural do que o resto da UE, com 31 % da sua população a viver em zonas rurais, em comparação com a média da UE de 21 %. A participação dos adultos na aprendizagem é significativamente inferior nas regiões que enfrentam uma armadilha de desenvolvimento de talentos (com uma taxa de 5,6 %, em comparação com a média da UE de 10 %).³⁴²

A falta de acessibilidade à banda larga de alta velocidade reforça os impactos da distância, do isolamento e dos elevados custos de transporte. Para além desta questão das infraestruturas, são necessárias competências digitais para aceder aos serviços digitais. No entanto, o nível de competências digitais é mais baixo entre as pessoas que vivem em zonas rurais (48 % tinham competências digitais básicas ou acima das de base), enquanto o número comparável é de 55 % para as cidades e subúrbios e 62 % para as cidades. As pessoas que vivem em zonas rurais são, por conseguinte, um dos grupos prioritários para ações de melhoria/requalificação digital na UE. Outros grupos prioritários são os jovens com baixos níveis de educação e os NEET (não estudam, não estudam nem seguem qualquer formação); Pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos; pessoas com níveis mais baixos de habilitações académicas; as pessoas inativas e desempregadas; e as pessoas empregadas em profissões pouco qualificadas e semi- qualificadas.³⁴³

Juntamente com a requalificação e a melhoria de competências, o acesso aos serviços públicos de emprego pode melhorar a participação no mercado de trabalho. Existem fortes diferenças entre as zonas urbanas e rurais na acessibilidade geográfica dos serviços públicos de emprego (SPE). Uma forma de melhorar a correspondência de competências a nível regional poderia consistir em assegurar

³⁴⁰ Núñez Ferrer, J., Kiss-Gálfalvi, T., Postica D., Marcinkowska, I., e Zubeł, K., [O custo da não-ruralidade — Preparação para um melhor equilíbrio urbano-rural no financiamento da UE](#), estudo encomendado pelo Comité das Regiões, 2023.

³⁴¹ Comissão Europeia, [Relatório Conjunto sobre o Emprego 2023](#), adotado pelo Conselho da União Europeia em 13 de março de 2023.

³⁴² Comissão Europeia, [Comunicação — Produzir talentos nas regiões da Europa](#), janeiro de 2023.

³⁴³ Comissão Europeia, [Emprego e Desenvolvimento Social na Europa 2023: Colmatar a escassez de mão de obra e as lacunas de competências na UE](#), 2023.

que os centros de SPE sejam geograficamente acessíveis à maioria das pessoas. Embora seja geralmente o caso nas regiões urbanas, é menos nas regiões não metropolitanas, refletindo provavelmente uma combinação de menor densidade populacional e menos redes rodoviárias nas zonas rurais.

Em todas as regiões metropolitanas, uma grande maioria (96 %) da população vive em regiões com centros de SPE altamente acessíveis — a 30 minutos de carro (painel superior esquerdo). Nas regiões não metropolitanas, a percentagem de pessoas a uma distância de condução de um centro de SPE é geralmente inferior. Estas diferenças podem refletir uma combinação de menor número de centros per capita, menor densidade populacional e infraestruturas de transportes menos desenvolvidas. Mais especificamente, apenas 69 % das pessoas em regiões não metropolitanas com acesso a uma pequena área urbana funcional e 46 % das pessoas em regiões remotas não metropolitanas vivem em regiões com elevada acessibilidade.³⁴⁴

³⁴⁴ *Ibid.*

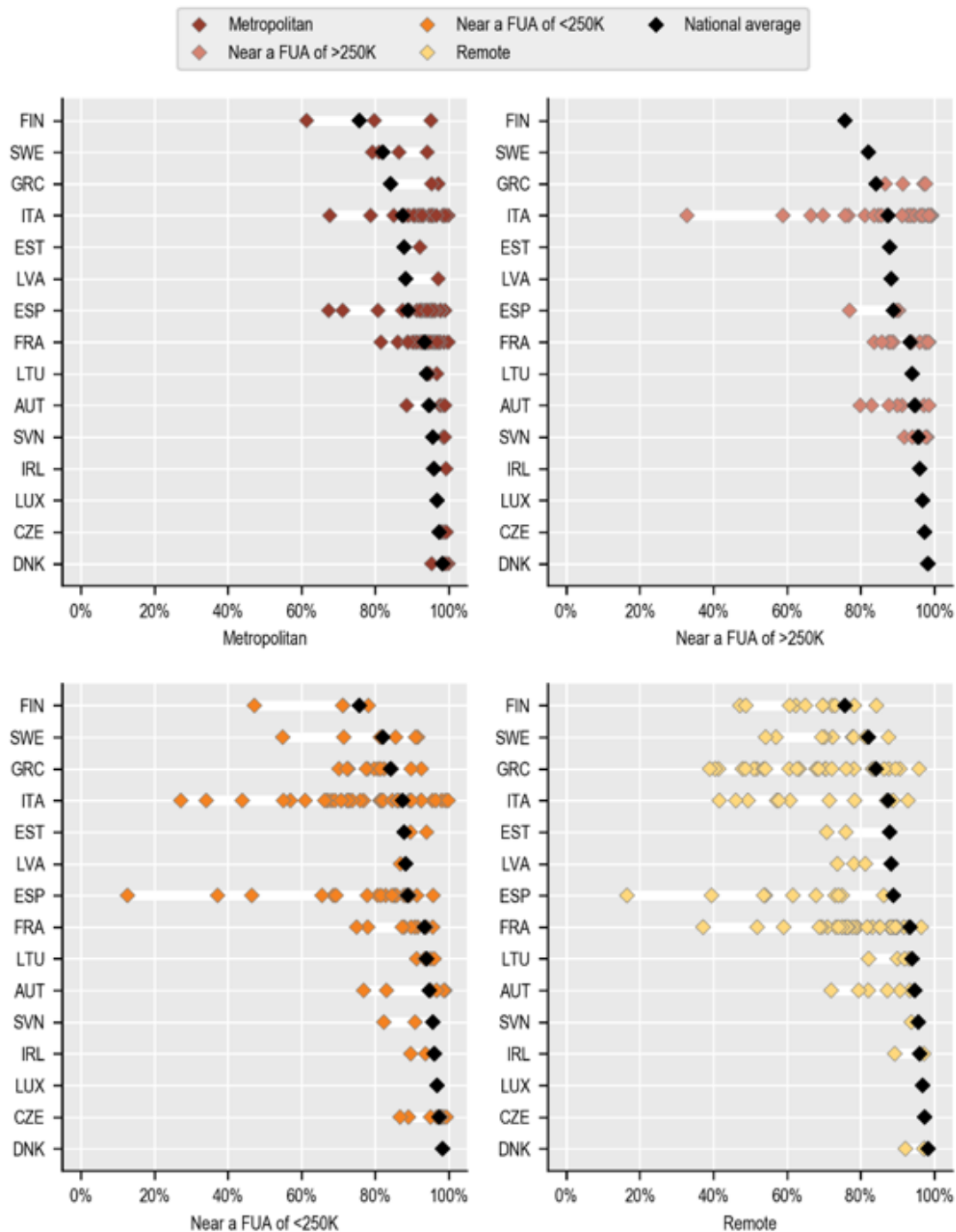


Figura 27 — Acessibilidade dos centros de SPE
 Fonte — Comissão Europeia³⁴⁵

As mulheres nas zonas rurais têm mais probabilidades de estarem desempregadas do que os homens e são mais propensas do que as mulheres nas zonas urbanas a trabalhar em empregos informais. O acesso limitado aos serviços públicos relacionados com as estruturas de acolhimento de crianças agrava ainda mais a sua situação. A nível da UE em 2021, a taxa de atividade no mercado de trabalho era de 78,5 %. A diferença entre as cidades e as zonas rurais foi de 1,3 %, o que é globalmente relativamente modesto. No entanto, nas zonas rurais, as mulheres são geralmente menos ativas do que os homens, o que conduz a uma maior disparidade de atividade no mercado de trabalho

³⁴⁵Ibid.

entre homens e mulheres nestas áreas em comparação com outras. Este intervalo é de 13 a 20 pontos percentuais entre homens e mulheres.³⁴⁶

As zonas rurais não beneficiam de novos empregos verdes, apesar do seu enorme potencial de produção de energias renováveis. Embora a transição ecológica seja um esforço global, o seu impacto no mercado de trabalho é local. As zonas rurais têm um enorme potencial de investimento em energias renováveis, por exemplo, na energia solar, na energia eólica ou na energia hidroelétrica. No entanto, os postos de trabalho criados nestas indústrias não são necessariamente locais. Engenheiros, advogados e empresas de consultoria trabalham remotamente nestes projetos a partir de grandes cidades, e os trabalhadores da construção estão no local por pouco tempo e rapidamente avançam.

Entretanto, os empregos poluentes estão ainda mais concentrados espacialmente do que os empregos verdes, com uma percentagem elevada em regiões com um produto interno bruto per capita mais baixo. Isto deixa-os vulneráveis a uma maior perda de postos de trabalho e ao desaparecimento de uma importante atividade económica que poderá travar as suas comunidades nos próximos anos. Por exemplo, a região mineira de carvão da Macedónia Ocidental, na Grécia, registou a taxa de desemprego nacional mais elevada em 2021, com quase 20 %, e a percentagem nacional mais baixa de empregos verdes, com 7%.³⁴⁷

As zonas rurais e urbanas das ilhas deparam-se com custos adicionais que prejudicam o desenvolvimento e a competitividade destes territórios, expondo-os, em particular, à perda de biodiversidade e às alterações climáticas. Isto é particularmente verdadeiro para os custos relacionados com os transportes, a energia, a gestão de resíduos, os serviços públicos e os bens e serviços necessários. Têm menos flexibilidade quando se trata de se adaptarem rapidamente à ambiciosa evolução da UE no sentido da neutralidade climática e do investimento em fontes de energia alternativas nas ilhas. A ligação digital é um instrumento fundamental para superar o isolamento físico das ilhas, garantir que os cidadãos e os empresários podem operar nos mercados da UE com base numa ilha e enfrentar os desafios demográficos das ilhas.

O despovoamento e a estagnação a longo prazo influenciam a democracia europeia. Aqueles que permanecem nas zonas rurais sentem-se deixados para trás — um sentimento que muitas vezes resulta em menos apoio à UE em inquéritos e eleições.³⁴⁸ O Eurobarómetro da primavera de 2023 também mostra que as pessoas nas zonas rurais estão, em certa medida, menos ativamente envolvidas na política nacional e europeia do que nas zonas urbanas.³⁴⁹

A complexidade dos desafios nas zonas rurais exige soluções que envolvam vários níveis de governo, partes interessadas e domínios políticos. Estas soluções devem apoiar a coesão territorial e criar oportunidades de crescimento económico e bem-estar nas comunidades rurais. Essas ações incluem a atração de empresas inovadoras, a garantia do acesso a empregos de qualidade, a

³⁴⁶ Núñez Ferrer, G., Kiss-Gálfalvi, T., Postica, D., Marcinkowska, I. & Zubeł, K., [The Cost of non-rurality — Preparar para um melhor equilíbrio urbano-rural no financiamento da UE](#), estudo encomendado pelo Comité das Regiões, 2023.

³⁴⁷ <https://oecd.cogito.blog/2023/03/31/will-there-be-a-great-green-divide/> e Comissão Europeia, [As possíveis implicações da transição ecológica para o mercado de trabalho da UE](#), 2022.

³⁴⁸ Comissão Europeia, [A geografia do descontentamento e a armadilha do desenvolvimento regional](#), março de 2023. O Comité das Regiões Europeu encomendou um estudo que analisa os resultados do ponto de vista urbano-rural.

³⁴⁹ Parlamento Europeu, [Eurobarómetro da primavera](#) de 2023, 2023.

promoção de novas e melhores competências, a garantia de melhores infraestruturas e serviços e o reforço do papel da agricultura sustentável e de atividades económicas diversificadas.

Por conseguinte, as regiões, os municípios e os municípios estão ativamente envolvidos no desenvolvimento e na execução de estratégias integradas de desenvolvimento rural. O objetivo é utilizar todos os fundos e políticas da UE para promover a atratividade das zonas rurais e proteger a população rural e a sua qualidade de vida, garantindo a igualdade de acesso a serviços e oportunidades básicos.

LEI PARA COMBATER O DESPOVOAMENTO

CASTELA-MANCHA, ESPANHA

Em junho de 2021, a região de Castela-Mancha aprovou uma lei pioneira para combater o despovoamento rural. Em resultado do consenso social e a fim de assegurar a continuidade e o trabalho a longo prazo, o principal objetivo da lei é combater o despovoamento, garantir a igualdade de oportunidades e serviços para todos e alcançar a coesão territorial e social na região. A lei prevê medidas económicas, sociais e fiscais, articuladas em leis e estratégias regionais abrangentes, multissetoriais e integradas.³⁵⁰

UMA AGENDA RURAL SUSTENTÁVEL

SEGÓVIA, ESPANHA

A agenda rural sustentável da Província de Segóvia é um documento estratégico que adapta a metodologia utilizada para a Agenda Urbana Espanhola ao contexto rural da região. Estabelece um plano de ação em consonância com a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda Urbana Europeia e a Agenda Urbana Espanhola. Os objetivos desta agenda estão também em consonância com os estabelecidos na Declaração de Cork 2.0, com ênfase na promoção das zonas rurais, na melhoria da governação rural e no investimento na viabilidade e vitalidade do ambiente rural.³⁵¹

PROMOVER O EMPREENDEDORISMO VERDE

PROJETO GREENWORAL

As zonas rurais também procuram aumentar a participação no empreendedorismo verde. O projeto Greenworal, apoiado pela UE, proporciona competências de empreendedorismo verde às mulheres adultas nas zonas rurais de Chipre, Espanha, Irlanda e Lituânia. O objetivo é encontrar um equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e a rentabilidade nas zonas rurais. O projeto destina-se a impulsionar a inclusão, capacitando as mulheres empresárias que tradicionalmente enfrentam obstáculos na criação de empresas e na transição ecológica.³⁵²

³⁵⁰ https://ec.europa.eu/enrd/publications/regional-law-castilla-la-mancha-spain-combat-rural-depopulation_en.html.

³⁵¹ <https://cor.europa.eu/EN/engage/Pages/greendeal-stories.aspx#CorContainer>.

³⁵² <https://greenworal.com/>.

COMBINAR FUNDOS DA UE PARA A INOVAÇÃO SOCIAL

DOLNÍ STUDÉNKY, CHÉQUIA

O município de Dolní Studénky combinou vários fundos da UE num projeto de inovação social que aplica a abordagem ascendente do desenvolvimento local de base comunitária (DLBC). O projeto transformou o castelo abandonado Třemešek num centro multifuncional que combina habitação social, aconselhamento social, instalações de educação de adultos, um centro comunitário e um café que oferece iguarias locais.

ALDEIAS ENERGÉTICAS

COCHEM-ZELL, ALEMANHA

A região da Renânia-Palatinado está a apoiar o projeto Cochem-Zeller Energiedorf (aldeia energética). O projeto é um exemplo perfeito de mudança provocada por um impulso da sociedade civil. Desenvolve redes de abastecimento de aquecimento sustentável em várias aldeias. O calor é obtido a partir de madeira proveniente das florestas locais (aparas de madeira a partir de madeira florestal residual) e de sistemas solares térmicos. Isto reforça o valor acrescentado na região. Ao mesmo tempo, a ligação direta de fibra ótica é fornecida aos residentes.³⁵³

ENERGIAS RENOVÁVEIS LOCAIS E MOBILIDADE ELETRÓNICA

SPRAKEBÜLL, ALEMANHA

Sprakebüll, uma pequena aldeia com 250 habitantes na periferia da Alemanha, numa região muito rural, principalmente agrícola, estabeleceu parques eólicos comunitários, parques solares com participação pública, uma fundação comunitária sem fins lucrativos, a sua própria rede de aquecimento local, propriedade do município, e a maior concentração de automóveis elétricos na Alemanha desde 1998. O carro elétrico partilhado da aldeia, ou Dörpsmobil, permitiu que muitos habitantes se livrassem dos seus segundos carros. O projeto é também organizado pela comunidade, através de uma associação criada para o efeito: e-Mobiles Dorf Sprakebüll e.V. Voluntários locais reparar, limpar e carregar o carro. Sprakebüll agora também tem uma estação de carregamento rápido. O projeto mostra que a mobilidade eletrónica e a partilha de automóveis são soluções atrativas para os serviços rurais de interesse geral.³⁵⁴

³⁵³ <https://cor.europa.eu/EN/engage/Pages/greendeal-stories.aspx#CorContainer>.

³⁵⁴ *Ibid.*

ESCOLARIZAÇÃO LOCAL EFICAZ EM TERMOS DE CUSTOS

MORNESE, ITÁLIA

*O município de Mornese, na região do Piemonte, assegurou a oferta de ensino nesta zona rural, melhorando a eficiência energética do seu edifício escolar. O edifício é de vital importância para a sobrevivência da cidade. A redução da fatura energética através de uma série de medidas reduz a pegada de carbono da escola e melhora as condições de aprendizagem e de trabalho dos alunos e do pessoal. Poder financiar a escola ajuda a cidade a combater o despovoamento.*³⁵⁵

COMPETÊNCIAS DIGITAIS DE PONTA PARA A AGRICULTURA E A SILVICULTURA

ANDALUZIA, ESPANHA

*A fim de desenvolver as oportunidades económicas na indústria agroalimentar na Andaluzia, uma das áreas promissoras de desenvolvimento para a estratégia regional de especialização inteligente (S3), a Universidade de Córdoba criou e lançou um mestrado na transformação digital do setor agrícola e florestal. Esta situação responde aos estrangulamentos identificados no incentivo à inovação e à digitalização na cadeia de valor agroalimentar, na sequência dos dados relativos à falta de perfis profissionais adequados no domínio da tecnologia agroalimentar. Este diploma formou um grande número de profissionais que são agora capazes de facilitar, apoiar e promover a transformação digital nas zonas rurais, e incentivar a utilização de tecnologias como sensores, a Internet das coisas, megadados, computação em nuvem, a indústria alimentar 4.0, inteligência artificial e agricultura de precisão. Após a implementação bem sucedida deste diploma, o modelo foi copiado pela Universidade de Sevilha.*³⁵⁶

FARMÁCIAS PARA REVITALIZAÇÃO RURAL

FRANÇA

*Em França, a abertura de novas farmácias é regulada através de procedimentos de autorização. Podem ser abertas novas farmácias em territórios desfavorecidos (revitalização das zonas rurais e dos distritos urbanos prioritários) ou com base em critérios demográficos (aumento da população). Esta política visa assegurar um acesso equitativo às farmácias em todos os territórios, nomeadamente nos que enfrentam dificuldades sociais e económicas.*³⁵⁷

O Comité das Regiões (CR) incentiva todas as autoridades públicas a garantirem que as novas leis e políticas tenham em conta o impacto que têm nas zonas rurais e o potencial das zonas rurais para contribuir para a consecução dos objetivos políticos (provação rural). O CR participa ativamente no Pacto Rural,³⁵⁸ que proporciona uma plataforma para todos os níveis de governo e da

³⁵⁵ *Ibid.*

³⁵⁶ Comissão Europeia, [Comunicação — Produzir talentos nas regiões da Europa](#), janeiro de 2023.

³⁵⁷ *Ibid.*

³⁵⁸ https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/rural-pact_en.

sociedade civil trocarem e gerarem conhecimentos e boas práticas, sensibilizarem para as necessidades das zonas rurais e destacarem o seu potencial.

A melhoria das ligações entre zonas urbanas e rurais pode também contribuir para melhorar a conectividade e o acesso dos cidadãos rurais aos serviços. Devem ser criadas mais sinergias entre os instrumentos de desenvolvimento, como o LEADER, o DLBC, a iniciativa «aldeias inteligentes», as aldeias em fase de arranque e os grupos de ação local. **São necessários objetivos e indicadores para orientar e acompanhar a implementação da visão a longo prazo da Comissão Europeia para as zonas rurais.**

G. Competências das pessoas — não deixar ninguém para trás

As competências das pessoas desempenham um papel fundamental na garantia de um elevado emprego e na promoção do bem-estar social, especificamente face às transições ecológica e digital.

Competências insuficientes e obsoletas podem ter um impacto negativo na participação das pessoas na sociedade e no mercado de trabalho, aumentando assim o risco de desemprego, pobreza e exclusão social para um segmento significativo da população europeia. Em contrapartida, pode dificultar o crescimento inclusivo e sustentável, bem como as capacidades de competitividade e inovação. Como podem os diferentes níveis de governo trabalhar em conjunto para criar as oportunidades necessárias para melhorar a educação e as competências e, finalmente, tornar-se facilitadores da estratégia de crescimento sustentável da Europa?

As administrações regionais e locais participam frequentemente ativamente nos processos de desenvolvimento de competências, uma vez que reconhecem que a falta de competências ou as lacunas de competências constituem um obstáculo ao desenvolvimento económico da sua região e à criação de um ambiente propício.³⁵⁹ A abordagem do desenvolvimento do capital humano a nível nacional, regional e local aumenta a eficácia das políticas de emprego que funcionam corretamente, assegurando também que as exigências dos empregadores se alinham de forma mais eficaz com as exigências dos potenciais trabalhadores.

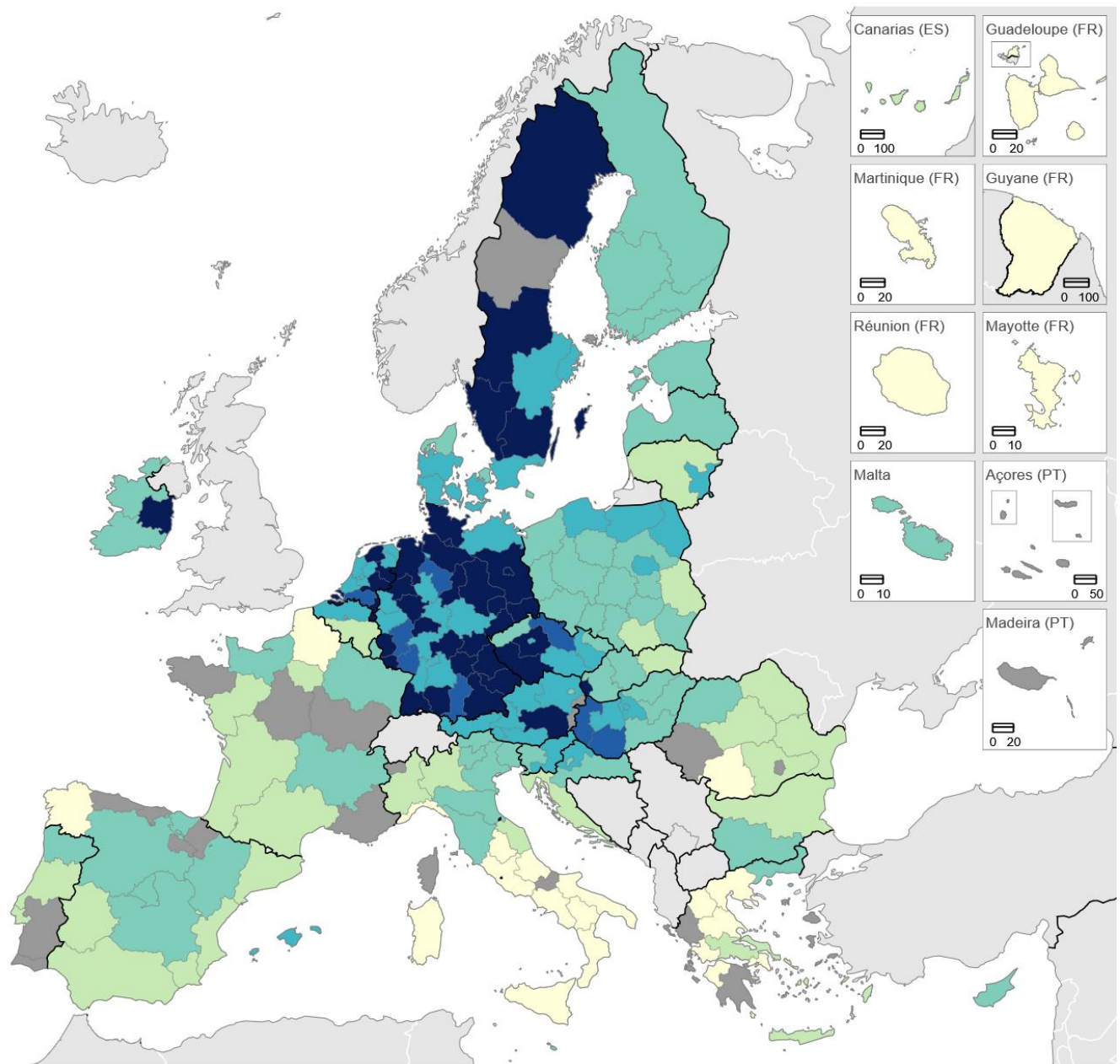
As novas tecnologias, a educação, a investigação e o desenvolvimento e o apoio ao desenvolvimento de ecossistemas empresariais são os ingredientes ideais para uma estratégia de inovação regional virada para o futuro. Por conseguinte, o desenvolvimento de competências deve fazer parte da estratégia, nomeadamente no domínio do ensino e da formação profissionais (EFP). Afinal, a inovação não é apenas sobre a alta tecnologia, mas também sobre profissionais bem treinados que podem desenvolver e aplicar novas tecnologias de uma forma orientada para a solução. No contexto da inovação, a tónica é tradicionalmente colocada no ensino superior, no entanto, o ensino profissional no ensino secundário e os cursos de educação ou formação de adultos nos setores também desempenham um papel importante.³⁶⁰

A meta foi fixada para que 82 % das pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos se formassem 1-3 anos antes com um ensino secundário ou pós-secundário não superior profissional até 2025.³⁶¹ O mapa abaixo mostra que o objetivo já foi alcançado em 2021 em todas as regiões da Alemanha, dos Países Baixos e da Suécia e em todas as regiões, exceto uma, na Áustria (a exceção é a região de Viena), onde estão disponíveis dados, e em todas as regiões, exceto duas, da Chéquia e da Dinamarca. As taxas de emprego desta subpopulação foram particularmente elevadas num conjunto de regiões na Alemanha e na Suécia, bem como na região da capital da Eslováquia (região de Bratislava), na Boémia Central na Chéquia, e em Overijssel e Gelderland nos Países Baixos.

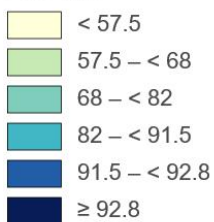
³⁵⁹ Eurostat, [Education and training statistics at regional level \[Estatísticas sobre educação e formação a nível regional\]](#), maio de 2022.

³⁶⁰ <https://www.ideaconsult.be/en/projects/a-skills-ecosystem-as-an-engine-for-regional-economic-development>.

³⁶¹ Eurostat, [Education and training statistics at regional level \[Estatísticas sobre educação e formação a nível regional\]](#), maio de 2022.



EU = 76.4



Administrative boundaries: © EuroGeographics © UN-FAO © Turkstat
Cartography: Eurostat – IMAGE, 08/2023

Figura 28 — Taxa de emprego dos recém-diplomados do programa profissional, 2021, por regiões NUTS 2 (% dos diplomados com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos com um nível secundário superior ou pós-secundário não superior de nível de habilitações profissionais que abandonaram o ensino e a formação 1-3 anos antes)

Fonte — compilação do CR com base no Eurostat362

Nota — Como abrangido pelos níveis CITE 3 e 4. Bélgica, Bulgária e França: NUTS 1. Inclui anos de referência anteriores para várias outras regiões (muitos para documentar)

³⁶² Código de dados em linha do Eurostat: edat_ifse_33.

Os governos infranacionais são responsáveis por uma parte fundamental da despesa global em educação e competências, com uma média de cerca de 20 % de todo o investimento público neste domínio.³⁶³ Com base nos *dados fundamentais sobre os governos locais e regionais na União Europeia*,³⁶⁴ o investimento público infranacional na educação varia entre 40 % na Estónia e na Eslováquia e menos de 5 % em Chipre, Irlanda e Malta. Em 12 dos 27 Estados-Membros, a percentagem de investimento público na educação é superior a 20 % de todo o investimento público neste domínio político.

Podem ser identificados e abordados vários desafios para garantir que o impacto das políticas de competências seja melhorado e melhor orientado. Estes desafios incluem as perturbações causadas pela pandemia de COVID-19 e as condições das regiões que, muitas vezes, já estão em desvantagem. Estas regiões sofrem um duplo golpe quando os seus indivíduos mais talentosos saem à procura de melhores oportunidades noutros locais, conduzindo à fuga de cérebros. Consequentemente, estas regiões têm dificuldade em atrair uma mão de obra qualificada e os investimentos económicos necessários que possam melhorar as suas condições e melhorar a sua competitividade e perspectivas de desenvolvimento, tornando-as menos atrativas para o investimento externo. Se for deixado de lado, este processo resultará em desequilíbrios territoriais novos e em expansão à medida que as zonas envelhecem e ficam para trás em termos de dimensão e capacidades da mão de obra. A evolução demográfica na Europa comprometerá a resiliência global e a competitividade da UE, bem como a sua coesão.³⁶⁵

Algumas zonas da UE, em grande parte rurais e menos desenvolvidas, registam um rápido declínio da população em idade ativa. Quando combinado com desafios para atrair e/ou manter pessoas, isso pode limitar a capacidade destas áreas para estabelecer economias sustentáveis, competitivas e baseadas no conhecimento, colocando-as em maior risco de ficar para trás dos países mais avançados.³⁶⁶

A inadequação das competências varia consideravelmente entre as regiões europeias. As relações económicas mostram que a redução da inadequação de competências num subconjunto de regiões terá igualmente um efeito positivo noutras regiões. A distribuição regional do indicador de desfasamento entre os indivíduos disponíveis para o trabalho (desempregados) e os empregos disponíveis (vacas) em 2017, ano de base para esta análise, é apresentada no gráfico abaixo.³⁶⁷ Os indicadores macroeconómicos de inadequação das competências são medidas de dispersão relativa das taxas de emprego e de desemprego entre grupos de competências.

Se houver uma grande discrepância entre as taxas de emprego e de desemprego entre os grupos de competências numa determinada região, o indicador tem um valor elevado, o que sugere um

³⁶³ <https://www.sng-wofi.org/2022%20Highlights.pdf>.

³⁶⁴ Organization for Economic Co-operation and Development, [Key Data on Local and Regional Governments in the European Union \(Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico\), Key Data on Local and Regional Governments in the European Union](#) (2018).

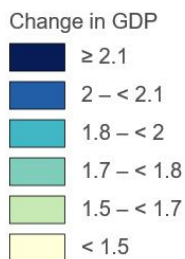
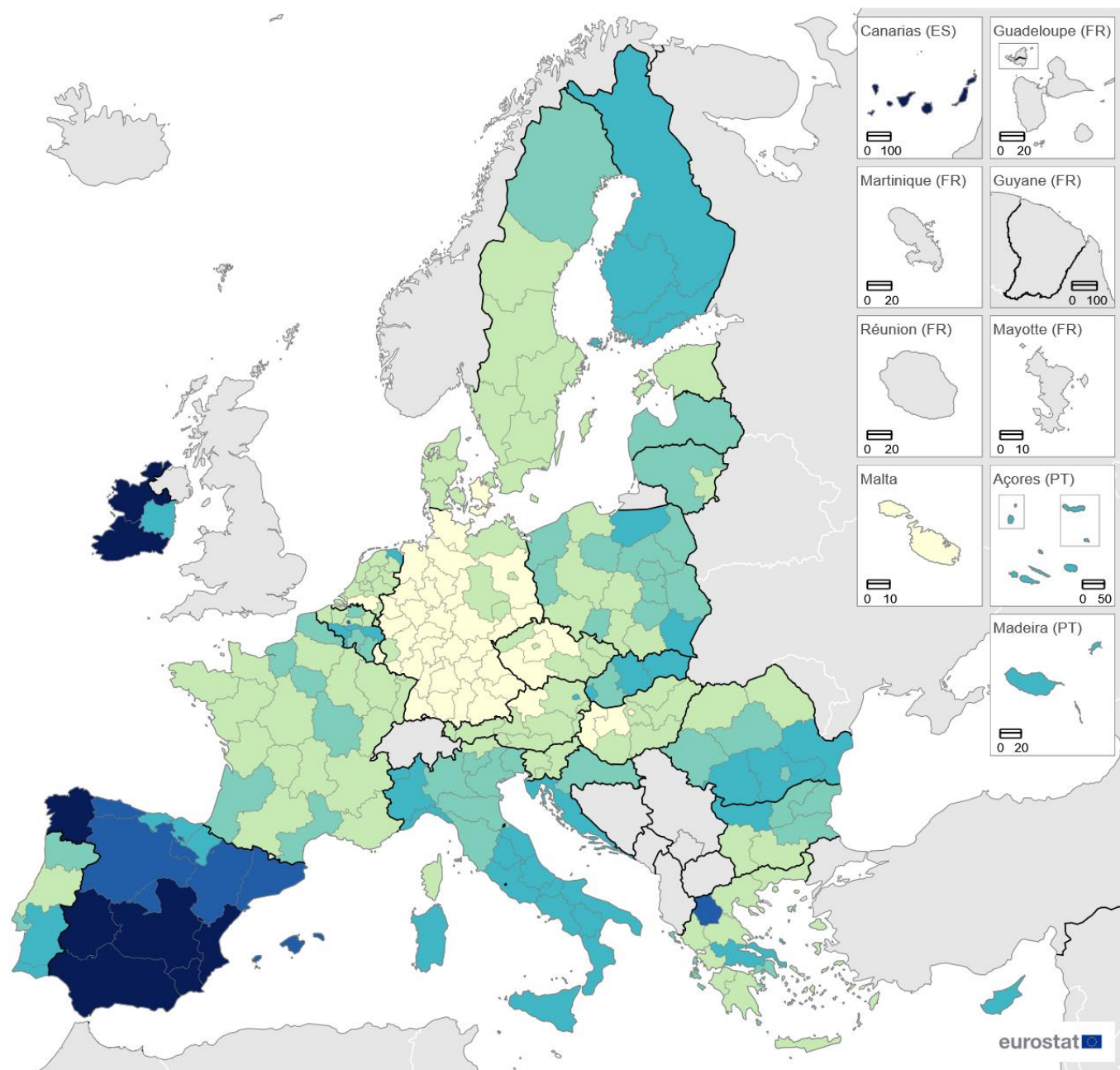
³⁶⁵ Comissão Europeia, [Comunicação — Produzir talentos nas regiões da Europa](#), janeiro de 2023.

³⁶⁶ Comissão Europeia, [Emprego e Desenvolvimento Social na Europa: Colmatar a escassez de mão de obra e as lacunas de competências na UE](#), 2023.

³⁶⁷ Os dados de 2017 são utilizados para a consistência com o modelo RHOMOLO utilizado na análise. O modelo RHOMOLO não pode fornecer uma avaliação explícita de uma política específica para reduzir a inadequação de competências, pelo que a análise mostra os efeitos macroeconómicos de qualquer política que reduza com êxito a inadequação de competências em várias regiões europeias. Os impactos económicos estimados podem servir de ponto de referência ao analisar a relação custo-eficácia de tal política.

desfasamento significativo em termos de competências entre a oferta e a procura de mão de obra nessa região. O valor médio do indicador de inadequação de competências nas regiões NUTS 2 da UE foi de 9,63, com um máximo de 21,93 (Východné Slovensko — Eslováquia) e um mínimo de 1,99 (Åland — Finlândia). As inadequações de competências são mais comuns nos países da Europa Central e Oriental e menos comuns na Europa Meridional.³⁶⁸

³⁶⁸ Comissão Europeia, [Emprego e Desenvolvimento Social na Europa: Colmatar a escassez de mão de obra e as lacunas de competências na UE](#), 2023.



Administrative boundaries: © EuroGeographics © UN-FAO © Turkstat
 Cartography: Eurostat – IMAGE, 08/2023

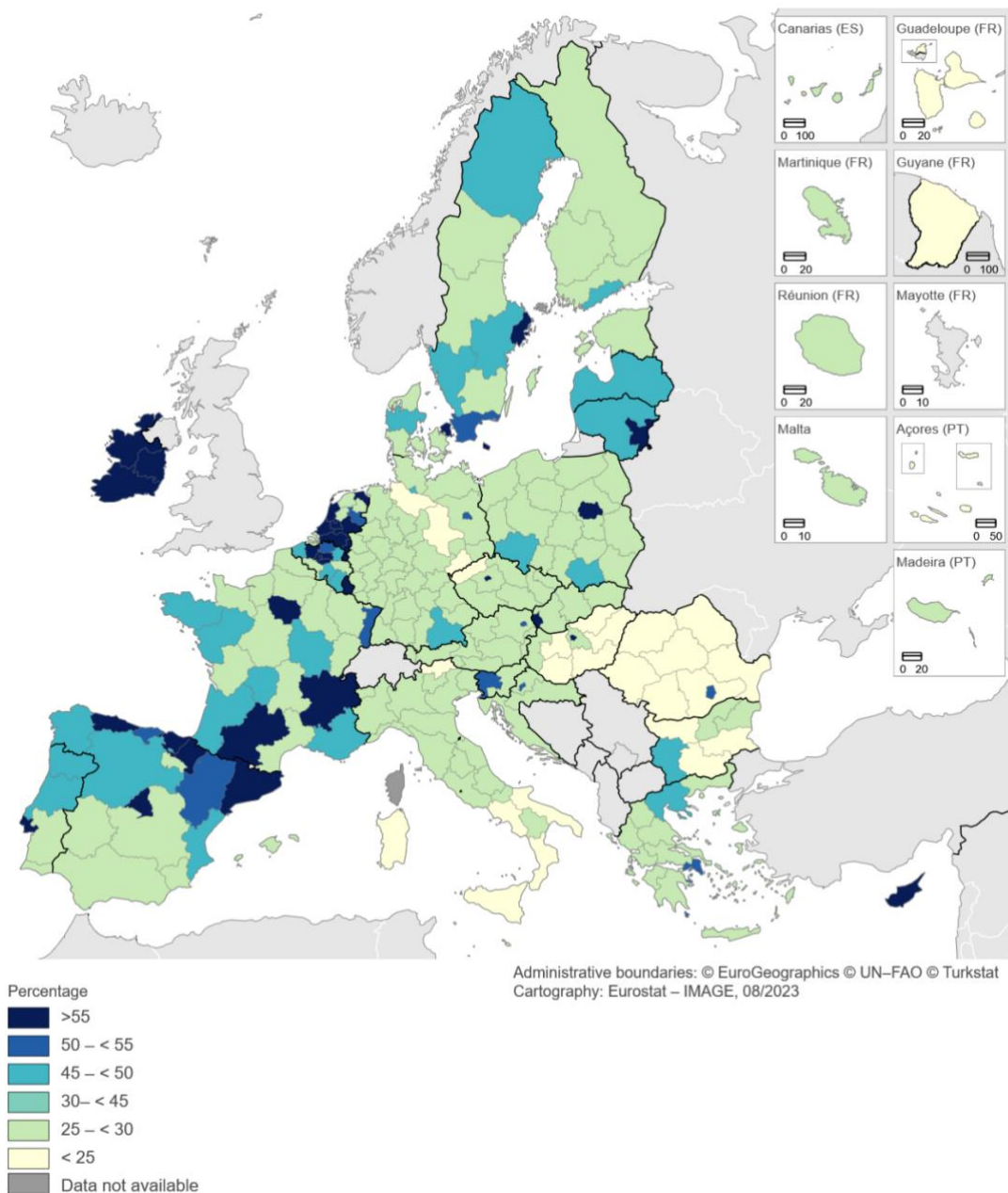
Figura 29 — Impacto a longo prazo da melhoria de 1 p.p. na correspondência de competências sobre o PIB (%), por região NUTS 2

Fonte — compilação do CR baseada na Comissão Europeia³⁶⁹;

Nota — A metodologia utilizada para produzir estes resultados com o modelo RHOMOLO é explicada em Christou, T., Crucitti, F., Garcia Rodriguez, A., Katay, G., Lazarou, N., e Salotti, S., *Melhoria da adequação das competências macroeconómicas regionais: Uma análise RHOMOLO*, Centro Comum de Investigação (JRC133942), 2023

³⁶⁹ Ibid.

Embora a diminuição da população em idade ativa seja generalizada, com mais de metade da população da UE a viver em regiões onde está a diminuir, este declínio é combinado em algumas regiões com novos desafios estruturais. Em comparação com a média da UE, algumas regiões têm uma percentagem significativamente inferior de pessoas com ensino superior, com jovens adultos (com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos) comparativamente menos suscetíveis de estarem matriculados no ensino superior.³⁷⁰ Em algumas regiões (por exemplo, as regiões das capitais da Dinamarca, Lituânia e Polónia), cerca de 70 % da população atingiu níveis de ensino superior. Para outros (por exemplo, Sud-Est na Roménia ou Sicília em Itália), esse número cai para menos de 20 %.



³⁷⁰ Comissão Europeia, documento [de trabalho dos serviços da Comissão sobre as tendências regionais para o crescimento e a convergência na União Europeia](#), junho de 2023.

Figura 30 — Percentagem de pessoas com ensino superior, por regiões NUTS 2 (% de pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos)

Fonte — compilação do CR com base no Eurostat³⁷¹

Além disso, embora a percentagem de pessoas com um ensino pós-secundário na faixa etária dos 25-64 anos esteja a aumentar a nível da UE devido ao facto de os grupos etários mais jovens serem mais educados do que os mais velhos, esta percentagem expandiu-se mais lentamente nestes domínios, prevendo-se que esta tendência se mantenha. Tal como referido na Comunicação da Comissão Europeia intitulada «*Aumentar os talentos nas regiões da Europa*»,³⁷² estas zonas não poderão compensar a diminuição da mão de obra com pessoas altamente qualificadas se a sua percentagem de trabalhadores com ensino superior diminuir ou estagnar. Se for ignorado, isso aumentará o talento e o fosso económico.

A comunicação sublinha igualmente que, nas regiões que correm ou correm o risco de cair numa armadilha de desenvolvimento, a taxa de desemprego dos jovens (15-34 anos) é de 14,6 %, o que é muito superior à média da UE de 11,1 %. Além disso, embora a saída dos jovens crie novas oportunidades para os indivíduos, pode também conduzir a um aumento das tensões no mercado de trabalho e ao agravamento da escassez de postos de trabalho em setores específicos.

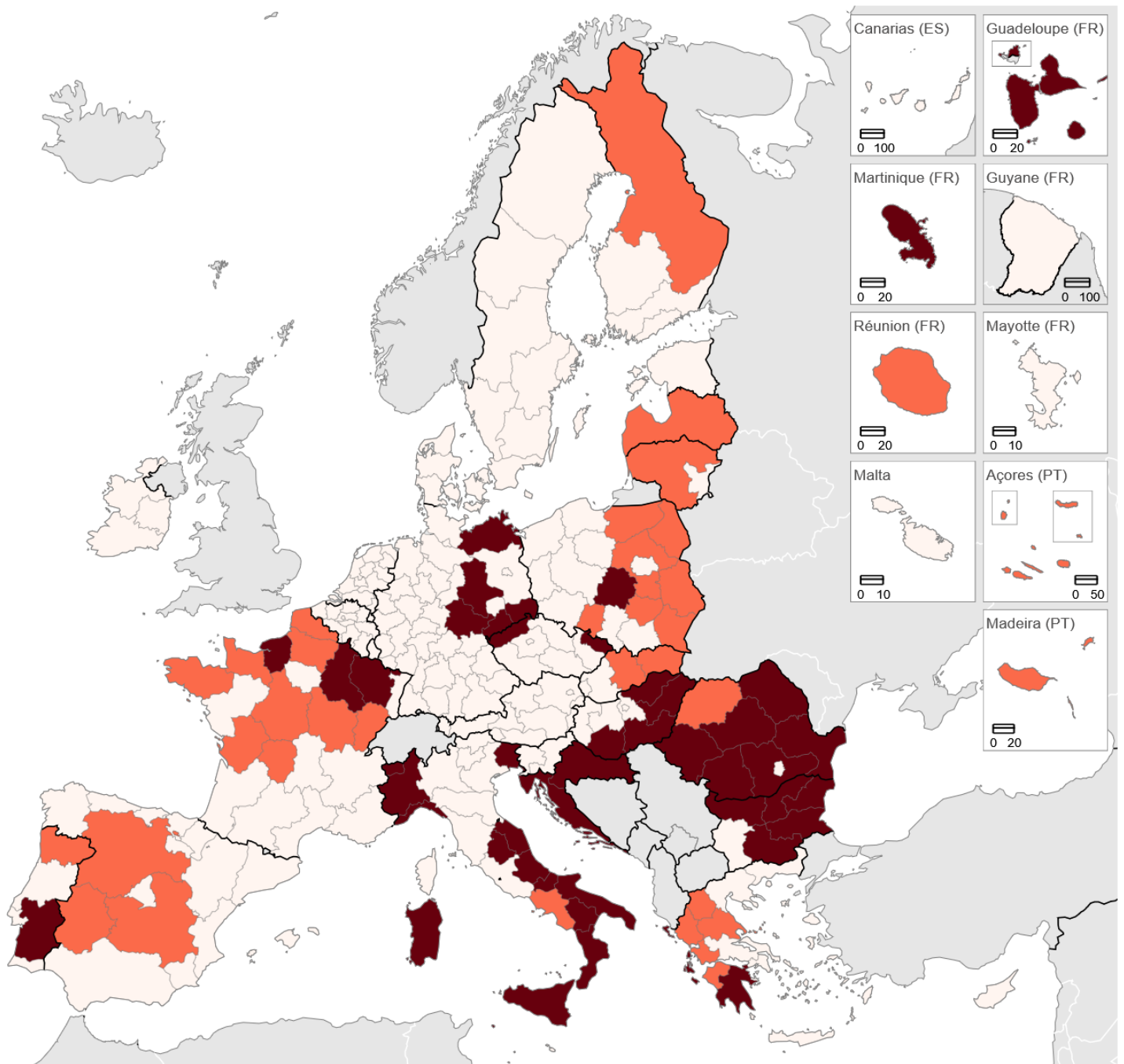
O mapa abaixo destaca 46 regiões (em vermelho escuro) que estão numa armadilha de desenvolvimento de talentos. Estas regiões enfrentam um declínio acelerado da sua população em idade ativa e um número reduzido e estagnado de pessoas com ensino superior entre 2015 e 2020. Este grupo de regiões representa 16 % da população da UE. A maioria destas regiões está menos desenvolvida, com um PIB per capita médio de 64 % da média da UE. Este grupo de regiões é mais rural do que o resto da UE, com 31 % da sua população a viver em zonas rurais, em comparação com a média da UE de 21 %.

O mapa também identifica um segundo grupo de 36 regiões (a laranja) que correm o risco de cair numa armadilha para o desenvolvimento de talentos no futuro, porque são fortemente afetadas pela saída da sua população com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos (uma redução de mais de -2 por mil por ano, em comparação com 5,3 por mil, em média, na UE). Este grupo representa 13 % da população da UE. Em conjunto, as duas categorias de regiões representam quase 30 % da população da UE.³⁷³

³⁷¹ Código do conjunto de dados do Eurostat: edat_ifse_04.

³⁷² Comissão Europeia, [Comunicação — Produzir talentos nas regiões da Europa](#), janeiro de 2023.

³⁷³ *Ibid.*



Administrative boundaries: © EuroGeographics © UN-FAO © Turkstat
 Cartography: Eurostat – IMAGE, 08/2023

Category

- Shrinking working-age population and lagging level of tertiary education
- Net out-migration of people aged 15-39
- Other regions

Figura 31 — Regiões numa armadilha para o desenvolvimento de talentos e regiões em risco de cair numa armadilha de desenvolvimento de talentos

Fonte — compilação do CR com base na Comissão Europeia³⁷⁴

³⁷⁴ Comissão Europeia, [Comunicação — Produzir talentos nas regiões da Europa](#), janeiro de 2023, com base nos códigos do conjunto de dados do Eurostat demo_r_d2jan, demo_r_magec e lfst_r_lfsd2pop.

Para evitar o risco de crescentes armadilhas para o desenvolvimento de talentos, é imperativo impulsionar tanto a procura de talentos, nomeadamente estimulando oportunidades económicas mais dinâmicas e diversificadas, como a oferta de talentos. Tal exige um conjunto de investimentos e reformas, apoiados, nomeadamente, pela nova geração de programas da política de coesão e pelos planos de recuperação e resiliência.

As regiões e os municípios têm um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento de políticas relacionadas com as competências. Muitos órgãos de poder local e regional demonstraram boas práticas em matéria de melhoria de competências e requalificação ao longo da pandemia de COVID-19, o que poderia inspirar as políticas nacionais e europeias. Ao apoiar a melhoria de competências e a requalificação e dotar as pessoas das competências de que necessitam, os órgãos de poder local e regional podem promover recuperações sociais que criem novos postos de trabalho, sensibilizar o público para as políticas da UE, facilitar a participação dos cidadãos na resposta aos desafios societais (como a digitalização e as alterações climáticas) e impulsionar o desenvolvimento local e regional.

Por conseguinte, é essencial promover e articular a perspetiva local em matéria de competências. Trabalhar a nível local pode maximizar a participação dos parceiros locais, como as pequenas e médias empresas, ao mesmo tempo que compreende melhor as necessidades do mercado de trabalho local e explora sinergias com outras estratégias locais e regionais. Além disso, a perspetiva local e regional poderia ajudar a criar previsões qualitativas e previsões quantitativas de competências, que, por sua vez, podem transformar-se num modelo ou método de antecipação de competências que possa ser utilizado para o planeamento ou a conceção de políticas futuras. Os órgãos de poder local e regional podem promover uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, proporcionando oportunidades acessíveis e a preços comportáveis para o desenvolvimento de competências e a melhoria de competências.

O Ano Europeu das Competências constitui uma oportunidade para alinhar as futuras ações de promoção da educação e das competências com os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. É também uma oportunidade para avançar no principal objetivo relacionado com as competências a atingir até ao final da década, ou seja, pelo menos 60 % de todos os adultos devem participar na formação todos os anos e uma taxa de emprego de, pelo menos, 78 % até 2030.³⁷⁵

A nova abordagem em matéria de competências basear-se-á na cooperação com as empresas para combater a inadequação das competências e ter em conta as aspirações das pessoas, mas também visará atrair trabalhadores qualificados do estrangeiro de uma forma específica.³⁷⁶ Tal contribui igualmente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 4, que visa assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos até 2030.

Garantir que todos podem contribuir com êxito para a transição para a sustentabilidade é uma mensagem fundamental do recente relatório de *prospetiva estratégica de 2023 da Comissão Europeia*.³⁷⁷

³⁷⁵ <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1607&langId=en>.

³⁷⁶ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX%3A52022PC0526>.

³⁷⁷ Comissão Europeia, [Relatório de prospetiva estratégica](#) de 2023, 2023.

O relatório destaca que são necessários esforços consistentes para expandir a participação no mercado de trabalho em todas as categorias demográficas, especialmente entre as mulheres, as pessoas com deficiência, os idosos, os jovens e outros grupos que estão sub-representados tanto no emprego como na educação e formação. Além disso, para reduzir a desigualdade, devem ser incentivadas despesas precoces e de elevada qualidade no domínio da educação. As competências digitais, cívicas, de resiliência e de empreendedorismo, bem como as competências no domínio da sustentabilidade, devem ter a mesma ênfase que as competências técnicas.

O relatório sublinha ainda a importância de incentivar a aprendizagem ao longo da vida através de uma maior formação profissional e/ou profissional. A flexibilidade da aprendizagem expandir-se-ia com métodos de ensino criativos. Além disso, a adaptação dos locais de trabalho e das condições de trabalho a novos tipos de emprego, as expectativas geracionais e as exigências dos trabalhadores devem andar a par disso.

Além disso, através de estruturas estabelecidas (como Pactos para as Competências ou Academias de Competências), a cooperação entre os intervenientes governamentais, empresariais e da sociedade civil deve ser reforçada e as tecnologias digitais devem ser aplicadas para melhorar, modificar e expandir as oportunidades de aprendizagem para todos no domínio da educação e da formação.

No que diz respeito à gestão das alterações demográficas, o *relatório de prospetiva estratégica de 2023*³⁷⁸ sublinha a forma como a UE necessita de tecnologias fiáveis para prever com precisão os requisitos em matéria de mão de obra e de competências em setores importantes, e que as armadilhas do desenvolvimento de talentos devem ser abordadas a nível regional, aumentando a procura e a oferta de talentos através de iniciativas adaptadas, em colaboração com empresas e instituições de ensino.

As regras ambientais devem manter-se e estar bem alinhadas com as competências e as políticas do mercado de trabalho. Até agora, as políticas relacionadas com o mercado de trabalho e as competências foram, em grande medida, criadas independentemente das políticas ambientais, que impulsionam a oferta e a procura de talentos verdes. Esta situação tem de mudar, a fim de evitar a escassez de competências ecológicas, que pode dificultar a consecução dos objetivos climáticos, e de garantir que os trabalhadores gravemente afetados pela transição ecológica não sejam deixados para trás. As administrações públicas adequadas a todos os níveis devem trabalhar em estreita colaboração para alinhar estes domínios de intervenção.

Tal como referido na *criação de emprego e no desenvolvimento económico local de 2023: É evidente*³⁷⁹ que, **para ajudar os trabalhadores a adquirir as competências necessárias numa economia verde, os governos locais e regionais devem criar um plano abrangente de educação de adultos que seja avançado e atualizado**. Tal implica uma avaliação exaustiva dos programas escolares, a fim de refletir a mudança nos requisitos de competências decorrentes da transição ecológica.

Além disso, nas indústrias e áreas mais afetadas pela transição ecológica — tanto aqueles que enfrentam o deslocamento potencial de uma parte considerável da sua força de trabalho como aqueles que lideram a carga em direção a ela — podem ser necessários programas de formação personalizados. Uma vez

³⁷⁸ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_3623.

³⁷⁹ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos, Criação [de Emprego e Desenvolvimento Económico Local 2023: Colmatar a grande clivagem verde](#), 2023.

que uma parte significativa da educação de adultos ocorre no trabalho, os decisores políticos devem incentivar e ajudar as empresas e organizações que requalificam e melhoram a sua mão de obra.³⁸⁰

Tal como explicado no documento «*Repensar a atratividade regional no novo ambiente mundial*»,³⁸¹ a fim de aumentar a mão de obra e resolver eficazmente a escassez de competências e de mão de obra, devem ser combinadas duas abordagens importantes: em primeiro lugar, (re)envolver e formar as pessoas que se encontram na periferia do mercado de trabalho, como as mulheres, os reformados e outros; em segundo lugar, o aumento da mão de obra através da imigração.

Concentrar-se na atração e manutenção de talentos do exterior é crucial, uma vez que as exigências do mercado de trabalho em expansão não podem ser satisfeitas a longo prazo através da mobilização exclusiva da mão de obra local.³⁸²

Regale: CAPACIDADE REGIONAL PARA A INCLINAÇÃO DOS ADULTOS E A EDUCAÇÃO

REFORÇAR AS REDES DE ORGANIZAÇÕES DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS E CRIAR SINERGIAS COM OS ÓRGÃOS DE PODER LOCAL E REGIONAL

O projeto Regale visa criar ou reforçar redes de organizações de educação de adultos e criar sinergias com as autoridades regionais e locais, a fim de aumentar o seu impacto e sustentabilidade. Este objetivo será alcançado aumentando a capacidade dos parceiros para responder aos seus desafios, criar estruturas de cooperação e promover uma cultura de educação de adultos nas comunidades, nos municípios e nas regiões.

O município de Larisa, na Grécia, priorizou a promoção da aprendizagem ao longo da vida como uma filosofia de viver na comunidade local. O principal objetivo é colocar os cidadãos no centro da sua comunidade, proporcionando-lhes oportunidades para promover as suas competências de pensamento crítico, aprender e participar nas atividades quotidianas. O município incentiva a cooperação e o diálogo entre as partes interessadas da cidade e organiza projetos que apoiam grupos sociais vulneráveis, mas também motiva a sociedade local a fazer parte do processo de aprendizagem ao longo da vida e desenvolvimento pessoal.

DAMAS

MOBILIDADE DOS APRENDIZES DIGITAIS NO SETOR AUTOMÓVEL

O projeto DAMAS (Digital Apprentices Mobility in the Automotive Setor), realizado pelo Departamento de Educação da Região da Catalunha (Espanha), pelo Departamento de Educação de Adultos no Município de Borås (Suécia), e outros, visa testar a mobilidade virtual no setor automóvel. No contexto da pandemia de COVID-19, o desenvolvimento da mobilidade virtual revelou-se uma necessidade fundamental no setor do EFP. O projeto DAMAS encontrou uma solução inovadora para o futuro, principalmente através da utilização de ferramentas digitais. A gestão do capital humano na indústria automóvel está atualmente sob extrema pressão para inovar, especialmente no que diz respeito à eletromobilidade, internacionalização e ligação aos

³⁸⁰ *Ibid.*

³⁸¹ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, [Repensar a Atratividade Regional no Novo Ambiente Global](#), 2023.

³⁸² *Ibid.*

ecossistemas locais. A Damas ligou os principais intervenientes regionais para impulsionar a oferta e a aquisição de competências no setor e para promover a mobilidade digital internacional. Neste cenário, o DAMAS foi apresentado como «um projeto que se baseia, em grande medida, na diversidade das regiões participantes no projeto e na experiência de cada parceiro». Durante a conferência final, os resultados dos projetos foram delineados, tais como o inquérito de última geração sobre mobilidade digital, orientações sobre ferramentas mistas ou totalmente virtuais e mobilidade, o humor em linha e o currículo.

Capítulo III — Regiões e municípios que moldam o futuro da Europa

Tanto a resposta a curto prazo a crises em desenvolvimento, como a guerra russa contra a Ucrânia ou catástrofes climáticas graves, como os esforços a longo prazo para pôr em prática o desenvolvimento sustentável exigem regiões e municípios fortes e o empenho dos seus cidadãos. Todas as soluções discutidas anteriormente neste relatório fazem parte de um debate mais amplo sobre o futuro da Europa, no qual um contrato democrático renovado e uma União Europeia alargada são duas questões centrais.

Como podem as várias crises afetar a democracia a todos os níveis de governo — do local e regional ao nacional e europeu, mas também para além das fronteiras da UE — no contexto do futuro alargamento? A confiança e a participação são ingredientes inestimáveis para democracias estáveis, mas para prosperar são necessárias a todos os níveis. Como é que nos preparamos para uma nova era de alargamento, que traga novos Estados-Membros à União Europeia?

Mais uma vez, as regiões e os municípios podem ser intervenientes fundamentais e utilizar a sua proximidade com as pessoas nos seus territórios para construir pontes entre a UE e os seus cidadãos, reforçar a confiança e melhorar a elaboração de políticas, apoiando simultaneamente os municípios e as regiões dos países candidatos a prepararem-se para a adesão à UE.

A. Democracia europeia

Na União Europeia, 1,2 milhões de cidadãos são titulares de um mandato eleitoral a nível local ou regional. São as bases da democracia europeia. Os seus concidadãos são os que mais confiam neles. No entanto, embora esta confiança possa ajudar a superar as crises da Europa e a apoiar as suas transições, essas transições podem também ameaçar exacerbar o descontentamento. Como reforçar este laço fundamental de confiança entre a Europa e os seus cidadãos? Como podemos envolver os nossos cidadãos cada vez mais em futuros projetos europeus a todos os níveis de governo?

A confiança nas instituições reflete o apoio dos cidadãos a um sistema de governo e às suas disposições institucionais. Como aponta a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a confiança é um conceito multidimensional e «é uma medida de como as pessoas percebem a qualidade e sua associação com as instituições governamentais em países democráticos».383

A confiança dos cidadãos na democracia está negativamente relacionada com o aumento das desigualdades socioeconómicas. Isto significa que quanto mais desigualdades, menor a confiança nas instituições políticas e nos seus representantes.384 Neste contexto, o relatório de *prospetiva estratégica de 2023 da Comissão Europeia*385 identifica as «ameaças para a democracia e o contrato social existente» como um dos principais desafios no percurso da UE rumo à sustentabilidade social e económica. De acordo com o relatório, «o contrato social existente não é totalmente adequado para a nova realidade socioeconómica».

O aumento da diversidade nos processos democráticos — a começar a nível local — melhora a sua legitimidade e pode aumentar a confiança dos cidadãos e o sentimento de apropriação democrática. Existe uma relação importante entre o estado da democracia e a inclusividade da democracia — referindo-se à sua abertura a todos os grupos sociais. Isto significa, por exemplo, que a disparidade entre homens e mulheres na representação política implica a necessidade de melhorar a participação das mulheres na política e na vida pública.386 Do mesmo modo, deve ser assegurada a participação dos jovens e dos grupos vulneráveis que são mais suscetíveis de sofrer discriminação ou danos devido a várias condições pessoais ou socioeconómicas.

A investigação mostra que estamos a viver uma tendência global de uma década de enfraquecimento das normas democráticas.387 No início de 2022, todos os índices de democracia mostraram que a recessão democrática no mundo continuava, com desafios prementes exacerbados pelas consequências da pandemia de COVID-19, da guerra russa contra a Ucrânia, do aumento do custo de vida, do aumento dos movimentos populistas e das ameaças decorrentes da desinformação. Um

³⁸³ Organization for Economic Co-operation and Development, [Government at a Glance 2023](#), 2023.

³⁸⁴ A ligação entre a desigualdade regional e a confiança nas instituições é amplamente analisada por Lipps, J., e Schraff, D., [Regional inequality and Institution trust in Europe](#), European Journal of Political Research, novembro de 2021. A forma como a chamada «armadilha do desenvolvimento regional» afeta o apoio dos cidadãos à integração e aos valores da UE é analisada na Comissão Europeia, [A geografia do descontentamento e a armadilha do desenvolvimento regional](#), março de 2023.

³⁸⁵ Comissão Europeia, [Relatório de prospetiva estratégica](#) de 2023, 2023.

³⁸⁶ Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, «[As mulheres na política na UE](#)». [Ponto da situação](#), março de 2023; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos, [Government at a Glance 2023, 2023](#), ver mais precisamente o capítulo 1. Além disso, o Instituto Europeu para a Igualdade de Género fornece dados interessantes sobre a representação das mulheres nos parlamentos e executivos a todos os níveis, incluindo os regionais e locais, na sua [base de dados de estatísticas de género](#).

³⁸⁷ Ver, por exemplo, Carnegie Europe, [European Democracy Support Annual Review 2022](#), janeiro de 2023.

estudo recente também explora a crescente polarização de opiniões, pontos de vista mundiais e posições políticas nas democracias europeias, o que — dada a crescente animosidade para com aqueles que têm uma visão diferente — representa uma séria ameaça à estabilidade democrática.³⁸⁸

O retrocesso democrático e a influência autoritária são ameaças presentes em toda a Europa e, por vezes, conduzem a um enquadramento reativo e não estratégico das políticas. Isto diz respeito tanto às relações externas — vemos, por exemplo, um enquadramento da guerra na Ucrânia como parte de uma luta ideológica entre democracia e autocracia em todo o mundo — como a iniciativas relacionadas com o reforço da democracia na Europa. Este último representou o domínio mais dinâmico do desenvolvimento das políticas da UE em 2022, de acordo com a Carnegie Europe.³⁸⁹

As múltiplas crises que enfrentamos ameaçam a força do nosso tecido democrático. Esta situação comporta um risco significativo de uma reação possivelmente lenta ou inadequada a essas crises poder minar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

A confiança dos cidadãos na UE é de 47 % (julho de 2023) — menos dois pontos percentuais do que no verão de 2022, de acordo com o relatório Eurobarómetro Standard da primavera de 2023. Continua a ser mais elevado do que no período compreendido entre o outono de 2009 e o inverno de 2020-2021, na sequência da crise financeira e da pandemia de COVID-19, respetivamente. É igualmente interessante notar que a percentagem de inquiridos que acreditam que a sua voz conta na UE (42 %) diminuiu três pontos percentuais desde o verão de 2022, o que representa a primeira descida deste índice desde 2020 e o nível mais baixo desde o verão de 2021.³⁹⁰

A confiança nos níveis da administração local e regional está a aumentar, enquanto a confiança nos governos nacionais e nos parlamentos nacionais continuou a diminuir, de acordo com inquéritos recentes.

³⁸⁸ Mercator Forum Migration und Demokratie, [Polarisierung in Deutschland und Europa](#), 2023.

³⁸⁹ O documento Carnegie acima referido refere-se a iniciativas sobre a participação dos cidadãos, bem como a reformulação do regulamento que rege os partidos políticos europeus e as fundações políticas europeias, o Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social, o Regulamento Serviços Digitais e o código de conduta contra a desinformação.

³⁹⁰ Comissão Europeia, [Eurobarómetro Standard 99 — primavera de 2023](#), julho de 2023.

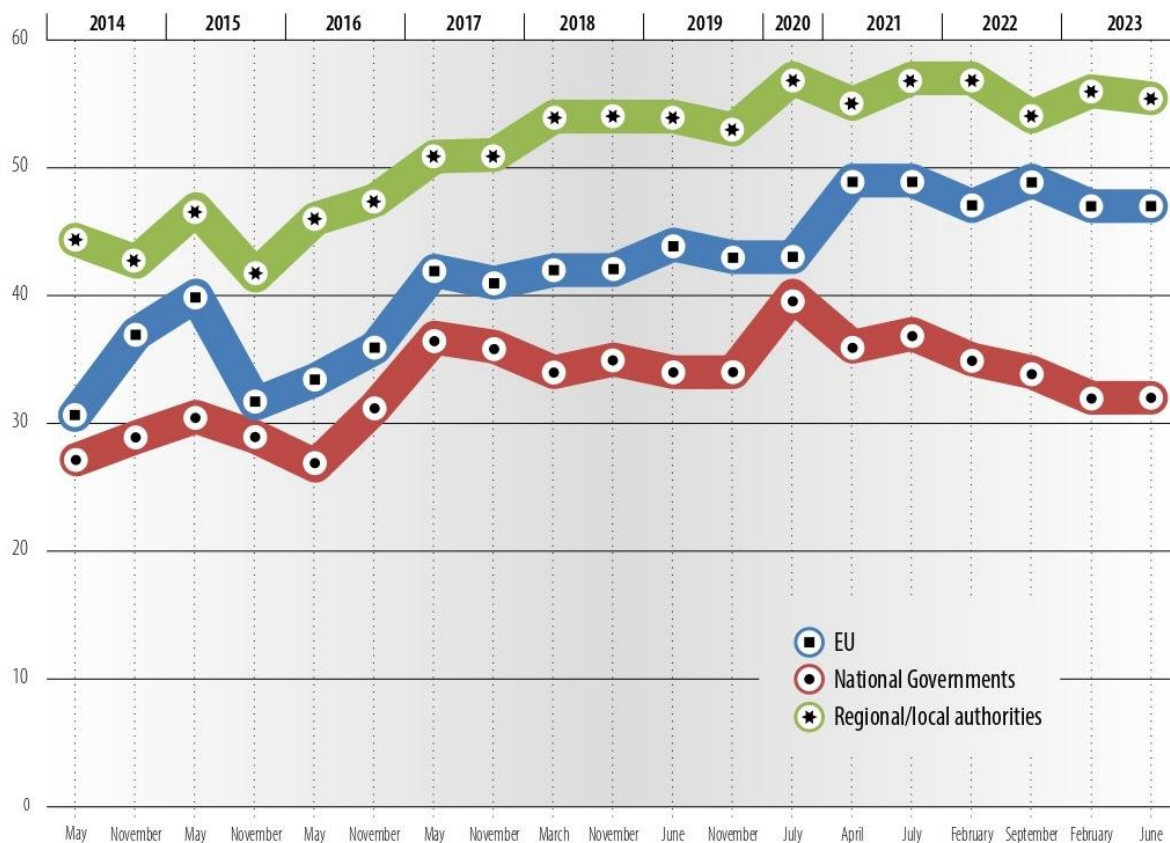


Figura 32 — Confiança em diferentes níveis de governo
 Fonte — compilação do CR baseada na Comissão Europeia³⁹¹

A tendência positiva relativa à confiança nos órgãos de poder local e regional é confirmada pelo Governo da OCDE de 2023 num relatório *Glance*: na maioria dos países, a percentagem de inquiridos que têm «confiança elevada e moderadamente elevada no governo local» é superior à percentagem daqueles que têm o mesmo nível de confiança no governo nacional. No entanto, ambos os valores são, em média, inferiores a 50%.³⁹²

As regiões e os municípios estão em melhor posição para criar confiança e um sentimento de apropriação em relação à democracia. A razão para isso é variada: os representantes e administrações locais e regionais são o elo mais próximo dos cidadãos — determinam a forma como as pessoas experimentam a ação política na sua vida quotidiana. Desempenham igualmente um papel fundamental na promoção dos valores e princípios da UE. A base de dados do Comité das Regiões (CR) sobre a *promoção dos valores da UE através da educação e da cultura* fornece mais de 120 exemplos de projetos com boas práticas a nível local e regional que reforçam a cidadania europeia ativa através da educação. Através destes projetos, os órgãos de poder local e regional inspiram a pertença e a apropriação baseadas na diversidade, mantendo em conjunto as dimensões local, nacional e europeia da democracia.³⁹³

³⁹¹ *Ibid.*

³⁹² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos. [Government at a Glance 2023, 2023](#), ver mais precisamente o capítulo 2.

³⁹³ <https://cor.europa.eu/en/news/Pages/european-education-culture.aspx>.

Os representantes eleitos locais e regionais são também os mais expostos ao crescente descontentamento e às consequências do aumento das desigualdades e de outras ameaças à democracia, uma vez que constituem a ligação direta entre os cidadãos e as instituições públicas. Nos últimos anos, assistiu-se a um aumento das taxas de violência — tanto psicológica como física — contra prefeitos, conselheiros e funcionários públicos. Um fenómeno trágico, para o qual o discurso de ódio num mundo digitalizado contribui ainda mais, com consequências por vezes terríveis para os titulares de um mandato público.

Os representantes regionais e locais parecem, portanto, ser os mais confiáveis, mas também os representantes mais ameaçados da democracia. Esta observação deixa-nos com uma série de imperativos de ação — ações que reforçam a democracia e a participação locais, garantindo simultaneamente a segurança dos titulares de cargos, e estabilizam a democracia e o Estado de direito enquanto valores fundamentais europeus. Dada a elevada relevância e impacto das políticas da UE «no terreno» — nas regiões e nos municípios e na vida das pessoas — essas ações devem ter em conta a dimensão europeia. Por outro lado, as ações destinadas a reforçar a democracia europeia não podem ter substância sem a participação dos órgãos de poder local e regional e das pessoas que vivem nas suas comunidades.

A voz das regiões e dos municípios deve ser ouvida na elaboração das políticas e na tomada de decisões da UE. Tal é fortemente confirmado pelos resultados do inquérito do CR realizado³⁹⁴ pelo Barómetro *Local e Regional da Ipsos* para os Assuntos Públicos Europeus. A grande maioria dos inquiridos (91 %) concorda totalmente ou tende a concordar que as regiões e os municípios devem ter mais influência na elaboração das políticas da UE e no debate sobre o futuro da União Europeia.

Quando questionados em que domínios as regiões e os municípios deveriam ter uma maior participação na elaboração das políticas da UE, cerca de metade dos inquiridos selecionou «uma economia mais forte, justiça social e emprego» (52 %), «educação, cultura, juventude e desporto» (51 %) e «crise climática e ambiente» (51 %), que são, de facto, áreas com o impacto mais tangível na vida quotidiana dos cidadãos e mais suscetíveis de provocar as maiores divisões e desigualdades.

Cerca de 70 % das políticas da UE são executadas pelos órgãos de poder local e regional. É por esta razão que têm de participar na tomada de decisões da UE ao longo de todo o ciclo político. Garantir políticas eficazes baseadas no envolvimento do governo a todos os níveis é uma condição prévia para manter níveis mais elevados de satisfação. Por conseguinte, legislar melhor e garantir o respeito do princípio da subsidiariedade são ingredientes fundamentais para manter a confiança. Legislar melhor garante uma forma mais participativa e a vários níveis de governação democrática.

LEGISLAR MELHOR E SUBSIDIARIEDADE ATIVA

O COMITÉ DAS REGIÕES DO GRUPO DAS REGIÕES

O Comité das Regiões Europeu tem desempenhado um papel ativo na agenda da UE para legislar melhor e está a intensificar o seu contributo através do seu Grupo de Pilotagem para Legislar Melhor e Subsidiariedade Ativa (BRASS-G). Desde 2022, o Grupo BRASS coordena as atividades dos vários instrumentos do CR para legislar melhor, ou seja, o acompanhamento da subsidiariedade

³⁹⁴ <https://cor.europa.eu/en/our-work/Pages/EURegionalBarometer-Survey-2023.aspx>.

e da proporcionalidade, o trabalho da Rede de Polos Regionais (RegHub), o contributo do CR para a Plataforma Prontos para o Futuro, as avaliações do impacto territorial, a aferição rural e — o mais recente aditamento — a prospetiva estratégica.³⁹⁵

Para apoiar a resiliência democrática, a OCDE sugere possíveis linhas de ação,³⁹⁶ que incluem o reforço dos pontos fortes democráticos, nomeadamente através da utilização de instrumentos de participação e representação mais avançados, o reforço das competências essenciais para lidar com crises e a proteção contra as ameaças aos valores democráticos, incluindo a ação contra a desinformação e a desinformação.³⁹⁷ **As regiões e os municípios — e o CR enquanto representante institucional — estão bem colocados para ajudar a reforçar a democracia europeia.**

As inovações democráticas devem basear-se nos resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFoE).³⁹⁸ Há duas razões principais para isso: Em primeiro lugar, as propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa constituem um bom ponto de partida para fazer face aos muitos desafios e ameaças que afetam a democracia europeia. Em segundo lugar, são o resultado de um diálogo significativo entre os cidadãos e os representantes das instituições da UE, mas também os decisores políticos nacionais, regionais e locais. Reconhecem igualmente a dimensão a vários níveis da democracia e da governação europeias, o conceito de «subsidiariedade ativa» e o pedido de longa data do CR no sentido de um mecanismo permanente de diálogo entre os cidadãos e as instituições.

UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES E DOS MUNICÍPIOS

RESULTADOS DA CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

O Comité das Regiões Europeu (CR), bem como as regiões e os municípios que representa, lideram muitas iniciativas em todos os domínios de intervenção, que cumprem os objetivos das propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFoE), como mostra o relatório (agrupado no âmbito dos nove temas da Conferência sobre o Futuro da Europa). Tal demonstra a dimensão territorial relevante da maior parte das propostas, cuja execução deve ser ancorada a nível local e regional. É também outro elemento que confirma que os órgãos de poder local e regional são os pilares da governação mais próximos dos cidadãos, atuando como intermediários entre as instituições da UE e as pessoas que servem.

As propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa apelam, em grande medida, à melhoria da comunicação e do envolvimento com os cidadãos, com vista a reforçar a legitimidade democrática dos processos de governação e de tomada de decisões da UE. Algumas destas propostas mostram a

³⁹⁵ Para mais informações, consultar <https://cor.europa.eu/en/our-work/Pages/Better-Regulation-and-Active-Subsidiarity.aspx>.

³⁹⁶ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos, [Government at a Glance 2023, 2023](#), ver mais precisamente o capítulo 1.

³⁹⁷ Ver o trabalho do CR sobre a luta contra a desinformação: Zamparutti, T., Jones, M., Tugran, T., Vona, L., Navas, L., Sidlo, K.W., Kulesa, A., Chmiel, O., [Desenvolver um manual sobre boas práticas na luta contra a desinformação a nível local e regional](#), estudo encomendado pelo Comité das Regiões, 2022.

³⁹⁸ Conferência sobre o Futuro da Europa, [Relatório sobre os resultados finais](#), maio de 2022. Importa salientar que o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2023 se centra, em grande medida, no seguimento das recomendações do relatório final da Conferência sobre o Futuro da Europa. Isto mostrou como a experiência da Conferência sobre o Futuro da Europa contribuiu para tornar a democracia europeia mais participativa, abrindo caminho para a inclusão de uma nova geração de painéis de cidadãos no conjunto de instrumentos de elaboração de políticas da Comissão Europeia. Entre dezembro de 2022 e a primavera de 2023, realizaram-se três [painéis de cidadãos](#): sobre o Desperdício Alimentar, Mundos Virtuais e Mobilidade de Aprendizagem.

*possível ligação entre uma democracia europeia funcional e uma maior participação dos municípios e das regiões, bem como do CR, no processo de decisão da UE.*³⁹⁹

*Por ocasião do evento de retorno da Conferência sobre o Futuro da Europa com os cidadãos, que teve lugar em 2 de dezembro de 2022, em Bruxelas, o CR publicou um relatório que descreve as suas estratégias, iniciativas e atividades destinadas a dar seguimento às propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa.*⁴⁰⁰

Antes da Conferência sobre o Futuro da Europa, o CR já tinha lançado várias iniciativas para reforçar a participação dos cidadãos e a participação dos jovens no processo legislativo europeu, estabelecendo simultaneamente a ligação entre os cidadãos e os seus representantes eleitos a todos os níveis, como a Rede Europeia de Conselheiros Locais e Regionais ou o Programa Jovens Políticos Eleitos.

LEVAR A EUROPA ÀS COMUNIDADES LOCAIS

REDE EUROPEIA DE CONSELHEIROS LOCAIS E REGIONAIS

Esta iniciativa,⁴⁰¹ lançada pelo Comité das Regiões Europeu (CR), destina-se aos representantes locais ou regionais com um mandato político num dos Estados-Membros da UE. Desde o seu lançamento em 2021, a rede já reuniu mais de 2600 representantes eleitos em assembleias regionais ou municipais de todos os Estados-Membros da UE. Tem por objetivo:

- *Aproximar a Europa das comunidades locais através do trabalho dos 1,2 milhões de representantes locais e regionais em toda a UE;*
- *Servir de plataforma para os conselheiros locais e regionais se reunirem, discutirem e estabelecerem contactos com outros conselheiros e membros do CR;*
- *Incentivar os conselheiros locais e regionais a participarem em diferentes eventos e atividades de comunicação antes das próximas eleições para o Parlamento Europeu.*

O projeto é desenvolvido em estreita cooperação com outras instituições da UE, em especial com a Comissão Europeia (a rede Building Europe with Local Councillors),⁴⁰² o Parlamento Europeu e parceiros a nível nacional e da UE (Gabinetes de Ligação do Parlamento Europeu, Representações da Comissão Europeia, associações nacionais de órgãos de poder local e regional, gabinetes regionais com sede em Bruxelas, associações da UE).

A política de juventude e a participação dos jovens sempre estiveram no topo da agenda do CR. Tal é também exemplificado por coisas como a Carta da Juventude e da Democracia, aprovada em

³⁹⁹Ver, por exemplo, Conferência sobre o Futuro da Europa, [Relatório sobre o resultado final](#), maio de 2022, propostas 38.4, 39.2 e 40. Ver também o capítulo VI do Comité das Regiões, [Relatório Anual da UE sobre o estado das regiões e dos municípios 2022](#), outubro de 2022.

⁴⁰⁰ Comité das Regiões, órgãos de poder [local e regional envolvidos no seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa](#), 2022; e Comité das Regiões, [Resolução sobre os resultados e o seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa](#), 2022.

⁴⁰¹ Para mais informações, consultar <https://cor.europa.eu/en/engage/Pages/Network-of-Regional-and-Local-EU-Councillors.aspx>.

⁴⁰² https://building-europe-with-local-councillors.europa.eu/index_en.

novembro de 2022, cuja redação envolveu diretamente os jovens e as organizações de juventude, e foi apoiada pelo CR e pelo Fórum Europeu da Juventude.

JOVENS POLÍTICOS ELEITOS

OPORTUNIDADES PARA ESTABELECEM REDES, TROCAR E INFLUENCIAR A LEGISLAÇÃO DA UE

Para apoiar os jovens titulares de mandatos públicos, o Comité das Regiões (CR) deu vida ao Programa Jovens Políticos Eleitos (YEP). Foi criado na oitava Cimeira das Regiões e dos Municípios do CR,⁴⁰³ em 2019. Os YEPs são uma rede de representantes que não têm mais de 40 anos e são titulares de um mandato a nível regional ou local na UE ou nos países candidatos à adesão à UE.⁴⁰⁴ Até à data, mais de 500 jovens representantes participaram neste programa para trocar boas práticas, colaborar com os membros do CR e participar ativamente no trabalho central do CR através de consultas e reuniões.

Ao envolver os jovens eleitos, o CR põe em prática o apelo à participação dos jovens. Tal como anunciado na resolução sobre os resultados e o seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa,⁴⁰⁵ o programa PEJ apoiou diretamente o trabalho do CR durante a Conferência sobre o Futuro da Europa e no seguimento deste esforço. Os PEJ participaram diretamente na elaboração da Carta Europeia da Juventude e da Democracia e participaram numa série de eventos, conferências e sessões de informação.

Tendo em conta a confiança que os cidadãos depositam neles e o seu papel na execução das políticas da UE, as regiões e os municípios têm um papel fundamental a desempenhar na perspetiva das próximas eleições europeias, que terão lugar em junho. Dado que o impacto das políticas e programas da UE é frequentemente sentido pelos cidadãos a nível local e regional, é crucial que as regiões e os municípios sejam parte integrante da definição e execução dessas políticas.

As próximas eleições europeias serão também um momento para as regiões e os municípios exprimirem a sua visão antes da próxima legislatura. Só se os representantes locais e regionais forem considerados partes interessadas neste processo poderão desempenhar um papel fundamental na explicação e defesa da lógica subjacente a estas políticas.

A este respeito, as conclusões do Eurobarómetro da primavera de 2023 do Parlamento Europeu⁴⁰⁶ mostram que a percentagem de cidadãos interessados nas eleições europeias está a aumentar: em 2023, uma clara maioria dos inquiridos (56 %, em comparação com 50 % em 2018) afirma estar interessada nas próximas eleições europeias (incluindo 15 % que afirmam estar «muito interessadas»), enquanto 43 % dizem não estar interessadas (48 % em 2018). Além disso, dois terços dos cidadãos (67 %) dizem que é provável que votem, em comparação com 58 % em 2018. Esta dinâmica terá de ser aproveitada para reforçar a legitimidade democrática da UE.

⁴⁰³ <https://cor.europa.eu/en/summit2019>.

⁴⁰⁴ <https://cor.europa.eu/en/engage/pages/yeps.aspx>.

⁴⁰⁵ Comité das Regiões, [Resolução sobre os resultados e o seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa](#), 2022.

⁴⁰⁶ [Eurobarómetro da primavera de 2023](#) do Parlamento Europeu, 2023.

Após as eleições, uma vez que a nova liderança das instituições da UE está instalada, a voz das regiões e dos municípios terá de ser mais ouvida e ponderada a sua visão. Isto aplica-se também a questões de reforma institucional a mais longo prazo. O CR apoia o apelo do Parlamento Europeu no sentido de celebrar uma convenção e reformar os Tratados, tal como recomendado nas propostas finais da Conferência sobre o Futuro da Europa. Neste contexto, o CR identificou as alterações ao Tratado necessárias para a execução das propostas pertinentes para a instituição e para os órgãos de poder local e regional. Apoia a realização de uma convenção.⁴⁰⁷ Quaisquer perspetivas de reforma da UE têm claramente de ter em conta os eventuais futuros alargamentos.⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ Comité das Regiões, [Resolução sobre os resultados e o seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa](#), 2022.

⁴⁰⁸ «Precisamos de uma União Europeia geopolítica, de uma União Europeia alargada e reformada e, por último, mas não menos importante, de uma União Europeia aberta ao futuro», afirmou o chanceler alemão Olaf Scholz no seu discurso ao Parlamento Europeu em 9 de maio de 2023. Ver Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, [Este é o debate sobre a Europa no Parlamento Europeu: Discurso de Olaf Scholz, Chanceler da Alemanha](#), 9 de maio de 2023.

B. Futuras parcerias para o alargamento e a vizinhança

Desde a agressão militar russa em grande escala contra a Ucrânia, a política de alargamento da UE voltou a centrar-se. Garantir a estabilidade e a prosperidade sustentável na vizinhança da UE, tanto nas fronteiras orientais como meridionais, nunca foi tão importante. 2022 foi um ano importante, uma vez que a Ucrânia, a República da Moldávia e a Bósnia-Herzegovina são agora países candidatos à adesão à UE, iniciaram-se negociações de adesão com a Albânia e a Macedónia do Norte, ao passo que a perspectiva da Geórgia para a UE foi reconhecida e o Kosovo* candidatou-se à adesão à UE. Como pode a UE envolver e preparar as comunidades locais nos países do alargamento? Que papel desempenha a cooperação com municípios e regiões parceiros na UE?

Nas propostas finais da Conferência sobre o Futuro da Europa, os organismos e instituições da UE foram convidados a atuar como embaixadores do nosso modelo democrático e dos nossos valores em países terceiros, sendo o mais importante entre eles os países candidatos e potenciais candidatos, que aspiram a fazer parte da nossa família europeia.⁴⁰⁹

O trabalho do Comité das Regiões (CR) sobre o alargamento da UE⁴¹⁰ engloba as duas prioridades de facilitar o diálogo político e o reforço das capacidades dos nossos parceiros locais e regionais. Trata-se de informações atualizadas sobre os progressos dos países parceiros, bem como do intercâmbio de boas práticas em vários domínios, como a descentralização funcional e orçamental, a democracia local e o Estado de direito (com ênfase no diálogo com a oposição, a sociedade civil, os meios de comunicação social e os cidadãos; transparência no trabalho dos órgãos e executivos eleitos diretamente a nível local e regional, bem como nos contratos públicos); desenvolvimento económico local, incluindo o incentivo de jovens inovadores e empresários; ordenamento do território e desenvolvimento de infraestruturas locais; transportes locais; valorização do património natural e cultural relacionado com o turismo; gestão dos resíduos e das águas residuais.

O CR tem um papel especial a desempenhar no apoio aos governos locais e regionais dos países do alargamento na preparação para a aplicação do acervo da UE, as obrigações decorrentes da adesão à UE e o reforço das suas capacidades. O CR adotou uma série de medidas de reforço das capacidades, nomeadamente o alargamento do Programa Jovens Políticos Eleitos a todos os países candidatos, a inclusão de laboratórios de capacidades nas Jornadas do Alargamento da UE e uma maior cooperação com a Assistência Técnica e o Intercâmbio de Informações⁴¹¹ (TAIEX).

Em resposta a um pedido do CR, a Comissão Europeia abriu a possibilidade de os governos locais e regionais dos Balcãs Ocidentais participarem no seu programa TAIEX e está também a ativar o seu apoio às regiões e aos municípios da Ucrânia, da Moldávia e da Geórgia.

O TAIEX é um instrumento da Comissão Europeia que presta assistência técnica a curto prazo entre peritos públicos nos Estados-Membros da UE e nas administrações dos países parceiros

* Esta designação não prejudica as posições relativas ao estatuto e está em conformidade com o UNCSR 1244/1999 e com o parecer do TIJ sobre a declaração de independência do Kosovo.

⁴⁰⁹ Ver propostas n.os 22, 25.1. e 38.1. do relatório do Comité das Regiões, órgãos de poder [local e regional envolvidos no seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa](#), 2022.

⁴¹⁰ Parecer do Comité das Regiões — [Pacote Alargamento 2022](#), CIVEX-VII/021, 05-06 de julho de 2023, relatora Anna Magyar (HU-ECR), membro da Assembleia do Conde de Csongrád-Csanád.

⁴¹¹ https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/funding-and-technical-assistance/taieux_en.

predominantemente na vizinhança da UE. O CR contribui para promover o TAIEX através dos comités consultivos mistos (CCM) e dos grupos de trabalho (GT), tendo já sido tomadas as primeiras medidas para a participação concreta dos CCM, dos grupos de trabalho e dos seus membros no âmbito deste programa, nomeadamente no que diz respeito à Macedónia do Norte, ao Montenegro e à Albânia.

Além disso, todos os programas de cooperação transfronteiriça com países vizinhos (em especial através dos programas Interreg IPA CT) têm sido cruciais para reforçar a confiança e desenvolver conhecimentos especializados nos órgãos de poder local e regional vizinhos, enquanto se preparam para aderir à UE.

As regiões e os municípios destes países têm um papel fundamental a desempenhar na participação dos seus cidadãos no processo democrático, na consolidação dos valores europeus e na promoção de uma ideia de pertença europeia.

O CR desempenha o seu importante papel institucional — facilitando os contactos entre os níveis infranacionais tanto na UE como nos (potenciais) países candidatos — através dos seus CCM com o Montenegro, a Macedónia do Norte e a Sérvia e os seus grupos de trabalho para a cooperação com os países com os quais os CCM ainda não foram criados: Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Türkiye e Ucrânia.

O CR trabalha com muitos parceiros nos países do alargamento, tendo as associações nacionais de órgãos de poder local um lugar especial entre eles. Isto permitiu-lhe identificar algumas respostas particularmente bem-sucedidas à necessidade de envolver os níveis local e regional no processo de alargamento. Em muitos casos, o trabalho dos nossos CCM e grupos de trabalho — através das suas sessões formais e da criação de redes entre os seus membros — levou ao lançamento de projetos de cooperação transfronteiriça bem-sucedidos que envolveram os governos locais e regionais dos Estados-Membros da UE e os seus homólogos em (potenciais) países candidatos.

Os CCM e os grupos de trabalho também oferecem um quadro de cooperação que pode prestar apoio em situações específicas, como foi o caso dos terremotos devastadores ocorridos em Türkiye e na Síria em fevereiro de 2023. Em especial, os canais abertos através do Grupo de Trabalho Türkiye e da Assembleia Regional e Local Euro-Mediterrânica⁴¹² (ARLEM) permitiram aos membros do CR oferecer apoio político e trocar experiências e/ou expectativas em matéria de cooperação entre pares com parceiros turcos.

A proteção civil e a forma como os municípios e as regiões podem cooperar e ser apoiadas neste esforço estão a ser exploradas no âmbito da ARLEM, uma assembleia política conjunta que reúne representantes locais e regionais da UE e dos seus países parceiros mediterrânicos. Com o seu prémio — empreendedorismo local jovem no Mediterrâneo⁴¹³ — ARLEM, com os seus parceiros, promove concretamente o desenvolvimento económico local através do empreendedorismo e destaca o impacto positivo que um ecossistema de apoio a nível local e regional pode ter.

⁴¹² <https://cor.europa.eu/en/our-work/International-cooperation/Pages/ARLEM.aspx>.

⁴¹³ <https://cor.europa.eu/en/engage/Pages/ARLEM-award.aspx>.

A Conferência de Órgãos de Poder Local e Regional para a Parceria Oriental⁴¹⁴ (CORLEAP) é um fórum único para a cooperação multilateral no âmbito da Parceria Oriental (PEA) dos governos locais e regionais dos Estados-Membros da UE e dos países parceiros da Vizinhança Oriental.

A CORLEAP prossegue, e continuará a fazê-lo num futuro próximo, os dois objetivos de continuar a proporcionar um formato para a cooperação multilateral a nível local e regional no quadro da Parceria Oriental e de ajudar os novos países candidatos à adesão à UE no seu caminho para a UE. Guiado pelas conclusões da reunião ministerial da Parceria Oriental de dezembro de 2022 e pelo parecer do CR sobre o tema «O futuro da Parceria Oriental numa perspetiva local e regional», adotado na reunião plenária do CR de março de 2023, a CORLEAP procura agora colocar mais ênfase na cooperação em projetos específicos, que terá plenamente em conta as diferentes circunstâncias, aspirações e necessidades dos países da vizinhança oriental participantes e dos respetivos órgãos de poder local e regional.

PLANO: ASSISTÊNCIA E FORMAÇÃO EM CASO DE INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS DE TERRAS

COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE MUNICÍPIOS DE ITÁLIA, ALBÂNIA E MONTENEGRO

Muito pertinente na situação atual, marcada por catástrofes naturais causadas pelas alterações climáticas, o projeto FLAT⁴¹⁵ incluiu os municípios de Danilovgrad, Montenegro, Brindisi, Itália, e Nikšić, Montenegro, bem como os serviços nacionais de salvamento de montanha da Albânia e Montenegro como parceiros. No valor de 0,96 milhões de EUR, com 85 % de financiamento da UE, o projeto melhorou as estruturas transfronteiriças de resposta em caso de inundações e deslizamentos de terras, reforçou a capacidade dos serviços de salvamento e criou planos e instrumentos integrados para melhorar a proteção e a gestão dos riscos em zonas propensas a inundações e deslizamentos de terras. Foi criado um centro regional de formação de recursos e foi criada uma plataforma Web conjunta para partilhar informações pertinentes.

O projeto (2018-2020) foi uma consequência direta da cooperação entre os membros do CCM CR — Montenegro, na altura presidentes de câmara de Brindisi, Mauro d’Attiso, e de Danilovgrad, Brano Šuranović. Além disso, como um dos projetos inter-regionais mais bem sucedidos entre a Itália, a Albânia e o Montenegro, foram recentemente atribuídos recursos adicionais para prosseguir as atividades iniciadas pelo projeto.

JOGO INCLUSIVO

COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE A CROÁCIA E A BÓSNIA-HERZEGOVINA

No âmbito de um programa INTERREG-IPA⁴¹⁶ que também inclui o Montenegro, o projeto «Play inclusivo»⁴¹⁷ (março de 2021-janeiro de 2023) teve como parceiros a cidade de Zadar, Croácia (o

⁴¹⁴ <https://cor.europa.eu/en/our-work/International-cooperation/Pages/CORLEAP.aspx>.

⁴¹⁵ <https://flat.italy-albania-montenegro.eu/>.

⁴¹⁶ <https://interreg.eu/programme/interreg-ipa-cbc-croatia-bosnia-and-herzegovina-montenegro/>.

⁴¹⁷ <https://www.mostar.ba/projekt-inclusive-play/>.

principal parceiro), e a cidade de Mostar, Bósnia-Herzegovina. O projeto, no valor de 0,95 milhões de euros, com 85 % de financiamento da UE, promove a inclusão social de crianças e jovens com deficiência de desenvolvimento e a criação de comunidades inclusivas. Para além de outras atividades, como a educação dos pais de crianças com necessidades especiais e a organização de painéis de discussão e visitas de estudo, a principal parte do projeto foi a construção de dois parques sensoriais — um em cada uma das duas cidades participantes. Estes parques sensoriais (parques infantis especialmente concebidos) contribuem para a reabilitação, recreação e inclusão de crianças e jovens com deficiência de desenvolvimento.

Anexos

A. Lista de abreviaturas

FAMI	Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
ARLEM	Assembleia Regional e Local Euro-Mediterrânica
CUIDADOS	Ação de coesão a favor dos refugiados na Europa
Conferência sobre o Futuro da Europa	Conferência sobre o Futuro da Europa
CR	Comité das Regiões
CORLEAP	Conferência de Órgãos de Poder Local e Regional para a Parceria Oriental
PAA	Parceria Oriental
AECT	Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial
ENISA	Agência da União Europeia para a Cibersegurança
ÉPOCA	Plataforma europeia de luta contra os sem-abrigo
EPRS	Pilar Europeu dos Direitos Sociais
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE+	Fundo Social Europeu Mais
EUACI	Iniciativa da União Europeia contra a Corrupção
CUIDADOS RÁPIDOS	Assistência flexível aos territórios
PIB	Produto Interno Bruto
GGA	Objetivo Global de Adaptação
IRA	Lei de Redução da Inflação
CCM	Comité Consultivo Misto
QFP	Quadro Financeiro Plurianual
NEET	Não na educação, no emprego ou na formação
PNRR	Planos nacionais de recuperação e resiliência
NOZES	Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos
PES	Serviço Público de Emprego
REAGE-UE	Assistência à recuperação para a coesão e os territórios da Europa
REGHUB	Rede de Polos Regionais
RRF	Fundo de Recuperação e Resiliência
SDG	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

PASSO	Plataforma Tecnologias Estratégicas para a Europa
TAIEX	Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações
TPD	Diretiva Proteção Temporária
VETERINÁRIO	Ensino e Formação Profissionais
VLR	Avaliação local voluntária
GRUPO DE TRABALHO	Grupo de Trabalho
YEP	Jovens políticos eleitos

B. Quadro de figuras

Figura 1 — Regiões NUTS 2 com mais de 20000 registos ativos para proteção temporária (cidadãos ucranianos).....	19
Figura 2 — Regiões da UE com o maior número de ucranianos ativamente registados para proteção temporária.....	20
Figura 3 — Produção de eletricidade por fonte, Europa 1990 — 2020	30
Figura 4 — Número de mortes relacionadas com o calor por milhão de habitantes e por ano (2015-2022).....	36
Figura 5 — Previstos danos anuais em infraestruturas críticas nas regiões europeias, devido às alterações climáticas, até ao final do século (milhões de EUR)	37
Figura 6 — Evolução projetada da procura de turismo regional europeu para todos os cenários de aquecimento global, em comparação com o atual (2019) em termos percentuais	39
Figura 7 — Risco climático agregado — cenário de emissões muito elevadas com exposição absoluta (2070 — 2100) RCP 8.5	40
Figura 8 — Incapacidade de pagar uma refeição com carne, frango ou peixe pelo menos de dois em dois dias na Bélgica (por regiões NUTS 1) e na Polónia (por regiões NUTS 2).....	47
Figura 9 — Indicador de Seca Combinado, baseado numa combinação de indicadores de precipitação, humidade do solo e condições de vegetação, para meados de junho de 2023.....	48
Figura 10 — Taxas de emprego por regiões NUTS 2 (a partir de 2020), 2022	54
Figura 11 — Evolução da população, 2021-2050 por regiões NUTS 2.....	59
Figura 12 — Regiões e municípios da UE que executam os ODS em 2023.....	64
Figura 13 — Cartografia geográfica das iniciativas dos órgãos de poder local e regional por tema ...	68
Figura 14 — Número de acidentes por ano e impacto por setores selecionados.....	73
Figura 15 — Causas radiculares dos acidentes e gravidade do impacto por ano	74
Figura 16 — Acesso aos fundos da UE com o objetivo de reforçar a resiliência digital	75
Figura 17 — Dotações financeiras programadas da UE por objetivo estratégico em milhares de milhões de euros para os períodos 2021-2027 e 2014-2020	80
Figura 18 — Princípios, objetivos e mecanismos de coesão mais destacados por política.....	85
Figura 19 — Qual seria a reforma mais importante a incluir no futuro da política de coesão?	86
Figura 20 — Subvenções do MRR e dotações da política de coesão.....	89
Figura 21 — Tem conhecimento ou esteve envolvido em algum financiamento da UE proveniente do NextGenerationEU recebido pelo seu município ou região nos últimos dois anos?	91
Figura 22 — Ganhos de bem-estar per capita decorrentes do efeito de dinamização do comércio do mercado único por regiões NUTS 2 (código de 2016)	95
Figura 23 — Produtividade do trabalho por regiões NUTS 2, 2021	97
Figura 24 — 41 regiões mais vulneráveis na transição ecológica industrial.....	104
Figura 25 — Variação populacional global prevista por tipologia urbano-rural, de 1 de janeiro de 2021 a 1 de janeiro de 2050 (%).....	108
Figura 26 — População que vive dentro de 15 minutos de tempo de condução de um hospital (2020) por regiões NUTS 3	110
Figura 27 — Acessibilidade dos centros de SPE.....	113
Figura 28 — Taxa de emprego dos recém-diplomados do programa profissional, 2021, por regiões NUTS 2 (% dos diplomados com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos com um nível	

secundário superior ou pós-secundário não superior de nível de habilitações profissionais que abandonaram o ensino e a formação 1-3 anos antes).....	120
Figura 29 — Impacto a longo prazo da melhoria de 1 p.p. na correspondência de competências sobre o PIB (%), por região NUTS 2	123
Figura 30 — Percentagem de pessoas com ensino superior, por regiões NUTS 2 (% de pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos)	125
Figura 31 — Regiões numa armadilha para o desenvolvimento de talentos e regiões em risco de cair numa armadilha de desenvolvimento de talentos	126
Figura 32 — Confiança em diferentes níveis de governo	134



**Comité das Regiões
Europeu**



**Serviço das Publicações
da União Europeia**

Web	Impressão
QG-05-23-278-PT-N	QG-05-23-278-PT-C
ISBN 978-92-895-2891-7	ISBN 978-92-895-2862-7
DOI 10.2863/022717	DOI 10.2863/874140

© União Europeia, 2023



Salvo indicação em contrário, a reutilização do presente documento é autorizada ao abrigo da licença «Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)» da Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>). Tal significa que a reutilização é autorizada desde que seja feita uma menção adequada da origem do documento e que sejam indicadas eventuais alterações.

Para qualquer utilização ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da União Europeia, poderá ser necessário obter autorização diretamente junto dos respetivos titulares dos direitos de autor. Se um conteúdo específico incluir obras de terceiros, é necessário salvaguardar o respeito por direitos adicionais. Se for obtida uma autorização, esta anula e substitui a autorização geral acima referida e deve indicar claramente quaisquer restrições aplicáveis à sua utilização.

Constituído em 1994, o Comité das Regiões Europeu é a assembleia da União Europeia de 329 representantes regionais e locais, tais como presidentes de regiões ou de municípios, dos 27 Estados-Membros, representando mais de 446 milhões de cidadãos europeus.

Editado pelo Comité das Regiões Europeu

Bruxelas, outubro de 2023

Rue Belliard/Belliardstraat 101 | 1040 Bruxelles/Brussel | BELGIQUE/BELGIË
Tel. +32 22822211 | e-mail: visuals@cor.europa.eu | www.cor.europa.eu
 @EU_CoR | /european.committee.of.the.regions
 /european-committee-of-the-regions | @EU_regions_cities